



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO

MAX RODOLFO ROQUE DA SILVA

Tecendo fios, costurando histórias: experiências, disputas e lutas dos trabalhadores em educação na região Nordeste durante o processo de redemocratização e limiar da Nova República

RECIFE/2023

MAX RODOLFO ROQUE DA SILVA

Tecendo fios, costurando histórias: experiências, disputas e lutas dos trabalhadores em educação na região Nordeste durante o processo de redemocratização e limiar da Nova República

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Pernambuco, na linha de Filosofia e História da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva

RECIFE/2023

Catálogo na fonte
Bibliotecário Bruno Márcio Gouveia, CRB-4/1788

S586t

Silva, Max Rodolfo Roque da

Tecendo fios, costurando histórias : experiências, disputas e lutas dos trabalhadores em educação na região Nordeste durante o processo de redemocratização e limiar da Nova República / Max Rodolfo Roque da Silva. – 2023.

294 f.

Orientador: Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação, 2023.

Inclui Referências.

1. Professores - Atividades políticas. 2. Associativismo. 3. Sindicalismo.

I. Silva, André Gustavo Ferreira da (Orientador). II. II. Título.

370 (23. ed.)

UFPE (CE2023-075)

MAX RODOLFO ROQUE DA SILVA

**TECENDO FIOS, COSTURANDO HISTÓRIAS: EXPERIÊNCIAS, DISPUTAS
E LUTAS DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO
NORDESTE DURANTE O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E LIMIAR
DA NOVA REPÚBLICA.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovado por videoconferência em: 15/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco
[Participação por videoconferência]

Prof.^a Dr.^a Márcia Ângela da Silva Aguiar (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco
[Participação por videoconferência]

Prof.^a Dr.^a Kênia Aparecida Miranda (Examinadora Externa)
Universidade Federal Fluminense
[Participação por videoconferência]

Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba
[Participação por videoconferência]

Prof.^a Dr.^a Rebecca Senn Tarlau (Examinadora Externa)
Universidade da Pensilvânia
[Participação por videoconferência]



Emitido em 03/07/2023

APROVACAO DA BANCA Nº 153/2023 - PPGEDU (11.45.07)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 17:53)

MONICA VANESSA DE JESUS BEZERRA

ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

PPGEDU (11.45.07)

Matricula: 1240711

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <http://sipac.ufpe.br/documentos/> informando seu número:

153, ano: **2023**, tipo: **APROVACAO DA BANCA**, data de emissão: **03/07/2023** e o código de verificação:
ceba80e400

Para Marli Roque, minha mãe.

Para Eva Vieira, minha esposa.

Aos professores e às professoras da educação básica do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento da pesquisa.

Ao Prof. Dr. André Gustavo Ferreira da Silva, meu orientador.

Aos companheiros Reginaldo José da Silva e Paulo Ricardo Pereira e às companheiras Keila Souza, Alessandra Santos, Drielli Cavalcanti e Jaqueline Calixto.

“O Brasil, qualquer Brasil,
quando fala do Nordeste,
fala da peixeira, chave
de sua sede e de sua febre.

Mas não só praia é o Nordeste,
ou o Litoral da peixeira:
Também é o Sertão, o Agreste
sem rios, sem peixe, pesca”.

(As facas pernambucas.
João Cabral de Melo Neto)

“A história não pode ser comparada a um túnel por onde um trem expresso corre até levar sua carga de passageiros em direção a planícies ensolaradas. Ou então, caso seja, gerações após gerações de passageiros nascem, vivem nas escuridão e, enquanto o trem ainda está no interior do túnel, aí também morrem. Um historiador deve estar decididamente interessado, muito além do permitido pelos teleologistas, na qualidade de vida, nos sofrimentos e satisfações daqueles que vivem e morrem em tempo não redimido”.

(E. P. Thompson)

RESUMO

A pesquisa versa sobre a organização coletiva dos professores da educação básica estadual na região Nordeste no período correspondente ao processo de redemocratização e início da Nova República no Brasil, contemplando experiências, disputas e lutas dos professores das redes públicas estaduais de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. Entendendo a importância das lutas sociais e trabalhistas empreendidas no transcurso da década de 1980, retomadas, principalmente, com a onda grevista da região do ABC paulista, contestamos a ideia deste período como uma “década perdida”, afirmando-a, em razão mesmo das referidas lutas, como a “década dos vencidos”. A investigação da ação do professorado nordestino em torno de suas Associações nos permitiu verificar, dentre outras coisas, disputas internas quanto ao controle das entidades, articulações em nível nacional junto à Confederação dos Professores do Brasil e a ocorrência de greves e outras mobilizações, encontros e congressos. A perspectiva adotada foi a “história vista de baixo”, conforme as formulações de E. P. Thompson (2012; 2019; 2021), no sentido de pôr em relevo os anônimos, a gente comum, os “vencidos”, seus interesses e suas necessidades. Deste modo, visando dar conta de nossos objetivos, lançamos mão de uma diversidade de fontes, quais sejam: boletins informativos, panfletos de greve e paralisações, atas de assembleia, estatutos, fotografias, fontes orais, jornais, relatórios de órgãos de vigilância, dentre outras. Assim, compreendendo a classe social como uma formação histórica que homens e mulheres elaboram a partir de suas próprias experiências de luta, objetivamos compreender como professores e professoras, em contextos espaço-temporais distintos, agiram no sentido de reivindicar melhores condições de vida e trabalho e interferir, também, nos rumos da educação e da política regional e nacional.

Palavras-chave: associativismo; sindicalismo; trabalhadores da educação; experiências; Nordeste.

ABSTRACT

The research deals with the collective organization of state basic education teachers in the Northeast region in the period corresponding to the redemocratization process and the beginning of the New Republic in Brazil, contemplating experiences, disputes and struggles of teachers of state public networks in Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba and Rio Grande do Norte. Understanding the importance of the social and labor struggles undertaken in the course of the 1980s, resumed, mainly, with the strike wave in the ABC region of São Paulo, we challenge the idea of this period as a “lost decade”, affirming it, precisely because of the mentioned struggles, such as the “decade of the losers”. The investigation of the action of northeastern teachers around their Associations allowed us to verify, among other things, internal disputes regarding the control of the entities, articulations at a national level with the Confederation of Teachers of Brazil and the occurrence of strikes and other mobilizations, meetings and congresses. The perspective adopted was that of “history from below”, according to the formulations of E. P. Thompson (2012; 2019; 2021), in the sense of highlighting the anonymous, the common people, the “losers”, their interests and their needs . In this way, to achieve our objectives, we use various sources, namely: bulletins, strike and stoppage pamphlets, minutes of meetings, statutes, photographs, oral sources, newspapers, reports from inspection bodies, among others. Thus, understanding the social class as a historical formation that men and women elaborate from their own struggle experiences, we aim to understand how male and female teachers, in different space-time contexts, acted in the sense of claiming better living and working conditions and also interfere in the direction of education and regional and national politics.

Keywords: associativism; unionism; education workers; experiences; North East.

LISTA DE SIGLAS

- ABI** – Agência Brasileira de Imprensa
- AL** – Assembleia Legislativa
- AD** – Aliança Democrática
- AMPEP** – Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
- ANDES** – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
- ADUSP** – Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
- ADURN** – Associação dos Docentes da UFRN
- AOEPE** – Associação dos Orientadores educacionais de Pernambuco
- ASSOERN** – Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Norte
- APPA** – Associação dos Professores Primários de Alagoas
- APAL** – Associação dos Professores de Alagoas
- APEOESP** – Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
- APEMOP** – Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco
- APENOPE** – Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco
- APLP** – Associação dos Professores de Licenciatura Plena do Estado da Paraíba
- APLB** – Associação dos Professores Licenciados da Bahia
- ASEAL** – Associação dos Supervisores Educacionais de Alagoas
- ASSUEPE** – Associação dos Supervisores Educacionais de Pernambuco
- ASSUERN** – Associação dos Supervisores Educacionais do Rio Grande do Norte
- APMESE** – Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe
- APRN** – Associação dos Professores do Rio Grande do Norte
- ARENA** – Aliança Renovadora Nacional
- AI-5** – Ato Institucional nº 5
- ASPES** – Associação dos Servidores Públicos de Sergipe
- CEDEP** – Centro de Estudo e Debates de Problemas Educacionais
- CEPES** – Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe
- CPP** – Centro dos Professores de Pernambuco
- CPPP** – Centro dos Professores Primários de Pernambuco
- CPG** – Centro dos Professores de Goiás
- CPERS** – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
- CGT** – Comando Geral dos Trabalhadores
- CEP** – Congresso Estadual dos Professores
- CNTE** – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPB – Confederação dos Professores do Brasil
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CPPB – Confederação dos Professores Primários do Brasil
CMOPE – Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CLAT – Central Latino-Americana dos Trabalhadores
CUT – Central Única dos Trabalhadores
CGT – Central Geral dos Trabalhadores
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DNTE – Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação
DERE – Departamento Regional de Educação
DCE/UFPE – Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco
DAS – Direção e Assessoramento Superior
DSI – Divisão de Segurança e Informações
ESG – Escola Superior de Guerra
ENCLAT – Encontros da Classe Trabalhadora
FASPESP – Federação das Associações dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FLATEC – Federação Latino-Americana dos Trabalhadores na Educação e Cultura
FETAPE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool
IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IPE – Institutos Paraibanos de Educação
IPEP – Instituto de Previdência do Estado da Paraíba
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MT – Ministério do Trabalho
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
NURE – Núcleos Regionais de Ensino
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PDC – Partido Democrata Cristão
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
III PND – III Plano Nacional de Desenvolvimento
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PFL – Partido da Frente Liberal
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PP – Partido Popular
PRN – Partido da Reconstrução Nacional (PRN)
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PROALCOOL – Programa Nacional do Álcool
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OSMSP – Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo
OEAL – Associação dos Orientadores Educacionais de Alagoas
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SEC – Secretaria de Educação e Cultura
SINDIQUIMICA-BA – Sindicato dos trabalhadores do ramo químico, petroquímico, plásticos, fertilizantes e terminais químicos do estado da Bahia
SINPRO-PE – Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco
SINPRO/DF – Sindicato dos Professores do Distrito Federal
SINTEAL – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas
SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba
SINTE-RN – Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Educação Pública do Rio Grande do Norte
SINTEPE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco
SINTESE – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe
SNI – Serviço Nacional de Informações
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

STF – Supremo Tribunal Federal

TLO – Tribuna da Luta Operária

UEPES – União dos Empregados Públicos do Estado de Sergipe

UNATE – União Nacional dos Trabalhadores da Educação

UNE – União Nacional dos Estudantes

UEP – União dos Estudantes de Pernambuco

UBES – União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

WAO – Associação Mundial para Órfãos e Crianças Abandonadas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 O “BRASIL” NA DÉCADA DE 1980: CENÁRIO POLÍTICO, QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	27
2.1 CRISE DA DITADURA CIVIL-MILITAR E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA.....	27
2.2 OS TRABALHADORES E OS SINDICATOS: A (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	36
2.3 CONCLUSÃO.....	42
3 O “NORDESTE” NA DÉCADA DE 1980: CENÁRIO POLÍTICO, QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA.....	43
3.1 A ECONOMIA AGRÁRIA E AS CONDIÇÕES DE PREDOMÍNIO DAS OLIGARQUIAS.....	43
3.2 ASPECTOS DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA REGIÃO: COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA, (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E CRISE DAS OLIGARQUIAS.....	48
3.3 CONCLUSÃO.....	61
4 A CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB): SURGIMENTO, DISPUTAS E CONSOLIDAÇÃO.....	63
4.1 CPB: CRIAÇÃO E PERFIL DA ENTIDADE.....	63
4.2 A CPB EM QUESTÃO: DIVERGÊNCIAS E DISPUTAS NO INTERIOR DA ENTIDADE “NACIONAL” DE REPRESENTAÇÃO DOS PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS.....	65
4.3 E AGORA CPB? A FUNDAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (UNATE).....	70
4.4 A CONTINUIDADE DAS DISPUTAS NO INTERIOR DA CPB: QUESTÕES SOBRE SUA CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO DA IDENTIDADE DOS INTERESSES DO PROFESSORADO.....	75
4.5 A CPB NA CONSTITUINTE E AS PRESSÕES EM TORNO DA QUESTÃO EDUCACIONAL.....	85
4.6 AS CAMPANHAS PELA ESCOLA PÚBLICA E PELA EDUCAÇÃO PARA A PAZ.....	89

4.7 O CONGRESSO DE BRASÍLIA E A FILIAÇÃO À CUT.....	93
4.8 CONCLUSÃO.....	102
5 DAS ASSOCIAÇÕES AOS SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: PERFIS ORGANIZATIVOS EM XEQUE, RUMOS EM DISPUTA.....	102
5.1 A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DE SERGIPE (APMESE) E O CENTRO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DE SERGIPE (CEPES).....	104
5.2 A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALAGOAS (APAL).....	111
5.3 O CENTRO DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO (CPP) E A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO (APENOPE).....	118
5.4 A ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (AMPEP) E A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE LICENCIATURA PLENA DO ESTADO DA PARAÍBA (APLP).....	123
5.5 A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (APRN).....	125
5.6 A CRIAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: EMBATES POLÍTICOS, CONCEPÇÕES EM DISPUTA E UM PIONEIRISMO ANUNCIADO.....	129
5.6.1 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE).....	130
5.6.2 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL).....	132
5.6.3 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE).....	133
5.6.4 O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP).....	135
5.6.5 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Rio Grande do Norte (SINTE-RN).....	136
5.7 CONCLUSÃO.....	138
6 QUANDO “UM SACO CHEIO DE DINHEIRO” MAL DÁ PARA COMPRAR UM QUILO DE FEIJÃO: GREVES E OUTRAS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA.....	140

6.1 “LEVANTAR A VOZ E PROTESTAR”: A PRIMEIRA GREVE GERAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM PERNAMBUCO	141
6.2 “PROFESSOR QUE É PROFESSOR, LUTA POR SEUS DIREITOS”: MOBILIZAÇÕES DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE.....	150
6.2.1 “O professor quer mais arroz e feijão”.....	159
6.3 A APLP E SUAS AÇÕES DE GABINETE OU QUANDO O ENFRENTAMENTO NÃO ESTÁ EM QUESTÃO.....	176
6.3.1 No meio, uma pausa; tem professor querendo “comprar feijão”.....	182
6.3.2 Retomando... a APLP.....	183
6.4 “COM JOÃO NO GOVERNO NINGUÉM COME FEIJÃO”: A PRIMEIRA GREVE GERAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM SERGIPE.....	185
6.5 EM ALAGOAS, UM CONGRESSO, MUITOS EMBATES.....	193
6.6 NO APAGAR DAS LUZES DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, UM ALERTA: O RELATÓRIO DOS ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA SOBRE O MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DOS PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS.....	197
6.7 CONCLUSÃO.....	200
7 NOVA REPÚBLICA, VELHOS PROBLEMAS: GREVES E OUTRAS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE.....	201
7.1 E AGORA CPB? – PARTE II: A AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA CPB PELAS ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS DO NORDESTE.....	204
7.1.1 A APMESE sobre a CPB.....	205
7.1.2 A APAL sobre a CPB.....	206
7.1.3 A APENOPE sobre a CPB.....	207
7.1.4 A AMPEP sobre a CPB.....	208
7.2 “NOVA REPÚBLICA, VELHAS PRÁTICAS”: A GREVE DOS PROFESSORES NA PARAÍBA.....	209
7.3 IMAGENS DA/DE LUTA EM ALAGOAS: CONGRESSOS, GREVES E OUTRAS MOBILIZAÇÕES.....	211
7.4 UMA CONQUISTA OCASIONAL?: A LUTA PELA EQUIPARAÇÃO	

SALARIAL NO RIO GRANDE DO NORTE.....	229
7.5 MUDARAM OS GOVERNOS, MAS A LUTA CONTINUOU: GREVES DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO – ESPECIFICIDADES E SIGNIFICADOS.....	242
7.5.1 Professora, sim; “professorinha”, não. A questão do piso salarial do magistério do ensino primário em Pernambuco.....	243
7.5.2 Greves no governo de Miguel Arraes: rebatimentos internos, aproveitamentos externos por ocasião do enfrentamento ao um governo popular.....	249
7.6 EM SERGIPE, PROFESSORES EM LUTO... EM LUTA.....	257
7.7 CONCLUSÃO.....	268
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	269
REFERÊNCIAS.....	280

1 INTRODUÇÃO

De um certo ponto de vista que talvez se possa dizer economicista, os anos de 1980 no Brasil configuraram o que se convencionou chamar de a “década perdida”. Esta visão corresponde às questões econômicas não resolvidas no período e às suas reminiscências na década imediatamente posterior, ampliando-se, conforme Samantha Viz Quadrat (2014), para além dos próprios aspectos econômicos que a ensejaram. Todavia, em que pese a relativa validade deste discurso, a década em questão pode ser vista a partir de outra chave de interpretação, qual seja, a ressurgência das lutas sociais a partir da ação organizada de diversos atores, possibilitando uma outra mirada no sentido de (re)defini-la em termos de uma “década dos vencidos”, “dos de baixo”.

Se do ponto de vista político o dado marcante foi o processo de transição democrática, do ponto de vista da economia a questão central passava, dentre outros aspectos, pelos elevados índices inflacionários e seus impactos na vida das populações. Ambas as questões apontando para uma única e mesma direção: a ditadura civil-militar, seu projeto de abertura e seus planos econômicos. No meio disto, os trabalhadores que, aproveitando-se das oportunidades surgidas no processo de redemocratização – do mesmo modo, constituindo-se como mais um ponto de tensão nas disputas pelos seus rumos – e experimentando as agruras do seu tempo, se reorganizaram no sentido de confrontar o regime civil-militar, denunciar seus efeitos e lutar por uma vida mais digna.

Foi a partir de 1974 que teve início o que Thomas E. Skidmore (1988) definiu como a “lenta via brasileira para a democratização”, caracterizada pelo que Francisco Teixeira da Silva (2020) considerou como um “longo jogo político”. A despeito de algumas divergências (REIS, 2014), esta tese se orienta com base no entendimento de que a abertura política encontra seu termo no ano de 1985, quando da posse do primeiro presidente civil, eleito ainda indiretamente, desde o golpe de 1964 (SKIDMORE, 1988; LEMOS, 2018; FERREIRA, 2018; SILVA, 2020).

Em se tratando da região Nordeste, no plano político, talvez o grande desafio posto frente à redemocratização tenha sido a tentativa por parte das oligarquias rurais de se manterem no poder, configurando um ritmo aparentemente mais lento em direção ao pluripartidarismo e à consolidação de forças oposicionistas de esquerda (ANDRADE, 1987; BRAGA, 2016). Do ponto de vista econômico, discussões e projetos diversos foram pensados a fim de resolver as questões específicas da região, uma vez consolidado o “problema Nordeste”, mediante a elaboração e execução de políticas públicas de desenvolvimento e

modernização, expressos, por exemplo, na atuação da SUDENE e na criação do PROALCOOL (ANDRADE, 1987; OLIVEIRA, 2008).

De um modo geral, pode se dizer que as marcas constitutivas deste processo são as tentativas por parte dos governos militares em tutelar a transição, inclusive usando, com maior ou menor expressão, dos mecanismos de repressão e de artifícios para conter a oposição em franco fortalecimento, os planos econômicos apresentados frente às crises, internas e externas, que gozaram de relativo sucesso para, logo em seguida, revelarem-se ineficientes e o sofrimento ocasionado aos trabalhadores de diversas categorias profissionais que enxergaram na ação organizada a única via de transformação das condições a que estavam submetidos, repercutindo no processo de reorganização da atuação dos sindicatos e na conseqüente retomada das lutas trabalhistas no país.

Fundamentais para esta retomada foram as lideranças sindicais surgidas no bojo dos conflitos e das mobilizações engendrados em torno dos sindicatos metalúrgicos da região do ABC paulista, sobretudo a partir das greves operárias de 1978, configurando um movimento que ficou conhecido como “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”, mais sensível e atento às demandas das bases e com notáveis desdobramentos no transcurso da década de 1980 (SADER, 1988; MATTOS, 2009; REIS, 2014; LEMOS, 2018; SANTANA, 2020; SILVA, 2020). Assim, o “novo sindicalismo” constituiu-se como um referencial para os trabalhadores do país, ou, nas palavras de Ricardo Antunes (2020), um “espectro” que rondou o movimento sindical brasileiro nos anos de 1970 e 1980, dando a ver a retomada do sindicalismo de corte classista “cobrando a ampliação dos espaços para a representação dos interesses da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2020, p. 182).

Em relação às lutas da classe trabalhadora na região Nordeste nesse período, cumpre destacar o papel desempenhado pelos trabalhadores rurais frente aos latifundiários, suas formas de organização e de luta (SOCORRO, 2015; BEZERRA, 2015). Noutra frente, a despeito da relativa ausência do que se pode chamar de “cultura operária”, as capitais e demais centros urbanos importantes da região também se tornaram palcos de mobilizações e greves de toda ordem de trabalhadores, reivindicando a garantia de seus direitos trabalhistas e a melhoria em suas condições de vida e trabalho. Dentre os quais, inscrevem-se os trabalhadores em educação das redes públicas estaduais que, principalmente no decorrer dos anos de 1980, se mobilizaram e manifestaram publicamente, de diversos modos e por diversas vezes, suas angústias, seus interesses e necessidades diante de um cenário político-econômico bastante desafiador.

Neste sentido, esta pesquisa objetiva compreender as experiências e lutas dos professores da educação básica dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte no período da transição democrática no Brasil, circunscrevendo-os entre os anos de 1979, quando da eclosão da primeira greve geral do professorado em alguns destes estados, e 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, que, dentre outras coisas, consagrou o direito à sindicalização para os servidores do funcionalismo público – bandeira histórica das associações e inserida dentre as conquistas mais importantes do período.

Antes de prosseguir, uma explicação: o recurso à expressão “trabalhadores(as) em educação”, enunciada desde o título deste trabalho, possui uma dupla função. Primeiramente, enxergar os professores e professoras como trabalhadores(as), segundo a identificação que assumiram nos processos que travaram no período aqui contemplado. Segundo, por que visa fazer justiça quanto à participação, juntamente com os professores, de outros atores ligados à educação e à escola que não necessariamente vinculados ao magistério, quais sejam: os orientadores e supervisores educacionais e os demais funcionários de escola, como o pessoal de serviços e administrativo. De modo que, assim, esperamos suprir uma ausência quase sempre constante no texto, fazendo com que sua presença seja, de algum modo, sentida.

As pesquisas sobre a organização coletiva dos professores da educação básica têm se intensificado cada vez mais no Brasil, materializando-se em produções bastante significativas, advindas de áreas como Ciências Sociais, História e Educação. O interesse crescente pela temática se mostra ainda mais evidente quando se observa a criação de redes e grupos de pesquisas, – por exemplo, a Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação (Rede ASTE) e o Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG) – contando com colaboradores, nacionais e internacionais, de áreas de conhecimento diversas, preocupados em se debruçar sobre a ação coletiva de professores e professoras, inscritos em contextos mais amplos de lutas sociais, e suas implicações para a profissão e o trabalho docente e para a educação de um modo geral.

De acordo com Cláudia Vianna (2001), a produção sobre organização docente no Brasil é, de certo ponto de vista, recente, tendo iniciado na década de 1980, chegando nos anos de 1990 com um quantitativo relativamente expressivo. Em relação às pesquisas sobre associativismo e sindicalismo docente na região Nordeste, sua consolidação chega a ser ainda mais recente, remetendo ao início dos anos 2000, quando da publicação de um volume mais

significativo de dissertações e teses¹. Em sua imensa maioria, apesar de não serem todas elas trabalhos historiográficos, essas pesquisas procuram dar conta de recortes temporais mais recentes, contemplando principalmente períodos compreendidos entre os anos de 1980 e 2010.

Entretanto, em acordo com Kênia Miranda (2011), temos que a organização coletiva dos professores não foi inaugurada nos anos de 1980, quando do “novo sindicalismo”, sendo necessário, portanto, atentar para experiências anteriores, ainda mais remotas no tempo e diversas em suas formas. Ricardo de Paula (2011), em sua pesquisa sobre a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), também problematiza essa questão. Para o autor, a divisão consagrada em alguns trabalhos sobre a história da entidade paulistana pode ser melhor explicada pelo fato destas pesquisas terem se baseado em relatos orais de professores que desempenharam importante papel na liderança das greves dos anos finais da década de 1970, bem como na tomada do controle da associação mediante a vitória nas eleições de 1979. Com base nisto, talvez seja possível compreender o estabelecimento de um “antes e depois” não apenas no que concerne à APEOESP, mas em relação às diversas associações docentes espalhadas pelo país.

O que, todavia, não nos desautoriza a dizer que foi nos idos dos anos de 1980 que o professorado da educação básica brasileira registrou seu “crescimento e amadurecimento como força social expressiva” (MIRANDA, 2011, p. 23), emergindo, no bojo das lutas da classe trabalhadora no período, sua identificação enquanto trabalhadores em educação (OLIVEIRA, 2017). Neste período, a realidade dos sistemas públicos de ensino e do magistério era significativamente distinta das décadas anteriores. De modo que, conforme Miranda (2011), o processo de consolidação da organização coletiva dos professores da educação básica no Brasil, em torno de suas associações estaduais, se deve a, pelo menos, dois fatores complementares entre si.

O primeiro deles diz respeito ao crescimento exponencial do contingente de professores, resultante da estruturação dos sistemas públicos de ensino, implicando na criação e fortalecimento das entidades docentes ao longo do tempo, sobretudo dentre os anos de 1940 e 1960, na esteira da agitação sindical impulsionada pelo populismo, fazendo com que, mesmo “sem um caráter eminentemente sindical, as iniciativas em torno da organização docente desenvolveram-se de modo acelerado” (RÊSES, 2008, p. 78), com as entidades

¹ Madeira (1986); Moreira (1990); Pereira (1991); Santos (1993); Nascimento (1996); Bomfim (2000); Oliveira (2002); Santos (2008); Vieira (2009); Lira (2012); Araújo (2012); Santos (2012); Silva (2013); Silva (2014); Almeida (2015); Brussio (2015); Dantas (2017); Assis (2019); Linhares (2019).

operando, quase sempre, a partir de uma perspectiva assistencialista em detrimento dos reais interesses e necessidades do professorado, dado que será habilmente aproveitado pelo regime civil-militar, instituído pelo golpe de 1964, até, pelo menos, quando de seu crepúsculo.

O segundo fator considera a emergência do “novo sindicalismo” e seus impactos junto à classe trabalhadora, dentre a qual, o professorado da educação básica. Não por acaso, nos anos finais da década de 1970 diversas greves foram deflagradas em estados de todas as regiões do país (FERREIRA JR.), como as registradas em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, em 1979, apenas para ficar em exemplos na região Nordeste. A novidade, nesse caso, não seriam as greves em si, mas seu alcance e suas intensidade e radicalidade (GOUVEIA; FERRAZ, 2013). O impacto direto deste processo foram as disputas travadas no interior dos próprios movimentos docentes nos estados, pondo frente a frente concepções distintas sobre o papel das entidades de representação e sua condução das lutas da categoria, fazendo emergir um “novo” modo de organização e de enfrentamento aos governos locais que aqui denominaremos de “associativismo combativo”.

Todavia, em que pese sua relevância e aparente confluência em nível nacional, esta tese parte do pressuposto de que tal impacto se faz sentir com maior ou menor grau em alguns estados e suas respectivas entidades, apresentando ritmos distintos quanto ao seu estabelecimento e consolidação, a depender das condições de possibilidade existentes e das forças em disputa. Noutras palavras e mais objetivamente, o cenário é difuso e diverso, mais para uma colcha de retalhos do que para um lençol de seda, exigindo que o tecer de fios deem conta de forjar uma única peça costurando partes aparentemente desconexas. Porém, não para dizer a mesma coisa, mas para investigar “temas correlatos do que uma narrativa sequenciada” (THOMPSON, 2019, p. 13).

No entanto, em relação aos fatores destacados, acrescentamos mais um: a criação, reformulação e o fortalecimento de uma entidade nacional de representação dos docentes da educação básica. Conforme Erlando Rêses (2008), as discussões nesse sentido teriam se iniciado desde meados da década de 1950, materializando-se em 1960, quando da criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), da qual resultou anos mais tarde a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em razão das modificações engendradas pela implementação da lei 5.692, de 1971 (ROMANELLI, 2014).

A CPB, tal qual a enxergamos, foi, a um só tempo, efeito e produtora do processo de amadurecimento, fortalecimento e consolidação do “associativismo combativo” dos professores da educação básica durante os anos de 1980. Partindo do pressuposto de que, num

país com as proporções que tem o Brasil e suas flagrantes diferenças e desigualdades regionais, diante de um sistema de ensino descentralizado, a CPB assumiu, não sem conflitos, um papel unificador das pautas e reivindicações do professorado, atuando junto às entidades dos diversos estados do país, centrando sua ação na defesa da profissionalização dos professores, a partir da implementação dos Estatutos do Magistério nos estados, e no combate à política econômica característica do regime ditatorial, baseada no arrocho salarial (FERREIRA JR, 2019).

O que só foi possível, de acordo com Amarílio Ferreira Jr. (2019), graças a uma inflexão sofrida pela CPB, resultante do impacto das greves massivas protagonizadas por professores de vários estados brasileiros, inscritas no contexto de luta sindical marcado pela emergência do “novo sindicalismo”, que provocaram uma crise política entre a velha e a nova práxis sindical da entidade, redirecionando sua atuação com base numa perspectiva mais combativa.

Com base no exposto, partiremos das seguintes questões norteadoras: como se deu o processo de formação das associações e sindicatos docentes nesses respectivos estados? De que maneira o movimento docente na região se comportou diante do cenário de redemocratização do país? Quais os impactos do novo sindicalismo? Qual foi a atuação da CPB em âmbito regional? Quais as experiências constituintes dos professores enquanto classe de trabalhadores em educação? Houve mudanças na atuação das entidades quando do fim do regime militar e início da Nova República?

Neste sentido, esta pesquisa se inspira no valor da “história vista de baixo” (*history from below*), tal qual formulada pelo historiador inglês Edward P. Thompson (2012), no sentido de pôr em relevo as experiências da “gente comum”, dos “anônimos”, dos “vencidos”, enfim, “daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história” (SHARPE, 1992, p. 41). E insere-se no campo da História Social, que tem exercido crescente influência na historiografia brasileira e tem se revelado um campo dos mais prolíficos (CASTRO, 2000), repercutindo de modo marcante nas pesquisas em História da Educação, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, possibilitando o surgimento de novos temas, objetos, fontes e problemas (LOPES; GALVÃO, 2010).

Novamente de acordo com E. P. Thompson, acionaremos o conceito de classe social para compreender o “fazer-se” dos trabalhadores em educação como “um processo ativo, que se deve tanto à ação humana como aos condicionamentos” (THOMPSON, 2019, p. 9).

Tomando, nesta linha, o conceito de classe para dizer de uma “formação histórica que homens e mulheres elaboram a partir de suas próprias experiências de lutas” (THOMPSON, 2021, p.). entendendo-o, por isso mesmo, como um “termo referente ao processo, não à estrutura” (BURKE, 2012, p. 39), pois atento às relações humanas. Thompson (2012) se preocupa em (re)afirmar a classe enquanto um fenômeno histórico, empiricamente observável, revelando homens e mulheres em contextos reais e diante de situações que não escolheram e contra as quais têm se dispor. Daí, sua compreensão de que a “classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus” (THOMPSON, 2019, p. 10).

Como enunciado, Thompson valoriza a experiência e a define como elemento constitutivo da classe. Apesar de imperfeita, revela-se uma categoria “indispensável ao historiador, pois abrange a resposta mental e emocional, de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos eventos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de evento” (THOMPSON, 2021, p. 28). Assim, de acordo com Marcelo Badaró Mattos (2019; 2021), por meio do conceito de experiência, Thompson estabeleceu o nexo entre modo de produção e consciência, a mediação entre o ser social e a consciência social, acreditando ser capaz de demonstrar como os homens e mulheres também reaparecem como sujeitos – embora não como sujeitos autônomos, “livres” –, mas como “pessoas que vivenciam suas situações e relações de produção determinadas como necessidades, interesses e antagonismos, e em seguida, ‘lidam’ com essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...]” (THOMPSON, 2021, p. 254).

Para cumprir os objetivos desta pesquisa tivemos que lançar mão de uma relativa diversidade de fontes, escritas e orais. Assim, consultando os arquivos dos Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado de Sergipe (SINTESE), Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL), Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE) e Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Rio Grande do Norte (SINTE-RN) encontramos boletins informativos, atas de assembleias e congressos, panfletos de greve, fotografias, estatutos das associações e sindicatos, dentre outros.

Os jornais também foram de muita relevância, sobretudo no tocante às greves, posto seu potencial informativo. No entanto, a que se destacar, que os jornais devem ser tratados como muito mais que “meios de informação”, constituindo-se, sobremaneira, como “meios de

comunicação”, na medida em que a informação por eles transmitida “mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos” (BARROS, 2019, p. 183).

Também nos arquivos das entidades, encontramos recortes de jornais com publicações referentes à vida das entidades. No entanto, no sentido de ampliar o escopo, consultamos os acervos dos Arquivo Público Estadual de Sergipe (APES) e Arquivo Público de Alagoas (APA). Em decorrência do contexto pandêmico, encontramos uma importante alternativa nos acervos digitais da Universidade Federal de Sergipe, na página *Jornais de Sergipe*²; da Hemeroteca Digital Brasileira, através da Biblioteca Nacional Digital³; do Jornal *Tribuna da Luta Operária*⁴ e do Jornal *A União*⁵. Ainda em se tratando de acervos digitais, a página *Documentos Revelados*⁶ e o arquivo disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional⁷ nos permitiram acessar relatórios produzidos por órgãos de vigilância sobre os movimentos sociais e organizações de trabalhadores, tanto durante a vigência do regime civil-militar quanto após seu término.

De acordo com Tânia Regina de Luca (2021), no Brasil o quantitativo de pesquisas que se utilizavam de jornais e revistas para a produção do conhecimento histórico permaneceu relativamente baixo até pelo menos a década de 1970, quando o jornal foi alçado ao status de objeto da investigação histórica, somando-se aos já tradicionais estudos sobre a História da imprensa e por meio da imprensa. A história do movimento operário, por exemplo, bastante prolífica dentre as décadas de 1970 e 1990, consagrou os jornais como fonte, repercutindo em produções substantivamente inovadoras. Desde então a história por meio dos periódicos se tornou uma realidade no Brasil, demandando atenção quanto aos aspectos metodológicos que devem nortear seu tratamento. Neste sentido, a autora em questão nos sugere como “procedimentos analíticos” a observância da materialidade dos impressos, do recurso à ilustração, do interesse na obtenção de lucros e, por fim, do conteúdo e de seus idealizadores.

O recurso às entrevistas também se revelou de muita importância para esta pesquisa. A partir delas nos foi possível entender e problematizar os processos aqui investigados a partir

² O acervo pertence ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), tendo sido disponibilizado pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe (SIBIUMS), podendo ser acessado através do site <https://jornaisdesergipe.ufs.br/>

³ Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁴ Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/tribuna/index.htm>

⁵ Disponível em https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1980

⁶ Disponível em <https://documentosrevelados.com.br/>

⁷ Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp> (O acervo pode ser acessado gratuitamente, sendo necessária apenas a realização de um cadastro no próprio site).

do relato de sujeitos que os vivenciaram, expondo suas percepções, seus sentimentos, suas experiências. Realizamos um total de cinco⁸ entrevistas, uma em cada estado aqui pesquisado, sendo que duas das quais tiveram que ser feitas através da plataforma *Google Meet*, em razão do distanciamento social provocado pela Pandemia do Covid-19, o que não implicou em uma desatenção aos procedimentos próprios para a realização das entrevistas (ALBERTI, 2005). Assim, tomamos as fontes orais não como discursos dotados de uma verdade absoluta, tampouco como remendo para as lacunas deixadas por outras fontes (ou pela ausência delas). Pelo contrário, reconhecendo-as, em acordo com Antonio Torres Montenegro (2007, p. 30), como mais um importante recurso documental com o qual o historiador tem a possibilidade de trabalhar, visando, ao inseri-lo dentre uma diversidade de fontes, “ampliar o debate historiográfico e o recorte temático do seu objeto de estudo”.

Quanto à sua estrutura, esta tese está organizada em seis capítulos. O primeiro deles versa sobre o processo de abertura política no Brasil, destacando alguns dos aspectos sócio-econômicos do período e discutindo os arranjos e tentativas de controle, as forças em disputa e os tensionamentos provocados pelos trabalhadores organizados. Seguindo essa mesma linha, no segundo capítulo discutimos sobre as dinâmicas internas à região Nordeste, frente aos processos econômicos, políticos e sociais engendrados em âmbito nacional, destacando a situação dos trabalhadores, inclusive do ponto de vista organizativo. O terceiro capítulo é dedicado à Confederação dos Professores do Brasil, dada a importância que lhe atribuímos neste trabalho, onde serão discutidas as disputas internas, o papel assumido como entidade dirigente do movimento docente da educação básica em nível nacional, as pautas assumidas e bandeiras de luta encampanadas no período aqui contemplado.

No seguimento, discutimos a criação das associações, as disputas, endógenas e exógenas, pela sua direção, concluindo com as movimentações em torno da criação dos Sindicatos de Trabalhadores em Educação, por ocasião do direito de sindicalização dos funcionários públicos, consagrado Constituição Federal de 1988. O quinto capítulo analisa as mobilizações, greves e outras ações realizadas pelo professorado da educação básica nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte durante a transição democrática. Por fim, nessa mesma linha, no sexto e último capítulo discutimos sobre as experiências e lutas do professorado dos respectivos estados nos primeiros anos da Nova República.

⁸ Todas as entrevistas foram feitas com ex-dirigentes das entidades estaduais, cujos contatos foram obtidos mediante indicação junto aos próprios sindicatos estaduais e junto ao professor Heleno de Freitas, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

2 O “BRASIL” NA DÉCADA DE 1980: CENÁRIO POLÍTICO, QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

O objetivo deste capítulo consiste na discussão sobre o processo de redemocratização do Brasil, considerando as disputas e tensionamentos em torno de seus encaminhamentos, especificando os problemas econômicos característicos do período e as questões sociais daí engendradas e destacando o processo de revitalização das lutas dos trabalhadores.

2.1 CRISE DA DITADURA CIVIL-MILITAR E O PROCESSO DE ABERTURA POLÍTICA

Segundo Francisco Teixeira da Silva (2020), desde 1964 já podia ser visto o surgimento de movimentos de resistência, grupos de oposição e contestação ao regime recém-instalado, o que, todavia, não permite falar em uma crise da ditadura. Para o autor, o processo de luta pela redemocratização do país e a consequente crise do regime ditatorial militar iniciou efetivamente no Brasil em 1974, quando, do ponto de vista interno, iniciou o projeto Geisel-Golbery e seu intuito de transformar o Brasil num Estado de Direito e registrada a expressiva vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), então único partido de oposição, nas eleições daquele mesmo ano. Externamente, notabilizam-se a pressão exercida pelo governo norte-americano de Jimmy Carter e os fatores da economia mundial, como a crise do petróleo. Constituindo, assim, os principais atores em cena no “longo jogo político” (SILVA, 2020) característico da “lenta via brasileira para a democratização” (SKIDMORE, 1988).

Noutro plano, a originalidade da ditadura brasileira consistiu, então, em seu viés desenvolvimentista assentado no nacionalismo característico dos grupos militares, segundo a elaboração da tradicional Escola Superior de Guerra (ESG), que se deu em constante tensão com o empresariado internacionalista, inclusive no interior do próprio militarismo. Para tanto, impulsionou-se um forte intervencionismo econômico, representado, por exemplo, na construção de empresas estatais e no incentivo à ciência e à tecnologia, configurando, na acepção de Daniel Aarão Reis (2014, p. 89), um processo de “modernização conservadora e ditatorial”, com características remanescentes do varguismo.

Em 1973, último ano de seu governo, o general Emílio Garrastazu Médici se encarregou de indicar, o também general, Ernesto Geisel como seu sucessor. Ainda neste ano, em resposta aos efeitos provocados pela crise do petróleo, seu governo lançou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), cuja perspectiva se centrava na proposta do

“milagre”, mediante o estímulo à industrialização, sob o controle do Estado, recorrendo a capitais nacionais e internacionais, segundo os pressupostos do nacional-estatismo. “Na economia, uma ofensiva em todas as direções. Na política, uma retirada, mas mantendo o controle” (REIS, 2014, p. 98). O Brasil ainda era um país expressamente dependente das importações de petróleo, dentre outros produtos, para abastecimento do consumo interno, e buscou manter o II PND às custas de empréstimos a capitais estrangeiros. “Financiou-se assim o II PND à custa de uma dívida que cresceria com o tempo” (REIS, 2014, p. 98).

Em um clima de crescente desgaste da imagem do regime civil-militar, expresso no acirramento das críticas à utilização da tortura como mecanismo de combate às oposições (SKIDMORE, 1988) e sinais cada vez mais aparentes de falência do modelo econômico adotado, em 1974, Ernesto Geisel, tendo como seu vice o general Adalberto Pereira dos Santos, foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral, imposto no Brasil desde 1969. O embate se deu contra a candidatura praticamente simbólica da chapa do MDB, liderada pelo deputado Ulysses Guimarães, juntamente com o jornalista Barbosa Lima Sobrinho, configurando o que pode ser considerado como “o primeiro ato da nova oposição no Brasil” (SILVA, 2020, p. 334). A Arena recebeu o expressivo total de 400 votos, contra 76 do MDB. Ainda assim, a anticandidatura rendeu dividendos importantes ao MDB e à oposição, por ter promovido um debate público (SILVA, 2020; REIS, 2014).

Assessorado pelo general Golbery do Couto e Silva, Geisel assumiu a tarefa de formular o projeto de transição pelo alto, cujo cerne consistia na constitucionalização do país, tendo como meta a distensão “lenta, gradual e segura”. “Tratava-se em verdade, de realizar a volta organizada aos quartéis, enquanto o regime ainda tinha prestígio e alguma força criativa” (SILVA, 2020, p. 333), pactuando um projeto de abertura no intuito de fazer valer as tais “salvaguardas do regime”. Projeto que contou com pressões de diversos atores, inclusive dos militares contrários à abertura, reunidos em torno da “comunidade de informações” e do *grupo áulico*⁹, que não hesitaram em usar da violência e do terrorismo para interferir nos rumos do processo de abertura.

Na esteira do II PND e dos impactos da crise do petróleo, seu governo adotou algumas medidas na forma de acordos internacionais, como o Acordo Nuclear com a Alemanha, e de programas, como o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL), ambos em 1975, tendo

⁹ “‘Comunidade de informações’ (conjunto de militares engajados e alguns policiais e civis, envolvidos na repressão contra a oposição nos órgãos de repressão e espionagem política) e o *grupo áulico*, montado em torno do poder, principalmente durante o governo do general João Figueiredo (1979-1985), visando unicamente manter o poder e evitar possíveis revelações, e punições, de atos de violência e brutalidade cometidos durante os anos anteriores” (SILVA, 2020, p. 318).

este último produzido efeitos diretos na economia da região Nordeste. A construção das usinas hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí encaminharam o país no sentido da obtenção de alternativas energéticas. Tudo isto, consolidando um viés desenvolvimentista, marcado pelo incentivo, embora desigual, à industrialização e pelo estímulo a obras de infraestrutura.

Enquanto isto, o governo tinha que lidar com o crescente fortalecimento da oposição partidária, registrado nas eleições parlamentares de 1974, quando, quebrando uma sequência favorável ao partido da ditadura, o MDB obteve vitórias consistentes para o Congresso Federal e câmaras estaduais (REIS, 2014; SILVA, 2020). “A oposição ainda era minoria, mas ganhara o poder de impedir reformas na Constituição e também o de convocar ministros ao Parlamento” (REIS, 2014, p. 99). De modo que, o resultado dessas eleições, “ou seja, a voz das ruas, exatamente dez anos depois do golpe de 1964, explicita a ausência de um suporte popular ao projeto civil-militar que tomara o poder em 31 de março daquele ano” (SILVA, 2020, p. 316).

A abertura deveria permanecer sob a batuta dos militares, porém não em todo o tempo. Alguns dos principais passos em direção à sua efetivação foram dados ainda no governo Geisel, como a supressão do Ato Institucional nº 5, o AI-5, a incorporação na Constituição das chamadas “salvaguardas do regime” (ou “entulho autoritário”, para a oposição) e o fim da censura; e, em seguida, no governo de João Figueiredo, como a Lei da Anistia, representando uma espécie de “primeira fase do processo de abertura” e possibilitando o avanço da pressão popular e o surgimento de novas formações partidárias. Posteriormente, na esteira das vitórias eleitorais da oposição entre os anos de 1976 e 1979 e do desgaste provocado pelos atentados praticados pela ala radical do regime, terá início, no limiar dos anos de 1980, a “segunda fase do processo de abertura”, passando “das mãos do poder militar para a sociedade civil, ensejando as grandes mobilizações de massa nas campanhas das Diretas Já ou pela eleição de Tancredo Neves, com o governo perdendo a iniciativa das reformas” (SILVA, 2020, p. 336).

Não por acaso, o governo Geisel tratou de agir para conter o avanço do MDB, através de medidas legais e atos ditatoriais, como a Lei Falcão, em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, aprovada no Congresso em 1975, restringindo a propaganda política nas campanhas eleitorais. Os impactos destas medidas se fizeram sentir já nas eleições municipais de 1976, quando a ARENA conseguiu eleger a maioria absoluta dos prefeitos. “Onde houve disputa, a ditadura venceu em 2.079 municípios contra 499 vitórias da oposição” (REIS, 2014, p. 99). Fato contínuo, entre os anos de 1976 e 1977 vários deputados tiveram seus mandatos cassados. E a edição do “Pacote de Abril”, em 13 de abril de 1977, dentre outras coisas,

garantiu a continuidade das eleições indiretas para os cargos de Governador de Estado e para um terço do Senado Federal, legitimando os denominados *senadores biônicos* (REIS, 2014), representando a “última grande tentativa autoritária do regime militar assumir o completo controle do processo político em curso” (SILVA, 2020, p. 339).

Neste ínterim, as articulações em torno da sucessão de Ernesto Geisel começaram com relativa antecedência. Ainda em 1977, o presidente tratou de indicar o nome do general João Figueiredo. No entanto, os bastidores para sua indicação não foram muito tranquilos. Segundo Renato Lemos (2018, p. 249), Geisel precisou “se impor ao Alto Comando das Forças Armadas, pressionando-o a promover o futuro sucessor a general de Exército, o que lhe granjearia a ‘quarta estrela’ simbólica que o legitimaria perante os quartéis”. Quando das eleições, em outubro de 1978, a chapa formada por Figueiredo e Aureliano Chaves derrotou Euler Bentes e Magalhães Pinto, do MDB, registrando a diferença de 355 a 266 votos. Nas eleições indiretas para os governos estaduais, realizadas em agosto desse mesmo ano, a ARENA já tinha obtido vitória em todos os estados, com a exceção do Rio de Janeiro.

João Batista Figueiredo assumiu a presidência aos 15 de março de 1979, com a responsabilidade de dar continuidade ao processo de transição iniciado por seu predecessor, contando ainda com a assessoria de Golbery do Couto e Silva. De acordo com Daniel Aarão Reis (2014), parecia estar em curso uma “reinvenção política” expressa em algumas medidas, tais como a revogação de instrumentos de exceção, como o AI-5, aprovada pelo Congresso para vigorar a partir de 1º de janeiro de 1979; o restabelecimento do habeas corpus; a autonomia do judiciário; a relativa liberdade de imprensa; o retorno de líderes cassados, dentre outras.

De acordo com Américo Freire (2014), não demorou muito para que se fomentasse a imagem de Figueiredo como o “presidente da abertura”. Nesta linha, logo no primeiro ano de seu mandato foram aprovadas leis importantes dentro das dinâmicas características do processo de redemocratização. A primeira delas, foi a promulgação da Lei da Anistia, que, a despeito dos diversos questionamentos em relação à sua natureza pouco ou nada “*ampla, geral e irrestrita*”, exprimiu a perspectiva da conciliação, configurando-se como uma vitória para o governo por garantir o perdão aos responsáveis por planejar e/ou executar os mecanismos de repressão e as formas de tortura (VERSIANI, 2014; REIS, 2014; FERREIRA, 2018; SILVA, 2020).

De acordo com Renato Lemos (2018), duas perspectivas distintas vêm, historicamente, tratando o tema da anistia, sobretudo quando de sua aprovação em lei. Uma, de viés “liberal-

democrática”, centrada na cobrança pela investigação das violações de direitos humanos e na reparação das vítimas; outra, situada mais à esquerda, e predominante na historiografia – cujo enfoque entende a campanha pela anistia como significando uma vitória das classes populares, organizadas em seus diversos movimentos, contra o regime ditatorial. Discordando de ambas as perspectivas, muito embora reconheça sua validade, o referido autor expressa o entendimento de que a campanha pela anistia contou com indubitáveis influências da oposição liberal-democrática e do “movimento popular”, todavia, tendo se concretizado somente “quando os dirigentes do regime a consideraram adequada ao conjunto de táticas voltadas para o avanço do processo de transição política em curso no país desde 1974” (LEMOS, 2018, p. 19).

Assim, a Lei da Anistia resultou de uma “operação política” praticada pelo regime ditatorial que consistiu na apropriação de uma bandeira hasteada pelas oposições e na consequente redefinição de sua efetivação, segundo seus próprios interesses. O que antes se constituía como uma “impossibilidade sistêmica”, foi sendo gradativamente incorporada pelo regime, inscrevendo-se nas preocupações concernentes à condução do processo de “descompressão” política (LEMOS, 2018).

A segunda, foi a Reforma Partidária, que pôs fim ao bipartidarismo, existente desde 1965, segundo o entendimento governista de que o modelo em vigor estaria beneficiando a oposição partidária aglutinada no MDB, sendo, portanto, necessário dividi-la para enfraquecê-la. Por seu turno, uma nova composição partidária passou a se formar no país, configurando uma operação política definida por Américo Freire (2014) em termos de uma “via partidária”, conduzida inicialmente pelo próprio regime e sendo, posteriormente capitaneada pelas forças oposicionistas, segundo uma crença

compartilhada por amplos setores políticos e sociais de que os partidos políticos podiam – e deveriam ser canais de enfrentamento da crise de legitimidade do regime, seja como instrumento de canalização de demandas político-sociais, seja em seu papel clássico de promover a mediação entre interesses e projetos políticos que então estavam em pauta (FREIRE, 2014, p. 31).

A Arena, partido da ditadura, deu origem ao Partido Democrático Social (PDS); dividindo-se em duas alas, o MDB deu origem ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sob a liderança de Ulysses Guimarães e Franco Montoro, e ao Partido Popular (PP), liderado por Tancredo Neves. Da corrente do trabalhismo, surgiram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mais aberto ao diálogo com o governo, e o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sob a liderança de Leonel Brizola. Posteriormente, foi criado o Partido dos

Trabalhadores (PT), reunindo lideranças sindicais, intelectuais, artistas, militantes da Igreja e antigos integrantes de organizações revolucionárias, “pretendendo exprimir os movimentos sociais que irrompiam na sociedade” (REIS, 2014, p. 105).

Na esteira desse processo, em 1982 foram realizadas as eleições diretas, primeiras desde 1965, para os governos dos estados e para o Parlamento. O PDS conseguiu votação expressiva no Norte-Nordeste e no Rio Grande do Sul, fazendo governadores em um total de doze estados, conseguindo, também, compor a maioria de um único partido nas bancadas da Câmara e do Senado, porém, não contando com a maioria absoluta no Parlamento Federal. Do lado das oposições, o PMDB venceu em nove estados, com destaque para São Paulo, Paraná e Minas Gerais, este último com Tancredo Neves – já reintegrado aos quadros do partido¹⁰. Por sua vez, o PDT, com Leonel Brizola, conseguiu importante vitória no estado do Rio de Janeiro (REIS, 2014).

Se do ponto de vista político o governo ainda apresentava relativos sinais de sobrevivência expressos pelos resultados das urnas, do ponto de vista econômico a situação parecia mais nebulosa. O III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) encontrava uma situação bastante adversa para sua concretização. O país se viu diante de uma forte crise, em grande medida, decorrente do impacto do segundo choque do petróleo em 1979. Some-se a isso, a permanente dependência das importações e, agora, a dificuldade para conseguir empréstimos e financiamentos junto ao capital estrangeiro.

O saldo disso foi que já na primeira metade de 1980 as taxas de inflação ultrapassavam os mais de 200% ao ano, resultando em crescimento econômico irregular e, por conseguinte, no desgaste do governo, resultando na “crise do milagre”, de cujos efeitos foram mais afetados os trabalhadores (REIS, 2014; SILVA, 2020). Aproveitando-se do clima aparentemente mais favorável, os trabalhadores deram início, em 1979, a uma onda de greves, de vários tipos e de atores diversos, cuja reivindicação central eram a reposição das perdas salariais decorrentes dos altos índices inflacionários, que deram a tônica durante a década de 1980, constituindo momentos marcantes da história do país.

Do ponto de vista político-partidário e institucional, as disputas se deram entre grupos distintos: de um lado, um grupo de militares alinhados ao projeto Geisel-Golbery, aos quais se

¹⁰ Tancredo havia liderado o processo de criação do Partido Popular, juntamente com corregilionários do MDB e dissidentes da ARENA. No entanto, em virtude das medidas eleitorais impostas pela ditadura, conhecidas como o “Pacote de Novembro” – que, dentre outras coisas, exigia que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido, de vereador a governador –, visando favorecer o PDS nas eleições de 1982, o, agora, PMDB e o PP aprovaram a fusão entre os dois partidos. Assim, Tancredo Neves saiu candidato a governador pelo PMDB nas eleições daquele ano, sagrando-se vencedor em seu estado.

somava o presidente João Figueiredo – na esteira da linha política denominada de “castelista”. Por seu turno, a oposição se aglutinava no MDB, tendo a sua frente nomes como Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Fernando Henrique Cardoso.

Ao lado do regime, diversos políticos, como Petrônio Portela e Marco Maciel, empresários e federações das indústrias, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), desempenharam papel de destaque nos encaminhamentos do processo de abertura. A ARENA, posteriormente o PDS, atuou efetivamente na continuidade do processo de abertura, articulando a volta a um regime “liberal-representativo”, inclusive operando sua “implosão através do enfrentamento entre José Sarney *versus* Paulo Maluf” (SILVA, 2020, p. 325).

Na oposição, o MDB se via pressionado para atuar de modo mais incisivo contra o regime militar e sua condução do processo de abertura, tendo como ponto de tensão a sociedade civil organizada e mobilizada em torno de setores diversos, como os sindicatos, movimento estudantil, artistas, etc. No decorrer do processo, estes atores se dividiram e/ou aceitaram e ampliaram o bloco de participantes nas negociações pela abertura. Com notável destaque para a Campanha Diretas Já (1983-1984), que teve como principal resultado “incorporar toda a rua, ocupada por cidadãos exigindo democracia, ao processo de negociação política” (SILVA, 2020, p. 325).

O governo João Figueiredo já contava com forte rejeição popular em virtude dos fracos resultados econômicos, somados à continuidade da atuação da “comunidade de informações” mediante seus diversos atentados. Foi nesse clima que se deu a parte final da transição democrática no Brasil, configurando a perda, “por inércia e inapetência”, do controle do processo pelo governo e sinalizando a iniciativa dos partidos de oposição e das ruas em ditar “o ritmo da abertura” (SILVA, 2020).

Em 1983 começaram as campanhas pelas Diretas Já, reunindo multidões em todas as regiões do país, exigindo eleições diretas para Presidência da República. Dentre os partidos de esquerda, o PT desempenhou um significativo papel na mobilização popular, muito embora não estivesse em acordo com a indicação do nome de Tancredo Neves para disputar a presidência. A esta altura o governo se mostrava dispondo de recursos insuficientes para contornar a falência do seu projeto de abertura política (SILVA, 2020). A emenda constitucional foi votada no dia 25 de abril e aprovada com ampla maioria (298 votos a favor, 65 contra e 3 abstenções), porém, não conseguindo o quórum necessário para obtenção da

maioria absoluta. Para isto, seriam precisos apenas votos de 22 parlamentares, dentre os 113 que estiveram ausentes da sessão (REIS, 2014).

Imperou um misto de reconhecimento da força das mobilizações e de frustração pelo resultado no Parlamento. De modo que as lideranças mais moderadas se articularam em torno do projeto de lançarem uma candidatura de oposição para disputar no Colégio Eleitoral, figurando o nome de Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, “moderado, oposicionista, liberal-democrata, vinculado à herança getulista, mas com trânsito em áreas conservadoras e entre os militares” (REIS, 2014, p. 108). Em virtude de a legislação eleitoral exigir que os candidatos a presidente e vice-presidente integrassem o mesmo partido político, Tancredo Neves, a esta altura já reintegrado ao PMDB, compôs chapa com José Sarney, antiga liderança da ARENA e dissidente do PDS, no qual fora preterido por Paulo Maluf, coadunado com os militares da *linha-dura*.

O processo de abertura estava agora sob os direcionamentos de políticos experientes e de diversos partidos, suplantando o projeto inicial formulado por Geisel e Golbery, no sentido de evitar possíveis retrocessos. Uma vez assumida pelos partidos políticos a transição democrática, as pressões populares se fizeram sentir de modo mais significativo, repercutindo também nos rumos do próprio movimento, como nas campanhas pela Constituinte, nas quais o PT contou com destacada participação, “capaz de impor a marca popular na *transição pactuada*” (SILVA, 2020, p. 348).

Em oposição à candidatura de Paulo Maluf, a dissidência do PDS formou a Frente Liberal – da qual resultou o Partido da Frente Liberal (PFL) – que desempenhou forte atuação na região Nordeste, constituída também pelo PMDB, configurando assim a chamada Aliança Democrática (AD). Diferentemente do PT, o PDT, sob a liderança de Leonel Brizola, realizou inúmeras manifestações em prol da chapa Tancredo-Sarney. Em Minas Gerais, a própria figura de Tancredo já contava com notável capital político, acrescido com o apoio de lideranças com renome no estado. Enquanto isso, em São Paulo, as disputas se davam entre Paulo Maluf e as lideranças do PMDB no estado, como Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso (FREIRE, 2014; REIS, 2014; SILVA, 2020).

As eleições de 15 de janeiro de 1985 sagraram Tancredo Neves como o primeiro presidente civil eleito desde o golpe de 1964, derrotando seu opositor por uma expressiva diferença de 300 votos (REIS, 2014; SILVA, 2020). No entanto, Tancredo sequer chegou a assumir o cargo, pois, acometido de grave doença, foi internado às pressas no Hospital de Base de Brasília, vindo a falecer, gerando uma forte comoção nacional. Assim, em 15 de

março desse mesmo ano, José Sarney tomou posse como Presidente da República, tornando-se, de fato, o primeiro presidente civil desde o golpe militar de 1964.

O imponderável parecia ter se assenhorado do país. Como aceitar, no mínimo compreender, que Sarney tornara-se presidente para conduzir o país da ditadura para a democracia? Seu passado não lhe dava autoridade política para a missão (FERREIRA, 2018, p. 38).

Desde o início, o mandato de Sarney – o “presidente acidental”, nos termos de Jorge Ferreira (2018) – foi confrontado pela alta inflação e pela questão da dívida externa, bem com pelos problemas daí resultantes. Em que pese o fato de o país ter chegado ao ápice de sua crise econômica, quando da decretação da moratória, o governo desfrutou de relativo sucesso em seus primeiros anos, resultante da edição do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986, que, de acordo com Monica Piccolo (2014), teve como alguns de seus principais efeitos o congelamento de preços e salários.

De acordo com Charleston Assis (2014), a reforma monetária expressa pelo referido Plano fora anunciada em cadeia nacional, em solenidade que reunira o Presidente e todo seu quadro ministerial, apresentando-se como uma “reunião do governo com todo o povo brasileiro” e convocando a população a colaborar junto ao governo para o sucesso do Plano, atuando como “fiscais do Sarney”¹¹ (ASSIS, 2014; PICCOLO, 2014). Os aparentes bons resultados do Plano não durariam muito, porém o suficiente para repercutir nas eleições parlamentares e para os governos estaduais daquele ano, quando o PMDB venceu as disputas para o Executivo de todos os estados, com a exceção de Sergipe, obtendo também a maior bancada no Congresso Nacional (REIS, 2014; FERREIRA, 2018).

O povo sentiu-se enganado, traído, ludibriado. O Plano Cruzado passou a ser definido como “estelionato eleitoral”. A popularidade de Sarney desapareceu. Com a incrível marca de 100%, logo sua popularidade caiu para 54%. E iria cair muito mais (FERREIRA, 2018, p. 49).

Neste período, ganhou corpo a pauta da elaboração da nova Constituição Federal que mobilizou a opinião pública, os meios de comunicação e as forças políticas do período. Concomitantemente às discussões na Assembleia Constituinte, que se deram no biênio 1987-1988, fora criado o Plano Bresser, em junho de 1987, em substituição ao Plano Cruzado, não obtendo os efeitos esperados. Dois anos depois, em janeiro de 1989, já promulgada a Constituição Cidadã, foi lançado o Plano Verão, que se transformou em mais uma iniciativa

¹¹ Responsáveis por fiscalizar o congelamento dos preços junto aos estabelecimentos comerciais, inclusive, denunciando irregularidades praticadas.

fracassada do governo de José Sarney. A esta altura, a inflação atingia o índice de 1.700% ao ano, deixando a figura do presidente envolta numa áurea acentuadamente negativa (REIS, 2014). De modo que Sarney sequer saiu como candidato à presidência nas eleições de 1989, nas quais se sagrou vencedor o jovem, embora experiente, político alagoano Fernando Collor de Melo, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), contra o líder sindicalista Luís Inácio Lula da Silva, candidato pelo PT.

2.2 OS TRABALHADORES E OS SINDICATOS: A (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

A intervenção da ditadura nos sindicatos teve início tão logo consolidado o golpe de 1964. De acordo com Marcelo Badaró Mattos (2009), o governo recém instituído ordenou intervenção em 433 entidades sindicais, sendo 383 sindicatos, 45 federações e 4 confederações, acionando instrumentos já dados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e sua prerrogativa ao Ministério do Trabalho. “A cassação dos direitos políticos e a instauração de inquéritos policiais militares contra os principais dirigentes sindicais cassados criaram, para os que conseguira escapar à prisão imediata, a alternativa da clandestinidade ou do exílio” (MATTOS, 2009, p. 100).

A repressão dava a tônica da ditadura recém-instalada. Militares, empresários ligados ao capital nacional e internacional, latifundiários, políticos da ala conservadora, em articulação objetivando a contenção da classe trabalhadora, na cidade e no campo. Neste particular, controlar os sindicatos era importante, inclusive, para pôr em prática o plano do regime para conter a crise econômica em crescimento desde o fim do governo de Juscelino Kubitschek: o arrocho salarial.

Assim, de acordo com Mattos (2009, p. 111), a ditadura, já no início dos anos de 1970, levou a cabo um modelo de organização e atuação sindical assentado no assistencialismo e em estreita concordância sua ideia de crescer economicamente primeiro para redistribuir depois. “Esse lado assistencial dos sindicatos seria fortalecido pela injeção de recursos do governo, via financiamentos e doações, e reforçado pela conjuntura de início da crise da saúde pública e fim dos institutos de aposentadorias e pensões” (MATTOS, 2009, p. 111). O que já resultara de uma herança da estrutura sindical criada pelo Estado Novo de Getúlio Vargas.

Estrutura que não foi rompida nem mesmo quando das intensas mobilizações dos trabalhadores nas décadas seguintes, especialmente nos primeiros anos de 1960, quando a “importância política dos trabalhadores e dos sindicatos foi enorme e suas propostas para as

grandes questões nacionais eram necessariamente debatidas pelo conjunto da sociedade (MATTOS, 2009, p. 77). Até aqui, nem mesmo as lideranças sindicais mais combativas puseram o desmantelamento desta estrutura em questão, ofertando um poderoso instrumento aos propósitos da repressão a ser novamente instaurada.

Mediante intervenções e apoios “voluntários” o governo Médici pôs em prática a utilização dos sindicatos – através da prestação de serviços assistenciais diversos – enquanto entidades auxiliares do Estado junto aos trabalhadores, somando-se aos demais instrumentos na propaganda do regime no sentido de alardear os supostos benefícios do “milagre econômico”. Neste sentido, durante as campanhas de filiação aos sindicatos a apresentação dos serviços oferecidos pelas entidades se tornava o principal atrativo – para não dizer o único – para conquistar novos associados para os seus quadros.

No entanto, nem só “de adesismo vivia o movimento” (MATTOS, 2009, p. 113). Há que se considerar a organização dos trabalhadores por empresa, que, sob a liderança dos militantes mais combativos, em virtude das dificuldades de ascender às direções sindicais, realizaram mobilizações diversas – “greves de fome”, “greve da dor de barriga”, “operação tartaruga” – para fazer valer seus interesses, destacando-se nesse quesito a atuação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSMSP), expressando os mais fortes sinais de renascimento da luta dos trabalhadores desde os anos de 1950 e 1960, quando interrompido pelo golpe militar o processo denominado por Murilo Leal (2011) de “reinvenção da classe trabalhadora”.

Nesta linha, de acordo com Marco Aurélio Santana (2020), o regime civil-militar não conseguiu paralisar como um todo e anular completamente as possibilidades de ação dos trabalhadores, a despeito das severas restrições estabelecidas e da forte repressão. Pelo contrário, “ao interditar certos caminhos com suas restrições, o regime forçosamente abria novas oportunidades, produzia novos recursos e novas frentes para eclosão de protestos. Protestos que inclusive ajudariam a desgastá-lo e a, finalmente, superá-lo” (SANTANA, 2020, p. 245).

Assim, os conflitos ocorridos em fábricas específicas fizeram pressão sobre as próprias lideranças sindicais, fomentando grupos de oposição aos dirigentes acomodados ou pressionando estas mesmas direções a absorverem as inquietações das bases, operando uma “transformação por dentro”, ficando conhecida como a corrente do “sindicalismo autêntico” ou “novo sindicalismo”, onde “encontramos o impulso de um grupo de dirigentes sindicais no sentido de superar uma situação de esvaziamento e perda de representatividade de suas

entidades e de estimular e assumir as lutas reivindicativas de seus representados” (SADER, 1988, p. 180).

Estes dirigentes já eram figuras conhecidas junto ao movimento sindical que foram assumindo a presidência das entidades de várias regiões do estado de São Paulo: Luís Inácio Lula da Silva, em São Bernardo; Benedito Marcílio, em Santo André; Henos Amorina, em Osasco; Marcelo Gatto, em Santos; Jacó Bittar, em Paulínia, cujos espaços de atuação eram grandes indústrias modernas nas quais foram organizados movimentos autônomos, desde a base, nascidos de seus próprios conflitos de trabalho. A particularidade dos “autênticos” foi, então, “sua capacidade de absorver as pressões das bases e canalizá-las pelo interior do aparelho sindical” (SADER, 1988, p. 182), desfrutando de um relativo sucesso em decorrência de sua atuação no sentido de explorarem brechas legais a fim de contemplarem os interesses de seus representados.

De acordo com Eder Sader (1988, p. 26), o movimento em questão apresentou um caráter de transição, ruptura e novidade, inaugurando um período emblemático em nossa história política e contribuindo, conjuntamente com outros fatores, para a composição de “uma nova forma de sistema político”. Algo novo estaria emergindo, com seus novos personagens e suas novas reivindicações. Enfim, uma novidade que se apresentou primeiramente a partir de “imagens, narrativas e análises referindo-se a grupos populares os mais diversos que irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo primeiro, pelo direito de reivindicar direitos” (SADER, 1988, p. 26). A novidade exposta por Sader (1988) na constatação, passados o auge da repressão empregada pelo regime ditatorial e o conseqüente sufocamento das formas de luta da classe trabalhadora, do surgimento de “novos atores” que passaram a ocupar os espaços públicos, tensionando junto à estrutura estatal repressora e ao patronato por ela beneficiado.

No biênio 1978-1979, a deflagração de greves se deu de modo bastante intenso e volumoso pelos quatro cantos do país. Movimentos que pararam diversas categorias profissionais, como “metalúrgicos, motoristas e cobradores de ônibus, médicos, professores, garis, operários da construção civil, canavieiros, entre muitas outras categorias profissionais, atingindo um contingente de cerca de 3 milhões de trabalhadores” (MATTOS, 2009, p. 120). Configurando o que Renato Lemos (2018) definiu como a “reestrela” dos trabalhadores no cenário político nacional, considerando-a como tendo sido “avassaladora”, em virtude mesmo da dimensão alcançada pela sua participação na economia nacional.

Por isso, as greves de 1978 têm sido consideradas, corretamente, um “ensaio geral” para apresentações mais retumbantes, que expressariam, na década

seguinte, a elevação das campanhas e organizações sindicais a patamares mais complexos da luta de classes (LEMOS, 2018, p. 284).

Assim, a esta altura, o projeto de “transição lenta, gradual e segura” encontrou na ação organizada dos trabalhadores um significativo ponto de tensão, primeiramente com as greves do ABC, seguindo-se na criação do PT, em 1980, e da CUT, no ano de 1983, fazendo-se “sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições diretas para presidente – as “Diretas Já!” – e repercutiram na participação popular no processo Constituinte de 1988” (MATTOS, 2009, p. 118).

Os dois primeiros anos da década de 1980 registraram o recrudescimento dessas mobilizações, numa “conjuntura marcada pelo desemprego, pela crise econômica e com empresariado e governo já preparados para enfrentá-las, por meio do endurecimento nas negociações e do acionamento dos mecanismos repressivos da legislação sindical” (MATTOS, 2009, p. 120), cuja retomada apresentou um ritmo interessante já a partir de 1983, seguindo-se pelos anos posteriores, caracterizando praticamente mais de uma década de atividade sindical bastante expressiva.

Durante os anos de 1980, quando, conforme Santana (2020), o sindicalismo brasileiro viveu um de seus “momentos de ouro”, a novidade quanto às greves não residiu apenas em sua quantidade, reiterando a relativa expressividade dos movimentos grevistas de décadas anteriores. Ponto principal agora seria, então, a diversidade das mobilizações, dos seus métodos – greves com ocupação; greves “pipoca”; operações “padrão”, “vaca brava” e “tartaruga” – e dos atores envolvidos. As paralisações ocorridas no período também registraram a presença de categorias do funcionalismo público, até então “novas” na atividade sindical, dentre as quais os professores da educação básica desempenharam papel relevante (MATTOS, 2009).

Além das já tradicionais greves por categoria, assistiu-se o crescimento do número de paralisações por empresa. Greves nacionais também deram a tônica do período, sobretudo entre os anos de 1983 e 1989, quando da convocação de quatro greves gerais, que acabaram por representar a possibilidade de unificação das lutas dos trabalhadores e de maior expressão política de suas demandas, “que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente à salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa” (MATOS, 2009, p. 121). De acordo com Gelsom Almeida (2014), as greves gerais se constituíram como a mais importante ação dos

trabalhadores não apenas contra o governo Figueiredo e, posteriormente, Sarney, mas contra o próprio capital.

O crescimento dos movimentos grevistas esteve associado, em grande medida, a uma reivindicação comum entre os trabalhadores: reajustes salariais a fim de dirimir as perdas decorrentes dos elevados índices inflacionários. Reivindicação que, àquela altura, possuía um caráter ambivalente, sendo econômica ao mesmo tempo que política, sobretudo nos anos finais da ditadura, com seu modelo de desenvolvimento econômico centrado no arrocho salarial, e da falência de seu discurso de crescimento econômico acelerado. De modo que as “greves e reivindicações dos trabalhadores traziam, assim, a público, de forma contundente, a perversidade do modelo econômico concentrador de renda, que começava a falir” (MATTOS, 2009, p. 122). Mesmo quando da instauração do primeiro governo civil, as greves foram as alternativas encontradas pelos trabalhadores para tornarem suas questões conhecidas pelo conjunto da sociedade, recolocando-os, a despeito de sua reivindicação econômica, “no centro do debate político nacional” (MATTOS, 2009, p. 122).

Outro fator que ajuda a entender a onda grevista que caracterizou os anos de 1980 foi o estágio de organização alcançado pelo movimento sindical, expresso, por exemplo, no surgimento das centrais sindicais. O próprio PT surgiu como resultado da aliança entre o sindicalismo “autêntico” e outros segmentos da sociedade. Os esforços para aglutinar a vertente do sindicalismo combativo em torno de uma central originaram a CUT, que passou a congrega sindicatos vinculados ao “novo sindicalismo” e às oposições sindicais, como a OSMSP, visando a destituição dos sindicalistas ditos “pelegos”¹², sendo responsável por “boa parte das ações de retomada das mobilizações sindicais no período” (MATTOS, 2009, p. 123).

O processo de criação da CUT, todavia, não se deu harmoniosamente, sendo permeado por toda a ordem de divergências. Os maiores embates se deram entre a corrente dos “autênticos” e o grupo aglutinado em torno da Unidade Sindical, que apresentavam concepções distintas, principalmente em relação à manutenção ou superação da estrutura sindical oficial. Como resultado destes conflitos, também em 1983, vários sindicatos, urbanos e rurais, e diversas federações e confederações se uniram na criação da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), que, mais tarde, em 1986, daria lugar a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (MATTOS, 2009; SANTANA, 2020), entidade que passou, então, a disputar a representação dos trabalhadores com a CUT.

¹² Referência à pele com lã de cordeiro ou ovelha colocada sobre a sela da montaria para propiciar maior conforto ao cavaleiro.

Segundo Almeida (2014), de um modo geral, CUT e CGT apresentavam distintas concepções de organização. A primeira, vista enquanto uma Central revolucionária, contra a estrutura sindical oficial e tutelada pelo Estado, anticapitalista, classista e contra o denominado “pacto social”, e defensora de um sindicalismo de base; a segunda, entendida como sendo reformista, assente com o denominado “sindicalismo de resultados”, com o peleguismo, adepta da conciliação entre as classes e do sindicalismo de cúpula. No entanto, nesta classificação cumpre destacar as tensões existentes no interior da própria CGT, conforme nos alerta Marco Aurélio Santana (2020, p. 268):

A tensão se dava entre os setores mais tradicionais do sindicalismo, aliados aos partidos de esquerda atuantes na central, e um novo bloco que se foi formando, chamado de “sindicalismo de resultados”. Este último, defensor da economia de mercado, anticomunista e pragmático, divergia tanto do sindicalismo de contestação da CUT como de seus parceiros de esquerda dentro da CGT.

Assim, a despeito das disputas, a CUT seguiu numa crescente de adesão dos sindicatos à sua proposta, registrando, desde sua fundação até a realização do 4º Concut, em 1991, o salto de 912 para 1300 filiações (MATTOS, 2009), consolidando-se como a mais importante Central sindical brasileira (ALMEIDA, 2014). Em que pese este dado, a representatividade da CUT não pode ser mensurada apenas pelo quantitativo de filiações, mas também pelo papel desempenhado “por ela no debate político nacional e por sua capacidade de levar, ao longo dos anos de 1980, milhões de trabalhadores a jornadas de lutas e mobilizações, com destaque para as greves gerais” (MATTOS, 2009, p. 125).

Os anos oitenta representaram uma época de grandes ganhos políticos para os trabalhadores, através do efeito pedagógico das experiências das diversas lutas travadas. AS greves do período reforçaram a organização dos trabalhadores, recolocando em suas mãos a capacidade de iniciativa de questionamento da política econômica do governo e da exploração capitalista (ALMEIDA, 2014, p. 334).

Segundo Mattos (2009) a redemocratização do país, consolidada na Constituição Federal de 1988 e nas eleições presidenciais de 1989, teria encerrado a “era” do novo sindicalismo, registrando importantes conquistas, tais como: o fim do controle do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, do “estatuto-padrão” e da proibição de sindicalização dos funcionários públicos. Por outro lado, registrando, também, algumas questões não superadas, como: a) manutenção da unicidade sindical; b) monopólio de representação e c) manutenção do imposto sindical. Indicando, neste particular, “que o programa do novo sindicalismo não se

concretizou completamente, na legislação, pois a estrutura oficial, como herança corporativista, continuou pesando” (MATTOS, 2009, p. 125).

2.3 CONCLUSÃO

Conforme discutido ao longo deste capítulo, o processo de abertura política decorreu na base de muitos tensionamentos e disputas, seja entre os governos militares e a oposição política, seja entre os próprios militares. O projeto inicial contou com uma certa proeminência das prerrogativas estabelecidas pelo regime, garantindo-lhe uma relativa tranquilidade. Todavia, o fortalecimento da oposição, expresso, por exemplo, em resultados eleitorais diversos, aliado a outros fatores – como os problemas econômicos característicos do período –, contribuiu para que os rumos da redemocratização estivessem também ao alcance de outros sujeitos. Neste particular, corroboramos com o argumento de que os trabalhadores, sobretudo a partir dos anos finais da década de 1970, com o surgimento do novo sindicalismo, compuseram o conjunto de forças em disputa pelo controle do processo de abertura, fazendo da luta pela conquista de suas demandas específicas uma expressão mesma da luta pelo fim do regime ditatorial e pela volta da democracia ao país.

3 O “NORDESTE” NA DÉCADA DE 1980: CENÁRIO POLÍTICO, QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS E (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

Neste capítulo, objetivamos esboçar uma conjuntura política, econômica e social da região Nordeste, circunscrevendo-a no contexto da transição democrática brasileira e de suas questões latentes, conforme discutido no capítulo anterior, destacando suas particularidades.

3.1 A ECONOMIA AGRÁRIA E AS CONDIÇÕES DE PREDOMÍNIO DAS OLIGARQUIAS

De acordo com Manuel Correia de Andrade (1987), historicamente o Nordeste foi marcado, dentre outras coisas, pela persistência da questão agrária e suas muitas implicações. O autor chama atenção para o fato de o Brasil carecer, desde muito, de uma política agrária e agrícola, dado relevante sobretudo na região em questão. Não por acaso, a temática da Reforma Agrária tenha despertado o interesse de pesquisadores, religiosos e políticos.

O que se observa, sobretudo no Nordeste brasileiro, é o predomínio do latifúndio, a baixa utilização da terra, a dificuldade de acesso do produtor à propriedade e à posse da terra, os baixos níveis da produção agrícola, e a orientação da política governamental, estimulando a produção para exportação e a assistência aos grandes e médios produtores, em detrimento dos pequenos produtores (ANDRADE, 1987, p. 13)

Para o enfrentamento do problema, o historiador sugeriu a elaboração de uma “política enérgica” no sentido da “contenção das classes dominantes” e da garantia de “direitos e vantagens às classes dominadas” a fim de barrar a concentração fundiária, agravada sobremaneira pela modernização da produção agrícola (ANDRADE, 1987, p. 14).

A ação do Estado seria então fundamental, muito embora Andrade (1987) chame a atenção para o fato de que a intervenção estatal na atividade agrícola fora mais prejudicial do que benéfica aos pequenos produtores e trabalhadores sem-terra. Como exemplo, cita o Programa de Racionalização da Agro-Indústria Canavieira, através do decreto-lei nº 1.186, de 27 de agosto de 1971, e o PROALCOOL, instituído pelo decreto 76.593, de 14 de novembro de 1975.

Ambos, de acordo com o autor, tiveram efeito significativo no que diz respeito ao aumento da propriedade da terra de usinas de açúcar na região Nordeste, repercutindo sobremaneira na substituição da pecuária, das áreas destinadas à produção de alimentos, ou mesmo daquelas até então desocupadas, pelas lavouras de cana.

No Nordeste as pequenas e médias usinas que não dispunham de grande capacidade de esmagamento de cana de açúcar foram absorvidas por usinas

maiores ou transferidas de um para outro Estado. A concentração industrial foi acompanhada de concentração fundiária, passando cada usina a controlar um maior número de fazendas (ANDRADE, 1987, p. 20).

Benefícios foram concedidos a usineiros que apresentassem projetos de modernização ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), ocasionando a construção de usinas de grande porte, inclusive em áreas tidas como inadequadas para cultura de cana em escala industrial. Assim, entre os anos de 1975 e 1983 o número de usinas no nordeste brasileiro saltou de 79 para 84. Número que pode parecer inexpressivo em uma primeira mirada. No entanto, expressa muito bem o ponto central discutido até aqui, qual seja, da concentração fundiária.

Posto que ao longo desses oito anos, enquanto registrou-se a construção de apenas mais 5 usinas, os indicadores da produção (por sacos de 50kg) praticamente dobraram na região, saindo de 36.364.516 para 62.348.000. Os estados de Alagoas e Pernambuco destacaram-se na região como sendo os maiores detentores de usinas e também os maiores produtores (ANDRADE, 1987).

As destilarias receberam maiores incentivos, em face da necessidade que o Brasil tinha de diminuir a sua importação de petróleo, o produto mais gravoso em nosso balanço de pagamentos. Os projetos de montagem de destilaria receberam financiamento em larga escala, com pagamento a longo prazo e com juros inferiores à inflação, permitindo-se a instalação das mesmas em áreas ecologicamente desfavoráveis à cultura da cana-de-açúcar. Daí a expansão dos canaviais por áreas do Agreste, onde se fazia antes a cultura de lavouras de subsistência e onde havia pequena criação de gado (ANDRADE, 1987, p. 21-22).

De acordo com Andrade (1987), uma outra questão constitutiva da região Nordeste é o que ele define como “fraqueza econômica” quando comparada a outras regiões do país, principalmente a Sudeste, fazendo a devida ressalva de que tal fraqueza resulta menos de aspectos naturais, como corriqueiramente propalado, do que de um processo histórico de desenvolvimento marcadamente desigual.

Foram as estruturas econômico-sociais aí implantadas no período colonial e ainda hoje subsistentes, as grandes responsáveis pelo desequilíbrio que se observa hoje frente à economia do Sudeste e do Sul do país. Foram estruturas implantadas no início da colonização, quando os colonizadores portugueses, povoadores da terra, destinaram-na sobretudo à produção de açúcar para atender à demanda do mercado europeu. Construíram engenhos de açúcar que comandaram o processo de desmatamento e expansão dos canaviais, e deram também condições a que se fizesse a importação, em larga escala, de negros africanos escravizados. Criou-se desse modo a civilização da casa-grande e da senzala, do menino de engenho e do moleque de bagageira, da sinhazinha e da mucama, do rico e do marginalizado [...] (ANDRADE, 1987, p. 43).

Se, no início, o açúcar representou o auge de uma região com economia relativamente pujante, já desde os idos do século XVII e, mais ainda, do XIX o cenário mostrava-se outro e significativamente adverso. Fazendo com que o Nordeste entrasse “em um período de crise, passando daí a viver alternadamente épocas de crise e épocas estáveis, até os dias atuais, sendo as épocas de crise bem mais longas que as de estabilidade” (ANDRADE, 1987, p. 44).

Cresceram os potenciais econômicos e as influências políticas de outras áreas do Brasil, sobretudo na região Sudeste, que se tornou, então, já no século XVIII, o centro das decisões políticas do país. No decorrer do século XX a “dominação do Sudeste seria consolidada com o desenvolvimento industrial, com a conquista de novas áreas pela agricultura e com o desenvolvimento de novas culturas em demanda no mercado internacional, como a soja” (ANDRADE, 1987, p. 44).

Neste cenário de transformações diversas, coube à burguesia rural nordestina se adaptar às novas diretrizes do momento político e econômico nacional, tornando-se, no dizer de Andrade (1987, p. 45), “caudatária dos grupos do Sudeste, em escala nacional”, de quem esperavam a garantia da estabilidade necessária para manutenção de seu poderio em âmbito regional e local. Foi assim desde os idos do século XIX, agindo, com maior ou menor expressão, para ocupar cargos e exercer funções importantes dentro da estrutura burocrática e administrativa do país. Na Nova República, por exemplo, eles teriam sido

[...] mais agressivos, face ao nível de pobreza em que caiu a região, e já voltam a lutar pela vice-presidência, ocupada por um maranhense até a morte do presidente, e por um maior número de cargos no primeiro e segundo escalões do governo. Resta ver se estes ministros, estas autoridades, vão se comportar no governo, na administração federal, como nordestinos ou se serão guiados pelos seus interesses pessoais ou pelos grupos políticos que os apóiam. É necessário que se distinga o que é de interesse do Nordeste como região, do que é de interesse de grupos dominantes no Nordeste (ANDRADE, 1987, p. 45-46).

Deste modo, Andrade (1987), observando em perspectiva histórica, argumenta que há estreita relação entre os grupos dominantes em âmbito nacional e regional, resultando em estratégias, políticas e programas diversos a fim de sanar a “crise econômica e social” existente no nordeste brasileiro. Um exemplo foi o próprio IAA, cujos efeitos se mostraram eficazes por pelo menos duas décadas. Outro, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), “cuja finalidade oficial era promover a aceleração do desenvolvimento do Nordeste, a fim de diminuir as desigualdades de desenvolvimento entre as regiões brasileiras” (ANDRADE, 1987, p. 46). No entanto, o que se revelou foi exatamente o contrário.

De acordo com Francisco de Oliveira (2008), a experiência da SUDENE está dentre aquelas que desperta maior fascínio em pesquisadores pesquisadoras, fomentando “leituras diversas”. Em seu estudo, o cientista social se dedicou ao exame da relação Estado-sociedade, enfatizando o caso da região nordeste em sua tensão com o eixo Centro-Sul no decorrer dos anos de 1950 e 1960. Discutindo distintas formas de intervenção estatal no Nordeste, o autor destaca a criação da SUDENE como expressão mesma do “novo Estado” na região. Assim, define Oliveira (2008, p. 250):

A Sudene foi criada em 1959, pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro do mesmo ano, no Congresso Nacional, emanada de projeto do Executivo da União que, no curso dos debates e transações parlamentares, recebeu diversas emendas. O processo propriamente parlamentar de criação da Sudene reflete, admiravelmente, o posicionamento das diversas classes sociais, no Nordeste e fora dele, em relação à nova atuação do Estado na região.

Tendo como objetivo a solução do “problema Nordeste”, a SUDENE, exprimindo os dinâmicos e complexos conflitos de classe existentes no interior da própria região, e notadamente também fora dela, acentuados, inclusive, pelo avanço do capital estrangeiro, acabou por servir menos para amenizar as desigualdades regionais do que ao processo de expansão do próprio capitalismo em território nacional (OLIVEIRA, 2008; ANDRADE, 1987). A SUDENE teve papel importante na modernização do Nordeste, “fazendo com que ocorresse um crescimento econômico, mas não desenvolveu a região, de vez que a palavra desenvolvimento tem conotações não apenas econômicas, mas também sociais” (ANDRADE, 1987, p. 47).

Posterior à SUDENE, e também com notável impacto na região Nordeste, foi o PROALCOOL, instituído pelo Governo Federal no intuito de diminuir a importação de petróleo, em virtude mesmo da crise internacional resultante de seus elevados preços. Sendo o Brasil um país ainda acentuadamente importador de petróleo, o referido programa visava estimular a criação de destilarias, tanto independentes como anexas às usinas já existentes na região, fornecendo, através do IAA, empréstimos generosos aos proprietários para criação das destilarias, e garantindo a venda da produção, sob intermédio da própria Petrobras.

O dinheiro público, desse modo, financiava os grupos econômicos, facilitando o agravamento da situação alimentar, torpedeando qualquer política que beneficiasse a produção de alimento. O tanque do automóvel tornou-se mais importante do que o prato (estômago) do trabalhador. Mas em compensação a burguesia açucareira pôde reflorescer em sua riqueza (ANDRADE, 1987, p. 47).

O PROALCOOL se insere dentro das medidas elaboradas pelo Governo Federal para superar – ou ao menos dirimir – os efeitos da crise econômica instaurada no país, de cujos efeitos o Nordeste não esteve imune. No entanto, o programa não se destinou exclusivamente à região Nordeste. De acordo com Manuel Correia de Andrade (1987), do mesmo modo também foram estimuladas a construção de usinas e destilarias nas regiões Sul e Sudeste. De modo que, se a burguesia açucareira nordestina foi beneficiada pelo programa, muito mais foi “a do Sudeste e do Sul, basta que se compare o crescimento do número de estabelecimentos industriais e da produção entre as áreas mencionadas” (ANDRADE, 1987, p. 50).

Além destes efeitos, a região também teve que lidar com um velho e conhecido problema: a seca. De acordo com Andrade (1987), a seca podia ser considerada um dado previsível na região, uma vez que sua ocorrência se dava periodicamente a cada dez anos. O problema foi não ter se buscado

[...] adaptar a economia nordestina à seca, de vez que não se deu a menor importância à expansão da área de irrigação, não se desenvolveu a cultura de plantas xerófitas e não se modernizou a pecuária. Pior ainda, não se procurou transformar as estruturas dominantes no Sertão, na porção semi-árida e árida, às *exigências* da sociedade atual e à *densidade* demográfica da região (ANDRADE, 1987, p. 48).

Diante dos problemas ocasionados pela crise nacional e pela seca na região, muitos produtores se viram obrigados a abandonar suas terras e migrar para outras regiões em busca de trabalho, contribuindo para reforçar uma característica historicamente consolidada em relação à região Nordeste, qual seja, de uma “área de emigração”, cujos aspectos apresentaram características, motivações e movimentos diversos no decorrer do tempo.

O incentivo a construções de grande obras públicas, como estradas e açudes, por exemplo, utilizado pelo Governo Federal como estratégia também para conter o efeito migratório na região – a despeito de ter beneficiado muito mais os grandes e médios proprietários de terra –, foi revisto ou mesmo suspenso na primeira metade da década de 1980. Como resultado, segundo Andrade (1987, p. 51), de um Governo Federal desgastado “em face da desastrosa política econômica que adotou, preferindo dar prioridade a obras gigantescas em outras áreas, como as de Itaipu e de Tucuruí, cortando verbas para o Nordeste, provocando o desemprego”, assim como a redução significativa das atividades comerciais e de serviços que se desenvolvem em paralelo.

Em seu texto, datado, porém atual em grande medida, Andrade (1987) argumenta que, em se tratando da dispensação de recursos, o Nordeste tem sido historicamente negligenciado – sacrificado, nos termos do historiador – em comparação com outras regiões do país. A razão

para isto estaria nas estruturas dominantes que provocam a concentração de renda e decisões políticas, capitaneadas principalmente pelos latifundiários e seu grau de influência nas eleições, fazendo parlamentares e chefes de executivo.

Com o país em crise, os governadores nordestinos, não somente, mas especificamente, se constituíram, de acordo com Andrade (1987), como “delegados do Poder Central”, sendo escolhidos pelo próprio Presidente da República e “eleitos” pelos colégios eleitorais. Assim designados,

[...] e sabendo que as estruturas políticas estavam controladas pelo grupo dominante, não tinham condições de exercer pressão em defesa de interesses populares. E o que se viu foi uma sinfonia de verbas ser canalizada em função dos interesses dos grupos de expressão nacional, sem que os de expressão regional – regional no sentido de ligados aos grupos dominantes da região e não ao povo – tivessem forças para protestar ou mesmo para pressionar os dirigentes nacionais. Daí haver Itaipu, sozinha, absorvido dezenas de vezes mais verbas do que o Nordeste em seus cinco anos de seca (ANDRADE, 1987, p. 52).

Assim, de modo contundente e direto, Andrade (1987) argumenta que, nos idos dos anos de 1980, a solução para os problemas da região era menos de ordem econômica do que de ordem política. Do ponto de vista econômico, segundo o historiador, os problemas eram deveras conhecidos, enquanto que no plano político a “falta de capacidade de luta”, do poder de pressão de elites, sem bases populares “autênticas”, e por isso mesmo frágeis, e muito pouco dispostas a representar os “verdadeiros interesses regionais” ser, então, a principal mazela do Nordeste. Assim, de acordo com Manuel Correia de Andrade (1987) – conforme exprimiu no calor dos acontecimentos característicos da Nova República recentemente iniciada – se esperava uma mudança significativa na situação do Nordeste, exigindo daqueles, “comprometidos com a renovação que foi prometida ao povo (...) não esqueçam as promessas feitas e mantenham uma verdadeira fidelidade a este povo, agora mais esclarecido e mais capaz de saber o que quer, o que é necessário ao País e à Região” (ANDRADE, 1987, p. 53).

3.2 ASPECTOS DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA NA REGIÃO: COMPETIÇÃO PARTIDÁRIA, (RE)ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA E CRISE DAS OLIGARQUIAS

O atual sistema partidário brasileiro foi forjado em pleno processo de transição democrática (1974-1988), o que lhe confere características um tanto particulares, em virtude das tentativas de manipulação e dos tensionamentos operados. Conforme Braga (2016), as condições de possibilidade para o pluripartidarismo se deram, primeiramente, por obra dos

militares, no sentido de conter o avanço das forças oposicionistas, dividindo-as e mantendo o processo de distensão política sob seu controle. Por outro lado, há que se valorizar as pressões sociais pelo restabelecimento dos direitos políticos, galvanizadas por um cenário de grave crise econômica que atingira as camadas médias e, mais fortemente, populares da sociedade.

A expressão mais aguda desse sentimento contra a ditadura foi vocalizado nas eleições de 1974 e 1978, quando os resultados estamparam a tendência do bipartidarismo em canalizar as opções de forma plebiscitária, tornando-se, assim, um recurso efetivo para a ação oposicionista (BRAGA, 2016, p. 84).

O caminho para o multipartidarismo começou a ser alicerçado com a Reforma Partidária de 1979, da qual resultaram inicialmente seis novas agremiações partidárias: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Social (PDS), Partido Popular (PP), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido dos Trabalhadores (PT). O objetivo da reforma era o de deter o crescimento eleitoral da oposição aglutinada em torno do então MDB.

No entanto, de acordo com Braga (2016), as primeiras movimentações expressaram que, ao menos no campo das principais forças políticas em disputa, o bipartidarismo continuou em cena, posto que, na prática, MDB e ARENA não foram dissolvidos. A maioria de seus membros filiou-se, respectivamente, ao PMDB e ao PDS, tendo outra parte migrado para os outros partidos em número praticamente inexpressivo. A exceção, nesse caso, foi o PP, fundado por dissidentes da ARENA e integrantes moderados do MDB, que registrou o terceiro maior número de filiações, 69 no total.

Na esteira da reforma partidária, e novamente como mais uma estratégia para dificultar as chances de vitória da oposição, e conseqüentemente de fortalecer o seu partido, PDS, o governo Figueiredo lançou o Pacote de Novembro (1982), proibindo a formação de coligações partidárias, exigindo que os partidos lançassem candidatos para todos os cargos em disputa – tanto do legislativo como dos poderes executivos – e estabelecendo o voto vinculado, segundo o qual o eleitor poderia votar apenas em candidatos do mesmo partido.

Um dos resultados do Pacote de Abril foi a fusão do PP com o PMDB, restabelecendo aos quadros deste último importantes lideranças, como Tancredo Neves, e fortalecendo-o ainda mais como principal partido de oposição ao regime ditatorial, portanto, com grandes chances de vitória nas eleições de 1982, primeiras a ter disputa para o cargo de Governador de Estado a contar com o formato pluripartidário, desde o golpe de 1964.

As condições políticas engendradas em âmbito nacional, como não poderia deixar de ser, repercutiram no nível dos estados, implicando no (re)arranjo das forças políticas locais assentadas desde, pelo menos, a instauração do bipartidarismo.

Com o subsistema partidário da região Nordeste não foi diferente. De acordo com Braga (2016), a ditadura civil-militar contou com forte base de apoio no Nordeste.

Diversos estudos demonstraram que houve adesões por boa parte da classe política e da quase totalidade dos proprietários e empresários. Além da elite política e econômica, acrescenta-se ainda uma parte considerável do clero e da classe média nordestina. Os resultados eleitorais das eleições de 1966 para a Câmara dos Deputados reafirmam esse comportamento adesista do eleitorado àquele regime (BRAGA, 2016, p. 86).

Nas eleições entre os anos de 1966 e 1978 a ARENA, partido da ditadura, recebeu ampla maioria dos votos na região, em relação ao MDB, apresentando, inclusive, percentual superior à média nacional. Do que pode se inferir que a oposição seria mais forte no Sul e Sudeste, regiões com notáveis índices de industrialização e urbanização, ao passo que nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste a situação era exatamente a oposta, em virtude mesmo de seus baixos números em termos de modernização e desenvolvimento econômico (BRAGA, 2016).

No entanto, o resultado das eleições parlamentares de 1978 permitem uma conclusão diferente. De acordo com Braga (2016, p. 87),

mesmo na região Nordeste observa-se a mesma clivagem sócio-econômica, ou seja, nas áreas mais urbanizadas o partido da oposição obteve maior proporção de votos do que a ARENA nas duas primeiras categorias (capitais e cidades com mais de 30 mil habitantes) na disputa para a Câmara Federal, e, apenas na primeira (capitais), para o Senado.

As cidades com menos de 30 mil habitantes, em sua quase totalidade áreas rurais, mantiveram-se como redutos da ARENA. No entanto, por obra do regime militar, àquela altura o Nordeste apresentava sinais de crescente industrialização, com maior ou menor destaque para alguns ramos de produção e, do mesmo modo, com maior ou menor destaque para alguns estados e suas zonas internas.

A própria agroindústria passou por um processo de modernização, conforme sinalado anteriormente, não resultando, porém, numa modificação na distribuição da propriedade da terra. O incremento da agricultura irrigada, dentre outras coisas, propiciou o surgimento de uma massa de trabalhadores que acabaram por se localizar, em grande medida, em áreas periféricas das cidades. Porém, em que pese o incentivo à industrialização e à modernização da agricultura na região Nordeste desde os idos de 1980,

ao mesmo tempo, com as crises econômicas assolando todo o país, houve ainda mais a expansão da pobreza em diferentes áreas da região, resultando em extensa favelização mesmo em cidades mais urbanizadas, como as capitais, reflexo de um crescimento econômico desordenado e muito concentrado em alguns setores, ou mesmo, em determinados clãs tradicionais (BRAGA, 2016, p. 89).

De acordo com Roberto Oliveira (2014), desde os anos finais da década de 1960 até o ano de 1989 foi possível verificar o crescimento da atividade industrial na região Nordeste, quando sua participação no PIB regional saltou de 22,6% para 29,3%, sendo superada pelo setor de serviços, que registrou a elevação de 49,9% para 58,6%, mas ficando bem acima dos percentual apresentado pela agropecuária, que, no mesmo período, encolheu de 27,4% para 18,9%.

De um modo geral, ainda no concernente a este mesmo período, o desempenho da economia do Nordeste não esteve muito distante do apresentado pela economia brasileira, alternando entre taxas de crescimento ora superiores, ora inferiores à média nacional. Se entre os anos de 1960 e 1967 o Nordeste cresceu mais do que o Brasil, entre 1968 e 1973, período do tal “Milagre”, a situação se modificou, tendo a economia regional registrado 7,2%, enquanto a média anual brasileira ficou na casa dos 10,9%.

No período do “choque do petróleo”, de 1974 a 1980, ocorre nova inversão, com 7,4% para o Nordeste e 6,8% para o Brasil. Nos anos de “crise da dívida”, de 1981 a 1983, as taxas foram, na mesma ordem, de 2,6% e -2,2%. De 1984 a 1986 (com a economia em rápida recuperação), o Nordeste segue crescendo mais, com 10,1% e o Brasil, 7,0%. Finalmente, de 1987 a 1993 (estagnação econômica e elevada inflação), a Região volta a crescer menos, com -0,5% e 0,5%. No conjunto da série, de 1960 a 1993, as taxas médias de crescimento anual se mantiveram próximas: 5,5% no Nordeste e 5,6% no Brasil (OLIVEIRA, 2014, p. 71).

De acordo com Roberto Oliveira (2014), desse processo teria resultado a “integração dependente”, no sentido de que a economia do Nordeste integrou-se à economia nacional, porém com “investimentos de capitais” provenientes do Centro-Sul, sobretudo no período entre os anos de 1960 e 1980. Assim, contando principalmente com a produção de bens não duráveis, então em declínio, e de bens intermediários, para o Nordeste, “na nova divisão regional do trabalho, coube-lhe o papel produtor de insumos para a indústria do Sudeste, tornando-se um espaço periférico dentro da própria economia nacional” (OLIVEIRA, 2014, p. 72).

No período em questão, o espaço econômico nordestino pode ser dividido em quatro sub-regiões, a saber: 1) áreas metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza, que

concentraram a maior parte dos projetos industriais, com destaque para os segmentos têxtil e de confecções no Ceará, para fiação e tecelagem e química, dentre outras, em Pernambuco, e para o Polo Petroquímico de Camaçari, na Bahia; 2) Zona da Mata, destacando-se a agroindústria sucroalcooleira e a produção de cacau na Bahia, o babaçu e a madeira no Maranhão; 3) Semiárido, “onde historicamente se concentrou uma economia de baixa produtividade, baseada na pecuária extensiva e na agricultura de subsistência” (OLIVEIRA, 2014, p. 72); 4) Os principais polos de irrigação – agroindústria moderna – em Açú, no Rio Grande do Norte, em Corredeiras do São Francisco, na Bahia, e no Sertão do São Francisco, em Pernambuco.

Das políticas desenvolvimentistas do período, resultaram os polos Petroquímico de Camaçari (BA), o Complexo Agroindustrial de Petrolina e Juazeiro, ambos criados nos anos de 1970, os Cerrados do Oeste da Bahia, que, desde os anos de 1980, dedicaram-se à produção e ao processamento de soja, chegando também ao Piauí, Maranhão e Tocantins, o Polo Têxtil de Confecções de Fortaleza (pujante entre 1970-1985), o Polo Mineiro-Metalúrgico do Maranhão. O desenvolvimento expressos pelo sucesso dessas áreas econômicas e industriais contrastou com os desequilíbrios e com as desigualdades sociais da região, opondo à persistência da pobreza aos bons índices do PIB (OLIVEIRA, 2014).

As heranças do trabalho escravo e da estrutura fundiária baseada no latifúndio, associadas ao longo processo de incorporação do trabalho assalariado e à grande disponibilidade de mão de obra, entre outros aspectos, condicionaram a manutenção, mesmo com os novos projetos, de relações espoliativas de trabalho e de baixos níveis de remuneração (OLIVEIRA, 2014, p. 75).

A SUDENE priorizou investimentos em setores “intensivos em capital”, contribuindo, desse modo, para a constituição de um contingente reduzido de trabalhadores portadores de um certo grau de qualificação profissional e relativamente bem remunerados (OLIVEIRA, 2014). “Na outra mão, resultou na queda relativa da demanda de mão de obra nos ramos industriais tradicionais, intensivos em mão de obra, predominantes anteriormente” (OLIVEIRA, 2014, p. 75). A partir dos anos finais da década de 1970 se viu a expansão do assalariamento na região. O setor público apresentou crescimento até meados dos anos de 1980, seguindo-se declínio nos anos posteriores. Tudo isto, provocou alterações no perfil sócio-profissional nas classes médias, expressas, por exemplo, na queda de remuneração dos funcionários públicos, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1980, e na “emergência de profissionais da informática, do marketing, da administração de empresas estatais e

privadas etc.)” (OLIVEIRA, 2014, p. 76). Neste bojo, surgiram novas gerações de empresários industriais, muitos inclusive oriundos das velhas oligarquias.

Para os que não conseguiam se alocar nas velhas e novas oportunidades de trabalho assalariado restaram sempre as “opções” do auto-emprego ou da migração. Sendo que, muitas vezes, uma redundava na outra. O trabalho autônomo, informal, não só continuou sendo um refúgio ao desemprego nas áreas urbanas nordestinas, como foi intensificado nesse novo processo de industrialização da Região (OLIVEIRA, 2014, p. 76)

Entre 1960 e 1980, cerca de 4 milhões de nordestinos teriam migrado do Nordeste. Resultado da permanência das dinâmicas tradicionalmente estabelecidas na região, a despeito dos novos atores sociais emergentes, em um contexto socioeconômico marcado por desigualdades diversas. Neste sentido, o caso da Bahia é muito interessante: até 1950, denominada de uma “poderosa oligarquia”, composta por fazendeiros de diversos ramos, verificaram-se mudanças importantes na década seguinte, contando com forte apoio da SUDENE, que contribuiu para operar alterações no perfil do emprego na Região Metropolitana de Salvador, diminuindo a agricultura e saltando a indústria e o setor terciário.

Nesta linha, emblemática também foi a instalação da Petrobras no Recôncavo da Bahia. De acordo com Oliveira (2014), os conflitos de classes eram “mascarados” pelo corporativismo da relação entre a empresa e os trabalhadores, somando-se, também, o fato de que ser empregado da Petrobras passou a ser a maior aspiração no estado, configurando-se como elemento mesmo de status social e profissional. Além disso, uma outra questão merece ser destacada, pois diz respeito ao processo mesmo de industrialização do Nordeste e à percepção das elites econômicas e políticas do país em relação a este processo na região: “Com o golpe de 1964, na perspectiva da aliança de classes que passou a dar sustentação à SUDENE, as novas empresas, no discurso hegemônico, deslocavam-se para a Região para ‘ajudar’ o Nordeste” (OLIVEIRA, 2014, p. 78).

No concernente aos trabalhadores e suas condições de trabalho e remuneração, o efeito da entrada das grandes empresas estatais e privadas foi a homogeneização nacional na remuneração de seu quadro técnico, constituindo-se como mais um fator de diferenciação social na região. Especificamente sobre os trabalhadores assalariados no estado da Bahia, a constatação foi a seguinte: “pequeno número de operários, número maior de não operários e uma marcada diferenciação salarial no interior do que se poderia chamar a ‘classe operária’ na Bahia. Isolamento quantitativo e qualitativo (OLIVEIRA, 2014, p. 79)”. Muito provavelmente, o exemplo pode se estender para outros estados nordestinos onde a configuração seria praticamente a mesma.

Uma combinação entre uma sempre imensa oferta de mão de obra (‘exército industrial de reserva’), a incorporação de uma matriz técnica intensiva em capital e que ‘desespecializa’ (com um processo de trabalho baseado na montagem), associadas a uma dinâmica que leva à hierarquização e à segmentação nas relações de trabalho, resultou em: elevada rotatividade da mão de obra, baixos salários, vínculos precários, forte concorrência entre os trabalhadores e entraves para a afirmação de uma identidade de classe (OLIVEIRA, 2014, p. 79).

O cenário da organização dos trabalhadores na Bahia começou a apresentar fortes sinais de modificação por ocasião mesmo da repercussão das greves do ABC Paulista e da eclosão do novo sindicalismo. Neste particular, se destacou a organização dos operários do Complexo de Camaçari, através de sua entidade de representação, o Sindiquímica. Assim, apesar da “ausência de uma cultura operária”, os limites da carreira fabril e o autoritarismo da “cultura gerencial” esbarraram na “emergência de um discurso antipatronal, ‘classista’, com manifestas expressões de solidariedade frente às demandas dos demais trabalhadores” (OLIVEIRA, 2014, p. 81).

Segundo Maria do Socorro Abreu e Lima (2015), a conjuntura nacional apontava para outro horizonte no início dos anos de 1980, em virtude mesmo da retomada das lutas sociais e trabalhistas no Brasil desde os fins da década de 1970, sinalizada pela atuação de diversos movimentos, qual seja, popular, feminista, estudantil, trabalhadores, dentre outros. Cada um ao seu modo e em conjunto, contribuindo para pressionar o regime civil-militar na medida mesma em que expunham suas demandas, tomando as ruas com importantes mobilizações, denunciando, dentre outras coisas, o arrocho salarial. No tocante ao movimento sindical, através das greves e dos protestos realizados, o enfrentamento aos patrões e à legislação de exceção se tornavam cada vez mais evidentes (ABREU E LIMA, 2015).

Os efeitos da retomada das lutas da classe trabalhadora no Brasil se fizeram sentir, com maior ou menor expressão, nos diversos estados nordestinos, mediante ação de categorias profissionais distintas, tanto das áreas urbanas como das áreas rurais. Em relação a estas últimas, José Ferreira Filho (2015) pôs em relevo uma mobilização organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Pernambuco (FETAPE), em outubro de 1979, que reuniu mais de 100 mil trabalhadores das áreas canavieiras do estado, tornando-se a segunda maior greve da história do setor sucroalcooleiro em Pernambuco. Esta mobilização inaugurou um período importante de lutas dos canavieiros na forma de greves, que, a despeito de serem “feitas dentro das normas impostas pelo Ministério do Trabalho, mobilizaram toda a categoria de maneira intensa, apesar das ameaças e das perseguições,

contando com o apoio efetivo de muitos setores da sociedade” (ABREU E LIMA, 2015, p. 319).

De acordo com Marcela Bezerra (2015), as mobilizações dos canavieiros pernambucanos, retomadas no final dos anos 1970, refletiu tanto a organização dos trabalhadores “na base do movimento quanto a reestruturação dos sindicatos” e da própria FETAPE (BEZERRA, 2015, p. 330). Assim, ao longo da década de 1980, os trabalhadores do setor deflagraram campanhas salariais em praticamente todos os anos, pondo em questão também o cumprimento de seus direitos trabalhistas junto à Justiça do Trabalho e a violência à qual eram historicamente submetidos (ABREU E LIMA, 2015; BEZERRA, 2015).

Em termos de política partidária, o início da década demonstrava um ritmo diferente em relação ao que vinha se configurando desde a segunda metade da década de 1970, quando os sinais de enfraquecimento da ARENA e de fortalecimento do MDB pareciam mais nítidos. Especificamente na região Nordeste, mesmo após a reforma de 1979, a competição partidária efetivou-se de modo relativamente lento. Exemplo disto são as eleições de 1982, que exprimiram o mesmo padrão bipartidário, colocando PMDB e PDS no centro das disputas, tendo o partido da ditadura obtido ampla vantagem sobre o partido oposicionista, elegendo todos os seus candidatos a governador na região. Na Bahia, João Durval Carneiro; em Sergipe, João Alves Filho; em Alagoas, Divaldo Suruagy; em Pernambuco, Roberto Magalhães; na Paraíba, Wilson Braga; no Rio Grande do Norte, Agripino Maia; no Ceará: Gonzaga Mota; no Piauí, Hugo Napoleão e no Maranhão foi eleito Luís Rocha.

De acordo com Maria Socorro Braga (2016), alguns fatores ajudam a compreender a permanência do padrão bipartidário, aliado à proeminência do PDS, na região Nordeste. Primeiramente, apenas o PDS e o PMDB lançaram candidaturas para todos os cargos do pleito; some-se a isso a participação praticamente simbólica e os resultados relativamente inexpressivos do PT, do PTB e do PDT, forças ainda emergentes na região que sentiram mais fortemente os impactos do voto vinculado. Por fim, “na maioria dos estados nordestinos, lideranças políticas locais do período bipartidário e que estiveram à frente do governo do estado em mandatos indiretas sucessivos se mantiveram hegemônicas ao menos até 1986” (BRAGA, 2016. p. 91).

Diferentemente, em âmbito nacional observou-se o fortalecimento do PMDB em todas as disputas e o conseqüente enfraquecimento do PDS: enquanto que o primeiro contabilizou, respectivamente, 43% dos votos para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas e 44% para governadores, o segundo registrou 43,2% e 41,5%. Na região Nordeste, a diferença

foi expressiva em favor do PDS, sendo de 62% para governadores, 65% para as AL's e 64,7% para Câmara. A menor diferença de votos entre os dois partidos foi registrada em Pernambuco nas eleições para a AL, sendo cerca de 56% para o PDS e 43,4% para o PMDB (BRAGA, 2016).

Se até aqui o modelo bipartidário seguia orientando a prática eleitoral no Nordeste, obstaculizando a expansão do multipartidarismo nos primeiros anos de 1980, conforme os dados registrados nas eleições de 1982,

[...] de 1985 em diante a legislação começou a permitir o registro de partidos dos mais variados espectros ideológicos e, em termos de desenvolvimento da cidadania, estendeu o direito de voto aos analfabetos, ampliando consideravelmente o eleitorado da região Nordeste nas eleições seguintes (BRAGA, 2016, p. 93).

A Constituição Federal de 1988 incluiu a juventude ao eleitorado ao facultar o voto a adolescentes a partir dos dezesseis anos de idade. Efeito destas medidas foi o salto do quantitativo de eleitores na região Nordeste, contabilizando 21.529.617, em 1988, contra os 15.155.149 registrados em 1982 (BRAGA, 2016).

No entanto, em que pese os resultados obtidos pelo PDS no Nordeste por ocasião das eleições de 1982, é possível dizer que nos diferentes estados da região as classes populares, organizadas em movimentos sociais, sindicatos e mesmo em partidos ainda mantidos na ilegalidade, como o PC do B, vinham se mobilizando e tensionando no campo das forças políticas, reivindicando mudanças na estrutura eleitoral e o fim do regime militar.

Sob o título “Nordeste nas ruas exige diretas”, o *Tribuna da Luta Operária (TLO)* deu conta de noticiar o que denominou de “circuito nordestino dos grandes comícios”, convocado pelo Comitê Teotônio Vilela em prol das eleições diretas para Presidência da República. Segundo a publicação, nas manifestações ocorridas durante a última semana de janeiro de 1984 multidões teriam ocupado ruas e praças públicas em capitais e cidades importantes de alguns estados da região, com destaque para João Pessoa (Paraíba), onde contabilizou-se cerca de 20 mil pessoas; Olinda (Pernambuco) e Fortaleza (Ceará), em ambas registrando-se aproximadamente 30 mil; e Maceió (Alagoas), onde teriam se reunido o maior número de manifestantes, cerca de 60 mil pessoas (TLO, 6-12/02/1984, p. 8).

Segundo os registros, o comício de Maceió expõe bem a tônica das forças políticas que estavam compondo o quadro oposicionista na região, não obstante suas diferenças ideológicas e disputas pelo eleitorado. Na ocasião, esteve presente o Deputado Federal

Ulysses Guimarães, então presidente nacional do PMDB, que proferiu discurso aos manifestantes.

Além dele, compareceram ao ato os governadores Tancredo Neves e Franco Montoro, os presidentes nacionais do PT, Lula, e do PDT, Doutel de Andrade, o ex-senador Marcos Freire, o deputado-cacique Mário Juruna, o líder do PMDB na Câmara, Freitas Nobre (...). Presentes também sindicatos, associações de moradores, entidades estudantis, a União de Mulheres e toda a liderança oposicionista do Estado (TLO, 6-12/02/1984, p. 8).

Uma publicação do *Jornal de Alagoas* deu conta de destacar o clima aparentemente favorável para a direita mais alinhada aos militares sob o título de “Nordeste é região problemática mas na política é tranquila”. Na oportunidade, foram divulgados trechos da entrevista concedida pelo General Jorge Sá Freire Pinho, nas dependências do 59º BMITZ, quando indagado a respeito de uma fala do Coronel Albano Teixeira, que teria dito que “o Nordeste é uma das regiões mais problemáticas em termos sociais, mas que na parte política é bastante tranqüila, porque todos os governadores são do PDS” (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1984, A-3).

Sá Pinho teria, então, concordado com a afirmação do coronel, complementando-a. “Na realidade, a política no Nordeste não preocupa o Exército. Está tudo bem, como constatamos aqui em Alagoas, onde até a seca desapareceu com a normalização do inverno na região”, disse o general (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1984, A-3).

Em relação ao “problema das diretas já” e da Assembleia Constituinte, disse que os militares não estavam em condições de decidir sobre o assunto.

Diante da insistência dos repórteres, e para que as perguntas não ficassem sem respostas, o comandante do IV Exército disse que ‘existe uma curiosidade muito grande em torno das eleições diretas’, mas que o assunto não compete ao Exército. Ele foi muito gentil com os repórteres, mantendo-se calmo e tranqüilo em todas as perguntas (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1984, A-3).

Neste cenário de tensão entre a manutenção das estruturas oligárquicas conservadoras e o processo de modernização política e social vislumbrado pelo horizonte da Nova República, a SUDENE realizou seminários em todos os estados contemplados em seu raio de atuação a fim de discutir as questões específicas da região e encontrar soluções para a superação dos problemas característicos da região desde muito. Deste trabalho coordenado pela Superintendência, resultou o relatório *Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste* (1985), fruto de “amplo debate regional onde foram expressos consensos e divergências que emergem da sociedade nordestina neste momento de transição para a democracia” (SUDENE,

1985, p. 15). O referido texto chamou a atenção dos órgãos de vigilância do regime civil-militar, sendo anexado a um de seus relatórios.

Em seu documento, a SUDENE buscava estabelecer o que definiu como “Os novos rumos da política regional”, apontando como problemas gerais da região Nordeste “A exclusão política da maioria da população”, “O estilo do crescimento econômico” e “A grande dívida social” (SUDENE, 1985). Concentração de renda, oferta insuficiente de serviços públicos, crescimento populacional desordenado, fluxos migratórios e instabilidade do crescimento da atividade industrial são alguns dos tantos aspectos analisados no texto. De modo particular, nos chamou a atenção uma consideração a respeito da questão do emprego e da organização dos trabalhadores na região.

Na problemática do emprego no Nordeste, é indispensável chamar atenção para o contexto das relações de trabalho, que explicam, em grande parte, a generalizada situação de subemprego e baixos níveis de renda regionais. De fato, a existência de mão-de-obra abundante, aliada aos reduzidos níveis de organização dos trabalhadores e à ação repressiva do Estado, nas últimas décadas, criou condições para um maior poder de barganha dos empregadores (SUDENE, 1985, p. 28).

Aliados a esses aspectos, o documento também acrescentava como questões sintomáticas as condições de trabalho predominantes na região, notadamente precárias e marcadas pela existência de mecanismos de controle dos trabalhadores, as intensas jornadas de trabalho, a insegurança no emprego e a própria rotatividade da mão-de-obra. Em relação a estes dois últimos aspectos, a conclusão foi de que ambos se tratavam de uma questão fundamental, em virtude de apresentarem “sérias implicações na própria organização do trabalhador e no desenvolvimento de sua consciência de classe” (SUDENE, 1985, p. 29).

Na continuidade do texto, a Superintendência demonstrava preocupação com a questão do acesso à educação básica, denunciando que o perfil educacional da população nordestina revela de modo sintomático a não concretização da democratização das oportunidades, “a despeito de sua reiterada prioridade nos discursos oficiais” (SUDENE, 1985, p. 29). Neste particular, o documento apresentou dados interessantes sobre as oportunidades educacionais alcançadas pela população da região Nordeste no início da década.

A análise da estrutura educacional da população nordestina em idade ativa (cerca de 24,5 milhões de pessoas), em 1980, aponta que aproximadamente 50% não possuíam instrução, ou tinham menos de um ano de escolaridade; menos de 10% tinham cursado entre 5 e 8 anos de estudo (séries finais do 1º Grau) e somente 5,4% haviam atingido o 2º Grau. A universidade é um privilégio – apenas 1,7% nela consegue ingressar. Com respeito ao meio rural da Região, a situação assume proporções mais amplas, pois 66% de sua

população de 10 anos e mais, em 1980 eram analfabetos, elevando-se essa taxa para 70% no grupo etário de 15 a 19 anos (SUDENE, 1985, p. 29).

O cenário apontava para a permanência, em grande medida, destes deficits de oportunidades, somados ao problema da moradia, da saúde da população, saneamento, transporte coletivo, dentre outros, constituindo condições de vida precárias para a grande maioria da população do Nordeste, demandando, por isso mesmo, uma ação política condizente com a problemática social da região. De acordo com o documento da Superintendência, o modelo econômico tipicamente concentrador de renda, implementado pelo regime civil-militar, afetou de modo mais sintomático a região Nordeste, em comparação com outras áreas do país, em virtude de suas “características de fragilidade econômica, miséria absoluta e estrutura sócio-econômica fortemente desigual” (SUDENE, 1985, p. 30).

Assim, no entender da SUDENE, a análise do quadro geral dos problemas característicos do Nordeste no período deveria influir na formulação, a nível nacional, de uma política de desenvolvimento para a região, cujo cerne deveria se orientar por alguns pressupostos, dentre os quais, o tratamento da questão nordestina como uma prioridade nacional. Assim, no entender da Superintendência,

A consolidação do processo democrático brasileiro supõe e exige que se enfrente a questão nordestina como uma das prioridades nacionais, pois a Região dispõe de potencial de recursos humanos, naturais, tecnológico, organizacionais e políticos, estando, portanto, apta, a contribuir para a superação dos grandes desafios nacionais (SUDENE, 1985, p. 31).

No nosso entendimento, uma das questões sensíveis para ampliar as condições de possibilidade para o enfrentamento do problema social do Nordeste passava pela consolidação de novas forças políticas capazes de abalar as estruturas das oligarquias tradicionalmente dominantes na região. Nesta linha, em âmbito estritamente político-partidário, tem-se que a partir de 1986 o processo de expansão do multipartidarismo se deu com mais consistência no subsistema eleitoral da região, repercutindo de modo sintomático no enfraquecimento das oligarquias nordestinas. De acordo com Braga (2016), foi a desconcentração do poder político da direita em torno do PDS, em virtude da criação do Partido da Frente Liberal (PFL), como resultado de divergências internas no tradicional partido da ditadura. Some-se a isso, o estabelecimento de regras menos rígidas em relação à criação de novos partidos, a abertura para maior participação da população nas eleições e a permissão para a celebração de coligações partidárias.

No Nordeste o PFL foi organizado pelas principais forças políticas coadunadas com a ditadura militar e historicamente pertencentes às elites econômicas da região. Assim, desfrutando de relevante poder, além de dominar os principais veículos de comunicação dos diversos estados nordestinos,

[...] o PFL foi o partido que conseguiu o melhor desempenho nas urnas entre os partidos do campo da direita. Poucas foram as lideranças que se mantiveram no PDS, redundando em forte redução em sua votação. E, em alguns estados, houve a reedição da Aliança Liberal, quando o PMDB se aliou ao PFL em nível nacional para governar o país a partir de 1986 (BRAGA, 2016, p. 99).

Com a divisão na direita, o PMDB se tornou o partido mais bem votado na região Nordeste, recebendo 42,3% dos votos para as AL's, contra 32,9% do PFL e 6,8% do PDS. Pela primeira vez o PMDB sagrou-se vencedor nos estados de Pernambuco e Alagoas, da Bahia e do Ceará e Rio Grande do Norte. Para o cargo de governador, conseguiu eleger Waldir Pires, na Bahia, Fernando Collor, em Alagoas, Tarcísio Burity, na Paraíba, Geraldo Melo, no Rio Grande do Norte, Tasso Jereissate, no Ceará, e Alberto Silva, no Piauí. As exceções foram Pernambuco, que teve Miguel Arraes eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Maranhão, com a vitória de Epitácio Cafeteira pelo Partido Democrata Cristão (PDC).

O PDS tornou-se um partido nanico no âmbito dos estados, contando com reminiscências de capital político em alguns estados. Enquanto isso, PDT, PTB e PT, com maior ou menor percentual, conseguiram registrar um aumento nos votos recebidos em 1986. Assim, o multipartidarismo se ampliou na região, ainda que timidamente.

No final da década de 1980, mais especificamente durante os trabalhos da Constituinte e as eleições presidenciais de 1989, provocou o reordenamento do sistema multipartidário ainda em estruturação no território nacional, principalmente após a criação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) – organizado por dissidentes do PMDB – e do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) – que teve origem no antigo Partido da Juventude (PJ).

Em relação ao PSDB no Nordeste, Braga (2016, p. 101) afirma que o partido “foi criado eminentemente por parlamentares e, ao contrário do PFL, não recebeu apoio de nenhum governador eleito em 1986 pelo PMDB”. O PRN, por sua vez, gozou de pouco tempo de vida, o suficiente para contar com algumas importantes lideranças da região em seus quadros, ter um candidato à presidência eleito, Fernando Collor, em 1989, e posteriormente impedido, para então tornar-se um partido decadente.

Dez outros partidos foram criados entre 1987 e 1990 e participaram daquele pleito. Entre os quais estão, o Partido Verde – PV, Partido Social

Democrático – PSD, Partido Trabalhista Reformador – PTR, Partido Social Cristão – PSC, os quais conseguiram disputar na maior parte dos estados dessa região e chegaram a obter, em ao menos um estado, votação acima dos 5% (BRAGA, 2016, p. 101).

As eleições presidenciais de 1989, segundo Braga (2016), por colocar apenas um cargo em disputa, favoreceram a projeção nacional de PDT e PT. A partir de 1990 a região Nordeste passou a apresentar um sistema multipartidário mais disperso, ocasionando em maior heterogeneidade e regionalização na composição dos “subsistemas estaduais para as Assembleias, visto que dez partidos estão disputando em todos os estados, mas com apoio eleitoral em faixas de votação bastante distintas” (BRAGA, 2016, p. 101).

De acordo com a autora, a análise dos processos políticos eleitorais dos anos de 1980, sobretudo para as Assembleias Legislativas, nos estados da região Nordeste permite compreender como o subsistema da região foi se constituindo numa perspectiva mais competitiva – com a emergência de novas forças políticas – e fragmentada, expressando o declínio da predominância de uma política de viés estritamente oligárquica, traço característico da região, porém, que só veio a se mostrar mais claramente quase duas décadas depois, como expressão mesma do enfraquecimento das tradicionais oligarquias dominantes econômica e politicamente nos respectivos estados da região, concomitantemente ao gradativo “aumento da força política de novos partidos organizados a partir de movimentos sociais e populares, ansiosos por verem suas demandas representadas e defendidas por organizações partidárias que fossem mais próximas ideologicamente” (BRAGA, 2016, p. 123). De cujo conjunto, sem dúvida, professores e professoras, organizados(as) nos diversos estados da região, fizeram parte e contribuíram no somatório de forças.

3.3 CONCLUSÃO

Assim como explicitado neste capítulo, a região Nordeste, historicamente marcada pela predominância das oligarquias, tanto economicamente quanto politicamente, se viu afetada, de diferentes formas, pelos problemas econômicos e sociais surgidos no transcurso da redemocratização, bem como pelas seguidas tentativas de resolução desenvolvidas pelo regime civil-militar. Nessa linha, o problema social do Nordeste se configurou como uma das questões latentes não apenas do ponto de vista regional, mas também em âmbito nacional, demandando a elaboração de estratégias no sentido de sua superação.

A questão concernente à consolidação do multipartidarismo explicita, conforme a entendemos, as particularidades constituintes do ritmo do processo de abertura política na

região Nordeste, cujas elites políticas mantiveram, desde o início, um posicionamento favorável ao Golpe de 1964 e ao regime civil-militar por ele instituído. Desse modo, o fortalecimento das oposições se deve em grande medida, para além da gradativa consolidação dos partidos políticos de esquerda, à mobilização das classes populares e trabalhadores organizados, no campo e na cidade, que passaram a denunciar a complacência das elites locais com os ditames do regime, tornando públicos seus interesses, suas insatisfações e necessidades.

4 CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB): SURGIMENTO, DISPUTAS E CONSOLIDAÇÃO

Interessa-nos neste capítulo discutir sobre o processo de consolidação da CPB enquanto entidade de representação do magistério da educação básica a nível nacional, sua atuação no cenário da abertura política e das lutas trabalhistas no país, bem como sua atuação junto às entidades docentes nos estados aqui analisados no sentido de articular/encaminhar/orientar as pautas, bandeiras de luta e reivindicações do professorado e auxiliá-los em suas demandas específicas.

4.1 CPB: CRIAÇÃO E PERFIL DA ENTIDADE

Os esforços para a criação de uma entidade nacional dos professores se concretizaram quando da fundação da Confederação dos Professores Primários do Brasil (CPPB), no ano de 1960, por ocasião do IV Congresso Nacional dos Professores Primários, realizado na cidade de Recife. Na esteira do processo de estruturação do ensino engendrado pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que, dentre outras coisas, fixou as bases para o ensino de 1º e 2º Graus (ROMANELLI, 2014), a CPPB, em Congresso realizado no ano seguinte, aprovou a alteração de sua sigla, objetivando ampliar seu grau de representação, para além dos professores primários, também para os professores do ensino secundário (PEREIRA FILHO, 2019).

Assim, de acordo com Juçara Vieira (2010), anos mais tarde, em 1979, mediante reformulação estatutária da CPPB, foi oficializada alteração da sigla para Confederação dos Professores do Brasil (CPB), demarcando o início de um “novo” momento na história da entidade. Posto que, antes disto, suas práticas marcadamente assistencialistas e seu posicionamento muito próximo ao regime militar davam a tônica de sua atuação.

O centro de atuação da CPPB e CPB, durante um longo período, passa então pela reivindicação do Estatuto do Magistério, de um lado, e, de outro, segue a luta pelo direito à aposentadoria especial aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço. Mas fora uma atuação, marcadamente, sem grandes dissensos com os governos militares (PEREIRA FILHO, 2019, p. 69).

A aproximação da entidade aos governos militares se refletia inclusive quando da realização de eventos e solenidades, que contavam com a presença de governadores de estado eleitos indiretamente pelo Colégio Eleitoral. Foi o caso, por exemplo, do XIII Congresso Nacional dos Professores, ocorrido entre os dias 21 e 28 de janeiro de 1978, em Maceió/AL, realizado em parceria com a Associação dos Professores de Alagoas (APAL).



Mesa de abertura do XIII Congresso Nacional de Professores.
Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Os registros fotográficos da época dão conta de revelar a pompa do evento, que contou com a presença do governador alagoano Divaldo Suruagy, político de longa trajetória em alinhamento ao regime militar.



Suruagy, ao centro, de paletó preto, compondo a mesa de abertura do evento.
Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Notadamente, o episódio também nos diz algo sobre o perfil da própria Associação dos Professores de Alagoas no período em questão, sobre o quê vamos discutir em capítulos e seções posteriores. Por agora, cabe destacar que, àquela altura, um Congresso de Nacional de Professores não parecia um ambiente hostil a um Governador de Estado simpatizante do autoritarismo e, por isso mesmo, colaborador do regime civil-militar instalado pelo Golpe de 1964.

4.2 A CPB EM QUESTÃO: DIVERGÊNCIAS E DISPUTAS NO INTERIOR DA ENTIDADE “NACIONAL” DOS PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS

Com a eclosão das greves do ABC paulista, a emergência do novo sindicalismo e sua repercussão no movimento docente nos diversos estados brasileiros, a entidade vai experimentar uma mudança em seus quadros diretores e em seu posicionamento. Cumpre lembrar que as ações reivindicatórias realizadas pelo professorado nem sempre partiam das direções das entidades, mas, em muitos casos, eram encaminhadas por grupos de oposição que se formavam na própria base do movimento, provocando questionamentos quanto a atuação das lideranças mais tradicionais e desgastes de sua imagem, estabelecendo o embate entre as “velhas” e as “novas” lideranças, promovendo substituições e rupturas.

Os abalos destes movimentos se fizeram sentir fortemente dentro da própria CPB, que ainda não gozava de respaldo, força e estrutura suficientes para mobilizar o professorado da educação básica brasileira.

No interior da direção da CPB ocorreu, então, uma mudança importante. No ano de 1979, com a ascensão de novas lideranças em diversas entidades e sob o calor das mobilizações, o desgaste da diretoria da entidade aumenta e leva a que seus representantes sejam hostilizados em algumas atividades, pelos grevistas [...] (PEREIRA FILHO, 2019, p. 70).

Neste mesmo ano, inclusive, se deu a renúncia de sua presidente, a professora mineira Maria Thelma Lopes Cançado, assumindo seu vice, o professor Hermes Zaneti, então presidente do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CPERS), entidade de muita tradição e força política. Mudança resultante, em grande medida, pelas mobilizações deflagradas em vários estados.

A emergência das greves massivas em âmbito nacional, protagonizada pelo movimento dos professores, provocou uma crise política entre a velha e a nova práxis sindical. A velha era representada pela estrutura sindical da CPB e a nova estava encarnada numa concepção sindical centrada na mobilização pela base e no confronto direto com os Poderes Executivos estaduais (FERREIRA JR., 2019, p. 54).

De modo que a mudança de perspectiva de atuação da CPB se situava no contexto mesmo das mobilizações operárias desencadeadas na região do ABC nos anos finais da década de 1970, quando a entidade sofreu

[...] uma inflexão na sua concepção de luta reivindicatória, em função da ascensão sindical do movimento de professores públicos de 1º e 2ª graus mediante a organização de greves massivas em vários estados, tais como: Paraná e São Paulo (1978); Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Pará, Paraíba, Minas Gerais, Goiás, Bahia e Brasília (1979); Goiás, Acre, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (1980) (FERREIRA JR., 2019, p. 54).

As práticas reivindicatórias do professorado tinham como espelho a própria ação do operariado. Notadamente, sua luta dizia respeito à melhoria de suas condições de vida e trabalho, entretanto não restringindo-se a este aspecto. Sua atuação no interior do conjunto de forças conflitantes do período o colocou como agentes no próprio cenário político nacional, primeiro em adesão ao regime militar, depois em oposição a este mesmo regime e à sua política econômica (FERREIRA JR., 2019). Assim sendo,

A categoria dos professores públicos estaduais de 1º e 2º graus, na expressão das teses congressuais da CPB, adquiriu uma personalidade sociopolítica que a colocava como protagonista histórica do seu tempo. Além disso, enquanto fração das classes médias no setor de serviços, ela representou uma substancial demonstração de que nas sociedades capitalistas com traços de desenvolvimento tecnológico, do tipo da brasileira, o movimento sindical não era mais um locus social exclusivo dos trabalhadores das fábricas (FERREIRA JR., 2019, p. 54-55).

Assim, a Confederação dos Professores do Brasil passou a atuar tanto no sentido das mudanças de ordem econômica quanto de ordem política. Esta última, expressa sobremaneira na restauração do regime democrático, mantendo franco diálogo com outras importantes entidades da sociedade civil, fazendo com que, no dizer de Ferreira Jr. (2019, p. 55), a luta em prol da redemocratização do país e as greves do professorado da educação básica “contra a política salarial nos principais estados da Federação podem ser classificadas como um dos principais fatos da história da educação brasileira na segunda metade do século XX”. O recém-instituído grupo dirigente da CPB contava com professores com notável histórico de militância nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, insatisfeitos com as práticas adotadas pela entidade até então e atentos às questões e demandas colocadas pelo momento político do país (PEREIRA FILHO, 2019, p. 71).

Apoiando-se em Masson (1988), Pereira Filho (2019) assinala que, a despeito de ainda não ser tão expressiva em âmbito nacional, a CPB contava com certa “penetração junto às

associações nordestinas [...] que não possuíam força política considerável, sendo muito débil a organização sindical dos professores daquela região” (MASSON, 1988, p. 13 *Apud* PEREIRA FILHO, 2019, p. 71). O que nos parece, no mínimo, equivocado diante do tamanho da região em questão, das diferentes características socioeconômicas e políticas e mesmo dos ritmos distintos de formação e consolidação do movimento docente em cada estado. Adiantando uma questão importante para esta pesquisa, que será abordada nos capítulos posteriores a este, nosso entendimento vai exatamente no sentido oposto, qual seja: destacar as contribuições das associações nordestinas para o processo de reformulação da própria CPB.

Embora reconheçamos as dificuldades impostas, não apenas ao movimento docente, mas à organização dos trabalhadores na região Nordeste, especificamente no transcurso da abertura política – conforme sinalado em capítulo anterior –, entendemos que adjetivar a organização coletiva dos professores na região Nordeste como sendo “débil” é, ao mesmo tempo, generalizar e desconhecer sua historicidade e importância, negando, inclusive, a própria condição de tal organização em âmbito nacional, talvez excetuando-se algumas entidades mais estruturadas e fortalecidas, e a eclosão de mobilizações importantes já desde o final da década de 1970 como os citados casos da Bahia (1978), de Pernambuco e da Paraíba (1979), acrescentando agora o caso do Rio Grande do Norte (1981).

A nova direção retomou – agora não mais na base de petições, como fora feito anteriormente – a reivindicação pela aposentadoria aos 25 anos de serviço, direito não contemplado no texto constitucional de 1969, cuja conquista se deu no ano de 1981, mediante votação de emenda constitucional (PEREIRA FILHO, 2019). Além disso,

A Confederação também assumiria uma postura mais ativa no apoio às greves e consolidaria, em seu estatuto, as mudanças necessárias para a integração plena de todas as entidades filiadas. Essas alterações ocorreram em dois sentidos: de um lado, a CPB passou a ser administrada por uma espécie de conselho de presidentes, e, de outro, consolidou a participação de todos os segmentos da educação básica, incorporando a representação dos professores do ensino médio [...] (PEREIRA FILHO, 2019, p. 72).

Neste ínterim, as disputas no interior da entidade permaneceram acirradas colocando frente a frente grupos com posições distintas, resultando das próprias disputas existentes no associativismo docente da educação básica brasileiro: “o setor emergente, ligado aos autênticos e ao Novo sindicalismo, de um lado, e a nova direção da CPB, de outro, capitaneada pelas lideranças do CPERS” (PEREIRA FILHO, 2019, p. 73).

De acordo com Pereira Filho (2019), estas disputas ensejaram discussões para criação de uma outra entidade nacional, cujos desdobramentos se mostraram mais claramente nos

encontros e congressos nacionais realizados nos anos de 1979 e 1980. Com articulação de lideranças ligadas à corrente do novo sindicalismo, deram-se os três primeiros encontros, tendo o I Encontro Nacional dos Professores acontecido em São Paulo, nos dias 28 e 29 de julho de 1979, e o II se realizado em Belo Horizonte, em março do ano seguinte, dando-se em meio a uma onda crescente de greves de professores das redes públicas e particular – àquela altura foram registradas greves em Goiás, Acre e Minas Gerais (TLO, 22/03 a 04/04/1980, p. 5) – estando presentes cerca de 700 delegados, representando 18 estados, expressando um aumento na participação referente ao ano anterior (TLO, 22/03 a 04/04/1980, p. 5).



“Encontro em Minas: o próximo será em Recife”
(TLO, 05-19/04/1980, p. 2)

No II Encontro, dentre os temas principais, foram debatidos: aposentadoria aos 25 anos de serviço, reajuste salarial, estabilidade no emprego e, principalmente, a criação de uma nova entidade nacional de representação docente (PEREIRA FILHO, 2019). Também foi definido o dia 27 de março como “Dia Nacional de Luta Pelo Ensino Público e Gratuito”; exigência de verbas para a educação correspondentes a 12% do orçamento da União e 25% dos orçamentos estaduais”(TLO, 22/03 a 04/04/1980, p. 5).

As decisões do II Encontro Nacional dos Professores aumentam de importância porque coincidem com uma retomada das lutas estudantis, centrando fogo justamente no grave problemas da escassez de verbas e da implantação do ensino pago. A perspectiva que se abre é de uma aliança

ainda mais estreita e combativa entre estudantes e professores (TLO, 22/03 a 04/04/1980, p. 5).

Também no segundo encontro, resolveu-se pela criação de Comissão Executiva Nacional e pela organização do Congresso Nacional dos Profissionais da Educação, com realização pretendida para julho de 1980, em São Paulo. Em resposta, ainda em 1980, a CPB organizou o Encontro Nacional dos Professores, em Brasília, estabelecendo mudanças em seu modo de funcionamento (PEREIRA FILHO, 2019). No entanto, a tarefa principal da Comissão era trabalhar pela criação de uma nova entidade nacional do professorado da educação básica,

[...] que seja realmente representativa do conjunto da categoria. O Encontro representa um passo adiante no sentido de articular a nível nacional um importante setor da oposição brasileira na luta contra a ditadura (TLO, 05 a 19/04/1980, p. 2).

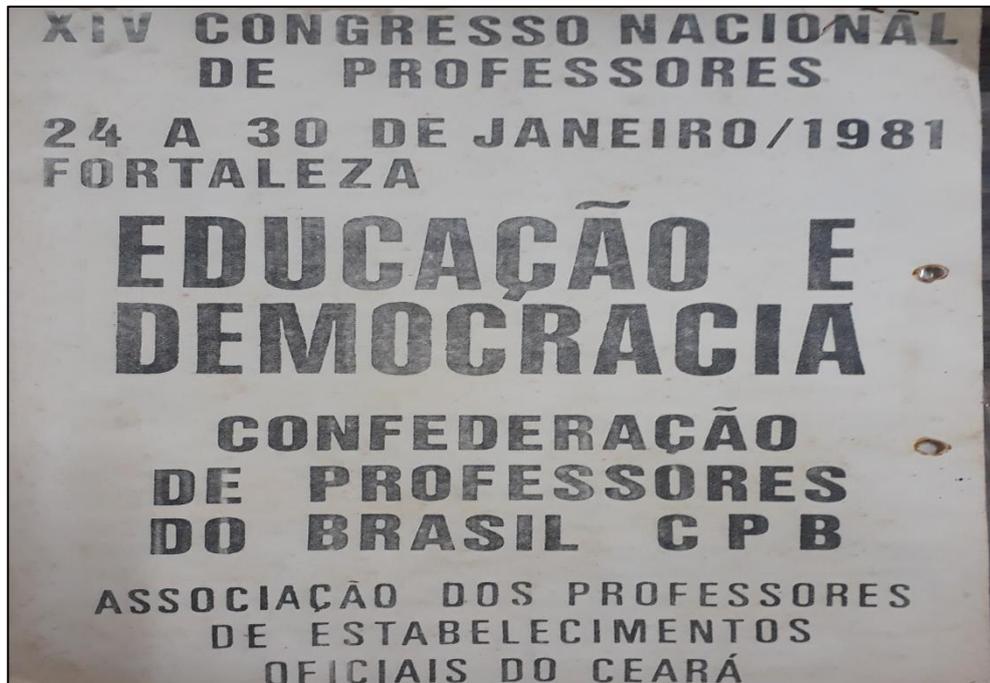
Conforme estabelecido, entre os dias 14 e 17 de julho de 1980 realizou-se o I Congresso Nacional dos Profissionais da Educação, onde os debates sobre a fundação de uma nova entidade aconteceram de modo mais acirrado, desta vez estando presente a CPB. Uma vez em plenário, a proposta foi derrotada e se sobressaiu a posição do grupo liderado pelo presidente da Confederação, professor Hermes Zaneti, cuja resolução se deu no sentido da promoção de uma entidade mais democrática.

O Congresso, de certa forma, antecipou tendências que viriam a marcar o movimento sindical daquele período e se refletiriam na fundação de novas centrais sindicais, no ano de 1983: a CUT e a Conclat. Noutro sentido, o encontro também refletiu as divergências entre as organizações de esquerda quanto às estratégias políticas de enfrentamento à ditadura militar (PEREIRA FILHO, 2019, p. 76).

De um lado, o Partido dos Trabalhadores e sua iniciativa de organizar as classes trabalhadoras com base numa concepção política própria; do outro, os partidos comunistas e a frente ampla formada em oposição ao regime militar. De modo que as disputas no interior da CPB representavam o combate ao que os militantes ligados à corrente dos “autênticos” consideravam como estando atrelado à velha estrutura sindical, sendo fator de considerável desagravo a resistência do grupo dirigente de se filiar à CUT.

Assim, malgrado a decisão do I Congresso, diversas associações estaduais continuaram articulando pela fundação de uma nova entidade nacional, organizando um novo Congresso para janeiro de 1981, a se realizar em na cidade de Recife/PE, acirrando ainda mais o debate. Em resposta, a CPB se posicionou contra a realização desse evento e convocou seu

XIV Congresso para esse mesmo período. “Ao mesmo tempo, acenou com novas mudanças estatutárias na entidade, buscando, dessa forma, evitar a fuga dos setores dissidentes” (PEREIRA FILHO, 2019, p. 77).



Cartaz do XIV Congresso da CPB. Fonte: Arquivo do SINTE-RN.

Ainda assim, no II Congresso Nacional dos Profissionais da Educação foi fundada a União Nacional dos Trabalhadores da Educação (UNATE), contado com forte articulação de lideranças ligadas ao PT e ao novo sindicalismo e presença de setores progressistas da Igreja. O referido Congresso foi alvo da atenção dos órgãos de vigilância do regime civil-militar que produziram um relatório detalhado sobre sua realização, sobre o quê discutiremos no próximo item.

4.3 E AGORA CPB? A FUNDAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (UNATE)

Desde os primeiros dias do ano de 1981, greves e mobilizações diversas continuavam dando a tônica dos anseios das classes populares, explicitando suas necessidades e seus interesses. Um balanço do ano anterior, feito pelo Jornal *Tribuna da Luta Operária* apontava para a continuidade das ações populares e do conjunto da classe trabalhadora, em virtude mesmo da permanência dos fatores sociais, econômicos e políticos que lhes afligiam cotidianamente. Assim, a década de 1980 teve início com o acirramento da luta de classes no

país, assistindo a greves de servidores públicos federais e estaduais, a realização de mobilizações e encontros de mulheres, contra a carestia, de favelados, de desempregados, de trabalhadores rurais, e dos operários (TLO, 03 a 17/01/1981, p. 4).

No balanço feito pela TLO sobre a greve dos operários do ABC paulista no ano de 1980, principalmente na mobilização realizada por ocasião do Dia do Trabalhador, 1º de maio, a presença de estudantes, mobilizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), e dos professores da educação básica foi noticiada com evidente destaque. Sobre estes últimos, relatou-se:

O movimento grevista arrastou também outros setores assalariados. Os professores da rede de ensino público, principalmente, viveram uma sequência de lutas fora do comum. Massacrados por uma política salarial que lhes nega o direito aos reajustes semestrais eles fizeram greves desde o primeiro ciclo até o nível universitário e do Acre ao Rio Grande do Sul. No final do ano, uma greve dos professores da universidades concluiu o ciclo com fecho de ouro, alcançando uma vitória parcial, mas expressiva (TLO, 03 a 17/01/1981, p. 4).

Foi neste clima de mobilizações que se deram as disputas em torno da CPB. Os debates em torno da união e do fortalecimento ou da dissensão da entidade se prolongaram ao longo da primeira metade da década de 1980, exprimindo as divergências existentes no interior do movimento sindical, de um modo geral, e do movimento docente, em específico, opondo forças, algumas já tradicionais e outras emergentes.

Prova disto foi a repercussão dos já mencionados Congressos realizados em Recife e Fortaleza no ano de 1981, mencionados anteriormente. O primeiro, ocorrido entre 14 e 17 de janeiro, organizado por algumas entidades de professores do ensino oficial, do qual resultou a UNATE; o segundo, de 24 a 30 de janeiro, convocado pela própria CPB. Sobre os dois eventos, quando ainda de seus preparativos, o professor Domingos Martins, liderança do movimento docente de 1º e 2º graus do estado de São Paulo, teve seu posicionamento noticiado. Sobre o congresso de Recife, expôs:

A preocupação de se unificar o professorado de todos os níveis e redes é justa e deve passar necessariamente pela articulação das entidades nacionais, estaduais e municipais já existentes. Sob a alegação de que a CPB é “fantasma” e não representa a categoria, o congresso de Recife tem como objetivo criar uma “nova” entidade nacional de professores de 1º e 2º graus (TLO, 03 a 17/01/1981, p. 2).

Para ele, a proposta prejudicava a categoria por operar uma divisão no movimento do professorado, sendo necessário, para evitar sua concretização, a participação efetiva dos professores na vida política da sua entidade nacional, argumentando que “mesmo quando uma

direção de entidade leva a uma ação antidemocrática e contra os trabalhadores, estes devem participar dela e levá-la a uma ação combativa” (TLO, 03 a 17/01/1981, p. 2). Defendendo a importância de os professores participarem de ambos os eventos; no primeiro, “para combater o paralelismo e lutar pela unidade”, no segundo, organizado pela própria Confederação, para

[...] brigar pela sua democratização e pela participação de todos na campanha nacional por mais verbas para a educação. Que sejam tiradas formas concretas de luta por dois pontos, que já fazem parte de seu programa: o fim do regime militar e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (TLO, 03 a 17/01/1981, p. 2).

A questão da democratização da CPB consistia na problemática central e repercutiu sobremaneira no Congresso realizado em Fortaleza, demandando uma reformulação estatutária, tendo em vista que, para alguns:

O estatuto atual da entidade é extremamente antidemocrático, pois, por exemplo, as eleições para a diretoria não comportam consultas às bases nem a participação ampla das associações estaduais. Já há propostas de substitutivos, como o elaborado pela associação de docentes do Paraná (TLO, 17 a 30/01/1981, p. 4).

Neste particular, a democratização da CPB a tornaria uma entidade “unitária” e “mais forte”, unificando os professores em âmbito nacional, na medida em que ocorressem filiações de entidades estaduais ainda resistentes. Esta unidade seria, então, importante para levar à frente os embates pelo orçamento para a educação, 12% da união e 25% dos estados. “O mesmo ocorre com as bandeiras já levantadas pela CPB, como a luta pelo fim da ditadura militar e pela Assembléia Constituinte” (TLO, 17 a 30/01/1981, p. 4). Nitidamente favorável à unidade da CPB, ou de seu “rejuvenescimento” a *Tribuna da Luta Operária* vislumbrava a possibilidade “de uma união de todos os profissionais em educação do país”, congregando professores universitários e da educação básica, das redes pública e particular (TLO, 17 a 30/01/1981, p. 4).

Eis, então, que aconteceu o Congresso de Fundação da UNATE. Segundo relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI)¹³ – Agência Recife, o evento ocorreu nas dependências do Colégio Evangélico Agnes Erskine, entre os dias 14 e 17 de janeiro de 1981.

¹³ O Serviço Nacional de Informações foi criado em junho de 1964 no prosseguimento da instauração do golpe militar que instaurou um regime ditatorial no Brasil naquele mesmo ano. Se constituiu, pois como um aparato de informação e vigilância, tendo como alvo indivíduos e organizações que expressavam algum tipo de oposição à ditadura civil-militar estabelecida. O SNI produziu relatórios detalhados sobre a vida de qualquer pessoa ou grupo que julgasse suspeito de “subversão”, dando base para as ações dos órgãos de repressão e colaborando com os trabalhos do Conselho de Segurança Nacional. Mesmo com o fim do regime civil-militar, manteve-se em relativa atividade, sendo extinto apenas em 1990, mediante a medida provisória n.150.

Estiveram presentes representações de associações estaduais de todas as regiões do país: Amazonas e Pará (Norte), Bahia, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará (Nordeste), Goiás e Distrito Federal (Centro-Oeste), Rio Grande do Sul e Paraná (Sul), São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais (Sudeste), contando com cerca de 750 participantes (SNI, 1981).

O evento contou com financiamento das próprias entidades docentes estaduais, notadamente da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), agora dirigida por um grupo de professores combativos que assumiram a entidade após uma forte disputa com as forças de situação apoiada pelo governo local, processo que discutiremos mais especificamente em capítulo posterior. Outras entidades, de diversos segmentos, religiosos, estudantis, partidos políticos, também apoiaram a realização do Congresso, como: a Arquidiocese de Olinda e Recife; a União Nacional dos Estudantes, a União dos Estudantes de Pernambuco (UEP) e o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (DCE/UFPE); o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas de Pernambuco; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco; o Partido dos Trabalhadores e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (SNI, 1981).

O professor Paulo Rubem Santiago, então presidente da APENOPE, foi o responsável por presidir a mesa, que contou também com representações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, e com as presenças do Padre Romain Zufferey e do estudante Humberto Sérgio Costa Lima, então presidente do DCE/UFPE. A fala do professor Paulo Rubem foi destacada no relatório, dando a ver um enfático combate à ditadura civil-militar: “o sucesso do Congresso é uma espécie de vitória contra o Governo ditador e que não adiantava o Governo fazer o que fez com David Maximiliano de Souza (condenado pela Justiça Militar de Juiz de Fora/MG), pois a classe unida vencerá e luta contra esse General e sua ditadura”, teria dito o presidente da APENOPE (SNI, 1981, p. 3).

De acordo com o relatório do SNI, durante as discussões do evento foi aprovada a proposta de fundação da UNATE, constando, no entanto, um ponto de dissensão entre os proponentes: a filiação ou não à CPB. Teriam discordado da proposta de filiação as associações de Minas Gerais e da Bahia. “Este impasse causou um certo tumulto na reunião, culminando com a saída, do recinto, das delegações acima referenciadas” (SNI, 1981, p. 3).

Uma vez criada, a União Nacional dos Trabalhadores em Educação passou a congrega profissionais da educação com atuação nos níveis de 1º, 2º e 3º Graus, tanto das redes públicas como particulares, defendendo como “princípios a organização livre e

independente dos professores e o encaminhamento das lutas com a mais ampla participação do professorado” (SNI, 1981, p. 3-4). Como se tratou de um Congresso de Fundação, à frente da UNATE esteve uma coordenação provisória que deveria encaminhar os trabalhos da entidade até a eleição de uma diretoria. Assim, segundo o relatado, compuseram a referida equipe:

- Hildésia Alves Medeiros – Presidente (RJ)
- Nelson Silva – Vice-Presidente (SP)
- Rosiver Pavan Franco – Secretário (SP)
- Edilson Amorim – Tesoureiro Geral (PB)
- Paulo Frateschi – 1º Tesoureiro (SP)
- Ermelinda Melo Garcia – Diretora Regional Norte (PA)
- Paulo Rubem Santiago Ferreira – Diretor Regional Nordeste (atual Presidente APENOPE) (PE)
- Romeu Miranda – Diretor Regional Sul (PR)
- Maria Rita Cáceres – Diretora Regional Sudeste (SP) (SNI, 1981, p 5).

Segundo o relatório, os trabalhos do Congresso se encerram no dia 17 de janeiro, registrando um “sensível esvaziamento”. Dentre as propostas aprovadas no evento foram destacadas as seguintes:

- a) que a votação do regimento da UNTE será com 50% mais 1 do número dos membros e que a eleição da Diretoria será realizada no próximo Congresso, previsto para setembro do corrente, em FORTALEZA/CE. A referida diretoria será composta de 11 membros, a saber: Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro Geral, 1º Secretário, Diretor Cultural, Diretor Regional Norte, Diretor Regional Nordeste, Diretor Regional Sul, Diretor Regional Sudeste, 1º Tesoureiro e Secretário Geral;
- b) encaminhamento da luta pela paridade dos vencimentos dos servidores inativos e da ativa, em todos os Estados;
- c) criação de um fundo nacional com o objetivo de concretizar a solidariedade nacional, via UNTE, por ocasião de greve e mobilizações estaduais;
- d) fixação do dia 23 de abril como “DIA NACIONAL DE LUTA REIVINDICATÓRIA”;
- e) abaixo-assinado ao Governador de PERNAMBUCO, protestando contra a demissão do Prof. Paulo Rubem Santiago Ferreira (Pres. APENOPE);
- f) repúdio à intervenção econômica em atividades profissionais, a exemplo do que ocorre na APEOESP, APENOPE, Associação dos Professores do Paiuí e Centro dos Professores de Goiás;
- g) luta do magistério contra a cobrança de quaisquer taxas escolares nas escolas públicas (SNI, 1981, p. 4).

Entretanto, as divergências internas quanto aos rumos no movimento docente em âmbito nacional não se deram exclusivamente no interior da CPB. Das mesmas disputas e dos mesmos debates que engendraram a criação da UNATE, resultou seu fim precoce. Posto que havia setores que pensavam em, de fato, inaugurar uma nova entidade, enquanto que outros

pensavam em “tomar a CPB”, reconhecendo já sua legitimidade e almejando apenas seu redirecionamento (PEREIRA FILHO, 2019, p. 79).

Ainda assim, a criação da UNATE repercutiu na CPB e, de certo modo, surtiu efeito catalisador no processo de reformulação da entidade, configurando uma modificação em seu modo de atuação, “denotando a mudança no seu caráter, antes essencialmente de cunho assistencialista e associativista, para uma organização de perfil sindical e voltada à mobilização da categoria” (PEREIRA FILHO, 2019, p. 79).

4.4 A CONTINUIDADE DAS DISPUTAS NO INTERIOR DA CPB: QUESTÕES SOBRE SUA CAPACIDADE DE ARTICULAÇÃO DA IDENTIDADE DOS INTERESSES DO PROFESSORADO

Em que pese seus conflitos internos, a Confederação dos Professores do Brasil continuou encampando as bandeiras já estabelecidas e participando da elaboração de outras, como no caso da campanha em defesa do ensino público, lançada no dia 13 de abril de 1982, na cidade de São Paulo, em conjunto com a UNE, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).



“O ato inicial da campanha, S.P.”
(TLO, 19 a 25/04/1982, p. 5)

O objetivo das entidades era promover debates em “todo o país sobre a necessidade de barrar o projeto do ensino pago do governo e em defesa de mais verbas para a Educação e pelo ensino gratuito. A intenção é formar comitês pelo ensino gratuito com a participação de sindicatos e entidades populares” (TLO, 19 a 25/04/1982, p. 5).

Uma vez extinta a UNATE, de acordo com Pereira Filho (2019), também muito em razão dos problemas financeiros enfrentados por suas principais entidades mantenedoras. Como foi os casos da APEOESP, SEP e APENOPE, por ocasião dos cortes na consignação, impetrados, respectivamente, por Paulo Maluf (PDS/SP), Chagas Freitas (PMDB/RJ) e Marco Maciel (PDS/PE), e das próprias divergências internas existentes na recém-criada entidade, a CPB permaneceu como a entidade nacional dos docentes da educação básica, tendo agora o desafio de assumir, de fato, o papel de dirigente do professorado brasileiro de 1º e 2º graus.

O professor Hermes Zaneti desempenhou papel importante para que a entidade não se dividisse, tendo agora a responsabilidade de encaminhar sua reformulação, sobretudo no tocante à questão da representação, começando pela aceitação de filiação de mais de uma entidade por estado e pela abertura à participação ativa dos presidentes das entidades estaduais em sua vida político-institucional (PEREIRA FILHO, 2019).

Neste ínterim, o professor Zaneti foi eleito em 1982 para o cargo de Deputado Federal, pelo PMDB, integrando como membro titular a Comissão de Educação e Cultura. Dentre os anos de 1983 e 1985 desempenhou as funções de deputado em concomitância com a presidência da CPB. De acordo com Pereira Filho (2019), o professor Hermes Zaneti fora reeleito para a presidência da CPB no XVI Congresso Nacional da entidade, realizado em Natal, entre os dias 20 e 25 de janeiro de 1983. No entanto, conforme relatório do Serviço Nacional de Informações, as eleições que levaram o referido professor à presidência da Confederação ocorreram no mês de outubro de 1982, apresentando uma única chapa, denominada de “UNIDADE NA CPB” (SNI, 1983, p. 26).

A questão referente às eleições e que rendeu um ponto de conflito se deu quando, no segundo dia de evento, em sessão plenária, a Associação dos Professores do Paraná (APP), teria solicitado a anulação do resultado do pleito, distribuindo aos participantes “mensagem intitulada ‘IRREGULARIDADES NA CPB’”, explicitando suas razões pelo “não acatamento ao modo como foram levadas a efeito as eleições” (SNI, 1983, p. 26). Contrariamente à ação da APP, a “grande maioria do plenário” teria se manifestado a favor da posse da diretoria eleita (SNI, 1983, p. 26).

O referido Congresso aconteceu nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), homenageou ao educador Anísio Teixeira e teve como tema “Educação e Realidade”, sob promoção da CPB e execução da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) (SNI, 1983, p. 1). Segundo relatório do SNI, a mesa de abertura do evento contou com a presença de cerca de 3.500 pessoas, oriundas de “delegações representando todos os Estados do BRASIL, excetuando apenas o do AMAZONAS” (SNI, 1983, p. 2), sendo as maiores delegações registradas provenientes dos estados da Bahia e do Rio Grande do Sul. A sessão solene de abertura contou com as presenças de representantes de diversas entidades e setores compondo a mesa diretora:

- HERMES ZANETI, Presidente da CPB (Deputado Federal eleito pelo PMDB/RS);
- MANOEL BARBOSA DE LUCENA, Presidente da APRN;
- MARC ALAIN BERBERAT, Secretário Geral da CONFEDERAÇÃO MUNDIAL DAS ORGANIZAÇÕES DE PROFISSIONAIS DO ENSINO (CMOPE);
- ANTONIO TEODORO, Presidente de entidade sindical em LISBOA/PORTUGAL;
- Vice-Presidente da UNIÃO BRASILEIRA DE ESTUDANTES SECUNDARISTAS (UBES);
- Prefeito de Natal/RN;
- Secretário de Educação do RIO GRANDE DO NORTE; e
- Secretário de Educação de Natal/RN (SNI, 1983, p. 2-3).

Dentre os temas debatidos, constaram a unidade sindical e a “necessidade de unificação das lutas sindicais e populares sob as bases de um programa mínimo e um plano de ação comuns”, sendo propostas novas mudanças estatutárias, como a eleição para diretoria sendo realizada nos próprios congressos da entidade, contemplando “representantes eleitos nas bases das entidades filiadas” (PEREIRA FILHO, 2019, p. 118).

No tocante à organização do professorado em âmbito regional e nacional, foi realizada uma sessão plenária que, em nosso ver, se constituiu como das mais importantes para o destino das associações docentes estaduais e suas respectivas categorias, bem como para a CPB. A plenária em questão tratou sobre a temática “ANÁLISE DA REALIDADE SÓCIO-POLÍTICA, ECONÔMICA E EDUCACIONAIS DAS REGIÕES BRASILEIRAS” (SNI, 1983, p. 12), contando com painelistas para discutir sobre as especificidades de cada uma das regiões do país, sendo a Professora Maria Lúcia Montes, da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) a encarregada pela análise da região Nordeste. Segundo relatório do SNI (1983, p. 13), a referida professora teria dito sobre o Nordeste:

Falta consciência de luta do povo nordestino e nas Associações de classe que estão subordinada às oligarquias. Está na hora do Nordeste reivindicar seus

direitos e tornar-se um polo combativo. Os nordestinos precisam aprender a resistir e crer que a luta é do próprio Nordeste. Chega de exploração, do Nordeste ajudar a financiar o desenvolvimento do Sul maravilha.

Ainda de acordo com o relatório do órgão de vigilância, a professora Maria Lúcia Montes teria classificado o Nordeste como “atrasado” citando como exemplo o resultado das eleições governamentais de 1982, quando todos os candidatos eleitos pertenciam aos quadros do PDS, atribuindo este resultado à continuidade do força política das oligarquias, alimentada pelo seu poderio econômico. Em virtude disto, a professora também teria destacado a necessidade de a região se desvencilhar da dependência em relação ao Sul, devendo, para isso, “ter sua própria cultura e planejar seu próprio desenvolvimento” (SNI, 1983, p. 13).

Finalizando este item, o relatório destacou como um dos pontos principais da painelistas o fato de ter chamado a atenção para “a necessidade do professor, em sala de aula, levar aos seus alunos os valores da terra, as dificuldades e os problemas enfrentados por todos e, não simplesmente levar o conteúdo nos livros didáticos que não correspondem à realidade” (SNI, 1983, p. 13).

Em nosso entendimento, a exposição da professora Maria Lúcia Montes, principalmente no tocante à organização dos trabalhadores, dirigindo-se mais especificamente aos professores e demais categorias da educação, colocava em evidência dois aspectos complementares, a saber: 1) a urgência de uma atuação das associações estaduais mais condizente com as questões e problemas econômicos e políticos característicos da região; 2) a capacidade da própria CPB de articular a identidade dos interesses do professorado em âmbito nacional, contribuindo, deste modo, com atuação dessas entidades nos próprios estados. O que, até o momento, não parecia uma realidade efetiva e que será alvo, inclusive, de novo relatório do SNI, que será apreciado em capítulo posterior.

Das sessões plenárias, resultaram diversas propostas e moções, dentre as quais:

- piso salarial;
- paridade para os inativos;
- revogação da LSN e outras leis de exceção;
- unificação do Estatuto do Magistério a nível nacional;
- admissão de professores através da realização de concursos;
- campanha salarial unificada pela CPB;
- unificação das lutas do magistério com o funcionalismo público;
- mais verbas para a educação;
- ensino público e gratuito para todos os níveis;
- eliminação das taxas cobradas nas escolas;
- fim de intervenção política e econômica nas entidades de professores;
- reabertura do Centro Estadual de Professores do RIO DE JANEIRO;

– participação da CPB na luta pelas eleições diretas para PRESIDENTE DA REPÚBLICA e PREFEITOS das Capitais, estâncias hidro-minerais e áreas de segurança (SNI, 1983, p. 2-3).

Em conformidade com a última proposição citada, a CPB não esteve mesmo indiferente às mobilizações pelas eleições diretas. Exemplo disto foi o XVII Congresso da Confederação dos Professores do Brasil¹⁴, realizado entre os dias 16 e 22 de janeiro de 1984, na cidade de Criciúma/SC, tendo como lema “Política educacional e a organização dos professores” (PEREIRA FILHO, 2019).

No evento, cerca de 4 mil presentes, entre delegados e participantes, resolveram pela “defesa da educação, da democracia e de soberania nacional”, exigindo “o fim do regime militar e eleições diretas para presidente da República” (TLO, 30/01 a 05/02/1984, p. 5).



Eleições diretas: exigência dos professores no Congresso da CPB.

“Eleições diretas: exigência dos professores no Congresso da CPB”
(TLO, 30/01 a 05/02/1984, p. 5)

A expectativa era de que, tão logo iniciado o ano letivo, abaixo-assinados circulassem nas salas de aulas de todas as partes do país, sendo previstas, também, a realização de aulas

¹⁴ O evento foi antecedido por um acontecimento trágico ainda em seus preparativos. Em 1983, o veículo que transportava a professora Thereza Noronha de Carvalho, ex-presidente do CPERS (1966-1968) e da CPB (1972-1978), e mais três ocupantes, se envolveu em um acidente, vitimando a todos os passageiros.

simbólicas sobre o tema no dia em que a emenda que restabelece as diretas estivesse sendo votada.

A temática da reunificação do movimento sindical também se fez presente. A decisão foi pela “participação da CPB em todas as articulações que visem à unidade e votaram contra a filiação à CUT” (TLO, 30/01 a 05/02/1984, p. 5). Nesta linha, foi aprovada a proposta de realização do Encontro Nacional do Movimento Popular a fim de “juntamente com os demais setores sociais e políticos, discutir e buscar soluções e saídas para a grande crise que vive o país” (TLO, 30/01 a 05/02/1984, p. 5).

Em relação à política educacional do regime militar, foi deliberada no Congresso a realização do Encontro do Ensino Público e Gratuito no intuito de elaborar uma proposta de educação voltada para os interesses das classes populares e de uma sociedade democrática.

O professor Oscar Rosa, presidente da Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina, destacou “a importância da educação para transformação e desenvolvimento da sociedade brasileira”. Contudo, segundo ele, “isso não é reconhecido pelos dirigentes da nação que, ao invés de estimularem, até impedem que tenhamos uma educação voltada para os reais interesses da maioria da população brasileira (TLO, 30/01 a 05/02/1984, p. 5).

Numa demonstração de que a entidade estava atenta, ou no mínimo aberta, para outras questões também importantes, o evento contou com uma plenária para discutir sobre a questão da mulher, sob a coordenação da professora capixaba Myrtes Bevilacqua. Sobre o que, foi noticiado:

Há três anos a CPB vem dando particular destaque a esta questão, devido ao peso das mulheres na categoria. No Congresso, por exemplo, cerca de 70% dos participantes eram do sexo feminino. No entanto, das 25 entidades presentes, apenas seis são dirigidas por mulheres (TLO, 30/01 a 05/02/1984, p. 5).

A proposta de filiação à uma central sindical foi apresentada e sumariamente rejeitada, constituindo embate presente nos congressos subsequentes. Àquela altura já existiam a CGT e a CUT, mas os embates se concentraram majoritariamente em torno da demanda pela filiação à CUT, tendo como ponta de lança lideranças do professorado vinculados ao movimento do novo sindicalismo e alguns até filiados ao próprio Partido dos Trabalhadores (PEREIRA FILHO, 2019).

No Congresso seguinte, XVIII, realizado em Vitória/ES, entre os dias 15 e 25 de janeiro de 1985, destacou-se o número de entidades estaduais filiadas, registrando-se o expressivo quantitativo de 295 mil associados. Novamente a proposta de filiação à CUT foi

rejeitada, porém um acontecimento merece destaque. O professor Niso Prego, liderança do Centro dos Professores de Goiás (CPG) e filiado ao PT, então vice-presidente da CPB foi indicado para a presidência da entidade nacional (PEREIRA FILHO, 2019).

De acordo com Pereira Filho (2019, p. 120), “a indicação de Niso Prego deu-se por acordo entre as forças políticas, que compuseram uma chapa única”. O novo presidente ajudou a imprimir uma mudança na atuação da Confederação, estabelecendo dias específicos para realização de paralisações nacionais no sentido de superar a fragmentação existente até então.

As jornadas nacionais que a CPB passou a conduzir, a partir de então, constituíram-se num elemento importante para a construção de uma identidade profissional comum do professorado, mas, também de afirmação do papel desse sujeito coletivo na defesa do ensino público e gratuito, estabelecendo o magistério da educação básica como um porta-voz destacado das questões educacionais no Brasil (PEREIRA FILHO, 2019, p. 120-121).

De 16 a 22 de janeiro de 1986, na cidade de João Pessoa/PB, mais precisamente no Ginásio de Esportes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sob olhares atentos da agência de vigilância, foi realizado o XIX Congresso da CPB, tendo como tema central “A Constituinte e a Constituição que Queremos”. Conforme registrado, o tema do evento estava sendo proposto no sentido de “firmar a posição dos educadores diante da questão educacional e do tratamento que deve merecer na Assembléia Nacional Constituinte” (ACE 7161, 1986, p. 5). Além da CPB, o evento contou com o apoio da Associação do Magistério Público da Paraíba (AMPEP) e do Governo do Estado da Paraíba, que enviou representação.

Compuseram a mesa de abertura do evento nomes como: Niso Prego, Presidente da CPB; Agamenon Vieira da Silva, Presidente da AMPEP; professor José Jackson Carneiro de Carvalho, Reitor da UFPB; Cônego José Trigueiro do Vale, Reitor dos Institutos Paraibanos de Educação (IPE) e Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba. Representando os estudantes e a militância do PCdoB, estiveram presentes na mesa Selma Suely Baçal de Oliveira, Presidenta da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES); Renildo Vasconcelos Calheiros, Presidente da UNE e Maria Aparecida de Oliveira Ramos (“CIDA”), Presidenta do DCE/UFPB (ACE 7161, 1986, p. 5-6).

Além destes nomes, outras figuras destacadas também registraram presença no evento, fazendo pronunciamentos e intervenções ao longo dos dias em que se passou, como foi o caso do então Ministro da Educação Marco Maciel. A representação internacional foi feita pelo

“alienígena” Mário Henrique Morant, Secretário Geral do Cone Sul da Federação Latino-Americana dos Trabalhadores na Educação e Cultura (FLATEC) (ACE 7161, 1986, p. 7).

A primeira intervenção apresentada no relatório foi a da professora Maria José Rocha Lima, identificada como militante do PCdoB e Presidenta da Associação dos Professores Licenciados da Bahia (APLB). Conforme o relatado, a referida professora estaria representando a “maior caravana presente ao congresso” e demonstrou entusiasmo com a realização do evento, ressaltando que o mesmo possuía um importante significado “para a organização dos professores a nível nacional e a participação dos professores nordestinos num fórum de discussão e decisão sobre os rumos da Educação e das lutas da categoria” (ACE 7161, 1986, p. 6).

Na ocasião, a referida professora também teria demonstrado entusiasmo com a temática da Constituinte, reivindicando que a mesma fosse de fato contemplado no Congresso em questão, manifestando preocupação com a possibilidade de que o tema ficasse em segundo plano em virtude “dos possíveis desvios” ocasionados pela polêmica em torno da filiação da CPB à CUT ou à CONCLAT (ACE 7161, 1986, p. 6). Em relação à questão da filiação da Confederação à uma central sindical, novamente a proposta foi rejeitada, muito em razão da atuação obstinada da ala ligada ao PCdoB, ao PCB e ao Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), no interior da qual os agentes de vigilância teriam identificado uma “*obsessiva preocupação com o problema da filiação da CPB à uma Central Sindical*” (alusão aos congressistas do PT, Pró-CUT)” (ACE 7161, 1986, p. 22).

Em acordo ao próprio tema do Congresso, a Constituinte e a Constituição foram debates recorrentes entre os participantes. Conforme o entendimento dos professores, a nova Constituição deveria representar os interesses da sociedade, contemplando questões como:

- Reforma agrária imediata, radical e anti-latifundiária;
- Garantia de uma política tributária que contemple maior justiça e distribuição de rendas;
- Desenvolvimento de uma política para o setor social garantindo o direito à moradia e à saúde;
- Instituição do salário desemprego;
- A Constituição deve expressar a responsabilidade do Estado para com a vida e educação da criança a partir do nascimento até a maioridade;
- Lutar para garantir a eleição de um bloco de constituintes que por sua história de lutas assumam o compromisso de defender as reivindicações deste congresso (APENOPE, JAN./FEV./MAR.,1986, p. 1).

Dentre as resoluções do Congresso, foi aprovada uma Greve Geral para o dia 17 de abril do corrente ano. “Democratização do Ensino; Ensino Científico baseado nas Matrizes das Ciências Sociais e da Natureza; Atendimento obrigatório à Educação pelo poder público;

Assistência Psico-Pedagógica ao Pré-escolar; Valorização do Magistério” foram temáticas debatidas nos dias de Congresso (APENOPE, JAN./FEV./MAR., 1986, p. 1). A Confederação também se posicionou em relação à sindicalização do funcionalismo público, considerando a necessidade de todas as entidades filiadas se engajarem na luta de modo a interferir na indicação dos deputados e senadores para compor a Assembleia Constituinte. No entendimento da entidade, seria “um processo suprapartidário em defesa de parlamentares comprometidos com as lutas dos trabalhadores” (APENOPE, JAN./FEV./MAR., 1986, p. 1).

Neste mesmo ano de 1986, a CPB teve ativa participação nas eleições para governadores, senadores e deputados. Em seus veículos de comunicação divulgou seus candidatos, conseguindo eleger três membros de sua diretoria atual, do biênio 1985-1987, a saber: Hermes Zaneti fora reeleito para o cargo de Deputado Federal (PMDB/RS), Gumercindo Milhomem também fora eleito Deputado Federal (PT/SP) e Godofredo Pinto elegeu-se Deputado Estadual (PSB/RJ) (PEREIRA FILHO, 2019).

Passadas as eleições, as centrais sindicais, CUT e CGT, fizeram uma convocatória para uma greve geral a ser realizada no dia 12 de dezembro de 1986 contra os efeitos do Plano Cruzado II. A CUT, por exemplo, resolveu por convocar a “todos os trabalhadores e a população”, afirmando que o pacote

baixado por meio de decreto, representa a imposição de uma política econômica igual ao dos governos da ditadura: com recessão e inflação. Ele se baseia em aumentos de preços e de impostos, junto com a mais intensa manipulação dos índices de inflação e arrocho de salários dos últimos anos (CUT, 1986).

Denunciando também o pagamento dos juros da dívida externa e a sujeição às regras do FMI, sobretudo no tocante às privatizações, a CUT buscou mobilizar os trabalhadores para dizer “não ao pacote, pela defesa dos nossos salários, pelo congelamento real dos preços e garantia do abastecimento” (CUT, 1986).

A despeito da CPB ainda não estar filiada a nenhuma central sindical, a convocatória foi atendida pela entidade nacional dos professores, que, através de reunião realizada no dia 6 de dezembro, resolveu pela adesão à greve geral, exprimindo uma integração ao conjunto dos demais trabalhadores e às suas lutas. Àquela altura, o número de entidades afiliadas à Confederação era de 31, sendo 10 da região Nordeste: APEP, APEOC, APEMA, APRN, APAL, APMESE, AMPEP, CPP, APENOPE e APLB.

Por seu turno, a CPB conclamou os professores para participarem da greve geral, convocada “unanimemente pela CUT e CGT”, posicionando-se contra o Cruzado II, argumentando que o mesmo resultava em prejuízo aos trabalhadores, mediante:

- a redução do consumo para que haja mais excedentes para exportação;
- o arrocho salarial através de mecanismos irreais de aferição da inflação;
- a submissão às exigências do Fundo Monetário Internacional além do aumento dos recursos destinados ao pagamento da dívida externa (CPB, 1986).

Na mesma linha que a CUT, a CPB entendia que o povo brasileiro não deveria ser condenado à penúria enquanto que o país tinha seus recursos destinados ao pagamento dos juros da dívida externa, “que não fizemos, o que é politicamente inaceitável e financeiramente não pagável” (CPB, 1986). Assim, em sua própria convocatória, a entidade explicitou que enquanto

entidade que congrega professores de 1º e 2º graus a nível nacional integra-se a todas as atividades centrais e Confederações Sindicais que se constituem a direção do movimento, e expressando o que já vem acontecendo nos Estados, onde as entidades de professores já participam do movimento, convoca todos os professores a lutarem contra o pacote decretado pelo governo e contra a dívida externa (CPB, 1986).

Concluindo sua convocatória, a CPB expôs o lema “Pela união do movimento sindical”, exprimindo a tese que significava sua resistência à filiação à uma central sindical. Porém, sem deixar de estar alinhada às reivindicações e mobilizações realizadas pelo conjunto dos demais trabalhadores.

No ano seguinte, 18 a 22 de janeiro de 1987, foi realizado o XX Congresso da CPB, agora em Porto Alegre/RS, no Ginásio de Esportes “Gigantinho”, sob coordenação do CPERS, tendo como tema “Constituição para uma nova escola”. Conforme registrado em relatório da agência de vigilância, o objetivo do evento seria o de “possibilitar a apresentação, discussão e aprovação de propostas para a nova Constituição sobre a ‘Política Sindical’ e ‘Política Educacional’” (ACE 014377, 1987, p. 3). Entre os palestrantes, figuraram nomes como Moacir Gadotti e Florestan Fernandes. Também foi registrada a presença de participantes internacionais, como de membros da CMOPE, da Federação de Professores da Itália, da Confederação Nacional de Professores de Portugal e de um representante da Nicarágua, que teria sido “‘delirantemente’ aplaudido”¹⁵ quando anunciado (ACE 014377, 1987, p. 6).

¹⁵ As palmas ao “representante da Nicarágua” e seu registro no relatório não podem passar despercebidos, pois naquele país da América Central, anos antes, em 1979, se deu um dos eventos mais importantes da segunda metade do século XX. Trata-se de um levante organizado pelas classes populares, posteriormente apoiado por

A proposta de filiação da CPB à CUT foi novamente rejeitada; agora, por uma diferença menor de votos. De acordo com o relatório da agência de vigilância, 1.203 teriam sido dados contra a proposta, enquanto 1.144 teriam sido dados ao seu favor (ACE 014377, 1987, p. 6). O encerramento dos trabalhos do Congresso foi marcado também pela realização das eleições para nova diretoria da entidade. Estiveram em disputa duas chapas: uma, liderada pelo professor Tomaz Wonghon (ex-secretário da CPB apoiado por “grupos independentes” e pela CGT); outra, encabeçada pelo professor Niso Prego, então presidente da Confederação que tentava sua reeleição (contando com apoio da ala ligada à CUT). A chapa liderada por Tomaz Wonghon sagrou-se vitoriosa do pleito. Tendo o referido professor como Presidente, a chapa eleita para dirigir a entidade também contava com nomes como Agamenon Vieira da Silva (AMPEP), como Vice-Presidente, e Maria Alba Correia da Silva (APAL), como Secretária Geral (ACE 014377, 1987, p. 5).

O referido Congresso, que contou com a participação de cerca de 4 mil professores, e a eleição da nova diretoria da CPB foram tema da *Revista Nova Escola* sob o título “Professores reafirmam exigências para a Educação”, indicando a elaboração de um “pacote de propostas do Magistério à Constituinte” (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 44). A publicação deu conta de elencar algumas das reivindicações ratificadas no Congresso que norteariam a atuação da entidade ao longo do ano de 1987 e a consequente mobilização das entidades estaduais, a saber: piso salarial de cinco salários mínimos; escola pública e gratuita em todos os níveis; aplicação na Educação de 13% do orçamento da União e 25% dos orçamentos dos Estados e municípios; revogação da Lei 5.692, de 1971, e eleições diretas para diretores e vice-diretores (NOVA ESCOLA, abril, 1987).

4.5 A CPB NA CONSTITUINTE E AS PRESSÕES EM TORNO DA QUESTÃO EDUCACIONAL

Desde o início da gestão de Tomaz Wonghon, para o biênio 1987-1989, foi marcante a atuação da CPB nos trabalhos da Constituinte. O novo presidente afirmava a necessidade de se criar um grupo de pressão no Congresso Constituinte para que as reivindicações da

setores da burguesia local, que destituiu o ditador Anastasio Somoza Debayle, cuja família governara o país por mais de quatro décadas, e que ficou conhecido como a “Revolução Sandinista”, em referência ao líder revolucionário Augusto César Sandino, ferrenho opositor da presença dos EUA na Nicarágua. <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/19/ha-40-anos-revolucao-sandinista-triunfava-na-nicaragua-pondo-fim-a-ditadura-somoza> Quando da realização do Congresso da CPB, os sandinistas estavam enfrentando grandes dificuldades no governo do país, em virtude das hostilidades e medidas impetradas pelo governo norte-americano. Ao que tudo indica, pensamos, as palmas no Congresso significavam tanto o reconhecimento pela importante vitória obtida na Revolução de 1979 quanto uma manifestação de apoio ao país centro-americano, em razão mesmo dos problemas pelos quais vinha passando.

entidade fossem atendidas. “O professorado terá que manter uma pressão frequente junto à Constituinte, não só por questões da categoria como também por questões sociais”, disse o presidente (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 44).

Na ocasião, Wonghon também afirmou ser necessário não se dirigir apenas aos parlamentares, mas às suas bases, promovendo “conversas, debates e seminários com as comunidades”, não relegando tudo à responsabilidade dos constituintes, sendo, portanto, “preciso acompanhar, fiscalizar. Principalmente porque o espectro da atual Constituinte é altamente conservador” (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 44).

De acordo com o presidente da CPB, estavam dispostos frente a frente dois *lobbys* distintos: um, defendido pelos professores; outro, pelos “grandes grupos”, que, em seu entendimento, para conquistar seus objetivos “se utilizavam até de meios escusos, como propinas, subornos etc.” (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 44). Por seu turno, da parte dos professores, disse o professor Wonghon: “O nosso *lobby* é o resgate da cidadania. O que nós pretendemos é fazer os representantes entenderem que têm representados e que não podem esquecer o compromisso firmado com eles” (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 44).

Nesta linha, como resultado das discussões realizadas no XX Congresso da CPB foi elaborado um documento final contendo reivindicações de caráter mais geral para ser entregue aos parlamentares constituintes. Em seu conjunto, o documento apresentava dez pontos, reclamando:

1. não pagamento da dívida externa;
2. o fim do latifúndio a partir de uma ampla reforma agrária, sob o controle dos trabalhadores;
3. rejeição a qualquer proposta de entendimento do governo que vise imobilizar os trabalhadores na luta por suas reivindicações;
4. fim dos decretos-leis;
5. aprovação de uma Constituição democrática e progressista, com a garantia dos direitos humanos, das mais amplas liberdades democráticas e contra todo tipo de discriminação a mulheres, negros, índios, crianças, idosos, homossexuais, deficientes e outras minorias;
6. autodissolução do Congresso Constituinte, após um ano de trabalho, seguida da convocação imediata de eleições para presidente da República;
7. garantia de licença-maternidade de seis meses para a mãe e de um mês para o pai, assegurando estabilidade no emprego de um ano após a licença;
8. extinção de todos os arquivos do SNI (Serviço Nacional de Informações), que seriam queimados em praça pública;
9. fim do acordo nuclear e fechamento das usinas nucleares;
10. direito à sindicalização de todo o funcionalismo público (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 44-45).

Sobre o último ponto do documento, o presidente da CPB dedicou especial atenção especificando a situação dos professores: “Nossas entidades já são sindicatos de fato, só não o

são de direito. Por isso lutamos pela liberdade de sindicalização para funcionários públicos. Mas esta é uma questão apenas formal” (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 45). Seguindo nesse tema, Tomaz Wonghon afirmou haver distinções entre o sindicato dos professores em relação aos demais, exemplificando o caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que em sua luta por melhores salários não inclui a luta pela qualidade dos carros fabricados, argumentando que, no caso dos professores: “Nós lutamos também pelo produto final do nosso trabalho, que é a melhoria do ensino, da Educação” (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 45).

A questão da Confederação ainda não ter se filiado à nenhuma central sindical também foi tema da entrevista concedida pelo presidente Wonghon à *Revista Nova Escola*. Conforme já explicitado, mesmo após diversas tentativas, propostas e debates, a CPB ainda não havia aderido ao programa da CUT nem da CGT. De acordo com a publicação, o presidente da entidade entendia que a filiação representaria uma ameaça à unidade de categoria, mas se mostrava a favor da discussão, afirmando que os “professores não podem ficar alheios à luta dos demais trabalhadores” (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 45).

Concluindo, a publicação anunciava a proposta da CPB em realizar, no mês de junho daquele ano, uma Conferência Nacional da Escola Pública, que teria como tema “A Escola que Interessa à Classe Trabalhadora”. A proposição para o evento teria partido da APEOESP e foi comentada pelo professor Nelson Frateschi, membro do Conselho da entidade paulistana:

A escola é voltada unicamente para a classe dominante. O filho do trabalhador fica embrutecido nas escolas públicas, enquanto os filhos da classe média alta são favorecidos pela realidade da escola particular. A escola pública treina os indivíduos para serem dominados, enquanto a particular treina os dominadores (NOVA ESCOLA, abril, 1987, p. 45).

Porém, devido a problemas referentes à alocação das palestras e instalações para alojamento, a Conferência foi adiada para o mês de julho, entre os dias 19 e 23. A orientação da CPB era a de que os delegados deveriam efetivar suas inscrições até o dia 17 de junho em suas respectivas entidades estaduais, mediante pagamento da taxa. Segundo a entidade, a taxa de inscrição previa a cobertura das despesas com alojamento e alimentação durante os dias de evento. O local escolhido foi a Escola de Administração Fazendária de Brasília e as atividades planejadas para o evento contemplavam “trabalhos em grupos temáticos, relatos de experiências e painéis”, estando “confirmada a participação de 15 entidades nacionais da área sindical e educacional” – dentre as quais, UNE, ANDES, SBPC, ANPED, ANPAE, CUT e CGT (CPB, maio/1987, p. 8). Desta Conferência, resultaram congressos e encontros

realizados pelas entidades estaduais explicitando o mesmo tema, representando ampliação na capacidade de luta e articulação em âmbito nacional.

Na linha dos trabalhos por ocasião da Constituinte, no dia 9 de abril de 1987 a Confederação participou de um ato público no Salão Negro da Câmara, “como parte do lançamento da campanha pelo ensino público e gratuito” (PEREIRA FILHO, 2019, p. 124).

Naquele ato foi entregue a proposta de Emenda Popular patrocinada pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. A CPB foi responsável por conseguir a maioria das assinaturas, 195.186 [...] de um total de 279.013 [...] que teria alcançado a Emenda ‘Ensino Público e Gratuito’ catalogada com o número 49 (PEREIRA FILHO, 2019, p. 124).

Neste mesmo ano, no dia 7 de maio, o professor Tomaz Wonghon depôs na subcomissão do direito do trabalhador. Na ocasião, também estavam presentes José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Jair Meneguelli, presidente da CUT; Lourenço Prado, representando a CGT; e Stela Maria Barbosa, presidente da Comissão Criança na Constituinte. Conforme divulgado pelo veículo oficial da entidade, o presidente da CPB teria dito “que o professor, reconhecendo-se como alvo da política de achatamento salarial, já tem consciência da integração aos demais trabalhadores e se considera hoje um trabalhador da Educação” (CPB, maio/1987, p. 2).

Naquela altura, a CPB contabilizava integrados aos seus quadros cerca de um milhão e quatrocentos mil professores da rede pública em todo o território nacional. Integrava o Fórum Nacional de Educação na Constituinte, juntamente com mais doze entidades, dentre elas, CGT, CUT e OAB. “A entidade também faz parte do fórum sindical unitário e do fórum de entidades nacionais que pretendem encaminhar a mobilização das entidades sindicais na Constituinte” (CPB, maio/1987, p. 2).

O presidente da CPB enfatizou que a entidade estava integrada ao movimento nacional por reconhecer que “na sociedade brasileira 8 milhões de crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola e dez milhões de jovens que deveriam estar cursando o 2º grau, encontram-se trabalhando para sobreviver” (CPB, maio/1987, p. 2). Os jovens em questão não seriam os filhos das classes mais abastadas, mas os filhos da classe trabalhadora. Tomaz Wonghon também denunciou a situação dos professores de redes municipais que não possuíam contrato de trabalho firmado e que, por isso mesmo, não tinham direito à previdência social.

Em relação as pressões da CPB junto à Constituinte, Wonghon destacou as propostas defendidas pela entidade, dentre as quais: o salário mínimo real, conforme os cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);

a reforma agrária com a participação e sob o controle dos trabalhadores; a estabilidade no emprego; [...] a liberdade e autonomia sindical; [...] que a lei estabeleça em nível nacional os princípios básicos da carreira do magistério público para os diferentes níveis de ensino, assegurando o provimento de cargos e funções mediante concurso público de títulos e provas, condições dignas de trabalho, aperfeiçoamento profissional, piso salarial mínimo profissional, não inferior aos funcionários de formação equivalente (CPB, maio/1987, p. 2).

Enfatizou ainda a luta da entidade pela aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço em função correspondente ao magistério, com salário integral e tratamento igualitário entre os servidores ativos e aposentados, além do estabelecimento de condições para a elaboração dos estatutos do magistério nas redes municipais de ensino.

Concluindo sua intervenção, o professor Tomaz Wonghon destacou as expectativas da CPB, representando o professorado, em relação ao texto constitucional em elaboração: “Esperamos que o texto constitucional garanta a soberania nacional, hoje comprometida com a dependência econômica, com a injusta distribuição de renda, com o monopólio da terra, com a dependência tecnológica e com a anomalia da concepção da Lei de Segurança Nacional” (CPB, maio/1987, p. 2).

No decorrer dos trabalhos, a CPB também assinou um documento denominada pelos órgãos de vigilância como “pressão de sindicalistas junto à Constituinte” (ACE 064238, 1987, p. 3). O documento em questão havia sido extraído de uma reunião de dirigentes da CUT e entidades filiadas, realizado no dia 15 de setembro de 1987, em Brasília, tendo como temática exatamente os trabalhos da Constituinte. Na ocasião, os dirigentes se reuniram com o deputado Bernardo Cabral para “apresentar a ele, formalmente, as exigências, as reivindicações que a classe trabalhadora quer ver garantidas na Constituição” (CUT, 1987 *apud* ACE 064238, 1987, p. 8). Além da CPB, através de seu Presidente, Tomaz Wonghon, e de seu Vice-Presidente, Agamenon Vieira da Silva, também assinaram o documento algumas entidades estaduais de professores, como a APEOESP, o Centro dos Professores de Goiás e a AMPEP.

4.6 AS CAMPANHAS PELA ESCOLA PÚBLICA E PELA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Em 1988 a CPB encabeçou uma campanha nacional em defesa da escola pública, tendo como lema “Escola Pública: querem apagar um direito seu. Não deixe.”. Àquela altura, a Confederação contabilizava 31 entidades filiadas, representando cerca de um milhão e quinhentos mil professores de 1º e 2º graus da rede pública de ensino de todas as partes do

país. De acordo com seu veículo de comunicação, o “CPB Notícias”, a campanha, com previsão de lançamento para 1º de agosto do referido ano, tinha como objetivo “sensibilizar autoridades da esfera estadual, federal e municipal, constituintes, trabalhadores em educação e sociedade em geral para a luta em defesa de melhores condições de funcionamento da escola pública e salários justos para os educadores” (CPB, JUL./1988, p. 1).

A CPB expressou o entendimento de que, em grande medida, os problemas que afetavam a escola pública diziam respeito não apenas à falta de recursos destinados à educação pública, mas, principalmente, e em decorrência disso mesmo, à “política de descaso e abandono a que a Escola Pública brasileira está entregue”, refletindo em “insuficiência de vagas; infra-estrutura precária; remuneração baixa para os professores e funcionários”, etc. (CPB, JUL./1988, p. 1).

Por isso, a entidade se colocava em Defesa da Escola Pública, promovendo o lançamento da campanha na Câmara dos Deputados, mais especificamente no Auditório Nereu Ramos, na forma de um ato público, onde estariam presentes “constituintes, sindicalistas, professores trabalhadores, estudantes, intelectuais e pais de alunos” (CPB, JUL./1988, p. 1).

Para a CPB, a defesa da escola pública se confundia com a defesa da democracia, e vice-versa. Daí, a tentativa de pressionar no sentido de se fazer ouvir e valer sua voz por “direito a vagas da creche à universidade”; “melhor infraestrutura”; “salário justo e jornada de trabalho decente para os professores” e contra “a privatização e municipalização do ensino”. Concluindo assertivamente que a “escola pública não pode ficar na escuridão” e convocando à mobilização para “acender esse luta” e “fazer dessa lição de causa um direito de todos nós” (CPB, JUL./1988, p. 1).

A campanha em defesa da escola pública se mostra relevante por evidenciar a participação efetiva de outro sujeito na luta pela educação pública no Brasil, qual seja, o professor, via de regra esquecido nas discussões sobre a temática.

Não há dúvidas, por exemplo, das importantes contribuições, nos anos 1930, dos pioneiros da escola nova em prol da democratização do acesso à escola pública no país. Nas décadas de 1950 e 1960, os debates sobre a ampliação da oferta do ensino particular, em detrimento do ensino público, estiveram na ordem do dia e colocaram frente a frente grupos de concepções distintas quanto à educação e seu papel na sociedade. Do lado da escola pública, intelectuais de diversos campos e filiações ideológicas, como Anísio Teixeira e Florestan Fernandes; do outro, “a Igreja Católica e os donos das escolas privadas que, sem

doutrina, se apoiam nos argumentos esgrimidos pelos porta-vozes da Igreja” (SAVIANI, 2019, p. 288).

Porém, nos anos de 1980, diversos movimentos populares e sociais encamparam a luta pela educação e pela escola pública, como o movimento estudantil, conferindo outros significados à esta demanda e pondo outras questões em relevo. Neste sentido, os professores da educação básica se colocaram com significativa altivez no processo, reivindicando, conforme seus próprios termos, a garantia da educação e da escola pública no texto constitucional como expressão mesma de uma sociedade democrática.

Como exemplo, por ocasião do término do primeiro turno de votação do texto da Constituição, a CPB se uniu à ANDES para questionar alguns artigos referentes à educação e reivindicar a supressão de diversos pontos. Dentre os quais, o inciso III do Art. 207 que versava sobre a aposentadoria especial – 30 anos para o professor e 25 para a professora – estritamente para professores de 1º e 2º graus. A proposta das entidades era a de que também fossem contemplados- os professores de 3º grau do ensino particular e públicos vinculados a fundações (CPB, JUL./1988, p. 4).

Em relação ao Art. 211, inciso III, sobre o “pluralismo de ideias, de concepções pedagógicas e de instituições públicas e privadas de ensino”, as entidades propuseram a supressão da trecho referente às instituições por entenderem que o estabelecimento do pluralismo de instituições de ensino como princípio implicaria “em retirar do estado a responsabilidade para com a educação” (CPB, JUL./1988, p. 4). Nesta mesma linha, também fizeram uma observação referente ao Art. 213, sobre o ensino como atividade livre à iniciativa privada, desde de que atendidas as condições de “cumprimento das normas da educação nacional” e de “autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público”.

A existência da escola particular para ser reconhecida precisa ser condicionada à obtenção de um padrão unitário de qualidade, à não utilização de verbas públicas, ao cumprimento das normas mínimas ordenadoras da educação nacional, que as instituições não tenham fins lucrativos, mantenham plano de carreira para os seus docentes e servidores e garantam a participação dos mesmos nos seus órgãos deliberativos. Além disso deve-se ter garantia de que a mantenedora sustentará integralmente o funcionamento da instituição de ensino (CPB, JUL./1988, p. 4).

Dedicando especial atenção aos pontos referentes ao financiamento educacional, CPB e ANDES se posicionaram contra a formulação aprovada no Art. 216, que versava sobre a destinação de recursos públicos para as escola públicas considerando também sua destinação às “escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas”, desde que atendidas algumas

condições e segundo algumas finalidades, como, por exemplo, na forma de “bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver a falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade” (CPB, JUL./1988, p. 4).

Nesta formulação em específico é possível verificar um claro movimento no sentido do que mais recentemente se tem denominado de privatização da educação, expressando uma ameaça à garantia da educação enquanto um direito social e sua conseqüente transformação em mercadoria (FREITAS, 2018). Daí, se apreende a importância da luta encabeçada pela CPB, em parceria com a ANDES, e fortalecida pelo engajamento das entidades estaduais, no sentido de se garantir, já desde aqueles tempos, “a exclusividade de verbas públicas para o ensino público” (CPB, JUL./1988, p. 4).

Seguindo a realização de campanhas, em articulação com Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, Movimento Nacional em Defesa dos Direitos Humanos e com o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, a CPB compôs o Comitê Nacional de lançamento, em 22 de setembro de 1988, da campanha de Educação para a Paz, conforme proposição da Associação Mundial para Órfãos e Crianças Abandonadas (WAO).

De acordo com a Confederação, em virtude da realidade enfrentada pelas crianças brasileiras, mesmo com direitos garantidos na Constituição, a campanha se deu em outra direção, qual seja, priorizar “a erradicação da violência a partir de um alerta à opinião pública nacional sobre as condições de vida das crianças que estão à margem da sociedade” (CPB, SET./OUT./1988, p. 3).



(CPB, SET./OUT./1988, p. 3).

Para tanto, defendiam a importância da escola na vida das crianças, entendendo-a não apenas como estando “a serviço da classe dominante, como tem sido concebida”, mas como agente de transformação capaz de “fazer germinar o comprometimento dos educadores com o trabalho sério cuja meta fundamental seja a mudança da estrutura da sociedade” (CPB, SET./OUT./1988, p. 3). Neste sentido, o Comitê composto pela CPB e demais entidades agiu no sentido de estimular nas escolas debates e atividades diversas sobre a temática da educação para a paz “voltada para a realidade social e econômica do país” (CPB, SET./OUT./1988, p. 3).

4.7 O CONGRESSO DE BRASÍLIA E A FILIAÇÃO À CUT

As tensões existentes no congresso anterior se intensificaram ainda mais por ocasião do XXI Congresso da CPB, realizado em Brasília/DF, entre 16 e 21 de janeiro de 1988, com o lema “Educação: participação e compromisso – Valorização da escola pública”.



(CPB, DEZ./1988, p. 4).

Contando com apoio do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (SINPRO/DF), segundo relatório de agência de vigilância, o evento teria reunido aproximadamente 4.500 pessoas, contando com representações de diversos segmentos:

Na solenidade de abertura, fizeram uso da palavra as seguintes pessoas: LÚCIA HELENA DE CARVALHO, Presidente do SINPRO/DF; FÁBIO VIEIRA BRUNO, Secretário de Educação do Distrito Federal, representando o GDF; JAIR ANTÔNIO MENEGUELLI, Presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); WELLINGTON TEIXEIRA, representante da Central Geral dos Trabalhadores (CGT); MÁRCIO ANTÔNIO DE OLIVEIRA, representante da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES); TOMAS GILLIAN DE LUCA WONGHON, Presidente da CPB; e AGAMENON VIEIRA DA SILVA, Vice-Presidente da CPB (ACE 066208, 1988, p. 3).

Dentre os temas discutidos no evento, se sobressaíram os seguintes: Política Educacional, ensino público e gratuito, currículo, Constituinte, além de “‘relação das entidades com órgãos estaduais’, ‘plano nacional de educação’, ‘número de alunos por classe’ e ‘reivindicações funcionais’” (ACE 066208, 1988, p. 5). Eleições diretas, Reforma Agrária, fim dos aparelhos de repressão, do entulho autoritário, como a Lei de Greve e a Lei de Segurança Nacional também foram assuntos levantados no evento (ACE 066208, 1988, p. 26 – ANEXO).

Desde suas primeiras horas, as animosidades entre os grupos divergentes deram a tônica do evento, quando “representantes de 15 (quinze) entidades filiadas solicitaram a sua

suspensão e a instalação do Conselho de Representantes, isso com as atividades congressuais, instância máxima da entidade, em pleno andamento” (PEREIRA FILHO, 2019, p. 125). A sessão de abertura prosseguiu normalmente e apenas após seu término foi que o Conselho de Representantes foi instalado. O ponto central das divergências era, sem dúvida, a filiação à CUT. De acordo com relatório de órgão de vigilância, a temática central do evento, “Valorização da Escola Pública”, teria ficado “em segundo plano, tendo em vista a grande competição entre as correntes pró-CUT e ‘Unidade’, integrada por elementos pró-Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e Independentes” (ACE 066208, 1988, p. 5).

Sem dúvida, durante a programação do Congresso, as temáticas estabelecidas na programação foram discutidas na medida em que as mesas e painéis foram acontecendo, fazendo com que a temática central não fosse efetivamente negligenciada. No entanto, muito embora tenha sido votada apenas entre o penúltimo e o último dia de atividades congressuais, não é difícil imaginar que, em virtude da complexidade da questão e de sua polêmica relativamente duradoura, a questão da filiação à CUT tenha garantido um clima tenso entre os membros das delegações antes mesmo de iniciados os trabalhos do evento.

Debates bastante tensos expunham diferentes perspectivas e concepções sindicais, inscrevendo as discussões em relação à filiação à CUT no conjunto mais amplo das divergências existentes no interior do próprio movimento sindical, àquela altura com francos embates entre o PT e os comunistas. Ainda assim, a proposta de filiação foi votada e aceita pela maioria dos votantes, muito embora com pequena margem de diferença. Os registros do relatório de vigilância dão conta de expor a dinâmica e o resultado da votação:

No dia 20 Jan 88, prosseguiram as discussões sobre a filiação da CPF à CUT, sendo realizada a votação que se prolongou das 23:00 até as 07:00 horas do dia 21 Jan 88, com o seguinte resultado: 1.351 votos favoráveis; 1.150 contrários; 13 votos em branco; e 25 nulos (ACE 066208, 1988, p. 5).

De acordo com Pereira Filho (2019, p. 129), a proposta de filiação à CUT “só se mostrou possível pelo deslocamento de um grupo de delegados influenciados pelo presidente da entidade, Tomaz Wonghon e outros sindicalistas daquele campo sindical”. Enfim, após vários congressos e debates, a CPF se filiou à CUT, como resultado, de um lado, do avanço do PT e da própria Central — que já contava, inclusive, com o Departamento Nacional dos Trabalhadores da Educação (DNTE/1987) —, representados pelas lideranças dos professores inseridas na Confederação, e, de outro, pelo deslocamento de grupos que anteriormente se mostraram contrários à filiação. O que, todavia, não significou a ausência de polêmicas e

embates posteriores, principalmente pela ação da ala comunista em torno da Corrente Sindical Classista (PEREIRA FILHO, 2019).

De acordo com Pereira Filho (2019), a filiação à Central Única dos Trabalhadores acabou por fortalecer à Confederação dos Professores do Brasil, na medida mesma em que aglutinou às lutas do professorado ao conjunto da classe trabalhadora. Entretanto, do mesmo modo, também foi importante para a CUT contar em seus quadros com a CPB e a maioria de suas entidades filiadas, posto a expressividade quantitativa e política do professorado público da educação básica no Brasil.

A conclusão do relatório da Agência de vigilância é revelador nesse sentido, quando destaca que:

Com a aprovação da filiação da CPB à CUT, a entidade máxima de representação dos professores do 1º e do 2º grau amplia sua atuação contestatória às políticas educacional e econômica do Governo, à semelhança do que acontece com a Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) (ACE 066208, 1988, p. 5).

Uma vez filiada à CUT, a CPB agora era também provocada pela central para ampliar seu escopo de representação. No próprio veículo oficial de comunicação da CPB, o Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação da CUT: Subcoordenação de 1º e 2º Graus questionava: *CPB Entidade de Professores ou Trabalhadores em Educação?* A nota defendia que o papel da CPB, uma vez congregando entidades de representação do professorado em âmbito estadual, deveria ser de “unificar esse conjunto na luta pelas reivindicações da categoria”, que não se restringia apenas à luta salarial, mas se ampliava na própria defesa da escola pública, devendo, a CPB, “atuar pela melhoria da qualidade do ensino prestado ao conjunto da população” (CPB, SET./OUT./1988, p. 2).

Disto, deriva o entendimento de que todos os profissionais que trabalham na escola e na rede de ensino possuem responsabilidade na “função educativa”, sendo, professores e demais funcionários, “um conjunto que desenvolve um trabalho comum, apenas com funções diferenciadas”. Assim, caberia à CPB unificar a todos os que trabalham na escola pública, defendendo seus interesses e necessidades, “para que com isto sua força aumente e possa cumprir o papel histórico de sempre e, intransigentemente, defender a Escola Pública” (CPB, SET./OUT./1988, p. 2).

A nota da CUT chamava a atenção para a necessidade de fomentar nos estados a criação de sindicatos únicos de representação dos trabalhadores em educação, alertando que no último Congresso da CPB resolveu-se pela abertura de discussões, a cargo das entidades

estaduais, sobre a participação dos funcionários de escola na Confederação. A proposta já contava com boa recepção dos próprios funcionários, tal como explicitada nos dois últimos encontros nacionais promovidos pela entidade. Assim, concluindo, o texto afirmava ser “necessário que o próximo Congresso da CPB defina sua posição, dando um passo concreto no sentido de tornar-se a única, forte e poderosa, Confederação de Trabalhadores em Educação do 1º e 2º Graus do Brasil” (CPB, SET./OUT./1988, p. 2).

No crepúsculo da década, o presidente da Confederação foi instigado a fazer um balanço das atividades, lutas, conquistas e derrotas do professorado no ano de 1988, sobre o que as relações com outros períodos se mostrou até inevitável. De início, lhe foi perguntado ao professor Tomaz Wonghon que análise fazia das lutas empreendidas pelos professores ao longo deste ano.

Foi um ano especialmente difícil. Em épocas anteriores, mesmo nos períodos mais duros (fazemos greves desde 79), se conseguiu obter avanços. No entanto, temos enfrentado um retrocesso em termos de conquistas desde a eleição dos governadores da pretensa Nova República (CPB, DEZ./1988, p. 6).

As eleições a que se referia o professor foram as realizadas em 1986, quando, segundo Wonghon, os governadores eleitos “passaram a atuar de forma organizada” no sentido de questionar, quase que sistematicamente, a constitucionalidade de uma conquista obtida pela categoria. Como exemplo, citou o caso do estado do Piauí, onde estava em discussão na Assembleia Legislativa a implementação do plano de cargos e carreiras.

De acordo com o presidente da CPB, o governador eleito Alberto Silva “orientou a bancada do governo a aprovar o plano, alegando que era até pouco em relação ao que pretendia conceder a categoria” (CPB, DEZ./1988, p. 6). No entanto, ainda no mesmo ano, em abril de 1987, o governador recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a constitucionalidade do plano em razão de o mesmo vincular o piso salarial dos professores ao salário mínimo. Segundo ele, essa estratégia fora utilizada por governos de outros estados para suspender conquistas da categoria.

Quando perguntado se os professores não haviam obtido bons resultados no tocante à remuneração e às condições de trabalho, sua resposta foi que “a luta este ano foi de manutenção do que já havia sido conquistado. Aparentemente houve empate” (CPB, DEZ./1988, p. 6). Sobre as denúncias de repressão contra os movimentos grevistas dos professores, Tomaz Wonghon respondeu:

Para os governos, nosso movimento é inquietante, é considerado perigoso porque consegue apoio da comunidade e possui uma força descomunal, que

coloca a nu os problemas da Educação. Este e o ano passado foram os períodos de enfrentamento mais duros com os governos estaduais (CPB, DEZ./1988, p. 6).

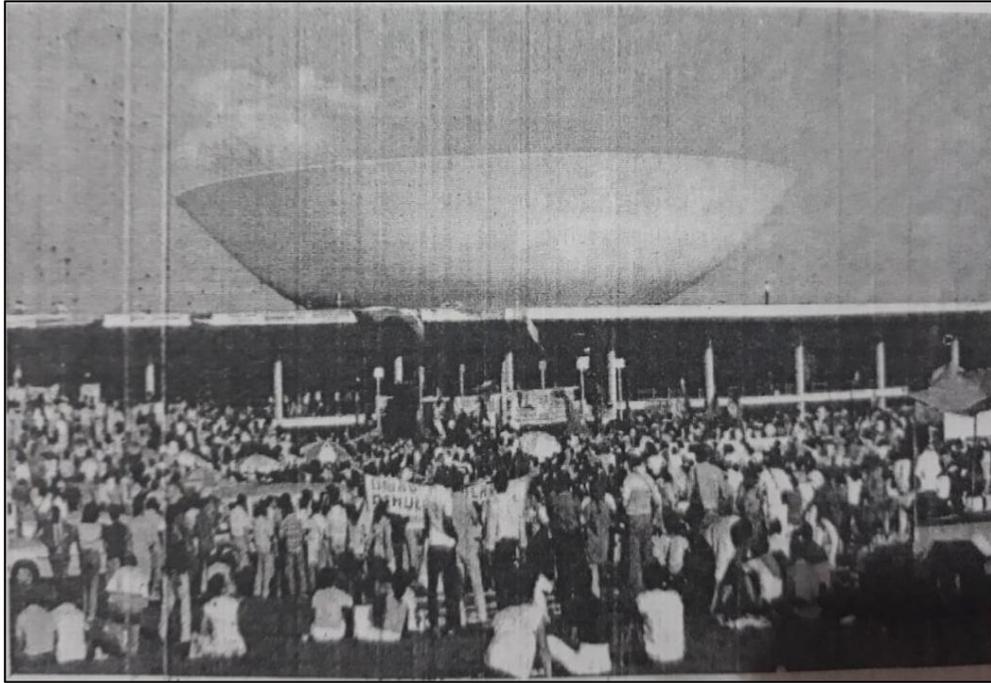
As referências foram os casos ocorridos em 1987 no Rio Grande do Sul e no Paraná. Este último, agora governado por Álvaro Dias, autor da emenda constitucional pela aposentadoria aos 25 anos de serviço, considerado anteriormente “como um dos aliados mais seguros” (CPB, DEZ./1988, p. 6). Em Pernambuco também houve denúncias de repressão policial ao movimento paredista dos professores no ano de 1988 durante a gestão de Miguel Arraes, sobre o que discutiremos mais à frente.

Para Wonghon, a questão residia no fato de os governadores atuarem de forma organizada no sentido de desarticular o professorado. A utilização da repressão, segundo o presidente da CPB, representava uma incoerência dos governadores eleitos no limiar da Nova República, uma vez que “arautos da democracia antes de eleitos, utilizam no poder os mesmos métodos da ditadura. Em alguns Estados, nem mesmo no período da ditadura, a categoria enfrentou situações tão constrangedoras” (CPB, DEZ./1988, p. 6).

Ainda assim, o presidente da Confederação dos Professores do Brasil enxergava êxito em algumas ações desenvolvidas pelo professorado. O maior destaque foi dado à atuação da entidade nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte.

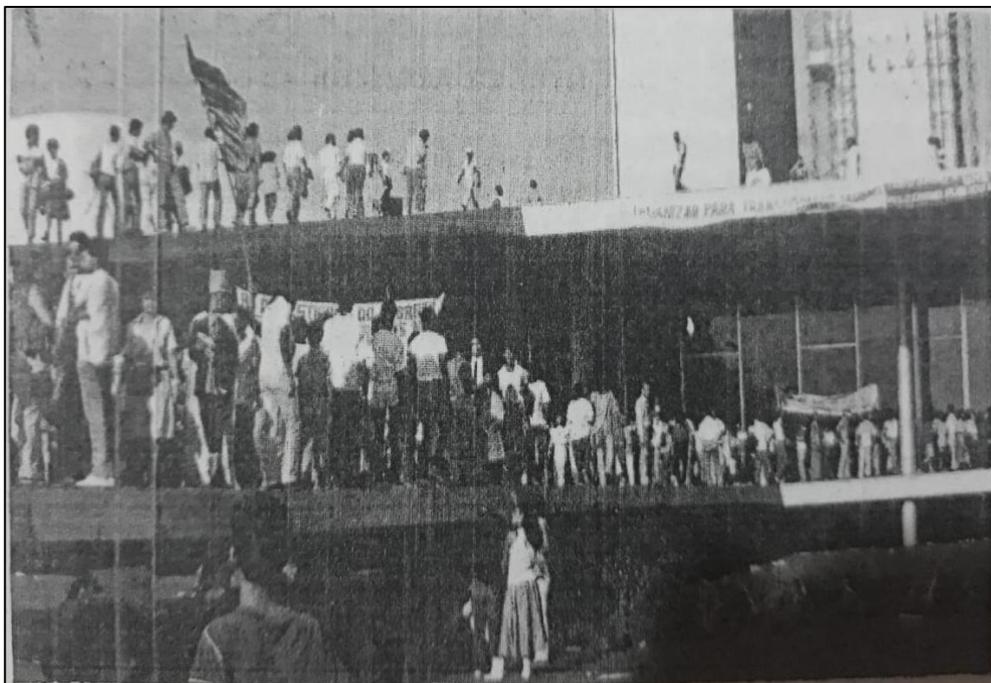
Nos unimos para debater tudo o que queríamos que constasse da nova Carta e nos organizamos para lutar no campo legislativo, para que as leis que regulam o ensino sejam adequadas e sintonizadas com os interesses da comunidade em geral. Fizemos um trabalho exaustivo porque a Constituição deveria tornar-se uma boa ferramenta para possibilitar o desenvolvimento da organização da sociedade brasileira e a conquista dos direitos fundamentais (CPB, DEZ./1988, p. 6).

Neste sentido, Wonghon recordou as mobilizações realizadas, como o *lobby* montado juntamente com outras entidades da educação, ao que tudo indica, no mês de agosto, quando professores de todas as partes do país estiveram em Brasília para pressionar.



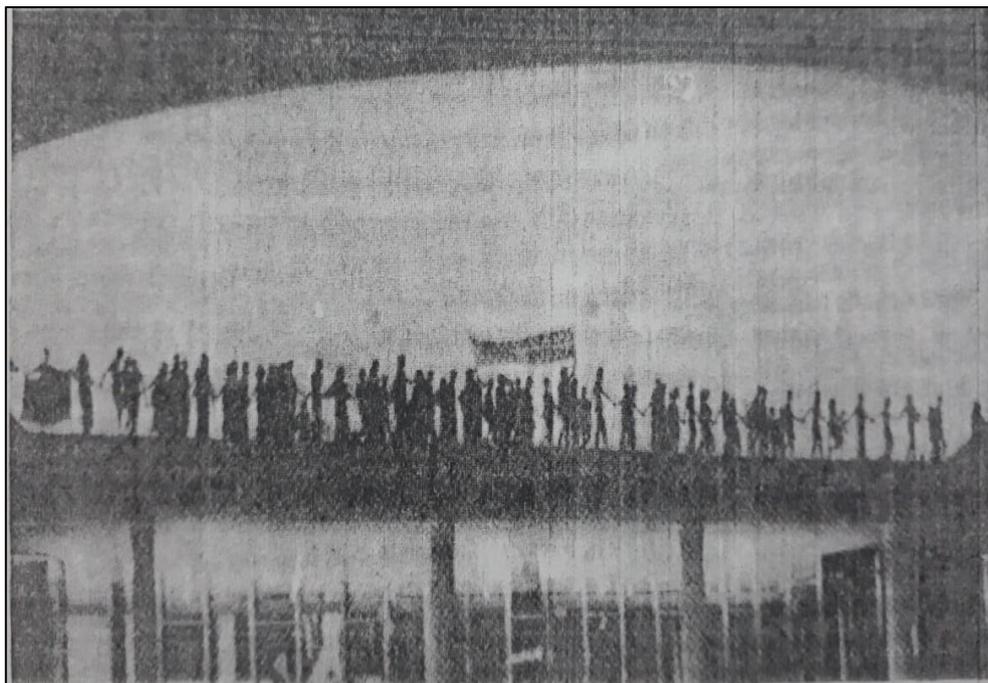
(CPB, DEZ./1988, p. 4).

As mobilizações da CPB para a realização da manifestação foram realizadas desde o início do ano, contando com a participação das Associações filiadas.



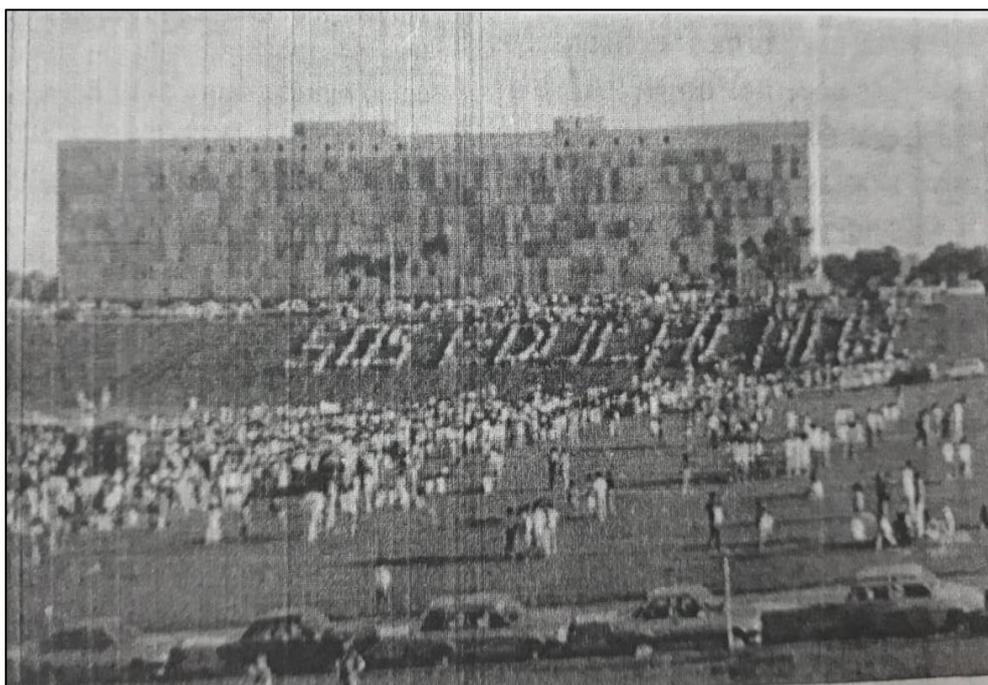
(CPB, DEZ./1988, p. 4).

O resultado foi a chegada de diversas caravanas em Brasília “para pressionar os Constituintes a aprovarem propostas de interesse do ensino público” (CPB, DEZ./1988, p. 4).



(CPB, DEZ./1988, p. 5).

As imagens da mobilização foram publicadas no veículo de comunicação oficial da entidade deram conta de mostrar significativo número de professores ocupando diversos espaços do Congresso Nacional e áreas externas.



Ao fundo da imagem, a inscrição “SOS EDUCAÇÃO” (CPB, DEZ./1988, p. 4).

No entendimento de Tomaz Wonghon, foram obtidos avanços significativos no texto constitucional. Porém, chamava atenção para que a categoria permanecesse atenta no sentido de pressionar pelo cumprimento dos direitos instituídos em lei. “Por isso eu digo que nunca faremos a última greve, como muitos sonham. Sempre haverá motivos para estarmos na rua, lutando, reivindicando”, enfatizou o presidente da CPB (CPB, DEZ./1988, p. 6).

Dentre as principais reivindicações elencadas para o ano de 1989, Tomaz Wonghon destacou a reimplantação do plano de carreira em alguns estados, a licença sindical para dirigentes, a reposição mensal dos salários em detrimento do reajuste anual, revelando uma questão no mínimo complicada na luta pela efetivação de um piso salarial, uma vez que “em alguns Estados já reivindicam-se 8 mínimos e, em outros, ainda lutamos por 3 mínimos”. Nesta mesma linha, sobre as bandeiras de luta estabelecidas para este mesmo ano o professor Wonghon indicou a realização de mobilizações em torno das discussões pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para a qual uma proposta da CPB seria deveria ser fechada no XXII Congresso Nacional da entidade. Outra bandeira estabelecida pela Confederação foi “a consolidação de sindicatos, a nossa sindicalização, agora aprovada na Constituição” (CPB, DEZ./1988, p. 6).

Para o presidente da CPB, bastava apenas vontade política dos governos para melhorar a educação no país. Não havendo, seria necessário efetiva e permanente mobilização “da comunidade para mudar o quadro caótico da Educação no nosso país” (CPB, DEZ./1988, p. 6). “E os professores, o que eles podem fazer?” – lhe foi perguntado. Sobre o que, respondeu:

Eles devem continuar o seu processo de organização, unindo-se também a outras categorias para formar uma rede social que permita o exercício da cidadania e a prática democrática. A luta é desigual, porque o governo mantém uma infra-estrutura de que não dispomos, Mas, organizados, teremos força para reivindicar nossos direitos e cobrar uma Educação melhor da administração pública. Mais do que a forma legal, é a luta social que garantirá o cumprimento de princípios que nos interessam [...] (CPB, DEZ./1988, p. 6).

A referência para o professor Wonghon foram as resoluções definidas na XXXII Conferência Mundial de Professores, realizada em agosto de 1988, na Austrália, na qual foi eleito como um dos representantes da América Latina no Comitê Executivo da Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino (CMOPE). Neste evento, em assembleia composta por 800 delegados de 93 países, definiu-se o papel da escola pública para transformação social e o dever do Estado em assegurar “a todos o acesso às escolas laicas e gratuitas, sem distinção de sexo, credo, raça, cultura, habilidade ou origem econômica

e social”. Assim, finalizando a retrospectiva, o presidente da CPB enfatizou a realização da Campanha em Defesa da Escola Pública, considerando-a “como uma trincheira vital a ser defendida em (19)89” (CPB, DEZ./1988, p. 6).

4.8 CONCLUSÃO

Mediante o exposto, ao longo da década de 1980, a CPB sofreu uma mudança significativa em seu perfil organizativo e conquistou a ampliação de seu grau de influência junto às questões de ordem político-educacional do país. Exemplos disso, foram as mobilizações e participações por ocasião dos debates da Assembleia Nacional Constituinte, tornando-se peça chave para a obtenção de conquistas importantes no tocante à educação, de um modo geral, e aos trabalhadores e trabalhadoras da educação, mais especificamente.

Neste linha, a Confederação também passou a desfrutar, paulatina e gradativamente, de uma maior relevância junto às entidades estaduais, como resultado do processo de reformulação da própria CPB – marcado por divergências e disputas internas, conforme visto quando dos Congressos –, reclamado pelas Associações estaduais interessadas em tornar a Confederação uma entidade capaz de articular, de fato, a identidades dos interesses do professorado em âmbito nacional, conforme veremos nos capítulos 6 e 7. Fruto deste processo, em 1989 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), sendo formalmente estabelecida no ano seguinte, por ocasião do Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação, realizado entre 22 e 28 de janeiro de 1990, na cidade de Aracaju/SE, quando foi extinta a CPB.

5 DAS ASSOCIAÇÕES AOS SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: PERFIS ORGANIZATIVOS EM XEQUE, RUMOS EM DISPUTA

Conforme discutido anteriormente, o processo de abertura política no Brasil ensejou um ambiente mais favorável à retomada das lutas dos movimentos sociais e de trabalhadores. Favorável, conforme significado atribuído por Eder Sader (1988), para dizer de como a classe trabalhadora se aproveitou das possibilidades abertas nesse processo, ao mesmo tempo em que, novamente trazendo Francisco Silva (2020), tensionou por seus encaminhamentos. Para além das questões políticas em torno da redemocratização do país, o renascimento das lutas dos trabalhadores teve como fatores condicionantes os problemas econômicos característicos do período, quais sejam, o arrocho salarial, a inflação, a alta dos preços dos alimentos, dentre outros. Problemas esses que, conforme vimos em capítulo anterior, se fizeram sentir de modo ainda mais sintomático numa região como o Nordeste, historicamente afetada pelo descaso das autoridades políticas nacionais e marcada pelos desmandos de uma elite agrária conservadora e autoritária.

As experiências vividas pelos trabalhadores, comuns à distintas categorias profissionais, mobilizaram as bases no sentido de pressionarem suas entidades de representação, principalmente os sindicatos, mas também as associações, para desenvolverem uma atuação mais condizente com as expectativas e necessidades da classe trabalhadora, articulando a identidade de seus interesses em oposição ao interesses do patronato e do próprio regime civil-militar. A eclosão do “sindicalismo autêntico”, nos anos finais de 1970, do qual resultou o movimento do novo sindicalismo, foi dado marcante nesse sentido, na medida mesma em que pôs em questão a estrutura sindical oficial, tutelada pelo Estado, e defendeu uma concepção de sindicato mais atenta às demandas explicitadas pelas bases.

Neste contexto, as Associações de professores de 1º e 2º Graus espalhadas pelos diversos estados do Brasil – e mesmo a CPB, tal qual discutimos no quarto capítulo desta tese –, até então acomodadas na prestação de seus tradicionais serviços de assistência, lazer e orientação jurídica, se viram urgidas a redirecionar sua atuação de modo a representar, de fato, os interesses do professorado frente aos governos. Assim, no bojo da retomadas das lutas dos trabalhadores no país, surgiram, nos diversos estados, grupos de oposição, formados por professores alinhados a uma perspectiva de organização “combativa”, que puseram em xeque os perfis conservadores e acomodados das Associações, conferindo às suas diretorias a pecha de “pelegos”, no sentido de conquistarem o controle das entidades e imprimirem novos rumos de atuação.

Assim, o final da década de 1970 e começo dos anos 1980 marcaram o início de um processo de reformulação das entidades de representação dos professores de 1º e 2º Graus no Brasil, com base, nos termos de Thompson (2012), nas feições classistas adquiridas pela própria experiência do professorado “na vida social e na consciência, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres” (THOMPSON, 2012, p. 260). Adquiridas, acrescentamos, também nas disputas entre si, no interior da própria categoria, no confronto entre concepções e perspectivas distintas, e não apenas contra classes, grupos e interesses diretamente antagônicos.

Mediante o exposto, neste capítulo nos interessa analisar os processos de disputa ocorridos no interior do movimento dos professores do ensino oficial dos estados nordestinos contemplados nesta pesquisa, evidenciando os grupos de oposição formados sob a perspectiva do “novo”, em confronto com o “velho” representado pelas direções tradicionais, seja internamente às suas próprias entidades, seja através de embates ou divergências entre diferentes Associações do mesmo estado, no caso daqueles em que existiam mais de uma entidade de representação do professorado, culminando com a oficialização dos Sindicatos dos Trabalhadores em Educação, entendendo-a como a consolidação de um processo de disputas e lutas.

5.1 A ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DE SERGIPE (APMESE) E O CENTRO DOS PROFISSIONAIS DE ENSINO DE SERGIPE (CEPES)

De acordo com Adenilde Dantas (2017), o surgimento de entidades associativas de servidores públicos no estado de Sergipe remonta às primeiras décadas do século XX, mais precisamente a 1919, quando da criação da Sociedade Beneficente dos Funcionários Públicos. Segundo Luiz Carlos Galleti (2015), na década de 1940 foram criadas a Associação dos Servidores Públicos de Sergipe (ASPES) e a União dos Empregados Públicos do Estado de Sergipe (UEPES), configurando-se, portanto, em associações “assistencialistas estreitamente vinculadas às classes dominantes sem qualquer preocupação com a perspectiva de construção do protagonismo da classe trabalhadora” (GALLETI, 2015, p. 114).

Conforme exposto nos trabalhos de Silva (1997), Oliveira (2002), Santos (2012) e Dantas (2017), apenas em meados da década de 1960 foi que surgiu a Associação de Professores, que viria a ser a primeira entidade específica de representação de professores no estado, a qual teve como dirigente o militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Agnaldo Pacheco, também ex-presidente da ASPES e, posteriormente, membro da seção estadual do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT-SE).

No entanto, sua existência foi bastante curta, encerrando suas atividades em decorrência do Golpe Civil-Militar de 1964 e tendo sua toda sua documentação destruída. Deste modo, as “reivindicações dos/as docentes passaram a ser feitas por grupos que se organizavam isoladamente, formados tanto por professoras/es concursadas/os como por professoras/es contratadas/os” (DANTAS, 2017, p. 91).

Em 25 de setembro de 1963 ocorreu a primeira greve dos funcionários públicos de Sergipe, sendo deflagrada, inclusive, por um grupo de professores militantes, do ensino médio e superior, que reclamavam dos baixos salários e das precárias condições de trabalho. A greve “começou de forma isolada com as/os professoras/es, mas se expandiu para as/os demais servidoras/es públicos por meio da ASPES” (DANTAS, 2017, p. 92).

Em 1970 uma nova greve, desta vez específica dos professores, foi deflagrada no estado. Na ocasião, os docentes requereram por parte do governo do estado o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o pagamento do 13º dos professores celetistas.

Nessa ocasião, ainda na ditadura, o movimento não tem, ele está desarticulado. Mas em Sergipe, 1970, 69 ou é 70, tem uma reação muito forte dos professores de Ensino Médio, que a maioria eles eram contratados, eram celetistas, e não estavam recebendo o 13º, e têm o apoio também das professoras primárias que eram contratadas. Então foi um movimento forte, coordenado pela professora Sônia Vandique, professora de Português, uma intelectual, paraibana. Depois ela vai embora, volta para a Paraíba, me parece que ela passou a ser professora universitária lá na Paraíba, numa Universidade Federal. Uma sergipana, que era a professora Diná Macedo, filha de um político que liderava o antigo Partido Trabalhista Brasileiro aqui em Sergipe, e ela era professora de Inglês, uma grande liderança. Também de professora da educação básica ela foi para a Universidade Federal de Sergipe e foi selecionada para fazer mestrado na Inglaterra; daí ela foi embora para Londres e de lá ficou morando em Londres... E bom... essas duas professoras lideraram uma greve, lideraram todo esse movimento dos professores em plena ditadura militar (...) em 1970 (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Mesmo não contando com uma entidade representação específica da categoria, os professores e professoras do estado de Sergipe, aparentemente e mesmo que de modo ainda incipiente, conseguiram realizar movimentos importantes no sentido de reivindicar melhorias salariais e em suas condições de trabalho, seja isoladamente, seja em conjunto com os demais servidores públicos do estado.

De acordo com Dantas (2017), temendo a formação de uma nova associação docente vinculada ao PCB e para desarticular o grupo de professores que vinha se notabilizando à frente da categoria, no dia 8 de setembro de 1977, o então governador, José Rollemberg Leite, criou, em seu próprio gabinete, a Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe (APMESE), nomeando pessoalmente seus dirigentes.

Então, o (...) movimento de professores mesmo, ele vem... Bom, em 77 foi criada a APMESE. A entidade que existia ela deixa de existir, em 77 vai ser criada a APMESE, mas essa APMESE ela foi criada no Palácio, com o governo, o governador tinha sido até meu professor de Legislação de Ensino, Dr. José Rollemberg Leite; era uma pessoa, assim, do antigo PSD, vem da oligarquia rural de Sergipe, a família vem da política conservadora sergipana. Portanto, eram pessoas muito sérias (...), mas de uma visão conservadora. E aí alguns professores se organizam e criam essa APMESE, Associação dos Profissionais do Magistério de Sergipe. Mas a APMESE ela tinha mais uma visão de... fazia um boletim com os aniversários dos professores, todo ano quando vinha o reajuste eles faziam uma homenagem ao governo, porque estava reajustando a categoria, enfim (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Conforme exposto no 1º artigo de seu Estatuto, a APMESE se definia como uma entidade “civil, social e reivindicatória, sem fins lucrativos e constituída de Professores, Orientadores Educacionais, Administradores Escolares, Inspectores Escolares, Supervisores Escolares e demais especialistas”. Tendo dentre suas finalidades:

- a) representar a Classe Magisterial;
- e) defender as causas justas da Classe;
- f) conscientizar a Classe no sentido de torná-la compreensiva, coesa, unida e atuante;
- i) promover entendimento entre a Classe e os Poderes Públicos (APMESE, 1977 – Art. 2º).

A despeito dos itens correspondentes à representação, defesa e atuação da classe, aparentemente a entidade prezava muito mais pelo “entendimento com os Poderes Públicos”. Sua ação consistia, basicamente, na confecção de “um boletim com os aniversários dos professores; todo ano quando vinha o reajuste eles faziam uma homenagem ao governo, porque estava reajustando a categoria, enfim” (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Entretanto, nos idos de 1980 a atuação da APMESE passou a ser veementemente contestada por um grupo de professores, recém-formados e empossados por concurso público, que chegavam à rede estadual embebidos dos ideários de lutas sociais e trabalhistas da época. Segundo a professora Ana Lúcia Vieira, que já era concursada àquela altura, fora muito importante nesse sentido o envolvimento junto ao movimento estudantil e a proximidade com professores progressistas no processo formativo dos estudantes e futuros professores.

Então, em 73 você ainda não tem movimento, mas eu participei do movimento estudantil ainda com toda a repressão, de 70 a 73. Em 73, que é o ano da minha formatura, também eu ingresso, ainda como estudante, em abril de 73. Minha Formatura foi em dezembro de 73 e meu irmão faleceu em janeiro de 73 no acidente. Então, assim, por exemplo, eu tinha muitos professores progressistas, que inclusive eu descobri depois, por exemplo, professor Jackson, ele estava sendo perseguido pelo golpe militar, ele participou de um concurso – veio morar aqui em Sergipe, Aracaju – da Universidade Federal de Sergipe. Depois ele consegue, com a anistia, voltar para a Paraíba e depois passou a ser até Reitor da Paraíba. Meu professor Paulino, José Paulino, que tinha uma formação na parte de Filosofia, de Teologia, mas de uma linha progressista. Professor Rivas, que era italiano, que era professor de História da Educação... Então, mesmo na ditadura, tive sorte, eu e minhas colegas, de termos professores que não podiam falar muito, mas que tinham uma linha progressista. Tinha Dom Ambrósio, dominicano, que nos ensinava Psicologia. Esse era muito progressista, inclusive no movimento de 68, secundarista, que eu participava, eu e meu irmão, ele foi quem celebrou a Missa Campal no dia do assassinato de Edson Luiz, que nós fizemos passeata. O movimento secundarista em greve, junto com movimento Universitário. Então, é Dom Ambrosio que vai fazer a celebração, na porta da Catedral, da missa em homenagem a Edson Luiz, de fortalecimento do movimento estudantil, isso em plena ditadura (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Neste cenário de mobilizações e redes de contato se estabelece na rede estadual de ensino sergipana um grupo de professores que vai se reunir e se insurgir contra a direção da APMESE, questionando a atuação da entidade e sua representatividade.

No final da década de 70, em plena luta pela redemocratização do país, mais ou menos 79, os estudantes da Universidade Federal, assim, bastante organizados – sob a liderança do Marcelo Deda, que depois vai ser nosso Prefeito e nosso Governador –, esses estudantes vão terminando seu curso e ingressam na rede estadual de ensino. E, no meu caso, através de um curso de Bárbara Freitag, da Sociologia da Educação, eu conheço esses jovens, que é o jovem Diomedes, é o jovem Varjão, o jovem Rui Belém, que estavam fazendo esse curso também, à noite. É um curso que foi promovido pelo departamento de Serviço Social, mas, como lidava com o Estado e Educação, atraiu muita gente da Pedagogia, inclusive eu, que já era profissional antiga da rede estadual. E aí eu conheço esse jovens e a gente começa a dialogar, com muita identidade e crítica ao curso de Pedagogia. E começamos esse diálogo. Eles ingressam por concurso público na rede e tomam posse em 1980, por aí, e aí a gente vai formar um grupo de estudo, de debate, a partir das Leis que nós já tínhamos, dos nossos direitos, numa perspectiva... Aí vem a fundação do Partido dos Trabalhadores, aí vem a discussão sobre a construção da CUT e sempre numa perspectiva já sindical. E aí a gente cria um grupo de oposição à APMESE, que tem esse nome de *Resistência*. E nós vamos assim nos constituindo como oposição a APMESE (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Assim, em 1982, sob a liderança do professor Diomedes Santos, o grupo de oposição lança uma chapa para concorrer nas eleições para direção da entidade. Apesar dos esforços, e

dos bons resultados obtidos em alguns municípios, a vitória não aconteceu. Fator decisivo neste sentido foi a utilização da máquina pública para favorecer o grupo de situação.

Conseguimos ganhar aqui em Aracaju e em Propriá, onde o professor Varjão era liderança, e perdemos por que o professor Diomedes... Quer dizer, o movimento estava ficando tão forte que o governo organizou uma chapa a partir dos diretores regionais de educação, que eram as diretorias que descentralizavam a Secretaria da Educação. Os diretores de DR formaram uma chapa para concorrer conosco; nós ganhamos em Aracaju e Propriá, nos lugares mais politizados, e eles ganharam (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Apesar da derrota nas eleições, o movimento docente da rede pública estadual apresentava sinais claros de inflexão. O grupo de oposição havia consolidando seu grau de influência e ampliando seus espaços de atuação e articulação. “Mas aí nós continuamos como oposição forte, já com o apoio da CUT e... a CUT foi criada paralelo a isso em 83, e essa direção terminou se fragilizando e a maioria renunciando” (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Diante das dificuldades de conseguirem assumir a direção da APMESE e liderar o movimento docente no estado de Sergipe, os professores opositoristas criam, em outubro de 1986, o Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe (CEPES), contando com a participação de aproximadamente 300 professores da rede pública estadual adotando uma perspectiva classista, “aliando reivindicações à formação através estudos e debates sobre a prática pedagógica da rede pública do Estado de Sergipe” (SINTESE, 2009).

Ficamos enquanto oposição da APMESE até 1990. Em 1986, nós criamos... Nós vimos que estava muito difícil de disputarmos a APMESE pela estrutura que o governo dava e por que eles tinham arrecadação na folha de pagamento e nós não. Então, nós resolvemos criar o Centro dos Profissionais de Ensino. Nos filiamos à CUT, mas não conseguimos a consignação em folha, então vivíamos da doação dos professores aqui de Aracaju, de rifas, mas constituímos um grupo muito forte de oposição (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

O CEPES esteve, desde seu início, filiado à CUT, diferentemente da APMESE, da qual recebeu apoio para a realização de diversas atividades.

A APMESE não era. Quando ela vira sindicato, nós éramos... quando ela vai se filiar, nós continuamos ainda com uma oposição que naquele tempo tinha, mas logo depois a gente conquista o SINTESE, que vai fortalecer a CUT. Mas, enquanto oposição e CEPES, a CUT nos deu... os sindicatos fortes ligados à CUT nos davam muito apoio (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Através do Centro, as lideranças oposicionistas promoveram estudos e debates sobre temáticas diversas relacionadas à educação e ao mundo do trabalho, inclusive no que concernia ao professor enquanto trabalhador da educação.

E a gente buscava sempre a parceria, solidariedade dos intelectuais de Sergipe, do campo da esquerda. Por exemplo, a professora Alexandrina, ela era da rede, ela sempre foi uma grande estudiosa do marxismo. Então nós tínhamos hora de estudo, dia de sábado nós buscávamos um espaço e o CEPES tinha uma sala alugada. Ali nós tínhamos um horário de estudo, às vezes passávamos a manhã toda discutindo. Ela passava, indicava os livros que a gente devia ler e lá ela orientava os debates e o estudo. Nós tínhamos um professor sociólogo, que até hoje é professor da Universidade Federal, Caio Amado, que era rebelde, ele não queria... não acreditava nessa história de estudo, mas nós convencemos... ele também orientava muito as leituras nossas e filmes para nós assistirmos e nós devemos muito a Caio, esse agrupamento deve muito a Caio Amado. Nossa formação, uma formação de uma visão mais ampla do que... de participação, de construção coletiva, do que essa coisa ortodoxa, dogmática. Nós exercitávamos muito o rompimento com esse dogmatismo, o marxismo e as tendências de esquerda, tanto que nós nos filiamos ao partido (...); o Diomédes, Gilnete, Ângela – todo mundo –, ninguém era orgânico de tendência, nós éramos muito rebeldes (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

De acordo com Maria Conceição Linhares (2019), o CEPES dispunha de poder institucional legal para representar o professorado público sergipano em situações de negociação com o Estado ou sempre que o mesmo solicitasse uma representação da categoria. Defendendo que o CEPES e a APMESE gozavam do mesmo status de representação, apesar de defenderem perspectivas organizacionais diferentes, a autora em questão refere-se ao exposto na Lei 2.656, de 8 de janeiro de 1988, dispendo sobre a reorganização do Conselho Estadual de Educação, especificamente no artigo segundo e inciso terceiro:

Art. 2º - O Conselho Estadual de Educação é constituído de dezesseis (16) membros nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação e observada a devida representação dos diversos graus de ensino e a participação de representantes de instituições educacionais, do magistério oficial e particular e de especialistas em educação.

§3º - Dos representantes do magistério particular, um (1) será indicado pelo Sindicato dos Professores, um (1) pela Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe - APMESE e/ou Centro dos Profissionais de Ensino de Sergipe - CEPES, e um (1) pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular, escolhidos em lista tríplice, enviada ao Governador do Estado pelos presidentes dos respectivos órgãos de classe (GOVERNO DE SERGIPE, 08/01/1988).

Todavia, cumpre lembrar que o mesmo documento também versava sobre o processo de escolha e indicação do representante da APMESE e do CEPES

§6º - O representante da APMESE e/ou do CEPES, a que se refere o §3º deste artigo, será indicado em lista tríplice, composta mediante escolha por eleições diretas realizadas entre profissionais do Magistério da rede pública de ensino, podendo credenciar-se ao pleito, na condição de candidatos, associados a qualquer das duas entidades (GOVERNO DE SERGIPE, 08/01/1988).

Nota-se, conforme o exposto, que, apesar de gozarem de um mesmo status institucional, APMESE e CEPES disputaram, em ocasiões e espaços diversos, cadeira por cadeira, para legitimarem-se enquanto principal entidade de representação do magistério público do estado de Sergipe, sendo, portanto, responsável por articular a identidade de seus interesses.

Nestes embates, é possível inferir que a APMESE desfrutava de uma relativa vantagem, tendo em vista o contingente mais numeroso de associados e o maior poderio financeiro, ocasionado pelo desconto em folha da contribuição dos associados, o que poderia contribuir para a realização de uma série de ações recreativas, comemorativas, etc., por parte da entidade e, por conseguinte, para uma divulgação mais ampla de tais ações.

Outro fator que pode corroborar com o argumento acima é o de que o CEPES possuía uma força mais significativa em Aracaju, capital sergipana, enquanto que no interior do estado, talvez em decorrência das limitações financeiras que dificultavam a ampliação das ações do Centro, a realidade não era a mesma. Ainda assim, de acordo com Dantas (2017), no dia 15 de outubro de 1987, conseguiram realizar o I Fórum sobre o ensino público.

A despeito disto, o CEPES encabeçou e esteve presente em manifestações importantes empreendidas pelos professores do ensino oficial de Sergipe, tanto em contraposição ao Estado, no que concerne ao atendimento das reivindicações da categoria, como em oposição à APMESE, no que diz respeito à cobrança por uma postura mais condicente com as aspirações e necessidades do professorado.

Era, veja... em 84 não tinha CEPES, nós éramos oposição. Mas eu, Diomédes, Gilnete, nós conseguimos entrar na comissão de negociação, no meu caso eu nunca saí da comissão de negociação... porque Diomédes vem a falecer muito novo ainda e eu continuei na rede estadual – Gilnete priorizou mais a Rede Municipal de Aracaju. Então eu nunca saí da comissão de negociação... quando era oposição e fazia parte da comissão e depois como Presidente diretora do SINTESE. Então, a greve de 1984 nós éramos oposição. Já a greve de 88, 89, que foram greves unificadas, já foram greves que tiveram uma forte influência nossa, mas eram greves unificadas (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Emblemática, neste particular, foi a atuação do CEPES, juntamente com a APMESE, a OAB/SE e com o Conselho Estadual de Educação, na comissão que reivindicou ao

Governador Antônio Carlos Valadares, dentre outras coisas, a reformulação do Estatuto do Magistério Público Estadual (Linhares, 2019). Os embates em torno do Estatuto do Magistério e de outras reivindicações da categoria se deram nos dias que marcaram a greve de 1988, sobre a qual discutiremos em capítulo posterior.

5.2 A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALAGOAS (APAL)

A Associação dos Professores Primários de Alagoas (APPA) foi fundada no dia 15 de maio de 1965. Em histórico produzido pela própria entidade, aparentemente datando de 27 de maio de 1982, quando assumida a sigla APAL, consta que a criação da entidade se deu por sugestão do Secretário de Educação à época.

Na terra dos Marechais, num dia que já vai longe na escala do tempo, quando então Secretário da Educação, Dr. Deraldo de Souza Campos, teve a feliz idéia de nos seus encontros com os professores despertar-lhes para a necessidade da criação de um órgão de Classe. Suas mensagens eram animadoras e conscientes. A certeza de que uma classe dispersa muito pouco ou nada pode fazer começou a ganhar corpo e a ser assunto de interesse entre os professores (APAL, s/n).

A cerimônia de criação da entidade ocorreu no auditório do Colégio Estadual e contou com a presença do referido Secretário, de professores e dirigentes escolares da capital. Conforme consta em seus registros, dependências da própria Secretaria de Educação e Cultura foram usadas para sediar as atividades da recém-instituída Associação. Em seu Estatuto, elaborado na segunda gestão da professora Nadir Barbosa (1969-1972), a APPA se definia enquanto entidade “alheia a competições partidárias, políticas e religiosas”, tendo como finalidade:

- a – defender os interesses do professorado;
- b – elevar os meios ao seu alcance;
- c – incentivar o espírito de solidariedade e união entre os professôres;
- d – favorecer o desenvolvimento intelectual e moral e a cultura pedagógica do professorado;
- e – prestar assistência moral e oportunamente pecuniária aos professôres em caso de necessidade;
- f – fundar a Casa do Professor para sede da instituição, procurando por todos os meios ao alcance conseguir êste objetivo;
- g – estabelecer os direitos da classe a serem reivindicados;
- h – estabelecer os deveres que devem ser observados pelo professorado, a fim de conseguir a elevação do professorado, no desenvolvimento cultural e financeiro do Estado;
- i – proteger, prestigiar e defender os sócios quando necessário, em público ou em particular, na imprensa e nos tribunais (APPA, 1969-1972).

Nesta linha, explicitando seu viés assistencialista, a APPA, visando “alcançar os seus fins”, estabeleceu sua estrutura a partir de uma Secretaria, departamentos e comissões. Os primeiros, sendo: Assistência aos professores aposentados; Assistência Social; Cultura; Recreação; Publicidade; Relações Públicas. Por seu turno, as comissões criadas foram as de Sindicância e Assistência (APPA. ESTATUTO. 1969-1972).

Sociedade civil, reconhecida como de utilidade pública pela Lei nº 2.791, de 01/09/1966, sua primeira presidente foi a professora Maria José Casado Marinho, que teve como sucessora a professora Nadir Barbosa, eleita para o cargo durante dois biênios (1966/1968 - 1969/1971). De acordo com Jailton Lira (2012), desde sua fundação, a entidade mantinha estreitas relações com os governos locais, estando vinculada “institucionalmente à Secretaria Estadual de Educação e a sua principal função era desenvolver atividades de caráter beneficente” (LIRA, 2012, p. 45).

Através de concessão do então Governador Luis Cavalcanti, recebeu o direito de uso do Casarão da Vila Amália como sede da entidade. Inicialmente, o Casarão serviu como sede para a Casa do Professor, uma das grandes preocupações da entidade desde seus primeiros anos de existência. A concessão do referido prédio para o funcionamento da Casa rendeu homenagens ao Secretário de Educação Deraldo Campos, diante de suas “providências tomadas”, tendo recebido “da Associação o Diploma de Sócio Honorário”. Em 1968, a Associação recebeu do Governador Lamenha Filho a doação em definitivo. Por essa iniciativa, a entidade resolveu por sua indicação ao título de “‘Honoris Causa’ da Classe” (APAL, s/n).

À esta altura, sua presidente, professora Nadir de Souza, contava com significativa inserção em âmbito nacional, tornando-se, posteriormente, vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, conforme eleição no Congresso Nacional da CPB de 1972, realizado em Salvador/BA. Neste mesmo ano, mais especificamente no mês de outubro, esteve representando o Brasil na 21ª Reunião Internacional de Professores Primários, na cidade de Caracas, Venezuela, encontro promovido pela Confederação Mundial dos Professores Primários.

Em 1972, sob a gestão da professora Dulcinéia da Costa Bibiano, tem seu estatuto reformulado, ampliando sua representação também para os professores secundaristas, transformando-se na Associação dos Professores de Alagoas (APAL) (SINTEAL, 2014). Quando da mudança na sigla, a entidade, para além da representação dos professores de 1º e 2º Grau, a entidade pautou-se pelos seguintes encaminhamentos:

[...] abatimento de 50% nos coletivos e casas comerciais; participação da Entidade na elaboração do Estatuto do Magistério Público do 1º e 2º Graus; [...]; reformulação do Estatuto da Entidade e do Regimento Interno da Casa do Professor; abertura do internato aos associados carentes de hospedagem; publicação do Jornal “O MESTRE” (APAL, s/n).

Ainda assim, a entidade continuou com nítido atrelamento aos governos e secretários de Educação. Em 1976, por exemplo, a cerimônia de posse da nova diretoria contou com a presença do Secretário de Educação Murilo Mendes (APAL, s/n). Em 1978, a entidade participou de uma celebração eucarística em homenagem ao primeiro ano do Governo de Divaldo Suruagy, em conjunto com a Secretaria de Educação (LIRA, 2012); mesmo ano em que ocorreu o Congresso da CPB, sediado em Maceió, que contou com a presença do Chefe do Executivo estadual.

Nesta linha, em dezembro de 1980 o então Governador Guilherme Palmeira presidiu a cerimônia de posse da nova diretoria da APAL, estando presentes também: “o Secretário da Educação José Medeiros, o Prefeito de Maceió, Fernando Collor de Melo; o Presidente da UNE, Aldo Rebelo, Presidente do Sindicato dos Jornalistas e Ex-Presidente da Associação, Dulcinéia da Costa Bibiano, além de um bom número de professores” (APAL, s/n). Na solenidade, realizada na sede da própria APAL, foi empossada a 6ª diretoria da entidade, para a gestão 1981-1984.

De um modo geral, neste período as relações entre APAL e autoridades, estaduais e municipais, eram, no mínimo, amistosas. Em relatório manuscrito referente às atividades desenvolvidas no ano de 1977 constam uma série de visitas a prefeitos. Além das visitas, o plano de trabalho previsto para este ano estabelecia reuniões de coordenadorias regionais, divulgações de eventos e outras ações e, por fim, representação da Associação em eventos promovidos por outras entidades (APAL, 1977).

Em Estatuto aprovado em 1976, a despeito de haver suprimido o alheamento a “competições partidárias, políticas e religiosas”, predominava ainda uma perspectiva assistencialista de atuação e mais colaboracionista em relação aos governos, estabelecendo como finalidades da APAL:

- a – Promover a união dos Professores do Estado de Alagoas.
- b – Defender os seus direitos, interesses profissionais e lutar pela independência econômica do professor.
- c – Promover o intercâmbio entre os professores da Capital, do interior e demais Estados da Federação.
- d – Cooperar com os poderes públicos para maior difusão e aperfeiçoamento da Educação no Estado.

- e – Promover, na Capital e no interior, excursões, palestras, reuniões de caráter pedagógico, cultural e recreativo.
- f – promover Congressos Educacionais.
- g – Promover e administrar e conservar a “Casa do Professor”.
- h – Promover anualmente solenidades comemorativas do dia do Professor e aniversário da fundação da Entidade (APAL, 1976).

À esta altura, a APAL se encontrava filiada à Confederação dos Professores do Brasil, conforme indicado em sua reformulação estatutária, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas, de nº 211, de 10 de novembro de 1976, e averbada em Cartório, no Livro “A”, número de ordem 40, do Registro de Pessoas Jurídicas (CERTIDÃO, 16/12/1976).

No entanto, já nos anos finais de década de 1970 começou a se organizar um grupo de oposição questionando a perspectiva assumida pela entidade e objetivando assumir sua direção. Assim, em 1980, uma chapa de oposição foi formada para disputar as eleições daquele ano, sob a liderança de nomes como Élcio Verçosa, Jared Viana, Lenilton Alves, Ivanilda Verçosa, Alba Correia, Lenilda Austrelino e Joaquim Santos (SINTEAL, 2014).

De acordo com um dos militantes mais antigos e ex-presidente da entidade, quando já sindicato,

Então, a partir daquele momento, logo quando ingressei... as primeiras coisas que eu fiz no primeiro momento foi me filiar ao sindicato; o sindicato naquela época estava vivendo uma turbulência grande, que ainda era uma associação e era muito de caráter mais recreativo e completamente vinculada ao governo. Então, em 1980, começou a primeira grande resistência de retomada de organização dos trabalhadores, em especial dos professores. Primeiro, essa entidade era só de professores primários; posteriormente passou a ser dos professores. E aqui nós tínhamos várias associações, de vários segmentos, dos professores, dos orientadores, supervisores, dos administradores, tinham várias associações, mas quem aglutinava o grosso mesmo, era a quantidade maior, era a APAL, a Associação dos Professores de Alagoas. E naquele período, em 80, eu comecei a militar na base aqui da entidade, foi o primeiro momento de efervescência de oposição aqui no sindicato, teve um grupo de oposição pela primeira vez em 1980, mas não ganhou a eleição (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Segundo Jailton Lira (2012) o grupo de oposição era bastante heterogêneo, tanto no que diz respeito à filiação político-ideológica quanto profissional, e mesmo religiosa:

(...) participavam militantes do Partido Comunista do Brasil (que atuando na ilegalidade, utilizava o Movimento de Democratização Brasileira como sigla partidária oficial); profissionais que lutavam pela liberdade democráticas sem vinculação partidária definida, profissionais ligados aos movimentos sociais e ao movimento de renovação da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base; além de profissionais do magistério sem qualquer vinculação partidária, mas que desejavam uma associação mais combativa (LIRA, 2012, p. 48-49).

Também sobre este aspecto, disse o professor Milton Canuto:

Parte desse pessoal eles tinham ligação... O primeiro candidato que foi dessa época, em 1980, foi o professor Élcio Verçosa, que depois tornou-se uma grande referência, foi professor da Universidade; infelizmente há poucos anos atrás ele já faleceu. Professor Élcio Verçosa é muito conhecido na educação do estado, era uma referência. Professora Alba Correia também era uma referência, Jared Viana, entre outras, Ivanilda Verçosa... Então era um grupo que vinha originário da história da ditadura, lá ainda da Igreja, da TL, daquele movimento de organização de Igreja; depois, da organização clandestina, parte desse pessoal, a Alba, por exemplo, era, posteriormente, membro do PC do B na época. E o PC do B passou um bom tempo ainda clandestino naquela época... mas, quando ele tornou-se com direito à organização, parte desse pessoal... E outros não tinham partido político. Eu, por exemplo, não tinha partido político nenhum na época, o próprio Élcio Verçosa também não tinha e nós começamos a juntar e vir para as assembleias e o grupo foi... esse grupo já tinha, já se conhecia muito, e esse grupo foi aumentando, foi evoluindo; porque, na verdade, para você ter uma ideia, praticamente eles não governaram mais no ano seguinte (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Todavia, os opositoristas, cuja chapa tinha o professor Élcio Verçosa como presidente, não conseguiram vencer as eleições para a direção da entidade, perdendo para a chapa apoiada pelo governo que tinha como principal liderança a professora Dione Moura. Os laços entre a APAL e o Governo do Estado permaneceram estreitos.

O quê que ocorreu? Na primeira reunião da eleição da chapa que ganhou, de situação, em 1980 aqui, para você ter ideia, quem fazia a reunião era Secretário de Educação, Governador, e na mesa da primeira reunião deles foi distribuição de cargos de coordenador de ensino, de... um ia ser coordenador de ensino, outro ia ser não sei o quê, outro ia ser coordenador regional e diretor de ensino... era desse jeito (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Nesta mesma linha, de acordo com Lira (2012), em 1982, a entidade recebeu as visitas de Guilherme Palmeira e Fernando Collor de Melo, então Governador do Estado de Alagoas e Prefeito de Maceió, respectivamente, sinalizando a manutenção do perfil assumido pela entidade, desde muito.

Então, na verdade, era uma coisa muito complicada e, por essas razões, como começou a ter uma oposição, aí o negócio começou a ficar complicado. Em seguida, já entre 82/83, a presidente já renunciou. E tinha presidente, vice, primeiro-vice e segundo-vice na época. Na verdade, eles foram abandonando e quem acabou assumindo temporariamente foi o vice-presidente, o segundo vice-presidente, que era o professor Tito Cavalcante. Quando Tito assumiu naquele período, a gente já tinha tomado as rédeas do processo, as assembleias, ele começou a abandonar praticamente. E determinadas assembleias foi constituída uma comissão aqui de negociação, que era chamada assim; a gente fazia parte, eu fazia parte, Alba, Jared, uma série de professores da época, e a gente começou a comandar, inclusive,

algumas assembleias e o professor Tito ele acabou praticamente abandonando, começou a ficar a reboque do processo, ou seja, quando nós chegamos mesmo, na primeira tomada mesmo, em 84, a gente já estava bem organizado, por dentro (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

O grupo de professores oposicionistas vinha se fortalecendo e ampliando seu grau de influência.

A gente já estava dominando... por exemplo, as mesas de negociações, o presidente era figurativo, porque, na verdade, quem negociava era a gente; então a gente já tinha dado um passo à frente, nós não começamos do zero. Então a gente, na verdade, já tinha dado um passo à frente, a gente não começou do zero... a gente já tinha dado um passo à frente... antes de ser oficialmente dirigente da entidade. E aí tinha essa comissão constituída de negociação e a gente acabou dirigindo quase tudo (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Mais preparados, lançam nova candidatura nas eleições de 1984, numa chapa liderada pela professora Alba Correia.

Na verdade, as eleições corriam mais por dentro do sistema, era o próprio governo que organizava as coisas, o pessoal que era da diretoria era tudo de cargo comissionado, era uma situação totalmente diferente da realidade que se constituía. E a partir de 1980 nós começamos... foi o primeiro momento, primeira vez na história que teve uma chapa de oposição à APAL e nós nos organizamos para o próximo pleito, que era em 84. E em 84 foi quando se retomou a APAL, a base elegeu uma... foi quando teve uma eleição muito dura, com uma participação muito forte do governo. E foi aí que começou e eu já entrei nessa diretoria. Naquela época era pequenininha, era uma diretoria com sete membros só, eram sete pessoas da diretoria da entidade. E em 84 nós ganhamos a eleição e a presidente foi a professora Alba Correia, que foi a que ganhou a eleição em 1984 (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Nas palavras de uma das militantes à época, a vitória se constituiu como um verdadeiro “resgate da APAL”, cujo controle estava nas mãos do governo estadual.

Lutamos contra a máquina do governo e suas secretarias. Lembro que foi muita pressão, no interior, nessa eleição. Lá em Arapiraca, em Traipu, eles cadastraram pessoas e transportaram de caminhão, já com o voto de cartas marcadas. Superar tudo isso e alcançar a vitória, para mim, foi uma experiência de forte emoção, foi um momento histórico que ficou gravado em nossas mentes. Para sairmos de Arapiraca para Maceió tivemos que ser escoltadas, a gente veio com muito medo, na estrada; quando chegamos aqui, com as urnas, para divulgar o resultado, foi uma emoção muito grande (RENILDA DE ALBUQUERQUE. ENTREVISTA. SINTEAL, 2014, p. 16).

Estava dado um importante passo para aquilo que os militantes da época denominaram de “construção da Nova APAL”, inspirados nos ideários mais amplos da Nova República emergente. “Aí dali nós começamos a desbravar todo o processo do movimento sindical aqui

em Alagoas, de organizar, a entidade tornou-se referência, passou a coordenar um processo amplo das demais entidades, conjuntamente... naquele mesmo ano” (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Quando chegou em 84, que ganhou a eleição, a gente já estava consolidado, na verdade, na massa, inclusive, e foi uma eleição muito dura, porque era um controle muito rígido dos prefeitos, de tudo, para colocar as pessoas para votar, era... o prefeito era quem levava as pessoas para votar, do município, tudo lá, um atrás do outro, e a gente quebrou essa questão e foi a grande derrota primeira. E aí começou a se organizar o movimento de forma mais consistente e aí a gente começou a organizar também melhor o serviço público. Aí fizemos movimentação aqui, em 87, de 15, 20 mil pessoas, 30 mil pessoas na rua... (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Naquele contexto, a vitória nas eleições daquele ano, significou

(...) a consolidação do movimento que se iniciara em 1978. Com uma nova prática sindical, a diretoria da APAL amplia as discussões com a base, debatendo seu Plano de Ação e incluindo essas lideranças numa negociação com o Executivo estadual, mudando significativamente a orientação e as relações políticas com o governo (SINTEAL, 2014, p. 6).

Nos anos seguintes as ações reivindicatórias da APAL se intensificam com base numa postura mais combativa. Marca importante deste novo momento foi o processo de expansão da entidade, incorporando também os professores do interior, principalmente lideranças das regiões de Arapiraca e Penedo.

Em seguida, em 85, Alba Correia, que era presidente, foi eleita Secretária Geral da Confederação Nacional e, naquela época, tinha que dar expediente lá também, em Brasília, na parte do mês; então teve que dividir um pouco a responsabilidade aqui e nós tocamos o barco aqui naquele período, foi já um período de efervescência (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

As mudanças na perspectiva assumida pela entidade se fizeram sentir quando da nova reformulação estatutária. O Estatuto aprovado em maio de 1986, em relação ao Estatuto aprovado dez anos antes, manteve na íntegra os itens a, c, e,f, g e h referentes às suas finalidades. Por seu turno, os itens b e d foram alterados, mediante acréscimos ou modificação de termos e expressões.

Assim, onde antes se lia “b – Defender os seus direitos, interesses profissionais e lutar pela independência econômica do professor” (APAL, 1976) passou a ser “b – Defender os seus direitos, interesses profissionais e lutar pela independência econômica do professor, propugnando pelo direito a condições condignas de trabalho” (APAL, 1986). E onde se lia “d – Cooperar com os poderes públicos para maior difusão e aperfeiçoamento da Educação no Estado” (APAL, 1976) passou a constar “d – Cooperar com as instituições e entidades para

maior difusão e aperfeiçoamento da educação no Estado” (APAL, 1986). Além destas modificações, foram acrescentados mais sete itens, contemplando o seguinte:

- i – Buscar soluções para os problemas do magistério, tendo em vista a sua dignidade e valorização profissionais no interesse da educação.
- j – Prestar assistência e apoio a seus associados, sobretudo, quando forem cerceados em suas atividades profissionais ou ameaçados em sua liberdade de expressão e em atividades intelectuais.
- l – Examinar e propor soluções sobre problemas da educação no Estado e sobre a formação e a qualidade do desempenho dos educadores.
- m – Apoiar a organização de outras categorias profissionais que atuam na educação, em suas reivindicações.
- n – Promover e defender o direito do povo a uma educação democrática e libertadora, acessível a ampla maioria e que se realize como interesse nacional e popular.
- o – Promover a livre participação de todos para realizar e legitimar as formas institucionais necessárias à construção efetiva da soberania nacional e solidariedade internacional.
- p – Incentivar o surgimento de lideranças e promover a instrumentalização adequada do pessoal que atua a nível da entidade, no cumprimento de suas finalidades e metas (APAL, 1986, fl. 02).

Sinalizando para uma organização mais democrática, o novo Estatuto propunha como órgãos deliberativos da Associação o Congresso Estadual, a Assembleia Geral e o Conselho de Representantes (APAL, 1986, fl. 07), destituindo os “órgãos dirigentes” estabelecidos no Estatuto anterior, quais sejam, Assembleia Geral, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal (APAL, 1976). Nesta linha, também foram alterados os procedimentos para realização das eleições, passando a ser, desde então, “eleições gerais diretas para a diretoria a cada três anos durante o mês de novembro”, podendo votar e ser votado para Diretoria Executiva qualquer membro associado, desde que tivesse mais de seis meses consecutivos de filiação à Entidade e em dia com suas contribuições (APAL, 1986, fls. 17-18).

5.3 O CENTRO DOS PROFESSORES DE PERNAMBUCO (CPP) E A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO (APENOPE)

Inicialmente Centro dos Professores Primários de Pernambuco, foi criado em 1951 e teve como sua primeira presidente a professora Maria Elisa Viegas. Anos mais tarde, em 1967, foi criada Associação dos Professores do Ensino Médio Oficial de Pernambuco. Nos primeiros anos de 1970, ambas as entidades modificaram sua denominação para Centro dos Professores de Pernambuco e Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco.

De um modo geral, as ações dessas entidades giravam em torno da prestação de serviços assistenciais, de lazer e jurídico aos seus associados, mantendo uma relação de

cordialidade para com o poder público. Em um de seus Informativos do ano de 1974, a APENOPE revelava algo interessante nesse sentido, quando, no próprio Editorial, anunciava o “Professorado otimista com o futuro Governador”. Tratava-se de um texto de congraçamento à indicação do nome de José Francisco de Moura Cavalcanti para o Governo do Estado, enfatizando que “um contentamento dominou os que integram a APENOPE”, quando noticiado o nome do futuro governante (APENOPE, 1974, p. 3).

O editorial atribuía tal contentamento à experiência do político em questão, citando os diversos cargos que ocupara até então, como Governador do Amapá, em 1961 e Ministro da Agricultura. Definindo Moura Cavalcanti como inquieto e “anti-conservador, no bom sentido”, dotado de personalidade “dinâmica” e “empreendedora”, o texto enfatizava a total confiança da entidade pernambucana no futuro mandatário, acreditando que o mesmo olharia para a educação “com o devido carinho” (APENOPE, 1974, p. 3). No entanto, o referido texto também apresentava uma certa preocupação com a escolha do nome para chefiar a Pasta da Educação.

Esperamos que o insigne homem público tenha como companheiro e subordinado na importante Secretaria da Educação e Cultura um professor realmente integrado com a classe e que continue o nobre e renovador trabalho do Prof. Costa Cavalcanti, colocando o desenvolvimento educacional dentro de uma realidade objetiva, onde não apenas a Escola e o aluno, mas também o professor, sejam olhados com a necessária atenção (APENOPE, 1974, p. 3).

Concluindo, o texto enfatizava o sentimento de “esperança” e “euforia” com o novo governante, acreditando que o nome escolhido para a referida Secretaria sairia do “grande Quadro de Professores do Ensino Oficial de Pernambuco” (APENOPE, 1974, p. 3). Em sua continuidade, o Informativo da entidade rendia homenagens a figuras diversas, dentre as quais o Deputado José Magalhães Melo, reconhecendo seu esmero “na defesa do professorado pernambucano” (APENOPE, 1974, p. 3).

Interessante também foi a publicação de uma entrevista com o professor Leônidas Fernandes de Lima, então presidente da APENOPE, cujo tema principal fora a questão do aumento salarial concedido pelo governador. Na ocasião, o dirigente da entidade explicou que a mensagem encaminhada pelo governador à Assembleia Legislativa contemplava apenas os professores com Licenciatura Curta e Plena, excluindo os professores-estudantes e os professores “portadores de Nível Superior não específicos”, isto é, sem formação em Licenciatura. Sobre isto, disse o professor Leônidas: “Para que o referido aumento alcance a

todos os professores estamos lutando sem medir esforços no sentido de sensibilizar o Governador do Estado” (APENOPE, 1974, p. 3).

Sobre quais medidas estariam sendo adotadas pela APENOPE para conseguir, ao menos, um aumento proporcional para os professores excluídos na mensagem, disse o presidente da Associação pernambucana:

A este respeito enviamos imediatamente, após envio de mensagem à Assembléia, um ofício ao Ministro Eraldo Gueiros Leite, cujo texto, em sentido de apelo, foi lido pelo nosso dinâmico Deputado José Magalhães Melo, que, sem se arrefecer, em outras ocasiões, da tribuna da Assembléia Legislativa, tem renovado o mesmo apelo e continuará trabalhando até que o sr. Governador se defina em responder nosso justíssimo pleito, segundo nos afirmou (APENOPE, 1974, p. 3).

O recurso às expressões “sensibilizar” e “sentido de apelo” não pode passar despercebido, pois elas revelam exatamente o perfil assumido pela entidade e sua concepção organizativa, como resultantes direto da postura das figuras conservadoras em sua direção. Apenas no final dos anos de 1970, sob os ventos da redemocratização e das lutas sociais e operárias no país, foi que começou a se operar uma inflexão no interior do movimento docente no estado, configurando a insurgência de novas ações e estratégias de lutas por melhores condições de vida e trabalho.

No caso específico da APENOPE, as disputas no interior da entidade, opondo o grupo tradicionalmente dominante a um grupo emergente, com vinculações a uma perspectiva combativa de organização classista, se deram de forma mais significativa, inicialmente, quando das movimentações para a deflagração da histórica greve geral de 1979 no estado – sobre a qual discutiremos no capítulo seguinte – e, posteriormente, quando das eleições realizadas logo após o término do movimento paredista.

Essas eleições colocaram frente a frente as chapas “União e Renovação”, de situação e apoiada pelo governo de Marco Maciel, e “Construção”, de oposição, encabeçada pelo professor Paulo Rubem Santiago, destacada liderança do supracitado movimento grevista. O pleito foi realizado no dia 28 de julho de 1979 e foi acompanhado pelos olhares atentos do Serviço Nacional de Informação – Agência Recife.

A eleição transcorreu num clima de agitação criada pelos componentes da chapa “CONSTRUÇÃO”, que é orientada pelo Professor GERALDO DE MORAES PINHO, elemento que não fala ao público e mantém ligações com políticos do MDB (SNI, 1979, p. 2).

Em seu conjunto de propostas, anexado ao relatório do SNI, a chapa “Construção” denunciava a falta de verbas para a educação e as deficitárias condições de vida e trabalho da

grande maioria da população do país, como resultado dos baixos salários. Defendendo a tese de que o “professor não pode ser neutro, nem a educação. Precisa ficar ao lado de alguém”, o programa da oposição apresentava um conjunto de propostas detalhadas em quatro eixos temáticos, a saber: Melhores condições de vida e trabalho; Liberdade de organização para o professorado; Participação dos professores na organização, direção e melhoria do ensino; e Assistência Médica (SNI, 1979).

Após intensa disputa, a chapa “Construção” venceu as eleições para direção da APENOPE, sendo composta pelos seguintes membros e cargos:

- Diretor-Presidente: PAULO RUBEM SANTIAGO FERREIRA
- Vice-Presidente: HÉLCIO DE MATOS
- Diretor de Secretaria: GERALDO DE MORAES PINHO
- Vice-Dir de Secretaria: WILSON JOSÉ DE SANTANA
- Diretor de Finanças: ALDEMIR LAÉRCIO DA SILVA
- Vice-Dr de Finanças: MATILDE DE OLIVEIRA
- Diretor-Sócio Cultural: JOSÉ RAIMUNDO OLIVA
- Vice-Dir Sócio-Cultural: IDA KOROSSY

CONSELHEIROS

- EUCLIDES BARBOSA DA SILVA
- JAIRO LEAL SOARES DA SILVA
- JOSÉ ALVES DE ANDRADE

SUPLENTE

- ALTIVA LOBATO FERREIRA
- MARIA AUXILIADORA DIAS LINS
- CECY SANTOS DE FREITAS (SNI, 1979, p. 1-2)

De acordo com o relatório, uma vez eleita a chapa e empossada a nova diretoria, os professores Paulo Rubem Santiago e Geraldo de Moraes Pinho teriam apresentado as duas primeiras ações a serem implementadas pela APENOPE, quais sejam: “partir para o interior com o objetivo de uma MOBILIZAÇÃO GERAL de todo o professorado do Estado”; e “levantamento detalhado dos negócios realizados pela antiga diretoria” (SNI, 1979, p. 2).

Estava concluído, então, o processo de tomada da Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco das mãos do grupo de situação tradicionalmente dirigente, pondo em evidência a consolidação de um grupo de oposição, até então emergente, mais atento e aberto às demandas colocadas pela base do professorado e de postura nitidamente combativa no encaminhamento de suas reivindicações. Algo significativamente distinto do comportamento adotado pela entidade em situações anteriores, quando seus dirigentes se concentravam no conagraçamento de governantes e seus esforços se constituíam em ações

pontuais e individuais no sentido “sensibilizar” as autoridades políticas quanto às demandas do professorado, conforme discutido em tópico anterior.

A vitória da chapa “Construção” para direção da APENOPE repercutiu fortemente no professorado pernambucano, inclusive do setor privado de ensino. Prova disto foi a ação da nova diretoria da entidade, com professores também ainda vinculados ou oriundos de escolas particulares, na disputa eleitoral para direção do Sindicato dos Professores de Pernambuco (SINPRO-PE), apoiando a chapa de oposição. Noutra frente, a experiência da greve de 1979, aliada à vitória nas eleições subsequentes, colocou a APENOPE num patamar distinto de representatividade do professorado em relação ao Centro dos Professores de Pernambuco.

De acordo com um professor, ainda, militante de base à época,

O CPP continuou pelêgo, aliado com a direita, com o pessoal do governo, o pessoal da ditadura, e veio depois Roberto Magalhães, etc, etc, etc. E então a gente, nós ampliamos e realmente encontramos esse problema de a diretoria anterior ser uma diretoria atrelada aos interesses políticos do governo e manobradas mesmo, que não reivindicava mesmo, não tinha luta, não tinha essa politização, não tinha essa conscientização política necessária para a gente combater essa opressão, essa exploração em cima dessa classe trabalhadora; então é toda essa estrutura muito bem montada. Então isso aí, realmente, a gente... esse discurso todo, toda essa coisa e na prática se verificou realmente que isso acontecia (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Mais emblemático nesse sentido é um relatório produzido pela Divisão de Segurança e Informações (DSI), no ano de 1980, destacando o perfil das Associações de professores de 1º e 2º Grau de Pernambuco. De acordo com o documento, neste período a APENOPE contava com aproximadamente 6.000 associados, tendo sua direção composta pelos membros da chapa “Construção”, já listados anteriormente. Em relação ao CPP, não consta o quantitativo de associados e a composição de sua diretoria foi listada da seguinte maneira:

Presidente: TERESINHA DE OLIVEIRA ARANHA;
 Vice-Presidente: JESUÍNA BATISTA DE LACERDA;
 1º Secretário: FANI CAMPELO CORREIA;
 Tesoureiro: EDIVANETE BIONE ROCHA LIMA (DSI, 1980, p. 2).

Quanto ao perfil da APENOPE, o relatório indicava uma maior atuação de sua parte, apresentando como principal fator para isso a posse do professor Paulo Rubem Santiago como presidente da entidade, indicando-o como integrante de uma Comissão Provisória do Partido dos Trabalhadores (PT). Assim, em relação a este aspecto, o relatório concluía que, em virtude da liderança do referido professor, “a APENOPE mantém uma linha política de contestação ao Regime e aos Governos Federal e Estadual, em perfeita sintonia com a atuação

do PT” (DSI, 1980, p. 2). Nesta linha, listou as diversas atividades de que teria participado a APENOPE ao longo do ano de 1980, registrando um intenso processo de mobilização e articulação com outras associações de professores e entidades sindicais de outras categorias de trabalhadores.

Em relação ao perfil do CPP o relatório foi mais sucinto, classificando-o como de “atuação moderada” e destacando como sua principal mobilização no período o envio de “ofícios a todos os órgãos representativos do professorado no País, recomendando que acionassem as bancadas de deputados federal e senadores de seus Estados, no sentido de aprovarem a aposentadoria aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço (DSI, 1980, p. 3).

5.4 A ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (AMPEP) E A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE LICENCIATURA PLENA DO ESTADO DA PARAÍBA (APLP)

A Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba foi criada no ano de 1974 pelo professor Pedro Caminha, de origem Marista. De acordo com Paulo Giovani Nunes (1998/1999), desde sua fundação a entidade não se pautou por uma perspectiva combativa, mantendo, por isso mesmo, uma atuação nada condicente com os reais problemas enfrentados pela categoria. Os rumos da entidade começaram a mudar a partir de 1978, intensificando-se no ano seguinte, quando da realização do I Ciclo de Debates sobre Educação de 1º e 2º Graus, do qual resultou a elaboração de um documento contendo a reivindicação de 100% de reajuste salarial que seria entregue ao governador do estado (NUNES, 1998/1999).

A reivindicação da categoria não foi aceita e a greve foi deflagrada, em assembleia realizada no 1º de maio de 1979, tendo relevante destaque para tanto a atuação do grupo oposição à diretoria então à frente da entidade (MADEIRA, 1986), que conquistou dividendos políticos interessantes perante o professorado paraibano. Os professores se mobilizaram ao longo de doze dias, conseguindo o aumento de 80% nos salários.

No entanto, o percentual aceito pela direção da AMPEP repercutiu negativamente no interior da categoria, mobilizada e desejosa por mudanças, uma vez que a proposta do governo não fora discutida com a participação do conjunto do professorado. Assim, também havendo denúncias de irregularidades financeiras na Associação, a diretoria da AMPEP foi destituída, tendo a oposição encaminhado a criação do Centro de Estudo de Problemas Educacionais (CEDEPE), interno à própria AMPEP, responsável por dirigir provisoriamente a entidade (NUNES, 1998/1999).

Neste particular, é interessante o relato de um professor da rede estadual à época, posteriormente dirigente da AMPEP, sobre os eventos que sucederam a deflagração da greve.

Aqui, quando se deflagrou a greve de 79, os dirigentes da entidade, segundo o pessoal... Porque eu ia para lá, como eu lhe falei, como estudante, então essa questão dos bastidores você nem participa, das brigas internas. Mas, segundo o pessoal que depois trabalhou comigo – quem era o presidente era o professor Pereira e tinha como secretário o Lenildo Correia – disse que eles traíram a categoria e foram negociar por trás da categoria com o governador Burity. E aí como eles foram negociar, a categoria não aceitou. É, como se chama... passou por cima... quando chegou na assembleia, quando eles foram colocar o resultado da negociação, então foi aquela briga, aquela confusão todinha e a categoria passou por cima (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

As disputas entre o grupo até então dirigente e o grupo de oposição emergente se desenrolaram até as eleições de 1980. Nestas, a oposição aglutinada na chapa NOVAMPEP obteve uma vitória expressiva, recebendo 1.059 votos, de um total de 1.581 (NUNES, 1998/1999). As eleições se deram em um clima tenso, marcado por estratégias por parte do grupo de situação no sentido de prejudicar a oposição.

Então, para Irlânio não concorrer, eles desassociaram Irlânio. Aí houve uma articulação do grupo que ficou sem Irlânio, porque ele não era sócio, então não podia concorrer. Aí botaram Edilson e a oposição ganhou. Ganharam na eleição mesmo e aí quem assumiu foi Edilson (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

A nova diretoria, imprimindo então um novo perfil organizativo para a entidade, vai ser responsável por encabeçar as reivindicações da categoria, organizando encontros e liderando greves, “apesar de todas as dificuldades, inclusive duas intervenções econômicas por parte do governo do Estado” (NUNES, 1998/1999, p. 297). Importante nesse sentido foram as mobilizações para a greve de 1981, pautando-se por uma ação mais próxima das bases (MADEIRA, 1986). A greve “foi toda encaminhada pela direção mesmo, tinha toda uma história de direção que já tinha vindo de 79” (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

Uma vez derrotadas nessas eleições, as lideranças conservadoras deixaram a AMPEP e, com apoio de Tarcísio Burity, então Governador do Estado da Paraíba, criaram uma outra entidade.

Mas aí o Lenildo Correia, que era o secretário da AMPEP, desde a fundação, o Lenildo Correia se juntou com Burity, com a cunhada de Burity e a Secretária da Educação e fundaram uma associação, que ainda hoje existe e que se chama APLP, Associação dos Professores de Licenciatura Plena do Estado da Paraíba. E fundaram com o objetivo de quebrar a AMPEP, porque o governo foi quem fundou, foi Burity, Giselda Navarro e Lenildo Correia,

que foi quem ficou sendo o presidente da associação, uma traição ao magistério. Mas essa associação nunca teve força, a categoria nunca obedeceu, mas até hoje continua. O pessoal fazia uma luta muito grande para desassociar o pessoal da APLP, mas isso nunca conseguiu pela condição da mentalidade do trabalhador, nem todo trabalhador tem uma vertente de trabalho (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

Assim, a Associação dos Professores de Licenciatura Plena da Paraíba (APLP) foi fundada no dia 1 de junho de 1982, tendo como seu primeiro presidente o professor Lenildo Correia, cuja trajetória à frente de entidades estudantis era deveras conhecida no estado.

Lenildo Correia da Silva foi fundador da Associação dos Estudantes Secundários de Itabaiana; Vice-presidente e, posteriormente, Presidente da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba -AESP; Presidente do Conselho Nacional de Representantes da União Brasileira dos Estudantes Secundários – UBES. Atualmente, como presidente da APLP-Pb, tem como meta esclarecer aos professores de Licenciatura Plena da Paraíba, da luta que desenvolveu – e vem desenvolvendo – pela valorização do magistério e a melhoria educacional como um todo (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

A APLP se propôs, então, a ser mais uma entidade de representação do professorado público paraibano, mais especificamente os portadores de Licenciatura, no sentido mesmo de se contrapor a AMPEP.

Mas essa associação nunca teve força, a categoria nunca obedeceu, mas até hoje continua. O pessoal fazia uma luta muito grande para desassociar o pessoal da APLP, mas isso nunca conseguiu pela condição da mentalidade do trabalhador, nem todo trabalhador tem uma vertente de trabalho (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

A Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba conseguiu se consolidar como entidade mais atuante na representação da categoria, assumindo uma postura combativa no encaminhamento de suas reivindicações. Ainda assim, a APLP conseguiu dividir atenções no estado, principalmente em virtude dos favorecimentos, tanto de políticos quanto de alguns veículos de imprensa, conforme veremos no capítulo seguinte.

5.5 A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (APRN)

De acordo com Santos (2008, p. 21), a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) foi fundada no dia 4 de dezembro de 1920, sendo considerada de utilidade pública pela Lei nº 503, de 29 de novembro de 1921, e mantendo como finalidades:

1º) Pela criação de um órgão de publicidade, de feição pedagógica; 2º) pela organização de uma biblioteca escolar; 3º) pelo auxílio moral e material, quando necessário, prestado aos seus associados; 4º) pela instituição de festas cívicas e conferências sobre o ensino; 5º) pelo auxílio recíproco e os esclarecimentos que todos os sócios são obrigados a prestar uns aos outros; 6º) pela sua interferência perante as autoridades e aos estabelecimentos de ensino no sentido de melhorar as condições do mesmo e a execução dos programas escolares; 7º) pela fundação de escolas e cooperativas; 8º) pela convocação de congressos pedagógicos, nos quais sejam apresentadas e discutidas teses e questões técnicas, relativas ao ensino em geral; 9º) pela criação de uma caixa de auxílio mútuo e pela beneficência do professorado (DUARTE, 1985, p. 23 *Apud* SANTOS, 2008, p. 21).

Conforme suas finalidades, tendo em consideração também a perspectiva de outras associações docentes do período, nota-se que a APRN fundou suas práticas com base numa perspectiva assistencialista, mantendo fortes ligações com as elites locais e o Governo do Estado (SANTOS, 2008). No entanto, conforme será discutido no próximo capítulo, final da década de 1970 e início dos anos de 1980, a Associação vai liderar mobilizações e greves de considerável expressividade, além de organizar eventos específicos para a categoria, indicando a superação de um perfil conservador e a adoção de uma postura mais condizente com os interesses e as necessidades do professorado potiguar.

De acordo com uma antiga liderança atuante na Associação, a guinada do perfil da entidade para uma perspectiva de viés combativo se deu por ocasião das eleições de 1985, com a vitória do grupo composto por professores opositores à diretoria então estabelecida. “Ganhamos a eleição da Associação, pela primeira vez uma oposição ganhou eleição. E, pronto, mais ou menos um resumo, assim, de como foi que eu entrei... me tornei professor e ao mesmo tempo me tornei movimento sindical” (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019). A composição do grupo de oposição era bastante diversa, reunindo figuras com filiações partidárias distintas e experiências em espaços diversos de atuação.

Quando nós fizemos a chapa efetivamente, dois membros de uma chapa, mais ou menos, não sei se eram 3 ou 2 membros que efetivamente eram petistas, por exemplo, eram do PT. Tinha... acho que pelo menos uns quatro ou cinco membros que eram filiados ao PMDB, sendo que desses eram um ou dois do PC do B, mas o PC do B naquela época ainda estava dentro do PMDB, do PMDB não, do MDB. [...] depois a gente descobriu que uma outra pessoa era ligada ao PDT [...]. Outros três ou quatro que não eram vinculado a partido. Eu, por exemplo, eu era simpatizante do PT mas não era... [...] eu só me filiei ao PT em 86 [...]. E na época eu era meio disputado. Na realidade, eu não era nada disso daí, eu fazia o movimento de pastoral da Igreja, era ligado à Igreja, fazia o movimento estudantil pela Pastoral Universitária e quando passei a ser sindicalista, com pouco tempo, eu me filiei ao PT (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

Com a nova diretoria empossada, foram encaminhadas modificações no Estatuto da APRN, tornando-a mais democrática, mediante a abertura para a participação das bases nos espaços de decisão e direcionamentos da entidade. Assim, em seu Estatuto de 1986, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, constituindo-se enquanto uma “sociedade civil, sem fins lucrativos, sem vinculação nem discriminação de caráter político-partidário ou religioso, com duração indeterminada” (Art. 1º), demonstrando clara distinção em relação ao seu Estatuto de fundação, definiu suas finalidades com base numa orientação nitidamente mais combativa:

- a) Promover a união do Magistério a nível estadual, defendendo os seus direitos e interesses profissionais;
- b) lutar pela garantia de atualização, especialização e aperfeiçoamento profissional e cultural da categoria;
- c) lutar pela melhoria do ensino, por uma política educacional do interesse das classes populares e, especificamente, pelo ensino público, gratuito e de boa qualidade, para todos, e em todos os níveis;
- d) manter intercâmbio com entidades congêneres;
- e) lutar por condições dignas de trabalho e justa remuneração, no sentido de possibilitar melhoria da prática educativa;
- f) lutar pela liberdade de organização e manifestação para todos os trabalhadores, combatendo toda forma de exploração e opressão;
- g) promover atividades sócio-recreativa-cultural e político-social, visando o bem-estar da categoria (APRN, 1986).

Internamente, a entidade possuía quatro instâncias deliberativas e executivas, a saber, o Congresso, a Assembleia Geral, o Conselho de Representantes e o Conselho Diretor (Art. 11). No que concerne às duas primeiras instâncias, assim estavam definidas no Estatuto:

O Congresso, organismo máximo de deliberação da entidade, é convocado pelo Conselho Diretor e anualmente realizado, de preferência no último trimestre do ano, para discutir os problemas Educacionais, Sindicais, Nacionais e elaborar plano de atuação política da Entidade (Art. 12).

A Assembleia Geral é aberta a todos os professores, cabendo aos presentes decidirem sobre assuntos específicos, desde que não contrarie este Estatuto e deliberações do Congresso (APRN, 1986).

O Conselho Diretor, instância executiva da APRN, composto por nomes conhecidos por sua atuação na oposição às antigas direções da entidade, estava assim organizado:

Presidente: Manuel Júnior Souto de Souza
 Vice-Presidente: José Abílio de Souza
 1º Secretário: Mariana Glória
 2º Secretário: Fernando Vanderley Vargas da Silva
 Orador: Vera Lúcia Alves
 Tesoureiro: Maria Leonor Santiago
 Vice-Tesoureiro: Nildete Maria da Costa Ferreira
 Bibliotecário: Francisco das Chagas Fernandes
 Vice-Bibliotecário: José Gilson Matias Barros (APRN, 1986).

Noutra frente, a entidade se tornou mais atuante inclusive no interior da entidade nacional, a CPB. De acordo com o professor Francisco das Chagas,

A partir de 85, com a nossa eleição, foi que a gente deu um caráter sindical, mesmo não podendo ser sindicato, deu esse caráter sindical. Essa associação, para você ter uma ideia, em, se eu não me engano, 86 a gente já participou do congresso da CPB, Confederação dos Professores do Brasil, que depois veio a CNTE, em João Pessoa. Já participamos do Congresso de João Pessoa, com direção eleita. Congresso da Confederação que, na época, era de ano em ano, todo ano tinha Congresso (APRN, 1986).

Segundo o referido professor, o plano de trabalho da nova direção constituída se concentrou no desenvolvimento de três ações, começando pelo alinhamento dos professores ao conjunto das lutas dos demais trabalhadores “como por exemplo seguir orientação da Central Única dos Trabalhadores, que era o novo sindicato, o novo movimento sindical que surgia a nível nacional”. No seguimento, encaminharam uma pauta de reivindicações em atenção aos reais interesses da categoria “inclusive aprovado em assembleia e aprovado em Congresso, porque nós realizamos o primeiro Congresso, acho que já em 86”. Concluindo, o terceiro eixo de atuação se concentrou no trabalho para aumentar o quantitativo de associados, entendendo que “o número [...] de associados, era muito baixo na época; então nós fizemos uma campanha para aumentar o número de sócios e realmente ser uma entidade representativa dos professores. Então praticamente esses três eixos, assim, (...) que pautou a nossa atuação” (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

Na avaliação do professor Francisco Chagas, o aspecto em que obtiveram melhor êxito foi no tocante aos movimentos reivindicatórios e o nível de enfrentamento alcançado contra o governo estadual constituído no período.

Uma nova postura, com pauta e sucessivas greves. Acho que nós fizemos... a categoria fez em torno de 8 greves em 4 anos, eram duas por ano. Eu digo que foi bem-sucedido não que todas as greves tivessem sido... tivessem tido ganho. Assim, mas, pelo menos, organizavam a categoria, faziam com que os professores procurassem a entidade para se filiar, percebessem que tinha uma entidade que os representavam e pautamos questões que, ao longo dos anos, foram se conquistando, foram sendo conquistadas, como a nossa primeira grande reivindicação (...) foi organizar o Estatuto do Magistério. Na época... organizar o Estatuto do Magistério para saber quais são os direitos e deveres dos professores. E isso foi uma reivindicação que mobilizou durante muito tempo (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

A filiação à CUT também foi uma das agendas levadas a cabo por essa nova diretoria. A proposta rendeu discussões e embates diversos no interior da APRN, muito semelhantes ao

que ocorrera em outras entidades estaduais e mesmo na CPB, tal qual discutido no quarto capítulo desta tese.

Não fomos bem sucedidos no primeiro ano em relação à filiação à Central Única dos Trabalhadores; fomos derrotados fragorosamente pelo pessoal da direita. Aí sim, o pessoal da direita mais organizado, porque... da própria associação, porque dizia que a gente estava entregando o sindicato, e a CUT era um partido e etc., etc. E nós fomos derrotados no primeiro Congresso fragorosamente, em 86, segundo semestre de 86. Bom, aí era o início do trabalho [...] nós continuamos a organização, os debates, seminários, debates e no próximo congresso nós filiamos a entidade à CUT, a Central Única dos Trabalhadores. Na realidade, nesse período a APENOPE, de Pernambuco, já era filiada, a entidade da Paraíba já era filiada, eu acho que nós fomos a terceira do Nordeste a se filiar à CUT. (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

Do ponto de vista do ex-dirigente da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, o saldo da vitória nas eleições de 1985 foi positivo para a continuidade dos trabalhos da entidade no tocante à articulação da identidade dos interesses da categoria no estado.

Então, o início da gestão realmente foi uma quebra muito grande, eu diria, em relação ao que era, para o que passou a ser, porque nós, efetivamente, assumimos o papel de sindicato, assumimos o papel de representar efetivamente a categoria, aumentando o número de sócios e discutindo com a categoria, em assembleia, seminários, encontros, congressos – que não era prática anterior. E chegamos em 1988, com a nova Constituição... com a Constituinte e a Constituição. E, claro, participando de todo movimento junto com as reivindicações da Constituinte para garantir que os servidores públicos têm direito ao sindicato e, aí, quando saiu a Constituição, nós transformamos a associação em sindicato. (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

Em 1986, primeiro ano de gestão dessa diretoria, foi deflagrado um expressivo movimento grevista no estado do Rio Grande do Norte, ao qual dedicaremos atenção no último capítulo, quando iremos tratar das ações desenvolvidas pelo professorado nordestino no sentido de reivindicar questões de ordens diversas, econômicas, políticas, sociais, educacionais.

5.6 A CRIAÇÃO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO: EMBATES POLÍTICOS, CONCEPÇÕES EM DISPUTA E UM PIONEIRISMO ANUNCIADO

De um modo geral, a oficialização dos sindicatos de trabalhadores em educação se deu nos idos de 1990, período que escapa ao recorte temporal privilegiado neste trabalho. Todavia, iremos tecer algumas linhas no intuito de explicitar aspectos concernentes as movimentações

para a criação das entidades sindicais dos professores dos estados nordestinos aqui investigados. Isto, primeiramente, por entendermos que tal efetivação reflete o processo de consolidação de um perfil organizativo construído a partir das disputas mencionadas na seção anterior, resultando também de uma experiência de feição classista, nos termos de Thompson (2012), alcançada no decorrer do tempo; e segundo, para além das aparentes contradições¹⁶ desta iniciativa, cumpre lembrar que a sindicalização dos servidores públicos brasileiros, consagrada pela Constituição Federal de 1988, é inserida no conjunto de conquistas anunciadas por esse segmento profissional, como resultando das lutas pressões exercidas para sua contemplação no texto Constitucional.

5.6.1 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)

De acordo com a ex-presidente do CEPES, o processo de criação do SINTESE pôs frente a frente as duas correntes políticas e sindicais então predominantes junto ao movimento docente no estado, a saber: a ala do PCdoB, à frente da APMESE, e a ala mais alinhada ao Partido dos Trabalhadores e à CUT. Segundo seu relato, o grupo dirigente da APMESE teria agido, antes mesmo da promulgação da Constituição, para criar o Sindicato, sem a participação do Centro, que se contrapôs. Em decorrência disto, a direção do CEPES também buscou alternativas para não ficar de fora do processo.

Eu recebi a informação de um professor da Universidade, professor João Costa, que foi professor da rede estadual, um grande intelectual, Teatrólogo, professor de Língua Portuguesa, ele me deu o estatuto do Sindicato dos Professores do Estado de Sergipe. E aí ele mostrou, ele disse: Ana, esse sindicato é dos professores do estado de Sergipe, não é da rede privada, é do estado de Sergipe. Na medida em que vocês passaram a ter o direito à sindicalização, vocês precisam se sindicalizar. E aí eu corri. Em menos de uma semana nós conseguimos mais de 500 professores aqui de Sergipe, de Aracaju, para se filiar a esse sindicato. Em menos de uma semana a gente estava com mais filiados do que a diretoria tinha de filiados. Porque a sociedade e nós interpretávamos que era um sindicato da rede privada, e não era. A estrutura do sindicato, era sindicato da rede pública e privada; inclusive foi esse sindicato que dirigiu a greve de 1970 (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

O sindicato de professores a que se refere a professora foi criado na década de 1960, em relação ao qual fizemos menção no item que abre este capítulo, mais precisamente na

¹⁶ Teones França (2013), não enxerga a sindicalização dos servidores públicos de um modo muito positivo, argumentando a capacidade de suas entidades em mobilizar trabalhadores antes mesmo de se tornarem sindicatos oficiais.

seção sobre as Associações sergipanas de representação dos professores. A ideia das lideranças do CEPES, ao tomarem conhecimento de que o sindicato em questão, em seu estatuto, não era de representação exclusiva do professorado da rede privada, se movimentaram para se filiar a ele e torná-lo, então, a entidade oficial dos trabalhadores em educação sergipanos.

Bom, quando nós ingressamos com a filiação eles demoraram a aceitar nossa ficha, convocaram uma assembleia e transformaram esse sindicato em sindicato da rede particular. E, inclusive, porque a gente já estava dialogando com a Delegacia do Trabalho, a Delegacia reconheceu que era um Sindicato dos Profissionais... dos Professores, não era da rede privada, era de todo mundo e... enfim, perdemos essa. Aí a APMESE se transforma em SINTESE e nós avaliamos que era importante a gente desativar o CEPES e construirmos uma chapa para disputarmos o SINTESE; já estávamos em época de eleição (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

O SINTESE, então foi criado em 1988, antes mesmo de promulgado o texto Constitucional, sob os encaminhamentos da diretoria da APMESE. Assim feito, o CEPES foi desativado em 1989, em virtude de suas lideranças entenderem que não tinham outra alternativa que não fosse a disputa por dentro da entidade sindical recém-instituída. No entanto, essa corrida para a criação do sindicato gerou problemas para a própria entidade.

Depois, alguns anos atrás, o SINTESE, para poder fazer o registro, teve que fazer uma assembleia criando de novo o SINTESE, porque o Ministério do Trabalho não estava aceitando, porque com a nova Constituição, você não precisa... não podia transformar uma associação em sindicato, como era antes, os sindicatos eram criados. E aí, como foi a transformação seguindo ainda as regras anteriores à Constituição, ele não queria aceitar e teve que fazer uma assembleia recriando o SINTESE para que tivesse a carta sindical, entendeu? Então, essa transformação na disputa política criou problemas para o SINTESE depois (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

As disputas políticas a que se refere a professora Ana Lúcia Vieira, dizem respeito aos embates entre a ala do PCdoB e do PT, anteriormente mencionadas. Embates que, conforme vimos inclusive no tocante à própria CPB, deram a tônica das questões referentes aos rumos da organização dos trabalhadores do Brasil ao longo da década de 1980.

Uma pressa de uma disputa política que o PC do B com o PT... onde o PC do B, para poder continuar com a hegemonia da APMESE, transformou em sindicato sem observar que na nova legislação não é para transformar. Transformou, nós passamos um ano ainda com o CEPES, porque era uma instituição que tinha muita força, vamos amadurecendo com a categoria, porque essa é uma diferença substantiva, que é a concepção e a prática sindical. Então, como a gente dialogava muito com a base de Aracaju e grande Aracaju, porque, como nós não tínhamos dinheiro, não dava para viajar, então só os professores que a gente tinha contato e tal e naquele tempo não era muito fácil, porque não tinha telefone tão fácil assim e o

deslocamento era caro... Enfim, mas a gente fazia política no interior e da capital fazia uma política intensiva e isso possibilitou a gente desativar o CEPES e, a partir de 91, começar a disputar o SINTESE (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

Assim, em 1991 ocorreram as primeiras eleições para diretoria do SINTESE. De acordo com Dantas (2017, p. 95), àquela altura

[...] alguns indivíduos centralizadores e governistas foram substituídos e isso possibilitou alterações no Estatuto da entidade que, entre outras coisas, deu poderes à Assembleia Geral para deliberar sobre os rumos da luta, (...) foram estabelecidas novas regras para o processo eleitoral e a Instituição passou a assumir função reivindicatória no corpo do texto.

Assim sendo, as lideranças alinhadas ao PT e à CUT lançaram uma chapa e conseguiram vencer a disputa eleitoral. Devido aos problemas de documentação mencionados acima, um novo registro teve que ser feito e, oficialmente, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de 1º e 2º Graus da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), foi criado no dia 26 de julho de 1991.

5.6.2 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (SINTEAL)

Assim como ocorrido em no estado de Sergipe, as movimentações para a unificação dos trabalhadores em educação em Alagoas se iniciaram por ocasião da elaboração do texto Constitucional e da abertura de sindicalização dos servidores públicos nele anunciada. De acordo com um ex-dirigente à época, o processo que culminou na criação do SINTEAL contou com forte participação das demais Associações do segmento educacional estadual.

Sim, a gente, na verdade, já começou a discutir essa unificação em 87. Quando a gente discutia já as entidades que eram constituídas ali de orientadores, supervisores, a gente já fazia a discussão de trabalhar a organização dos trabalhadores em educação do estado de Alagoas. Essa era a ideia e essa ideia ela já vinha também sendo já fomentada na CPB, no trabalho de unificação, que era Confederação dos Professores do Brasil... Só que com a Constituição nova, de 88, logo em seguida, a gente já vinha num processo maduro de grandes debates, de grandes assembleias, já de participação de pessoal de apoio, a gente já convidava ali a merendeira, já convidava o agente administrativo, ou seja, já fazia esse debate, já fazia esse debate. Aí quando unificou, a gente começou a trabalhar essa organização, porque, no caso do magistério, já era bem organizado, porque tinha ramificações (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Em 22 de novembro de 1988, logo após a promulgação da Constituição Federal, foi realizada um Congresso de Unificação para criação do Sindicato dos Trabalhadores da

Educação do Estado de Alagoas (SINTEAL), resultando da unificação dentre APAL, OEAL, ASEAL e Associação dos Professores de Educação Física de Alagoas.

De acordo com seu primeiro presidente, o SINTEAL foi, então, a primeira entidade sindical de trabalhadores em educação constituída no Brasil.

[...] foi o primeiro sindicato, o primeiro a se transformar em sindicato. E mais, quando a gente fazia discussão de unificar o magistério, a gente já tinha dado um passo à frente para unificar os trabalhadores da educação. Então o SINTEAL, que foi constituído em novembro de 88, logo após a promulgação da Constituição, ainda no mesmo ano, foi o primeiro sindicato a se tornar sindicato da CNTE, primeiro que a CNTE, que era a CPB, Confederação dos Professores do Brasil, que só se unificou em 90, no Congresso de Sergipe. Antes disso, o SINTEAL já se unificou, já tornou-se... não só aglutinou as entidades do magistério, mas dos trabalhadores da educação, já tornou-se SINTEAL, Sindicato dos Trabalhadores da Educação (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Em seguida, foi estabelecida uma comissão provisória, composta por integrantes de todas as extintas Associações. A comissão foi presidida pela professora Alba Correia, ex-presidente da APAL, e teve como tarefa principal a preparação de um novo Congresso para a aprovação do Estatuto do Sindicato e firmar as diretrizes para a realização das eleições para sua primeira diretoria, o que viria a acontecer apenas em 29 de maio de 1991, nas quais o professor Milton Canuto foi eleito seu primeiro presidente. “Na história da entidade, desde APP, APAL e SINTEAL nunca teve um presidente eleito homem. Eu sou o único até hoje [...]” (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

5.6.3 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE)

Diferentemente das experiências verificadas em Alagoas e Sergipe, as movimentações para a constituição de um sindicato único de representação dos trabalhadores em educação no estado de Pernambuco se realizaram um pouco mais tarde. Os trabalhos contaram com a participação de todas as entidades educacionais do estado: Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco (APENOPE), a Associação dos Orientadores Educacionais de Pernambuco (AOEPE), a Associação dos Supervisores Educacionais de Pernambuco (ASSUEPE) e o Centro dos Professores de Pernambuco (CPP).

De acordo com um ex-dirigente da APENOPE à época, as discussões em torno da proposta de unificação foram marcadas por tensões e divergências diversas.

[...] mas foi muito cacete para a categoria entender e aprovar... “não, é só professor”, “para quê botar funcionário, para quê botar o pessoal da

secretaria, tem nada a ver com educação”. Então era uma resistência enorme; então, foi todo um trabalho para chegarmos a isso. Então foi quando nós criamos a CNTE, quase concomitantemente com a criação, a transformação da APENOPE em SINTEPE. E foi a partir de uma reivindicação da APENOPE que eles chegaram, “vai reformular o Estatuto do Magistério, vai mexer com todo mundo”; então eles chegaram e o CPP, que era mais próximo ao governo, veio mais por reivindicação do próprio governo, do que nossa (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Conforme já visto neste trabalho, as principais divergências de concepções organizativas e de luta se davam, de modo relativamente semelhante aos embates ocorridos por ocasião da fundação do SINTESE, entre a APENOPE e o CPP, que acabou não aderindo à unificação.

Na hora da criação do SINTEPE, aconteceu um fato engraçado, foi lá no Geraldão, e na hora H a direita do CPP prevaleceu, eles tinham lá o pessoal do PC do B, eram minoria, mas a maioria era da direita, então eles correram na hora e quebraram a aliança, então eram quatro alianças, no lugar de cinco alianças formando o sindicato. Então o CPP ficou de fora e até hoje eles tem a sedezinha deles lá na Caxangá. Naquele bairro da Caxangá, por ali. Então até hoje eles estão lá, a gente ainda tentou fazer uma eleição lá, mas foi pau porque até urna jogou no terreno de trás lá (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Além das divergências políticas, ao que tudo indica, a questão do patrimônio também pesou para que o CPP não se unificasse junto às outras entidades (NASCIMENTO, 1996). Sobre isso, relatou o professor Paulo Valença.

Olhe, tinha um problema da dificuldade, porque a maioria da direção era de direita, mas eles tinham uma capacidade muito grande de... bem, a filha da diretora era do PC do B, mas aí eles foram chegando lá, mas eram minoria, mas eles aproveitaram muito a estrutura, era uma estrutura boa, tem hospedaria, hospedava os professores que vinham do interior, até hoje eu acho que eles tem uma estrutura muito boa. E o que nós queríamos era transformar aquilo numa escola de formação do SINTEPE, era uma estrutura de uma formação de escola, a ideia nossa era: “a gente ganha aquele negócio e transforma aquilo numa escola”, junta tudo e faz uma escola de formação política, sindical e tal. Mas aí eles usavam muito para formação do partido, tanto que aquilo até hoje é muito utilizado para formações do partido, pelo menos usaram muito tempo (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Em março de 1990, foi realizado o Congresso de Unificação dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco, nas dependências do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães, o “Geraldão”, localizado na cidade de Recife/PE, do qual resultou o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco.

5.6.4 O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP)

Conforme já anunciado, no estado da Paraíba os professores também se uniram aos demais trabalhadores da educação em torno de um único sindicato de representação. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba foi criado, no VII Congresso Estadual do Magistério Paraibano, realizado entre os dias 3 e 4 de dezembro de 1989 (SINTEP, 2016, p. 1).

[...] com a Constituição, a gente já transformou a Associação, que antes era Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba, todo o pessoal da educação poderia se filiar, menos os funcionários, aí nós transformamos a AMPEP em SINTEP, e aí passou a todos os funcionários da educação, que fosse do quadro efetivo, poderia se associar ao sindicato, inclusive os funcionários, que é o pessoal de apoio, que a gente chama, isso em 90, e aí também recebemos a Carta Sindical e a nomeação, a nomenclatura, passou a ser chamado, como ainda é, de SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

Posteriormente, com base nas questões colocadas pelo movimento feminista e de luta por igualdade de gênero, a nomenclatura foi alterada, recebendo o acréscimo do termo “trabalhadoras”, assumindo, então a denominação de Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba. Porém, na esteira desse processo, outras mudanças importantes também foram operadas.

[...] e a gente fez umas mudanças no Estatuto. Uma delas bastante significativa, que é cada chapa que se apresenta para concorrer às eleições do sindicato, tem que botar, no mínimo, 50% de mulheres. Então é lógico que as mulheres sempre tem mais, porque dificilmente um cara ajusta para ter esse total. Então essa foi a reivindicação do movimento de mulheres e como elas são maioria na categoria foi uma das reivindicações (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

De semelhante modo ao estado de Pernambuco e de Sergipe, onde existiram, concomitantemente, mais de uma entidade de representação de professores, tal qual demonstrado, na Paraíba coexistiram, e disputaram, a AMPEP e a APLP. Sobre isto, relatou um ex-dirigente tanto da AMPEP e posteriormente do SINTEP.

E aí quando eu assumi, eu mesmo me encarreguei de fazer um pacto com eles, porque eu via quando estava em outros cargos da base da direção, como diretor regional e tudo, eu via que a gente perdia muito tempo quando a gente estava num enfrentamento com o governo, brigando com a própria categoria, brigando com a APLP, coisa que eles não queriam mudar de posicionamento. Aí era a minha avaliação que eles nunca iriam mudar, nem nunca iriam deixar de encontrar pessoas para fazer eco com eles da categoria, aí eu já tinha uma consciência maior da minha leitura e o pessoal não tinha.

Mas muitas vezes eu brigava com meus colegas por isso, o pessoal tinha aquela coisa que o trabalhador agora é sagrado, como se o cara ser um trabalhador, ou um professor, o pensamento dele já era correto, ou se ele fosse de esquerda ou avançado. E eu dizia: “Não, rapaz. Professor, e eu que trabalho direto na escola vejo, é arcaico, é aquele cara que é um escravo, mas doidinho para ser o capitão do mato e agradar o patrão e não quer se indispor de jeito nenhum”. Então eles adoram essa política da APLP, de proximidade, de ter com o governo e tudo, então foi melhor a gente fazer o pacto. E foi isso que eu fiz, fiz um pacto deles não brigarem com a gente, já que eles não dirigiam, não faziam assembleia nem nada, então pelo menos para acompanhar a gente em apoio teórico e não ser contrário, porque era tudo que o governo queria (ANTÔNIO ARRUDA. ENTREVISTA, 2020).

Deste modo, muito embora a APLP continue existindo e afirmando se colocar “Sempre em Defesa do Magistério Estadual”, o SINTEP, mantendo uma tradição de luta de suas entidade predecessora, a AMPEP, seguiu como a principal e mais atuante entidade de representação dos trabalhadores em educação do estado da Paraíba.

5.6.5 O Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Educação Pública do Rio Grande do Norte (SINTE-RN)

As discussões sobre a unificação dos trabalhadores em educação do Rio Grande do Norte foram encaminhadas pela APRN, sob a condução da diretoria eleita no ano de 1985, que vinha realizando, desde então, um trabalho mais próximo das bases no sentido mesmo da democratização da entidade e reformulação de seu perfil, conforme discutido em item deste mesmo capítulo, referente às disputas no interior da Associação potiguar. Segundo um de seus ex-dirigentes, o trabalho não foi fácil, pois contou com resistências diversas.

Sim, com certeza. Na realidade, quando... tudo que eu falei anteriormente faz parte de um conceito do novo sindicalismo, não eram as lideranças anteriores... eram atrasadas e, conseqüentemente, a categoria também era atrasada em relação ao movimento sindical. Eu diria que nós tivemos duas grandes mudanças, assim, de conceito. Primeiro, convencer os professores que eles eram trabalhadores, como os outros... Então, isso era uma dificuldade muito grande, muitas vezes a gente era criticado nas assembleias porque nós nos reportávamos aos professores como trabalhador e a direita dizia que nós estávamos rebaixando os professores, que na realidade a categoria era professor, não era trabalhadora, mas nós não fugimos desse debate. E, paralelo isso, nós também discutimos que a nossa reivindicação era para que nós tivéssemos direito a ser sindicato, então nós discutíamos isso no sindicato (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

O relato do professor Francisco das Chagas expõe o entendimento de que as ações desenvolvidas pela APRN neste período foram fundamentais para o fomento de uma experiência de feição classista no professorado do ensino oficial em seu estado.

Nos seminários de formação política, me lembro que a pauta principal, uma das pautas que estava presente era “o que é Estado?”; “o papel do Estado, do sindicato e do governo”, por exemplo... isso fez com que, mesmo havendo uma resistência muito grande, quando nós tivemos o direito à sindicalização, através da Constituição, não fosse tão traumático, porque, mais ou menos, uns 4 anos já vinha sendo trabalhado (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

Nesta linha, o referido professor atribui importância ao fato de a sigla da Associação ter sido abandonada, assumindo mesmo a nomenclatura de Sindicato. Citando, quanto a este aspecto, por exemplo, os casos da Bahia e de São Paulo, onde, respectivamente, suas entidades permaneceram como APLB e APEOESP; e de Pernambuco, onde, como vimos, a APENOPE deu origem ao SINTEPE. Sobre esse aspecto, se seguiu a seguinte afirmação:

E eu acho que isso foi muito importante, eu acho que em tese isso não foi feito só aqui, no nosso sindicato, e foi feito outros... uns você vai ver que em alguns estados isso foi mais efetivo... Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Piauí; já em outros estados, como Alagoas, Bahia, Maranhão, Ceará, não foi feito dessa maneira. E é por isso que ainda hoje tem problemas nesse sentido, de entender. Por exemplo Ceará tem uma grande entidade, mas ainda com dificuldade em relação a esse entendimento; a Bahia, por exemplo, já tem essa dificuldade (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

No que concerne ao exemplo de Alagoas, em torno, obviamente, da APAL, pensamos que a questão a que o professor se referiu anteriormente não esteja necessariamente ligada à questão da nomenclatura e da sigla assumidas, mesmo porque acreditamos que isso não seja de seu desconhecimento, mas diga respeito à orientação política e sindical das principais lideranças que conquistaram a direção da APAL nos anos de 1980, mais alinhadas aos princípios do PCdoB e da CGT.

Então tem alguns estados que fizeram uma maneira diferente, até porque não eram sindicatos vinculados à CUT, porque os sindicatos vinculados à CUT, na época eles trabalhavam basicamente em cima da plataforma que a CUT definia em seus congressos. E os sindicatos no Nordeste, de professores, que seguiram a orientação da CUT, logo no início, isso foi o Rio Grande do Norte, foi Pernambuco, foi Paraíba, Piauí e Sergipe. Os outros ainda estavam fora da CUT, depois é que entraram na CUT, bem depois (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

Dito isto, cumpre lembrar, o que vem sendo justamente analisado, que nos estados aqui contemplados as entidades de representação dos professores da educação básica se

oficializaram em sindicatos, abandonando as siglas de suas associações anteriores, inclusive mesmo em Alagoas, um dos estados citados pelo professor. No Piauí e, um pouco mais tardiamente, no Maranhão, a denominação enquanto Associação também foi abandonada. Por seu turno, do mesmo modo que na Bahia – a despeito da inserção do termo “sindicato” –, os professores do estado do Ceará também mantiveram sua sigla anterior, APEOC, sendo, então, as duas únicas entidades do nordeste procederem dessa forma.

O professor Francisco das Chagas atribuiu o abandono da sigla APRN não a uma circunstância ou coincidência de momento, mas a todo um trabalho de politização desenvolvido pela direção da qual fazia parte, junto às bases, gerando divergências e consensos de toda ordem.

Eu atribuo a isso uma politização, porque na realidade nós politizamos mesmo. Não sei se isso foi uma... considerado, assim, vamos dizer, uma vantagem, um acerto, mas nós fizemos, assim, uma coisa que nós... que às vezes éramos até criticados por outras entidades, nós politizamos o nosso discurso frente à categoria... E eu acho que isso, pelo menos em relação a essa questão, ajudou muito. Claro que em alguns momentos ficava numa situação difícil, porque era todo mundo contra a gente, até o governo colocava a sociedade contra a gente... A chamada oposição de direita, no sindicato, também deixava a gente um pouco isolado muitas vezes, mas nós enfrentamos e eu acho que conquistamos e eu acredito que foi positivo esse esforço nosso de politizar a categoria nesse sentido. Em mostrar para a categoria, em a categoria entender qual era o papel do sindicato, qual era o papel do partido político, qual era o papel do governo, qual era o sentido de ser trabalhador, porque que os trabalhadores deveriam estar juntos a outros trabalhadores, de outras categorias, etc. (FRANCISCO DAS CHAGAS. ENTREVISTA, 2019).

Dessa forma, depois muitas discussões, debates, divergências e consensos, no dia 2 de setembro de 1989, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores em Educação em Educação Pública do Rio Grande do Norte, mediante a unificação das entidades do segmento educacional do estado: Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN), Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Norte (ASSOERN) e a Associação dos Supervisores Educacionais do Rio Grande do Norte (ASSERN).

5.7 CONCLUSÃO

Como visto, as disputas travadas no interior das entidades, ou mesmo entre as entidades congêneres existentes no mesmo estado, e os rumos assumidos por ocasião delas apresentam ritmos distintos de efetivação, apresentando marcos temporais particulares no que diz respeito à tomada do controle das associações pelos grupos de oposição. Se em Pernambuco e na Paraíba assistimos ao acesso das lideranças oposicionistas às direções das

entidades já nos anos de 1979 e 1981, respectivamente, em outros estados o mesmo dado só se pode verificar um pouco mais tarde, como nos casos de Alagoas, em 1984, e do Rio Grande do Norte, em 1986. Dos estados aqui investigados, Sergipe foi o que apresentou uma situação ainda mais particular, tendo o grupo de oposição conquistado o controle da entidade local apenas em 1992, após quase uma década de embates.

O que nos faz reforçar que o processo de consolidação do associativismo combativo não se deu de modo automático e idêntico independentemente do contexto espaço-temporal. Por isso mesmo, há que se considerar o perfil assumido por cada entidade, desde sua fundação, bem como as forças em disputa e seus potenciais de mobilização da categoria. Todavia, entendemos que, de um modo geral, esse “novo” modo de organização e atuação das entidades estaduais não resultou apenas da conquista das Associações pelos grupos de oposição, mas, sobretudo, de sua capacidade de tensionar junto aos dirigentes estabelecidos e pressionar por uma atuação mais condicente com os interesses e as necessidades da categoria.

6 QUANDO “UM SACO CHEIO DE DINHEIRO” MAL DÁ PARA COMPRAR UM QUILO DE FEIJÃO¹⁷: GREVES E OUTRAS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE DURANTE A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

Desde o final dos anos de 1970 é possível verificar a deflagração de greves e outras mobilizações importantes do professorado na região Nordeste. Ao que se sabe, a primeira experiência grevista na região, neste período, se deu com o movimento docente do estado da Bahia, no ano de 1978, mediante ação de sua entidade de representação, a APLB. Durante o crepúsculo desta década e alvorecer dos anos de 1980 outras ações foram realizadas pelo professorado em diversos estados nordestinos. No entanto, de maneira espaçada no tempo e encaminhadas, geralmente, pelas próprias associações estaduais – haja vista o processo de reformulação da CPB no concernente à tarefa de articulação, de fato, da identidade dos interesses do professorado em âmbito nacional –, resultando, muitas vezes, dos embates entre os grupos dirigentes ligados ao “velho” associativismo e os grupos de oposição alinhados ao associativismo combativo, então emergente.

Não obstante a isso, as ações do professorado em vários estados do Nordeste, durante os anos finais da década de 1970 e primeiros anos da década de 1980, quando o Brasil ainda caminhava para sua redemocratização, revelam importantes lutas por melhores condições de vida e trabalho, a partir das experiências vividas em um período de graves crises econômicas, principalmente em se tratando de uma região problemática como o Nordeste, sem perder de vista as demandas políticas, econômicas e educacionais reivindicadas como urgentes e necessárias para a melhoria do país.

Nesta linha, considerando a década de 1980 no Brasil como um período em que importantes conquistas foram consolidadas, tanto no que concerne à sociedade de um modo geral como, mais especificamente, à educação pública, resultante do processo de abertura política e das diversas manifestações dos trabalhadores, Dalila Andrade de Oliveira (2017, p. 38), destaca o protagonismo do movimento docente da educação básica no país, afirmando que:

Los trabajadores de la educación marcaron definitivamente dicha década con las huelgas que promovieron y que tuvieron como eje los cambios en la gestión y organización de la educación y valorización del magisterio como profesión. En ese contexto es que emergió el término “gestión democrática de la educación”, que se refiere a la defensa de mecanismos más colectivos y participativos de planeamiento y administración escolar. La gestión democrática de la educación pasó a representar

¹⁷ Referência ao samba “Saco de feijão” (1977), composto por Francisco Santana e sucesso na voz de Beth Carvalho.

la lucha por el reconocimiento de la escuela como espacio de acción político-pedagógica, de trabajo y de derechos.

Com base no exposto, entendemos este período como decisivo para a organização coletiva do professorado de 1º e 2º Graus dos estados nordestinos aqui investigados no que concerne à assunção de sua experiência de classe, forjada nas dinâmicas próprias da vida social e seus aspectos condicionantes, nos consensos, nas resistências, nas disputas, enfim, “nas escolhas de homens e mulheres” (THOMPSON, 2012, p. 260).

6.1 “LEVANTAR A VOZ E PROTESTAR”: A PRIMEIRA GREVE GERAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM PERNAMBUCO

De acordo com o que discutimos no capítulo anterior, vimos que professores da rede pública estadual de Pernambuco, tanto do ensino primário como do secundário, contavam com duas entidades de representação, sendo, o Centro dos Professores de Pernambuco e a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco¹⁸. No entanto, também conforme sinalado anteriormente, o movimento grevista deflagrado no ano de 1979 se tornou um divisor de águas nos rumos de ambas as entidades, tanto no concernente às disputas no interior da APENOPE quanto no que diz respeito às suas divergências com o CPP.

Porém, na medida em que o processo de organização do professorado foi ganhando outros contornos, as ações de uma e de outra foram apresentando dissonâncias, e as disputas entre ambas foram se instaurando, a APENOPE foi se consolidando cada vez mais como a responsável pelos direcionamentos às reivindicações e ações empreendidas pela categoria no estado. Divisor de águas quanto a isto foi o ano de 1979, quando da realização da primeira greve geral dos professores da rede pública estadual¹⁹.

Àquela altura, estando o estado de Pernambuco sob a interventoria do Governador Marco Maciel, a direção da APENOPE passou a ser questionada por um grupo de oposição que reivindicava da entidade uma representação mais condicente com os interesses e necessidades de categoria, sobretudo quando a estimativa de perda salarial dos professores girava em torno de 30,1% (PEREIRA,1991), e que assumisse um “posicionamento que

¹⁸ Os professores da rede privada de ensino continuavam sendo representados pelo SINPRO-PE.

¹⁹ Em conjunto com os professores da rede pública, também haviam deflagrado greve os professores da rede privada de ensino. <http://sinpropernambuco.org/audiencia-publica-lembrara-os-40-anos-da-greve-dos-professoras-em-pernambuco/> (Acessado em 20/07/2021).

correspondesse ao pensamento da classe em relação ao movimento reivindicatório dos professores com relação ao aumento salarial²⁰”.

[...] e quando foi 79 começou um movimento nosso de reivindicação, porque nós tínhamos a APENOPE, mas a APENOPE, que inclusive eu cheguei a participar antes de 79... Dia do Professor, o pessoal que era sócio ia e convidava para uma festa, uma atividade, aí eu estava no GIGA, do Estado, então eu participava, assim, mas não tinha nenhum movimento, nenhuma reivindicação. Em 79 vai surgir um grupo liderado pelo professor Paulo Rubem Santiago [...] (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Cumpré destacar que a mobilização para a greve foi realizada pelo Comando Geral de Greve, formado por professores opositoristas à direção da APENOPE, cujo presidente era o professor Leônidas Teodoro, que trabalharam no sentido de obter ampla adesão da categoria ao movimento.

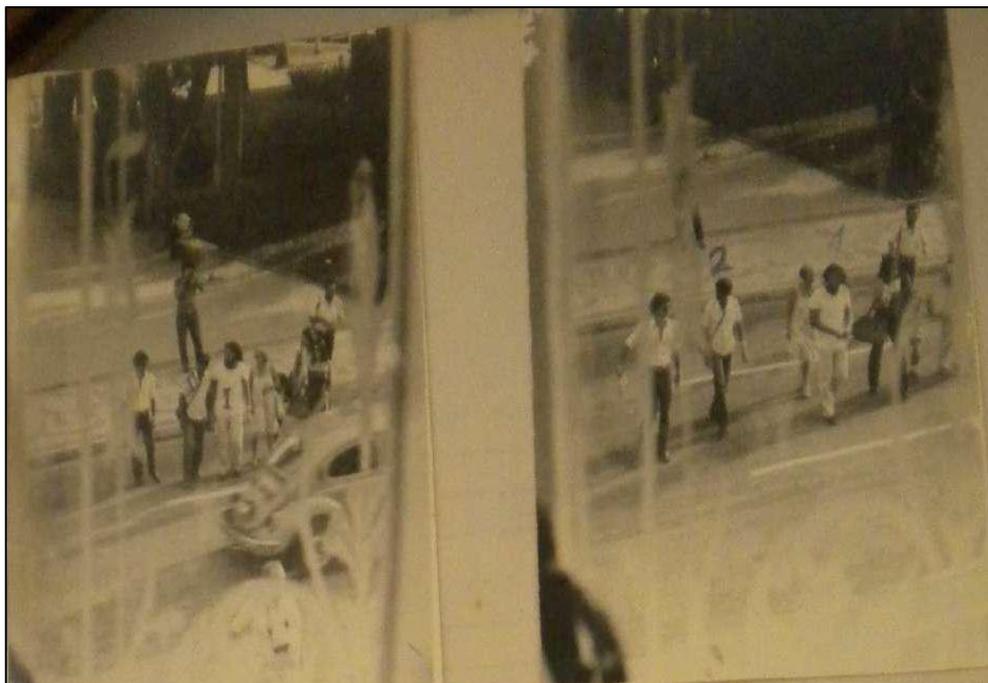
[...] então chamou-se o pessoal a convocar as assembleias; então nesse movimento a gente começou a receber panfletos e tal, aí eu fui para alguma dessas assembleias. Teve uma primeira que foi muito importante, que foi uma assembleia que aconteceu no Clube Náutico Capibaribe, essa assembleia foi que praticamente deflagrou o movimento reivindicatório e ao mesmo tempo de formação da oposição da diretoria, chamada diretoria “pelêga”, da APENOPE. O presidente chamava-se Leônidas, tinham outras pessoas, como Miguel, Erere, outras pessoas que participavam da diretoria e aí essa assembleia eu não fui, essa primeira, teve uma grande passeata que saiu do Náutico, foi até o Palácio do Governo, mas a seguinte foi uma assembleia no Teatro do Parque e eu já passei a ir... e a frequentar, em 79, e em uma dessas assembleias foi deflagrada então a greve dos professores da rede estadual (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Um dos participantes da Assembleia no Clube Náutico foi o professor José dos Santos Semente que, em seu depoimento para a Comissão da Estadual da Memória e Verdade em Pernambuco, rememorou o encontro e o movimento que se desencadeou a partir dele.

Em 1979 houve a greve. Houve uma passeata do Náutico para a frente da Secretaria de educação onde nós pernoitamos. Aí foram 36 dias de greve e o que eu entendo como destaque nesse caso é a demissão depois do professor que liderou, Paulo Rubem. Demissão por que liderou o movimento. (JOSÉ SEMENTE. ENTREVISTA. CMV/PE, 2014, p. 14).

A referida Assembleia recebeu atenção especial do órgão de vigilância do regime civil-militar sediado em Recife. Registros fotográficos dão conta de mostrar a movimentação de um grupo de professores reunidos à frente da Secretaria de Educação, após a realização da passeata.

²⁰ Diário de Pernambuco, Recife, 01/05/1979.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Pernambuco, disponibilizado através do site *Documentos Revelados* (https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Recife-pdf01_compressed.pdf)

Segundo registros, uma das pessoas identificadas nas fotografias foi o professor Paulo Rubem Santiago – indicado pelo número 1 escrito à caneta por sobre a fotografia –, uma das destacadas figuras à frente do movimento em curso. O professor José Semente também identificou uma das participantes como sendo a professora Gersina.



Fonte: Acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – Pernambuco, disponibilizado através do site *Documentos Revelados* (https://documentosrevelados.com.br/wp-content/uploads/2022/04/Recife-pdf01_compressed.pdf)

Neste ano, também entraram em greve os professores da rede particular de ensino, resultando também do fortalecimento do grupo de oposição surgido no interior do Sindicato dos Professores de Pernambuco (SINPRO-PE), de onde saíram importantes lideranças também para o próprio movimento docente da educação pública estadual.

79 foi um ano efervescente para o movimento sindical no Brasil inteiro, que já era associado a um processo da tal “abertura lenta e gradual”, da redemocratização da ditadura militar; tanto que eu comecei, também... estava fazendo o curso de Matemática e, antes de terminar, comecei a dar algumas aulas e fiquei na Mecânica em algumas partes e uma escola, Sigismundo Gonçalves, também do estado, defronte ao Colégio São Bento, ali na Praça do Jacaré, em Olinda. E quando também foi surgindo aulas de Matemática no próprio GIGA eu também fui então deixando a Mecânica e assumindo a Matemática. E então nessa época, em 79, eu já estava ensinando tanto na rede pública, quanto na rede particular, eu assumi umas aulas a convite de um amigo, Geraldo, assumi umas aulas na Academia Santa Gertrudes, ali no Alto da Sé, em Olinda. Aí eu fui ensinar Matemática na escola privada. Foi interessante, porque em 79 teve greves não só na rede pública, como também na rede particular, e eu participei das duas. Então foi um negócio muito interessante, porque eu comecei a participar dos movimentos, tanto do sindicato, quanto da rede particular, quanto da APENOPE (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

O Comando de Greve, composto por lideranças oposicionistas e responsável pelo encaminhamento do movimento paredista, considerava importante “conscientizar a opinião

pública, conscientizar as escolas, os alunos e os pais” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 09/05/1979, p. A-7), pois

No momento em que o estado nos oferece 60, 50 e 45%, não está fazendo favores. O aumento do custo de vida nos últimos 12 meses no Recife foi de 57,7%. Portanto, nós, professores, estamos mostrando à opinião pública toda a realidade, o pouco interesse que tem o governo do estado com a educação (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 02/06/1979).

Na capital do estado, a adesão ao movimento grevista vinha sendo mais expressiva desde o início, estimava-se que já tinha se atingido o apoio de 80% dos professores do Recife e Região Metropolitana, pelo que o “movimento já considerado vitorioso”. Ainda assim, o Comando Geral de Greve buscou agir no sentido de conseguir adesão também no interior do estado, onde a maioria das escolas estava funcionando (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Na tentativa de desqualificar o movimento paredista, a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), afirmou que o mesmo não estaria sendo tão vitorioso quanto pressupunham os professores, pois, se assim fosse, “como estão propagando, não haveria razão para tantos piquetes e/ou utilização dos próprios estudantes para esvaziar as salas de aula” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979). Não obstante a isto, a SEC também argumentou o fato de ter ocorrido uma greve dos motoristas de ônibus, que fez com que alunos e professores não tivessem condições de chegarem às escolas, tendo sido necessário suspender as aulas por alguns dias (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Entretanto, para o Comando de Greve, a paralisação dos motoristas não servia para justificar a ausência dos professores em seus postos de trabalho, nem, tampouco, se constituiu como fator impeditivo para a continuidade da mobilização.

A decisão de suspender as aulas alegrou o Comando Geral de Greve da rede oficial porque a medida, liberando os professores, fez com que muitos aderissem à luta que eles travam por melhores condições de salário e ensino (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Longe do Recife, as oposições e pressões ao movimento também se faziam sentir com bastante relevância. Neste particular, destacou-se o posicionamento da diretora do então III Departamento Regional de Educação (DERE), localizado na cidade de Salgueiro, Sertão de Pernambuco.

Os dois mil professores da rede oficial do ensino, subordinado ao Departamento Regional de Educação – III Dere – Salgueiro, que abrange 17 municípios, de Serra Talhada à Araripina, não pretendem apoiar os colegas do Recife ou da Área Metropolitana, que estão em greve, conforme informou

ontem a professora Lúcia Angelim Gomes, diretora do órgão. Assim, os 32 mil alunos do 1º e 2º graus que estudam no Sertão não serão prejudicados (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Mais próximo da capital, a atuação do DERE de Caruaru, município do Agreste pernambucano, não foi tão diferente da de seu congênere em Salgueiro. Segundo sua diretora, a professora Maria do Carmo, os professores da região não iriam apoiar à greve, pois eram “conscientes de suas responsabilidades”. Por isto,

(...) os 1.446 professores da rede oficial de ensino, da jurisdição do Dere local, em 31 municípios do interior do Estado, continuam ensinando aos 41.475 alunos das 1º e 2º séries, nas 128 escolas situadas nas sedes e na zona rural (...) (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Maria do Carmo afirmou que, antes do movimento ser deflagrado em Recife, se reuniu com diretores e supervisores de escolas para que pudessem conversar com os professores “a fim de conscientizá-los sobre as dificuldades do estado, mostrando que o governador Marco Maciel, segundo as disponibilidades financeiras do estado, está disposto a atender as reivindicações da classe” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979). De acordo com a diretora, “os professores do interior confiam nos propósitos do Governo e, por isso, não pretendem alinhar-se ao lado dos grevistas” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Ainda em Caruaru, o diretor do Colégio 7 de Setembro, Rubem de Lima Barros, afirmou que os professores tinham “a cabeça no lugar” e que, por isso, não iriam aderir à greve. No sentido de impedir a participação dos professores caruaruenses no movimento, Rubem Barros afirmou que “tudo farei para que isso não ocorra, usando todos os meios possíveis de entendimento” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Temos claro que, utilizando-se de seus aparelhos administrativos, o governo tentou sufocar a participação dos professores do interior do estado no movimento grevista da categoria, conseguindo um relativo sucesso em sua empresa. Porém, não por que não havia interesse em apoiar os colegas da capital ou por que a confiança no Governador e em suas intenções era tamanha, conforme exposto pelas diretoras dos DERE. Pelo menos não somente por isto.

À coerção exercida pelos diretores dos Departamentos Regionais de Educação e diretores de escolas, some-se a carência (para não dizer ausência) de estrutura, para além da capital e área metropolitana, seja da APENOPE – e principalmente do Comando de Greve –, para mobilizar os professores do interior e garantir-lhes o apoio necessário para se engajarem

na luta. Prova disto, foi a fala de um professor de Salgueiro, expressando seu sentimento de insatisfação perante o descaso do governo e de desejo de participar da greve.

Não concordamos com a proposta do Governo e até gostaríamos de estar no Recife participando do movimento ou mesmo paralisar nossas atividades aqui no Sertão, mas isso não é possível fazer, porque não existe um movimento de força que venha formar uma coalizão ou uma unidade de apoio aos nossos colegas dos grandes centros, onde se é possível levantar a voz e protestar (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979).

Outro sentimento que se fez presente nos professores interioranos foi o medo. Em virtude dos aspectos mencionados acima, tendo em vista também a fragilidade de seus vínculos, sentiam medo de perderem seus empregos e, junto com eles, seus vencimentos. Sobre isto, relatou um professor: “seria difícil um movimento de apoio aos nossos colegas do Recife; temos medo de perder o que ganhamos, sabendo que existem centenas de professores à espera de uma oportunidade para lecionar” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/06/1979). Fato foi que o movimento seguiu contando com participação majoritária dos professores do Recife e da Região Metropolitana, o que não se constituiu como um aspecto redutivo de sua importância.

A greve se estendeu ao longo de trinta e seis dias, tendo como ação principal uma espécie de acampamento feito por professores que se revezavam na Secretaria de Educação e Cultura. A mobilização também foi relatada para a Comissão Estadual da Memória e da Verdade por Vânia Albuquerque, que veio a integrar a Rede Estadual como professora e a atuar como dirigente sindical somente anos mais tarde, mas que recordou de sua participação ainda enquanto estagiária.

Eu entrei no Estado em 85, mas participei em 79, ainda na época da APENOPE, eu não era da rede estadual, mas eu sempre acompanhei minha tia. E eu dei muita aula lá no Colégio Cel. Othon lá na Macaxeira, como estagiária. E assumi muitas salas de aula naquela época e participei desse movimento, em 79, da Secretaria de Educação, onde a gente ficou 36 dias (VÂNIA ALBUQUERQUE. ENTREVISTA. CMV/PE, 2014, p. 18).

Em sua fala para a Comissão, Vânia Albuquerque interrogou ao professor José Semente sobre sua recordação do último dia de mobilização, mais precisamente da maneira pela qual foram retirados da Secretaria, sobre o que seu colega afirmou não ter lembrança, dizendo apenas que “Tinha algumas pessoas. Uma pessoa fez um comentário lá, que nós íamos sair de cabeça erguida” (JOSÉ SEMENTE. ENTREVISTA. CMV/PE, 2014, p. 18). A resposta da professora foi que “a Secretaria de Educação foi cercada pela polícia. E veio o chefe da Casa Civil, na época, e nos deu trinta minutos pra que a gente saísse dali. Se a gente

não saísse em trinta minutos eles iam invadir e iriam meter bala. Estava cercado, literalmente” (VÂNIA ALBUQUERQUE. ENTREVISTA. CMV/PE, 2014, p. 18).

Provocado pela fala da professora, um dos integrantes da sessão da CMV/PE se interessou em saber o motivo pelo qual a greve teria se encerrado. “Foi conquista ou pressão?” – perguntou (ALEXANDRE BANDEIRA. ENTREVISTA. CMV/PE, 2014, p. 18). Pelo quê foi respondido que “foi pressão” – disse Vânia Albuquerque – e também “pelo desgaste” – afirmou José Semente –, levando ao fim o movimento paredista após deliberação em Assembleia (CMV/PE, 2014, p. 18). A ação na Secretaria de Educação teria rendido aos participantes que suportaram até os últimos dias a denominação de “Os Resistentes”, segundo relatou Vânia Albuquerque (CMV/PE, 2014, p. 19).

O saldo da greve não foi a obtenção de ganhos econômicos, posto que as reivindicações da categoria não foram atendidas, mas o redirecionamento da ação coletiva dos professores do ensino oficial de Pernambuco com base numa perspectiva mais combativa, expressando um certo amadurecimento político da categoria e impactando significativamente na reformulação da APENOPE. O que demonstramos quando dos embates entre as chapas “Construção” e “União e Renovação”, na seção referente às disputas, que levou à presidência da entidade o professor Paulo Rubem Santiago e iniciou um processo de reformulação do perfil da Associação.

Uma vez presidente eleito da APENOPE, o professor Paulo Rubem Santiago esteve novamente sob os olhares atentos do Serviço Nacional de Informações – Agência Recife, juntamente com outras lideranças sindicais, religiosas e partidárias. Um relatório datado de 11 de setembro de 1980 deu conta de detalhar um encontro realizado em Recife/PE, nas dependências do Centro de Comunicação Social do Nordeste (CECOSNE), com vistas à participação de um grupo no “Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES)”, previsto para os dias 13 e 14 destes mesmos mês e ano, na cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro.

Dentre os participantes do encontro, além do presidente da APENOPE, também foram listados figuras como Henri Albert Cossart, identificado como ex-padre, “Cajá”, Manoel Raimundo, identificado como ex-presidente do Sindicato Rural de Lajedo/PE, Geraldo de Moraes Pinho, identificado como professor da Rede Oficial de Ensino de Pernambuco, além de tantos outros e outras, identificados como ex-padres, metalúrgicos, lideranças de associações comunitárias, etc (SNI, 1980, p. fls. 1-2).

Durante o encontro, denominado de ENTOES/PE, conforme o relatório, foram aprovadas por unanimidade, e comum a todas as categorias profissionais, as seguintes propostas:

- a. pelo direito de greve;
- b. por um salário mínimo real e unificado nacionalmente;
- o. pelo reconhecimento oficial das comissões das fábricas, empresas, engenhos, sítios, locais de trabalho e dos Delegados Sindicais. Pela extinção do estatuto padrão;
- d. pela estabilidade no emprego e salário desemprego;
- e. pelo direito sindical para o funcionário público;
- f. pela livre negociação entre sindicatos patronais e dos empregados, sem a intervenção da Justiça do Trabalho;
- g. pelo contrato coletivo de trabalho;
- h. pela jornada de trabalho não superior a quarenta horas semanais e manutenção dos salários;
- i. pelo cumprimento do adicional de insalubridade a periculosidade;
- j. para que a destituição da diretoria seja da responsabilidade da categoria, sem a interferência do Estado;
- l. pela organização da categoria pela base, fortalecendo o sindicato;
- n. pela campanha de sindicalização em massa;
- n. pela ampliação e unificação da luta, a nível nacional;
- o. *por* direitos iguais na convocação e organização das chapas para eleição; e
- p. pela integração das diretorias cassadas (SNI, 1980, fls 2-3).

O relatório também deu conta de registrar as propostas particulares resolvidas no Encontro, listando, dentre outras, “pela posse da terra para quem *nela* trabalha; pela garantia de emprego para gestantes desde o 2º mês de gravidez até 6 meses após o parto; pela eleição direta das federações e confederações” (SNI, 1980, fl. 3). Concluindo a referência às propostas, o relatório listou ainda as que denominou como “conflitantes” dentre o conjunto dos participantes, frisando a realização de discussões e de uma votação para sua apresentação no ENTOES.

- a. pelo sindicato livre, desvinculado do Estado, dos Partidos Políticos e dos credos religiosos;
- b. pelas comissões de fábricas, eleitas pela base, submetidas ao conjunto de interesses dos trabalhadores, como instrumentos sindicais de base das organizações sociais combativas, de massa e democráticas dos trabalhadores;
- c. pela unificação das datas-base por categoria;
- d. pela CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES, independente do Estado, dos Partidos Políticos e dos credos religiosos.
- e. que os dirigentes sindicais não possam se candidatar a mandatos parlamentares;
- f. contra o Imposto Sindical e pela livre aplicação do referido Imposto, controlada pelos trabalhadores;
- g. pela unidade sindical construída pela base. Contra a dita proposta que se autodenomina “Unidade Sindical” e que se articula pelas cúpulas, com pelegos traidores e alguns companheiros combativos equivocados; e

h. que o ENTOES se defina pela participação na organização da CONFERÊNCIA NACIONAL DA CLASSE TRABALHADORA (CONCLAT) [...]. Que levem para a CONCLAT as posições combativas retiradas do ENTOES, assegurando a participação [...] Associações Profissionais; que na CONCLAT os sindicalistas combativos defendam a realização de um próximo encontro nacional único, convocado, claramente, contra a estrutura sindical e preparado democraticamente a partir de Assembléias de categorias e de encontros estaduais (SNI, 1980, fl. 3-4).

As propostas indicam a influência do movimento do novo sindicalismo, se não entre a sua totalidade, entre a maioria dos participantes do encontro de Recife, expressas, dentre outras coisas, pela recorrência ao adjetivo “combativo” e ao substantivo “pelego”, pelos encaminhamentos para concretização de uma central sindical e pelo questionamento à estrutura sindical vigente. O envolvimento efetivo de uma liderança do movimento docente no estado de Pernambuco, no caso o professor Paulo Rubem, demonstra um processo de articulação da identidade dos interesses do professorado com outras categorias profissionais do mundo do trabalho, explicitando mesmo a experiência vivida não apenas enquanto professores, mas enquanto trabalhadores.

Ainda conforme o relatório do Serviço Nacional de Informação, o professor Paulo Rubem também esteve presente numa reunião realizada dois dias antes deste encontro, ou seja dia 9 de setembro, para discutir sobre o apoio financeiro para a representação de Pernambuco que viajaria para participar do ENTOES. Conforme o documento, a comitiva pernambucana teria recebido apoio financeiro de um grupo belga, “que esteve na sede da ACO” em julho de 1980, valores indicados apenas como sendo “oriundos da SUÍÇA” e aportes concedidos pelo Centro de Trabalho e Cultura (CTC) e pela ACO, “tendo o Padre ROMAIN MONSIEUR ZUFFEREY orientado os participantes para não divulgarem a origem do dinheiro e atribuírem as doações à FRENTE NACIONAL DOS TRABALHADORES (FNT)” (SNI, 1980, fl. 4-5).

Um dos participantes da reunião, Raimundo Ananias, teria ficado responsável pela compra das passagens aéreas, que seriam feitas através de cartão de crédito “para não chamar a atenção” (SNI, 1980, fl. 5). A comitiva indicada na reunião teria reunido 41 integrantes para participação no ENTOES, sendo 22 trabalhadores do Agreste, 05 trabalhadores do Rio Grande do Norte e 14 trabalhadores urbanos de Recife, cujos nomes não foram listados em no relatório.

O resultado das eleições da APENOPE e a vitória expressiva da chapa de oposição não passou despercebido pelo governo, que, já no início de 1980, fez retaliações à nova diretoria da APENOPE, como o corte do desconto em folha dos associados para a entidade e a

demissão do presidente Paulo Rubem Santiago por ordem do então governador Marco Maciel (SINTEPE, 2010). A exoneração do referido professor se deu sob a alegação de “conduta incompatível com a função de docente” (APENOPE. Julho/Agosto/1987). Sobre o episódio envolvendo a demissão do professor Paulo Rubem, o professor Paulo Valença recordou:

E nessa história eu fui convidado, Paulo Rubem me convidou para participar da direção e a gente ganhou a eleição, Paulo Rubem ganhou a direção, eu não participei dessa primeira, mas continuei participando de todo o movimento. Então, nesse meu continuar com essa participação, eu fui convidado para participar da direção da APENOPE, Paulo Rubem já não estava mais lá, ele foi demitido por conta exatamente da luta sindical. O governador era Marco Maciel, interventor do Regime Militar, não tinha tido eleições ainda para governador e Marco Maciel demitiu o Paulo Rubem, e tanto que quando a gente fazia algum movimento, umas das reivindicações era a readmissão do professor Paulo Rubem, que tinha sido demitido exatamente por conta da sua participação, sua luta no movimento sindical (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Assim, a década de 1980 se inicia para a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco apontando um horizonte bastante promissor. A experiência da mobilização realizada na greve de 1979 possibilitou o início do processo de reconstrução da entidade, desde a base, inscrevendo-a dentre aquelas associações mais atuantes, não apenas no estado, mas em âmbito regional e mesmo nacional.

Mas aí em 79 foi um marco sindical, porque, também, esse mesmo movimento que acontecia em Pernambuco, acontecia também em outros estados no Brasil e também no movimento dos metalúrgicos com o Luís Inácio Lula da Silva – Luís Inácio, na época, não tinha nem o Lula da Silva – é liberada com os metalúrgicos de São Paulo aqueles grandes movimentos, aquelas grandes assembleias no estádio da Vila Euclides, lá em São Bernardo, em Santos. Então isso envolvia todo um movimento a nível nacional de existência pela abertura política, pela democracia, pela eleição direta para Presidente da República, tanto que uma reivindicação nossa, toda vez que a gente fazia reivindicações, era pela eleição direta para diretores de escola. E o (inaudível) era “eleição direta de presidente da república e diretor de escola”; então a gente ampliava isso, trazendo essa luta pela redemocratização do país. Então isso foi muito importante para a luta e também para a redemocratização (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Por outro lado, as represálias executadas pelo governo, sobretudo o corte da consignação dos associados, prejudicaram as possibilidades de atuação da entidade junto à categoria, impondo um regime de limitação financeira. No entanto, apesar das contingências apresentadas para a nova diretoria desde o início de sua gestão, a APENOPE passou a encabeçar a luta do professorado pernambucano. Tanto que, de acordo com Célia Maria Pereira (1991, p. 187),

(...) os docentes conseguiram com muito esforço dar continuidade à luta organizativa, ora de forma articulada com o movimento nacional – como foi a realização do dia de paralisação nacional, em 1980, em prol da aposentadoria aos vinte e cinco anos e de reajuste semestral –, ora, de iniciativa própria, como a concretização do primeiro Encontro Estadual dos Professores.

A APENOPE também teve participação efetiva nos Encontros da Classe Trabalhadora (ENCLAT) e nas discussões para a construção da Central Única dos Trabalhadores, através da comissão Pró-CUT. Sobre a filiação à CUT, tanto em relação aos embates mais específicos no interior da APENOPE quanto às disputas de âmbito nacional localizadas na CPB – discutidas no terceiro capítulo desta tese –, relatou o professor Paulo Valença, ex-dirigente da entidade.

A CUT ela é criada em 83, eu participei de todo o processo de construção da CUT, eu participei de todos os Enclates, Encontros das Classes Trabalhadoras em Pernambuco, todas as categorias, professores da rede privada, rede pública e até o trabalhador rural, metalúrgicos, humanitários, todo mundo, nesses encontros eram escolhidos os representantes e eu participei de todos. Eu [...] Fernando Ferro, Paulo Rubem, muita gente... E essa construção da CUT também vem um pouco associada à construção da CNTE, a nível nacional, a CUT... E nos estados então nós fizemos um trabalho... não foi difícil filiar à CUT, não houve disputa negativa, mas houve todo um trabalho de filiar dentro uma certa consolidação legitimada na base da categoria, então a gente não filiou de imediato. Então só foi em 84, a gente já vinha desde 80... eu participei da primeira conferência, CONCLAT, em Praia Grande, não era nem CUT, quando a gente discutiu a criação da CUT, mas aí o PC do B e outros racharam e os pelegos não aceitaram e continuaram na CGT, e esperamos mais um ano. Marcou em 82, não aconteceu, e em 83 fundou a CUT e eles continuaram na CGT. Então, essa filiação à CUT, na APENOPE foi tranquila, tanto que o SINTEPE já surgiu filiado a CUT [...]. Foi uma dificuldade também com o PC do B, essa questão de já estar filiado à CUT. Foi tranquilo, mas houve todo um trabalho de preparação. Já a preparação da CNTE, a CPB na época, à CUT, foi difícil... nós tentamos em dois congressos e só se filiou no terceiro congresso quase, a Confederação Nacional, porque envolvia toda uma estrutura a nível nacional e era mais difícil (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Desta forma, no limiar da Nova República os professores do ensino oficial de Pernambuco irão realizar importantes mobilizações no estado, explicitando reivindicações que giravam em torno de questões mais amplas sobre o cenário político do país, bem como de interesses específicos da categoria, sobre as quais vamos discutir no capítulo subsequente.

6.2 “PROFESSOR QUE É PROFESSOR, LUTA POR SEUS DIREITOS”: MOBILIZAÇÕES DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

A partir dos anos finais da década de 1970, a APRN encaminhou importantes ações reivindicatórias em prol do professorado estadual do Rio Grande do Norte. Àquela altura, somavam-se à referida entidade, a Associação dos Orientadores Educacionais do Rio Grande do Norte (ASSOERN) e a Associação dos Supervisores Educacionais do Rio Grande do Norte (ASSUERN) (SANTOS, 2008). Em 1979, por exemplo, ocorreu uma greve dos professores da rede pública estadual do Rio Grande do Norte. Por ocasião do movimento grevista e de sua repercussão no estado, o Deputado Estadual João Faustino, proferiu um pronunciamento na Câmara, tecendo considerações sobre o movimento e as reivindicações do professorado.

No dia 18 de maio, o referido Deputado destacou o encerramento da greve que havia perdurado por uma semana e paralisado as aulas em escolas da capital e de outros municípios do estado. Para o parlamentar, a greve “resultou da situação de pobreza em que vive o magistério e da insatisfação da classe diante dos salários que são proporcionados pelo poder público” (APRN, 1979).

Destacando, também, o “clima de respeito mútuo, de ordem e de diálogo” em que conviveram os professores e as autoridades, João Faustino afirmou que as dificuldades financeiras enfrentadas pelos professores eram “visíveis e incontestáveis” e que seus salários deveriam ser proporcionais ao tamanho da “responsabilidade que assumem perante a Nação e o seu futuro” (APRN, 1979).

Nas palavras do Deputado,

O episódio grevista de Natal reflete o amadurecimento político dos professores que, efetivamente, se organizam e tornam irreversível a decisão de se valorizarem pelo papel que exercem na sociedade e diante da Nação. No Rio Grande do Norte, o movimento paredista se constituiu também num instrumento valioso de sensibilização das autoridades, dos pais, dos alunos e do próprio povo para com os relevantes encargos atribuídos ao magistério, o que representa o início de um processo que certamente será longo, porém duradouro, de afirmação dos profissionais da educação, que não admitem mais um tratamento desigual e injusto a que se submeteram durante décadas (APRN, 1979).

Concluindo seu pronunciamento, o Deputado João Faustino congratulava-se com os professores pelo “êxito do movimento” e pelas “significativas conquistas alcançadas”, sem deixar de “aplaudir e louvar” os esforços do Governador Lavoisier Maia e do Secretário de Educação, Arnaldo Arsênio de Azevedo, “no sentido de que fossem preservados os objetivos maiores do sistema educacional do Rio Grande do Norte” (APRN, 1979).

A despeito do pronunciamento do referido deputado não elencar as reivindicações da categoria e suas supostas conquistas, enaltecendo sobremaneira a figura do Governador do

Estado, é possível inferir que o movimento grevista dos professores do ensino oficial do Rio Grande do Norte colocou na ordem do dia as problemáticas por eles enfrentadas e a necessidade urgente de sua resolução, o que exigiria engajamento coletivo para tal.

Em relatório sobre as atividades realizadas no ano de 1980, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte destacou a “Semana do Professor”, evento que contou com a presença do professor Hermes Zanetti, então presidente da Confederação dos Professores do Brasil. Neste ano, assim estava composta a Diretoria da APRN:

Presidente: Manoel Barbosa de Lucena
 Vice-Presidente: Geraldo Pereira Pinto
 1º Secretário: Sara Jordão Gurgel Pimenta
 2º Secretário: Maria Gonçalves Lúcio
 Orador: Maria Gomes de Oliveira
 Vice-Orador: Carlos Augusto Marques Gurgel
 Tesoureiro: Vilma da Fonseca Tinoco
 Vice-Tesoureiro: Mirtes de Carvalho Varela
 Bibliotecário: Iêda Trigueiro
 Vice-Bibliotecário: Maria Tereza de Araújo
 Conselho Fiscal: Einar Antunes de Lima, Gileno Bezerra Feitosa e Isaías Maurícia de Carvalho (APRN, 18/08/1980).

Dentre suas ações institucionais, a APRN relatou o início dos esforços para a interiorização da entidade, “com objetivos de conquistar espaços ainda vazios e oferecer ao magistério do interior do Estado oportunidades de integração à classe, e, no âmbito da comunicação, a instituição do Boletim Informativo “Valorização”, “veículo de comunicação da APRN com seus professores e sócios”, com distribuição na capital e em algumas regiões do estado.

Além disso, a APRN também teve participação em eventos e campanhas unificadas, com base em suas articulações nacionais e internacionais. Sobre isto, consta o relatório:

A Associação dos Professores do Rio Grande do Norte participou, a nível nacional, de campanhas unificadas (27 de março: paralização nacional, Campanha pró-aposentadoria do professor aos 25 anos de trabalho, etc.), além de representação no XXIX Assembleia Mundial de Professores, promovida pela Confederação Mundial das Organizações de Profissionais de Ensino, e realizado em Brasília, DF, em agosto. Filiada à Confederação dos Professores do Brasil (CPB), participou a APRN de várias reuniões de seu Conselho Administrativo e da Assembleia de Delegados, integrando-se ao trabalho e campanhas realizadas a nível nacional. Especificamente sobre a “Campanha dos 25 anos”, estivemos em Brasília com uma delegação de 70 (setenta) professores, em apoio ao movimento (APRN, 31/01/1981).

Assim, sobre o de 1980, a APRN listou uma série de realizações e conquistas, dentre as quais destacamos:

Normalização e valorização do patrimônio; dispensa da contribuição dos aposentados da APRN; criação de sub-sedes no interior do estado; novos sócios: acréscimo de 40%; nova estrutura para funcionamento da Casa do Professor; participação, como observadores, do Encontro Nacional de Professores de Belo Horizonte; participação em Congresso da CLAT (Central Latinoamericana de Trabalhadores: 01- Rio de Janeiro, set/80; 02- Quito/Equador, out/80; campanha pró-25 anos;) (APRN, 31/01/1981).

Conforme exposto pela própria APRN, suas ações no referido ano se constituíram majoritariamente em presenças em eventos e participação em campanhas unificadas, a nível nacional, e no fortalecimento da entidade, a nível local, sem, no entanto, apresentar uma postura de maior combatividade em relação ao Governo do Estado. Segundo afirmou em seu próprio relatório, a APRN considerou que o ano de 1980 “não foi de grandes vitórias para a classe que esta APRN representa, mas se constituiu um período de discussão de muitos de seus problemas e de encaminhamentos políticos da luta do magistério” (APRN, 31/01/1981).

Defrontamo-nos de imediato com a Campanha Salarial de 1980, mas em paralelo, até julho, preparávamos uma infra-estrutura de trabalho para a Entidade. Neste período não visitamos escolas, permanecemos “internos” dentro da APRN, tentando organizar e planejar, objetivando criar um mínimo de apoio à execução de nossas tarefas (APRN, 31/01/1981).

As reivindicações dos professores na campanha salarial de 1981 totalizavam 164,5%, sendo distribuídas da seguinte forma: “119,5% de inflação de março/80 a março/81; 25% de defasagem do aumento dado em 1980 e 20% de gratificação por regência de classe” (APRN, 20/04/1981). Em Assembleia Geral (AGE) realizada no dia 10 de abril, a categoria resolveu aguardar a posição do governo diante do pleito, definindo uma nova Assembleia para o dia 22 do mês em questão.

No dia 12 de abril diretores e assessores da APRN se reuniram a convite do Governador para uma reunião, em sua própria residência, a fim de discutir as reivindicações da categoria. No entanto, o comunicado do Chefe do Executivo Estadual não foi muito animador. Segundo registro feito pela própria entidade,

Os índices esperados não foram dados e os professores terão de aguardar a promessa de recebê-los no dia 20 de abril, segunda-feira, pela manhã. Na oportunidade, a APRN insistiu nos índices propostos pela AGE da classe, esperando-se o posicionamento final do Governo do Estado (APRN, 20/04/1981).

Desta feita, a entidade reiterou o chamado para a categoria se reunir na Assembleia Geral do dia 22, conforme previamente estabelecido, para analisar os índices a serem anunciados pelo governo e discutir os próximos passos da campanha. Considerando a

importância de o professorado estar atento à questão, a APRN mantinha uma certa expectativa quanto à sua participação na assembleia: “Espera-se grande número de professores para esta AGE que tem caráter decisório para o Magistério Potiguar” (APRN, 20/04/1981).

O anúncio do Governo veio e o índice apresentado não contemplou as aspirações e reivindicações do magistério público potiguar. De acordo com editorial publicado em boletim, a APRN afirmou que a maioria do professorado considerou a proposta do governo como insuficiente. Desta feita, julgavam ser possível, dada a movimentação em torno da Campanha Salarial de 1981, se chegar a algumas conclusões e refletir sobre as lições desta experiência (APRN, N° II, 1981).

Para a APRN, a política governamental de Lavoisier Maia em relação ao magistério centrava-se em dois planos, quais sejam: deslegitimar a justiça da reivindicação do professorado e enfraquecer sua entidade de representação. Em relação ao primeiro aspecto, dizia a Associação:

O Governador achava que os 164,5% de reajuste solicitados pelos professores eram irrealistas, descabidos. No entanto, perguntamos: por que aumentar a verba mensal de REPRESENTAÇÃO (traduzindo: as mordomias) dos Secretários em 188%? Por que as mordomias são generosamente reajustadas acima do índice inflacionário?! (APRN, N° II, 1981).

A entidade docente potiguar considerava que a categoria estava sendo enganada e questionava a fala do Governador quanto aos professores estarem sendo “beneficiados mais uma vez, com um aumento diferenciado, num percentual mínimo de 85%” (APRN, 18/05/1981). Para a APRN, o aumento foi diferenciado sim, mas “para menos”, sobretudo quando comparado com outros segmentos do funcionalismo público:

- 265% ao Diretor Legislativo;
- 115% (média) à Polícia Militar;
- 128% aos Motoristas;
- 237% a Técnicos de Nível Médio;
- 215% a cargos do grupo VI - Artes e Ofícios;
- 196% a Agentes Administrativos - II;
- 170% a Agentes Administrativos Fazendários;
- 86,7% a Chefes de Gabinetes;
- 87,5% a Juizes e Promotores (APRN, 18/05/1981).

Com relação ao que considerou uma tentativa do Governo do Estado de enfraquecer a ação coletiva do professorado, capitaneada por sua entidade de representação, a APRN denunciou o que classificou como práticas caluniosas e difamatórias e reforçou a convocação para os professores se associarem à entidade e fortalecerem o movimento.

Outro objetivo escondido do Governo é torpedear o movimento classista, enfraquecê-lo. Sabemos que para impedir o fortalecimento das entidades dos trabalhadores, as classes dominantes usam dos mais diversos tipos de pressão, não faltando a este arsenal a calúnia e a difamação. Estas, são armas tipicamente usadas pelas classes exploradoras. Em resposta a estas provocações grosseiras, a Associação da categoria convoca todos os trabalhadores de ensino a se organizarem melhor nas comissões de colégios e associando-se ao órgão classista (APRN, N° II, 1981).

Deste modo, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte reiterava seu papel em defesa dos interesses dos professores do ensino oficial no estado, lutando por melhores condições salariais e por sua valorização, estabelecendo, como os passos seguintes “a luta por 20% de regência de classe, pelo enquadramento automático e por reajustes semestrais” com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)” (APRN, N° II, 1981).

Neste ínterim, também constituíam a pauta de reivindicações explicitada pela APRN, o gozo dos 60 dias de férias também para os especialistas e não apenas para os professores - conforme previa o Estatuto do Magistério Público de 1° e 2° Grau, de 1980, em seu artigo de nº 80 - e o pagamento justo dos professores que haviam aumentando seu regime de trabalho de 24 para 40 horas semanais, mas que ainda estavam recebendo vencimentos correspondentes ao regime inicial, tendo, porém, os descontos de Imposto de Renda e Previdência Social incidindo sobre as 40 horas (APRN, 20/04/1981).

Nos primeiros anos da década de 1980 é possível se verificar a realização de ações e eventos importantes sob a direção da APRN. Em 25 de julho de 1981, por exemplo, a entidade já demonstrava insatisfação com o não atendimento de reivindicações da categoria por parte do poder público.

Logo ao iniciar o semestre letivo, com o conseqüente retorno às salas de aula, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) estará presente em todos os colégios de Natal, dialogando com professores e recebendo deles a orientação a ser tomada pela entidade, frente ao descaso governamental às suas últimas reivindicações. Simplesmente ridículo e descortês que o Governo não tenha, até esta data, dado uma resposta ao magistério ao documento ref. 134, de 19 de maio. A posição da Entidade frente a este fato será dada pelo magistério (APRN, N° 15, 1981).

Nesta mesma linha, estavam programados Seminários nas cidades de Santa Cruz – em 31 de julho – e Açu – para os dias 14 e 15 de agosto –, quando também se objetivava a “criação de sub-sedes da APRN, através do que se tornará mais fácil a mobilização da classe” (APRN, N° 15, 1981).

Dando pistas de um momento de importante movimentação por parte da entidade docente potiguar, tivemos também as discussões sobre o Estatuto do Magistério Público de 1°

e 2º Graus, feitas por um grupo de professores indicados pela própria APRN em conjunto com professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) (APRN, Nº 15, 1981). Neste contexto, destacam-se em especial duas iniciativas: primeiramente, a Assembleia Geral do dia 23 de setembro de 1981, quando a entidade convocou o professorado a paralisar suas atividades afirmando que “Professor que é professor, luta por seus direitos” (APRN. INFORMATIVO, 1981).

Em seguida, os preparativos para o I Congresso Estadual dos Professores (I CEP), a ser realizado entre os dias 11 e 15 de outubro de 1981, com o tema “Educação e Liberdade”, objetivando o “reencontro do magistério em torno da própria problemática educacional brasileira e estadual” e considerando o “momento para reflexão sobre o processo educacional ora em vigor” (APRN, Nº 15, 1981).. Os organizadores do evento esperavam contar com a participação de Moacir Gadotti, professor da Unicamp, intelectual de muito prestígio já naquela época.

Em boletim publicado neste mesmo ano, destacando a importância e os benefícios de ser associado, a APRN listava seus objetivos perante o professorado público do Rio Grande do Norte:

1. Defender os interesses da categoria.
2. Promover a união e a solidariedade dos professores do RN.
3. Incentivar o aprimoramento cultural, intelectual e profissional da categoria.
4. Buscar soluções para os problemas do Magistério, lutar por sua dignidade e valorização profissional.
5. Promover e defender o direito do povo à uma Educação democrática.
6. Manter intercâmbio com instituições congêneres, à nível nacional e internacional.
7. Realizar seminários, congressos e incentivar as discussões sobre os problemas que enfrenta a Educação em nosso país (APRN. BOLETIM. 1981).

Desta feita, a associação indicava direcionar seus esforços na luta

Contra o descaso do Governo aos problemas educacionais e à educação do povo; por mais verbas para a Educação; pela eleição de diretores de escolas; pelos reajustes semestrais e 20% de regência; pelo 13º salário; por uma Assembléia Nacional Constituinte; pela participação do magistério na solução dos problemas educacionais; pela sindicalização do funcionalismo público (APRN. BOLETIM. 1981).

Neste particular, ser sócio da entidade significava que o professorado havia compreendido sua posição de classe e a necessidade de lutar por seus interesses, constituindo uma categoria forte para enfrentar os problemas colocados à educação, defender os interesses do magistério e reivindicar uma educação democrática a “serviço do povo brasileiro” (APRN. BOLETIM, 1981).

Os seminários, encontros e congressos organizados pela APRN centravam-se em questões de diversas ordens, não limitando-se apenas a debates em torno da problemática educacional, mas estendendo-se ao contexto sócio-político do país e às vicissitudes enfrentadas pelo magistério e pela classe trabalhadora em geral. Neste sentido, em parceria com a Central Latino-americana dos Trabalhadores (CLAT), a entidade realizou, entre os dias 08 e 10 de julho de 1981, um Seminário de Formação, visando a “formação e organização da categoria”, mediante “um primeiro esforço de formação de novos quadros, em busca da possibilidade de novas lideranças de apoio ao magistério” (APRN, 04/06/1981).

Em sintonia com a agenda nacional de luta, capitaneada pela CPB, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte também se movimentava, por exemplo, no sentido de pressionar pela aprovação da aposentadoria especial para os professores, cuja minuta foi aprovada no XIV Congresso Nacional de Professores, realizado em janeiro de 1981, na cidade de Fortaleza/CE (APRN, 20/04/1981). Assim, considerava ser importante intensificar “os contatos com os deputados federais e senadores do Rio Grande do Norte visando a aprovação da Emenda nº008/81, que aposenta o professor aos 25 anos de trabalho, velha aspiração do magistério” (APRN, 04/06/1981).

6.2.1 “O professor quer mais arroz e feijão”

Conforme o programado pela Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, entre os dias 11 e 15 de outubro realizou-se o I Congresso Estadual de Professores (I CEP), no Ginásio Sylvio Pedrosa, em Natal. Durante os dias de evento, cerca de dois mil professores debateram e assistiram a palestras sobre diversos temas concernentes à educação e a seus trabalhadores diante da conjuntura político-econômica nacional e internacional (TRIBUNA DO NORTE, 14/10/1981).



“No congresso, participação maciça dos professores secundários”
(Tribuna do Norte, 14/10/1981)

Nomes importantes do movimento organizativo docente e do campo intelectual educacional figuraram no Congresso.

(...) palestra do professor Hermes Zanetti, presidente da Confederação dos Professores do Brasil, sobre “Educação e Liberdade”; (...) falou o professor Gallo Pochelu, da Federação Latino-Americana de Trabalhadores da Educação e Cultura sobre “A situação do magistério na América Latina”; (...) o professor Dalmo Dallari proferiu palestra sobre “Liberdades Democráticas e Democratização do Ensino”. Outro conferencista do Congresso, foi o professor Moacir Gadotti, da Unicamp de São Paulo, que abordou “O Sistema Educacional: crises e conflitos” (TRIBUNA DO NORTE, 14/10/1981).

Foi dado destaque a fala do professor Gallo Pochelu, presidente da FLATEC, para quem o Congresso foi uma expressão de que “o movimento dos professores nos últimos dois anos é representativo na luta dos trabalhadores da educação”. Isto, segundo ele, não apenas em relação aos interesses específicos da categoria, mas de toda a classe trabalhadora, tendo por objetivo a defesa de “uma educação a serviço do povo” (TRIBUNA DO NORTE, 14/10/1981).

Para o professor Pochelu, os problemas enfrentados pelas classes populares no Brasil eram comuns à toda a América Latina e que o sistema educacional poderia contribuir no fomento de alternativas para que as massas, organizadas coletivamente, pudessem agir no sentido de superar as contingências que se colocavam diante de si, quais sejam:

(...) monopolização dos meios de produção, a concentração da riqueza em apenas cinco por cento da população latino-americana, dependências das economias externas e pretensão de defender o neoliberalismo econômico como formas políticas de regimes que vão de um capitalismo autoritário ao capitalismo totalitário e, segundo ele, onde os direitos da sociedade civil ficam atrelados a segurança nacional (TRIBUNA DO NORTE, 14/10/1981).

Para superar estas questões, seriam necessárias então a organização, sindical e política, da classe trabalhadora, a cuja luta os professores deveriam estar unidos, e a democratização da sociedade. Concluindo deste modo, o professor Gallo Pochelu, que o I CEP se constituiu, pois, como uma tentativa de se “criar novos espaços da liberdade democrática” (TRIBUNA DO NORTE, NATAL, 14/10/1981).

Detendo-se mais especificamente à questão dos movimentos populares e da política educacional em território nacional, a fala do professor Moacir Gadotti também recebeu destaque. Segundo o professor da Unicamp, o fato de o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estar encaminhando a elaboração de uma “nova política educacional para o país” seria reflexo da ação dos movimentos populares, dentre os quais os professores, que estariam “superando a fase de crítica, de contestação, para entrar numa fase orgânica de propostas” (DIÁRIO DE NATAL, 14/10/1981).

De acordo com Gadotti, a “falência do sistema escolar brasileiro” seria de conhecimento de todos e resultante de alguns fatores, como os baixos salários pagos aos professores e as verbas deficitárias destinadas à educação em geral, consideradas não como investimentos, “mas como despesas, justificando o corte de recursos pela crise econômica” (DIÁRIO DE NATAL, 14/10/1981).

Com os salários atuais é impossível manter qualquer nível de ensino. Mas não são apenas os salários os responsáveis pela baixa produtividade do ensino. É toda uma política que o Governo vem mantendo nos últimos anos, onde a educação não é prioritária no quadro de prioridades do Governo (DIÁRIO DE NATAL, 14/10/1981).

Somando-se a estes, tal qual exposto por Moacir Gadotti, um outro e não menos importante fator: reformas educacionais formuladas e implementadas à revelia das classes populares, refletindo uma política de governo assentada no controle ideológico da educação e na sua transformação em mercadoria, “incentivando a privatização do ensino, principalmente no 3º grau” (DIÁRIO DE NATAL, 14/10/1981).

Deste modo, concluiu que a mobilização dos movimentos populares estaria impactando diretamente nos rumos da política educacional do país, visando

(...) ampliar o espaço de decisão dos educadores sobre as reformas educacionais, eliminar a interferência político-partidária nas escolas e atender, através de novos conteúdos e métodos, meios e fins, as reivindicações da maioria da população dentro da sociedade civil, que se fortaleceu e amadureceu nos últimos anos com a crescente democratização (DIÁRIO DE NATAL, 14/10/1981).

Segundo o professor Moacir Gadotti, o movimento organizativo dos professores da educação básica no Brasil, para além de seus próprios interesses, corporativos, estariam tomando corpo e se fortalecendo no sentido de capitanear um novo projeto educacional para o país (DIÁRIO DE NATAL, 14/10/1981).

Na esteira destas e de outras reflexões suscitadas em seu I Congresso Estadual, o professorado potiguar agitava-se em torno da deflagração de uma greve geral, programando, para o encerramento do evento, tarde do dia 14 de outubro, a realização de uma assembleia. Antes, porém, pela manhã, foi realizado um Fórum, com o tema “A realidade educacional no Rio Grande do Norte”, que contou com as presenças, a convite da APRN, dos Secretários de Educação do Estado, Luís Eduardo Carneiro Costa, e do Município de Natal, Geraldo Queiroz (TRIBUNA DO NORTE, 14/10/1981).

O Fórum – que teve como um dos objetivos inquirir o Secretário Luís Eduardo Carneiro quanto as reivindicações que já vinham sendo feitas pelos professores há meses – foi coordenado pelo professor Manuel Barbosa de Lucena, presidente da Associação, completando a mesa o professor Hermano Ferreira Lima, presidente da Associação dos Docentes da UFRN, e Horácio Paiva, presidente da Unidade Sindical do Rio Grande do Norte (TRIBUNA DO NORTE, 14/10/1981).

A postura do chefe da pasta da Educação não agradou aos professores, que consideraram suas respostas evasivas e genéricas, diante das queixas e reivindicações por eles explicitadas. Assim, na parte da tarde, decidiram em assembleia pelo início da greve já a partir do dia 20 de outubro (TRIBUNA DO NORTE, 14/10/1981).



“Com maciço comparecimento à sua assembleia, os professores aprovam a greve geral no estado”
(Diário de Natal, 15/10/1981)

A assembleia foi liderada pelo professor Manuel Barbosa de Lucena, presidente da APRN, que, no dia anterior, considerou a greve como “inevitável” e lembrou que a deflagração do movimento já vinha sendo anunciada desde o dia 23 de setembro (DIÁRIO DE NATAL, 14/10/1981). De modo que, naquela ocasião, a categoria havia decidido apenas pela duração do evento por tempo indeterminado (DIÁRIO DE NATAL, 15/10/1981, p. 5).

Sem radicalismo e agitações os professores abordaram seus problemas, exigiram dos candidatos ao Governo que apresentem seus projetos educacionais, decidiram boicotar os jogos estudantis, a ter início dia 23 próximo, vaiaram o nome do deputado federal João Faustino e pediram ainda a demissão da diretoria da “Casa do Professor”, Maria das Neves Pinto, por estar cobrando 120 cruzeiros por um banho (DIÁRIO DE NATAL, QUINTA-FEIRA, 15/10/1981 – CIDADE, p. 5).

Após reafirmarem a posição pela greve geral, os professores iniciaram, por volta das 17 horas, uma passeata por algumas das principais ruas do centro de Natal. Aos gritos de “A greve estourou, a culpa é do Lavô” percorreram as avenidas Potengi, Deodoro, João Pessoa e Rio Branco, a praça Tomaz Araújo e a rua Junqueira Aires, até chegarem à Praça 7 de Setembro, onde localizava-se o Palácio do Governo do Estado (DIÁRIO DE NATAL, 15/10/1981, p. 5).

Durante todo o trajeto, que contou também com a participação de estudantes, os professores seguraram faixas com frases que exprimiam algumas de suas reivindicações:

“Queremos a regência”, “Abaixo a promoção com favoritismo”, “Educação não é privilégio, é direito”, “Eleição dos diretores”, “Ensino público e gratuito”, “Pagamentos dos adicionais”. Um fato curioso foi protagonizado por um Policial Militar que parou sua moto em frente a passeata, impedindo sua continuidade, para liberar a passagem de um ônibus. Pelo que, “foi vaiado e, sozinho, desapareceu com sua moto” (DIÁRIO DE NATAL, 15/10/1981, p. 5).

Ao chegarem em frente ao Palácio do Governo, onde ainda se encontrava o Governador Lavoisier Maia, o chefe da Casa Civil, Iberê Ferreira de Souza, e alguns prefeitos aliados, os professores se depararam com todo um esquema de segurança montado para impedir sua entrada no prédio. “O chefe da Casa Militar, coronel José Gonçalves Amorim, armou o esquema policial preventivo e informou à imprensa que ‘é praxe o Governador não receber quem está em greve’” (DIÁRIO DE NATAL, 15/10/1981, p. 5).

Na ocasião, o presidente da APRN discursou por cerca de dez minutos sem que nenhum representante do governo aparecesse para dialogar com os manifestantes. Em sua fala, o professor Manuel Barbosa de Lucena, foi categórico: “o professor quer mais arroz e feijão, mais verbas para a educação, fim de política eleitoreira na educação”. Além disso, exigiu o afastamento de um sargento da Polícia Militar que havia assumido a direção de uma escola no interior do estado e concluiu: “Estamos de cabeça fria, Governador. Queremos respostas às nossas reivindicações” (DIÁRIO DE NATAL, 15/10/1981, p. 5).

A resposta do Governador não demorou muito, mas também não agradou. No dia 16, Lavoisier Maia fez pronunciamento, através de uma cadeia de emissoras de rádio, afirmando que a situação do professorado do ensino oficial do Rio Grande do Norte estava bem melhor do que a encontrada em 1979, quando do início de seu governo, pedindo que o momento fosse de “apaziguamento de ânimos” e de “cabeça no lugar” (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981).

Sei e não teria a ingenuidade de não querer saber, que a situação ainda não é a desejada, ainda não é aquela pela qual lutamos. Mas, honestamente, quantos passos adiante já conseguimos dar nesses dois anos e poucos meses de tantas dificuldades e de tantos sacrifícios (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981).

O Governador falou dos 10% de regência de classe concedidos à categoria, com vigência a partir de janeiro de 1982, e apresentou números para demonstrar as diferenças de ordem salarial do professorado, das diferentes categorias e cargas-horárias, comparando os anos de 1979 e 1981. Para uma melhor compreensão dos dados apresentados por Lavoisier Maia, formulamos as tabelas abaixo.

Tabela 1 – 1979
(Dados extraídos de Diário de Natal, 17/10/1981)

CATEGORIAS	C/H	VENCIMENTOS (Cr\$)
Licenciatura	24	4.619
Plena	40	7.698
Curso	24	1.678
Pedagógico	40	2.799
Leigos	24	869,40
	40	1.449

Tabela 2 – 1981
(Dados extraídos de Diário de Natal, 17/10/1981)

CATEGORIAS	C/H	NÍVEIS	VENCIMENTOS
Licenciatura Plena	24	A	21.780
		C	23.772
	40	A	36.317
		C	42.921
Curso Pedagógico	24	A	9.363
		C	9.621
	40	A	15.606
		C	16.034
Leigos	24	X	8.509
	40	X	14.182

Com isto, Lavoisier Maia apelou para que os professores compreendessem a situação, argumentando que praticamente todas as suas reivindicações haviam sido atendidas, reiterando os benefícios concedidos à categoria em sua gestão e fazendo alusão aos “três anos consecutivos de seca” pelos quais passava o estado. Assim, concluiu dizendo:

(...) eu espero que o bom senso venha a prevalecer. Não há necessidade de greve quando se encontra na parte do governo tanta disposição para o diálogo, para o entendimento, para a concórdia. A greve, se vier a ocorrer, muito mais do que ao governo, que estará sempre ao lado da lei, será

sumamente prejudicial especialmente para milhares e milhares de estudantes que estão sob a nossa orientação (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981).

A reação dos professores à fala de Lavoisier Maia foi imediata. Em nome da categoria, falou o presidente da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, que considerou o pronunciamento como “falacioso”. Manuel Barbosa de Lucena também negou as declarações do Secretário de Educação à imprensa quanto ao atendimento das reivindicações da categoria (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981, p. 5).

No dia 27 de abril, enviamos um documento ao Governador do Estado contendo as nossas reivindicações. Até hoje não recebemos uma resposta. No dia 3 de agosto, enviamos uma carta-circular a todos os deputados estaduais, na qual lamentamos a falta de resposta do Governador. Não demos anuência nos 10 por cento de regência de classe, que nos foi outorgado pelo Governador. Nós pedimos 20 por cento. (...) Ele disse que não dispensará as faltas dos professores. Respondemos que a paralisação está decidida e que somente outra assembleia da classe é que decidirá sobre o seu término (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981, p. 5).

De acordo com o presidente da APRN, o governo poderia reverter a situação quando quisesse, bastando apenas atender as reivindicações do professorado, ao invés de fazer uso de ameaças. Sobre isto, afirmou:

(...) ninguém está temendo as ameaças de represália e falta de diálogo, por parte do Secretário de Educação e autoridades do Governo do Estado, pois não estamos em greve. Se o Governo quiser, pode evitar a paralisação. Faltam cinco dias para o início da greve. Como ainda não estamos parados no momento o Governo poderá conversar conosco (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981, p. 5).

Recordando que o Secretário de Educação, já na assembleia do dia 14, havia assegurado que os salários atrasados seriam pagos em novembro, o professor Manuel Barbosa afirmou que o governo somente agia “sob pressão”. Motivo pelo qual, a categoria permaneceria “pressionando para que as demais reivindicações sejam cumpridas” (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981, p. 5)

No sentido de esclarecer as razões que levaram os professores ao movimento paredista, a APRN publicou uma “Carta à população e aos pais de alunos”, criticando o que considerou como uma grande “insensibilidade do governo”.

Os professores não estão pedindo aumento de salários, estão pedindo que sejam cumpridos os seus direitos que já são deles, que sejam pagos os vencimentos atrasados, que sejam pagas as aulas-extras; só estamos pedindo

que a lei seja cumprida; nós estamos cobrando uma dívida que o Estado tem para o magistério. O Governo tem respondido com o silêncio, não procura sequer conversar, não explica por que não nos atende. Por isso, nossa paciência esgotou-se (DIÁRIO DE NATAL, 17/10/1981, p. 5).

Enquanto não chegava o dia programado para o início da greve, os professores esperaram receber do governo algum retorno satisfatório e, na medida em que este não vinha, continuaram se encontrando para discutir aspectos importantes para a organização do movimento. Assim foi que aconteceu uma reunião, no dia 17, na sede da APRN, na qual os professores discutiram sobre a criação do Comando Geral de Greve e traçaram estratégias para fortalecer a mobilização nas escolas do interior (TRIBUNA DO NORTE, 18/10/1981).



“A reunião programou a greve”
(Tribuna do Norte, Domingo, 18/10/1981)

Na ocasião, o presidente da APRN reiterou aos presentes que não havia novidade sobre o movimento grevista, tendo em vista que a categoria não fora procurada pelo governo para debater sobre suas questões. Assim, afirmou o professor Manuel Barbosa: “A classe está unida e não haverá aula a partir do dia 20, por tempo indeterminado, conforme decisão dos dois mil e quinhentos professores presentes à assembleia realizada (...) por ocasião do encerramento do nosso congresso” (O POTI, 18/10/1981).

Ficou decidido em reunião que o Comando de Greve deveria permanecer na sede da APRN, enquanto que externamente atuariam comissões regionais, na capital e interior do

estado, além de comissões centralizadas nas próprias escolas, a fim promoverem uma adesão significativa (TRIBUNA DO NORTE, 18/10/1981).

Faziam parte do Comando não apenas professores do ensino oficial potiguar, mas também militantes da Unidade Sindical, Pastoral da Juventude Operária da Arquidiocese de Natal, OAB-RN, do Diretório Central dos Estudantes, da União Metropolitana de Estudantes Secundaristas, da Associação dos Docentes da UFRN (ADURN) e do Partido dos Trabalhadores (O POTI, 18/10/1981).

Na reunião, também foi decidido que os professores deveriam ser orientados a irem para as escolas e nelas permanecerem, na sala dos professores, até o final de seu turno de trabalho, sem dar aulas, assinando o ponto normalmente ou, caso os diretores fizessem oposição ao registro, uma folha à parte para confirmar seu comparecimento (TRIBUNA DO NORTE, 18/10/1981).

Somente aqueles que farão parte de comissões regionais de mobilização é que deverão se ausentar do estabelecimento após assinar o ponto. Os professores irão levantar um fundo de greve, a fim de ajudar na gasolina dos carros de colegas que se deslocarão para o interior, em ajuda às subdesdes da Associação no interior e movimentos de paralisação nos municípios (TRIBUNA DO NORTE, 18/10/1981).

Com o objetivo de conseguir o apoio dos diretores e vice-diretores escolares, a APRN lhes enviou um comunicado convocando-os para unirem forças junto à categoria, posto que a luta também lhes dizia respeito, não corroborando com as pressões do governo ao movimento grevista que se aproximava.

Entendemos que os diretores e vice-diretores são quase sempre professores que estão temporariamente com responsabilidades de direção de escolas. Entendemos que todos somos vítimas de um sistema educacional e de um processo histórico desumano. Lutamos todos pela dignidade da classe, explorada ao longo da história. Assim, contamos também com seu apoio e participação reagindo à tentativa do Governo de transformá-los em vigias e policiais de professores e alunos (TRIBUNA DO NORTE, 18/10/1981).

No dia 19 de outubro, um dia antes do início do movimento, houve uma intensa movimentação na sede da APRN, com vários professores expressando sua posição a respeito da greve, de sua importância e urgência – alguns, temendo represálias, não se identificaram).

Já era para ter existido há muito tempo (Professor Héber Lopes da Silva, da Escola Franciso Ivo, em Dix-Sept Rosado).

O maior ganho do movimento é que os professores estão se tornando conscientes dos seus direitos. Sem lutar e sem organização, nós não conseguiremos conquistar esse direito que nós temos (Professor José Olavo Ataíde).

Não tenho a menor dúvida que o movimento é justo com a situação que estamos vivendo. Não é possível continuar desse modo (Professor Antenor Laurentino Ramos).

O movimento “além de demonstrar um nível de politização e conscientização do magistério, é também um exercício de democracia, pois estamos na defesa dos nossos justos direitos” (Paulo Roberto da Silva).

Está na hora do professor ser atendido. Nós somos uma classe. O professor que é consciente está com a classe (Professora anônima).

O movimento é válido porque o pessoal está lutando pelos seus direitos, numa demonstração de conscientização (Professor Carlos Alberto, da Escola Estadual Floriano Cavalcanti, em Mirassol).

O Governo forçou aos professores a tomarem uma posição (Professora Zefinha) (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

Porém, tão logo iniciadas as agitações do professorado, o governo, através da Secretaria de Educação e Cultura, começou a agir no sentido de reprimir o movimento, através das direções de escolas e dos Núcleos Regionais de Ensino (NURE).

As direções das escolas estaduais estão enviando comunicados aos pais de alunos, dizendo: “Comunicamos a V.S.^a, que está havendo aula normalmente aqui na nossa escola. A direção”. Algumas escolas, como a Escola Francisco Ivo, em Dix-Sept Rosado, proibiram os professores a falarem de política nas dependências do estabelecimento (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

Através do Núcleos Regionais, a repressão também se deu com bastante veemência. A diretora do I NURE, Maria das Neves Pinto, havia dado ordens às professoras diretamente a ela subordinadas para que não participassem de nenhuma assembleia da categoria (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981). Além dela,

No interior, em Santa Cruz, segundo telefonema de uma professora, ontem à tarde, para a Associação, o chefe do Nure naquela cidade ameaçou a classe de ter seus contratos rescindidos. Se participar da paralisação (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

Na Escola Estadual Francisco Ivo os portões estiveram fechados a cadeados para que a comissão de greve não adentrasse o interior do espaço. Apesar disto, em algumas escolas já era possível se verificar uma paralisação parcial de suas atividades. Em outras, como no Centro Supletivo, em Petrópolis, segundo informado pela Associação, “tinham afixadas várias faixas em seu interior de apoio ao movimento grevista” (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

O comando central de greve orientou os professores, no sentido de que podem também discutir temas com os alunos durante os dias de paralisação, tais como: O professor formador da consciência dos cidadãos, compromisso do professor para com a sociedade: a) despertar da visão crítica nos educandos para que possam atuar como agentes de transformação da

realidade; b) formas concretas de atuação (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

Todavia, do mesmo modo que as tentativas de reprimir ao movimento, importantes moções de apoio foram enviadas, por entidades nacionais e internacionais, ao professorado potiguar, solidarizando-se com eles e desejando-lhes forças. Foi o caso da Confederação dos Professores do Brasil, através de seu presidente, professor Hermes Zanetti, que disse: “Apoiamos a luta do bravo magistério no sentido de conquistar suas reivindicações, A justiça do movimento, aliada à firmeza e dedicação dos professores, garantirá a vitória. Nossa solidariedade” (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

De fora do país, o Birô Internacional da Confederação Mundial dos Ensinantes, sediada em Caracas, capital da Venezuela, assim se posicionou:

Em nome dos professores do mundo, fazemos nossa solidariedade aos companheiros da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, pedimos à autoridade (Governo) a compreensão das reivindicações dos educadores (...) (Romulo Mambel) (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

No mesmo sentido, a Federação Latino-Americana dos Trabalhadores da Educação e Cultura (FLATEC), enviou seu apoio: “Educadores da Federação Latino-Americana expressamos (...) solidariedade às reivindicações dos professores do Rio Grande do Norte – Fraternalmente Trino Rivero” (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

Neste clima, a APRN estava otimista quanto a adesão ao movimento, nutrindo a expectativa de que os cerca de 14 mil professores da rede pública estadual paralisassem suas atividades desde o primeiro dia de greve, a fim de reivindicar:

(...) 20 por cento de regência de classe, enquadramento de todos os professores no Estatuto do Magistério Público, pagamento dos professores que estão sem receberem desde fevereiro e eleições para os cargos de diretores de colégios, sem favoritismo político. Além dessas quatro reivindicações básicas, os professores estaduais apresentaram outras mais: promoções com novos critérios, piso salarial e 13º salário (TRIBUNA DO NORTE, 20/10/1981).

Assim, no dia 20 de outubro, conforme houveram anunciado, os professores do ensino oficial do Rio Grande do Norte iniciaram a greve geral. A Secretaria de Educação tratou de apresentar alguns números sobre a adesão ao movimento, informando que a paralisação estava mais concentrada na capital, onde, dos 76 estabelecimentos de ensino, 36 fecharam totalmente, 8 parcialmente e 32 funcionaram normalmente. Enquanto que no interior, apenas em Caicó, 5, das 13 escolas, paralisaram. Por sua vez, a Associação dos Professores apresentou números

distintos, informando uma adesão de 90% na capital e a paralisação das aulas em várias escolas de diversas cidades do interior (DIÁRIO DE NATAL, 21/10/1981).

Como o Governador Lavoisier Maia havia viajado a Brasília, foi o Secretário da Educação, Luís Eduardo Carneiro Costa, quem se pronunciou sobre o movimento paredista dos professores. Para ele, a greve teria sido resultado da ação de um “pequeno grupo radical” de professores, que teriam aproveitado da ocasião do I Congresso Estadual de Professores para, “desvirtuando seus rumos”, mobilizar a categoria e iniciar o movimento (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

Perguntando sobre quem seriam os “radicais”, disse o Secretário: “Não posso dizer quem é, qual é a razão dessa greve sem sentido, pois o radicalismo não é nosso” (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5). E prosseguiu:

Estou com a consciência tranquila e limpa. As respostas do Governo foram respostas completas. O pronunciamento do Governador Lavoisier Maia Sobrinho merece fé pública, mas uma minoria está liderando o movimento paredista. Não é a classe que está fazendo a greve. A Secretaria da Educação, que deu todo o apoio ao congresso de professores – o professor Lucena procurou-nos antes do congresso e disse que o seu êxito dependeria da SEEC –, liberou os pontos e recomendou a participação de todos no conclave. Não houve a reciprocidade democrática. Fiquei surpreso com a deflagração da greve, pois falamos tanto em democracia e esta defesa intransigente da ditadura de opiniões unilaterais na Associação dos Professores causou-me surpresa porque não houve correção e democracia entre os condutores do congresso (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

Segundo Luís Eduardo Carneiro, as reivindicações dos professores teriam sido atendidas, sobretudo quanto ao pagamento dos salários atrasados, exceto o que julgou como “coisas impossíveis para o momento”, como o pagamento de 13º salário, os reajustes semestrais e os 20% de regência de classe. Assim, informou que as faltas dos grevistas seriam registradas e que os descontos seriam aplicados, não permitindo a posterior reposição das aulas (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

O titular da Educação manifestou a esperança de que, mesmo com a deflagração da greve, não seja criado um clima de confronto, pois isso prejudicaria bastante o processo de diálogos e reinício das aulas o mais rapidamente possível. Assinalou que, a partir de hoje, as direções dos colégios deverão fiscalizar, com rigor, a assinatura do ponto, só tendo validade, para efeito de pagamento, as assinaturas formalizadas após ministradas as aulas (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

As palavras do Secretário de Educação foram rebatidas pelo presidente da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, professor Manuel Barbosa de Lucena. Para ele, os

diretores de escolas estariam, sim, cumprindo as ordens de Luís Eduardo Carneiro, transformando-se em “inimigos dos professores”. Mesmo assim, disse o professor:

O movimento está crescendo. Vamos para 80 por cento das escolas hoje. No interior, o movimento pode ser considerado mais ou menos, pois a repressão está violenta. Mas contamos com o apoio do alunado na capital e no interior. O “Comitê Central de Greve”, dispõe de 12 veículos e continua percorrendo as escolas de Natal e percorrerá amanhã (hoje) as cidades do Oeste, Trairi e Seridó do Estado. O Governo do Estado já está tomando represálias e montou uma repressão organizada. Mas vamos parar 190 escolas em Natal (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

Com relação as palavras do Secretário quanto ao cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo, o professor Manuel Barbosa relatou que nada havia sido cumprido até então. “Desde julho que o Governo promete cumprir as promessas. Vamos aguardar os contra-cheques dos professores para vermos os fatos. As promessas são outras coisas” (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

Sobre a presença de “elementos radicais de esquerda” no interior do movimento, o presidente da APRN afirmou que a entidade era de caráter pluralista, “portanto, temos gente de todas as correntes políticas e ideológicas” (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5). Porém, acrescentou Manuel Barbosa de Lucena: “Não temos compromissos com políticos de partidos de oposição. O lugar deles é na Câmara Federal, Senado, Assembleia Legislativa e Câmara Municipal. Que se pronunciem nos seus devidos lugares” (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

Acompanhando seu colega da pasta da Educação, o Secretário para Assuntos de Governo, Paulo Tarcísio Cavalcanti de Albuquerque, no intuito de enfraquecer a mobilização, considerou a possibilidade de usar a força policial. “Se for preciso, será fornecida proteção policial para os professores e alunos entrem nas escolas” (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5), disse ele. Em um tom mais duro, Paulo Tarcísio foi mais além de fazer ameaças do corte de ponto dos grevistas.

A partir da hora em que for declarada a ilegalidade da greve, o Governo determinará a abertura de inquéritos administrativos para a apuração de responsabilidades e as consequências aplicações de medidas legais cabíveis (DIÁRIO DE NATAL, 20/10/1981, p. 5).

No entanto, apesar das ameaças, os professores permaneceram firmes em sua posição e seguiram com o movimento grevista, reafirmando suas reivindicações e tensionando por seu atendimento. Quando passada mais de uma semana de greve, o Governador Lavoisier Maia voltou a pressionar para que os professores retornassem às suas atividades normalmente.

Através de uma nota enviada à imprensa, buscou apelar para o “bom senso” da categoria, afirmando que o movimento paredista seria “radical” e “ilegal” (DIÁRIO DE NATAL, 29/10/1981, p. 5).

Conforme vinha acontecendo, antes e depois da deflagração da greve, os professores reuniram-se em assembleia para avaliar os desdobramentos do movimento, decidindo por sua continuidade e reagir à nota emitida pelo Governador. Na ocasião, o professor Manuel Barbosa disse que o movimento não seria uma expressão de radicalismo da categoria, mas “um posicionamento em favor da luta de classe e de seus direitos legítimos, negados pelo Governador do Estado” (DIÁRIO DE NATAL, 31/10/1981, p. 5).

Àquela altura, os embates entre a APRN e o Governo do Estado contavam com a mediação, mediante credenciamento do próprio governo, da Comissão Pontifícia Justiça e Paz da Arquidiocese de Natal. Porém, os professores vinham apresentando cada vez mais resistência ao presidente da entidade, Francisco Gomes da Silva Filho, exigindo que o mesmo fosse substituído, devido à sua ligação com a Secretaria de Educação e Cultura. A situação se agravou quando Francisco Gomes concedeu uma entrevista na qual se posicionou contra o movimento dos professores, chamando atenção para o número de alunos que estariam sendo prejudicados em razão dele (DIÁRIO DE NATAL, 31/10/1981, p. 5).

Para além das críticas quanto aos supostos prejuízos causados pela greve dos professores, também se levantaram algumas suspeitas, quase que num tom acusatório mesmo, com relação ao financiamento do movimento por parte de alguns políticos e de setores internacionais da Igreja.

Sobre o primeiro caso, circulava a ideia de que a greve estaria sendo mantida por doações dos Senadores José Martins (Zezito) – que seria amigo do professor Manuel Barbosa de Lucena, presidente da APRN – e Agenor Maria, e de alguns políticos ligados ao PMDB. Em relação a isto, afirmou o presidente da Associação: “Não ouvir falar nisso. Não recebemos dinheiro de Zezito e de Agenor Maria. É boato” (DIÁRIO DE NATAL, 31/10/1981, p. 5).

No que diz respeito à segunda suspeita, dizia-se que circulava em alguns gabinetes do governo, “a informação de que a Igreja Católica da Holanda e Alemanha Ocidental teria mandado dólares para o movimento dos professores” (DIÁRIO DE NATAL, 31/10/1981, p. 5). Informação que foi negada pelo professor Manuel Barbosa – que era ex-padre, inclusive –, que afirmou que já havia sido criado um fundo de greve para custear o combustível dos veículos disponibilizados para o Comando de Greve percorrer a capital e o interior a fim de manter forte a mobilização da categoria. “A Associação dos Professores arrecada mais de 120

mil cruzeiros por mês, através do pagamento de mensalidades dos associados e de aluguel”, disse o professor (DIÁRIO DE NATAL, 31/10/1981, p. 5).

O professor Manuel Barbosa respondeu, ainda, sobre as acusações de que o movimento grevista teria “conotações políticas oposicionistas”. A este respeito, assim se posicionou:

(...) não conheço greve que não seja política. A nossa é política e não partidária. Os professores estão fazendo uma greve política, de classe, em cima de reivindicações e direitos assegurados e que não são atendidas pelo Governo. Desde o dia 27 de abril que queremos falar com o Governo do Estado e essa oportunidade ainda não surgiu (DIÁRIO DE NATAL, 31/10/1981, p. 5).

Concluindo, o presidente da APRN convocou os professores da rede municipal de ensino da capital para que paralisassem as suas atividades nas escolas, em solidariedade aos colegas da rede pública estadual, e se unissem ao movimento.

Todavia, apesar de todos os esforços, no dia 2 de novembro, em decorrência das pressões exercidas pelo Governo do Estado, a greve dos professores do ensino oficial do Rio Grande do Norte chegou ao fim. Mais uma vez, o governo havia reafirmado que medidas seriam tomadas, inclusive de demissões, caso o movimento continuasse. Assim, através da realização de uma assembleia, a categoria decidiu pelo fim do movimento paredista, retomando suas atividades normais nas escolas já no dia seguinte (DIÁRIO DE NATAL, QUARTA-FEIRA, 04/10/1981).

A assembleia contou com a participação de aproximadamente quinhentos professores e foi marcada por um clima de frustração diante dos resultados não alcançados. Para o professor Manuel Barbosa de Lucena, aquele foi um “dia de luto” para toda a categoria. Através de uma longa nota publicada na imprensa, o presidente da APRN expressou seu sentimento diante do encerramento do movimento reivindicatório.

02 de novembro! Também estamos de luto. Os professores do Rio Grande do Norte lutam por direitos que lhe são negados, como ao povo é negado a própria educação. (...) Os justos e inadiáveis apelos do professorado são direitos trabalhistas naturais, garantidos pela Constituição do País e pela Declaração dos Direitos Humanos. A força do poder cassou o direito e a liberdade de milhares de professores, obrigando-os ao retorno às salas de aula, sob o implacável peso das leis de exceção que, rotulando a greve de ilegal, negam um direito legítimo de todos os trabalhadores (DIÁRIO DE NATAL, 04/10/1981).

Por fim, destacando a importância do movimento grevista dos professores do ensino oficial do Rio Grande do Norte no contexto de redemocratização do país, Manuel Barbosa de

Lucena comunicou à população sobre o encerramento da greve, enfatizando o apoio de pais e alunos ao movimento.

A reconquista da Democracia em nosso País exige avanços, traduzidos em movimentos organizados, livres e isentos, como o que tivemos a coragem de sustentar durante 15 dias. Agora, comunicamos a toda a comunidade a interrupção da greve, mas não a suspensão do movimento. Voltaremos às salas de aula no dia 3 de novembro, com a mesma responsabilidade e o mesmo interesse de antes. O apoio dos pais e alunos foi fundamental, enquanto demonstraram a compreensão e a justiça do movimento e da luta dos mestres (DIÁRIO DE NATAL, 04/10/1981).

A Secretaria de Educação informou que, já no primeiro dia de retomada das aulas, professores e alunos compareceram normalmente às escolas, considerando os faltosos como “casos isolados”, pois seria “coisa natural faltar dois a cinco professores depois de um fim-de-semana prolongado” (DIÁRIO DE NATAL, 04/10/1981).

Segundo Luís Eduardo, houve um comparecimento de 70 por cento dos alunos dos maiores estabelecimentos de ensino da capital (Atheneu, Churchill, Padre Miguelinho, Padre Monte, Anísio Teixeira, Walfredo Gurgel, Instituto Kennedy, Sebastião Fernandes, Edgard Barbosa), índice que considerou normal (DIÁRIO DE NATAL, QUARTA-FEIRA, 04/10/1981).

Na ocasião, o Secretário afirmou que o governo não teria interesse em punir os grevistas e que iria avaliar os desdobramentos dos dias seguintes para decidir sobre o desconto ou não dos dias de greve nos contracheques.

O ritmo da retomada das aulas, expressos pela frequência de alunos e professores nos estabelecimentos de ensino, não foi comentado pelo professor Manuel Barbosa, presidente da APRN, que não concedeu entrevista, pois se “encontrava descansando em ‘algum lugar da cidade’, segundo Sara Lordão, que integrou a ala moderada da entidade durante o movimento” (DIÁRIO DE NATAL, 04/10/1981).

Em seu lugar, falou o professor José Antenor de Azevedo, outra liderança grevista, que informou que o dia de retomada das aulas foi marcado por debates sobre a greve da categoria e a Declaração Universal dos Direitos Humanos e que apenas 30% dos alunos teriam comparecido às escolas. Isto, para o referido professor, foi uma “prova de que a opinião pública notou que o Governo do Estado não é tão democrático, pois a democracia é um jogo que requer diálogo e o Governador do Estado não quis o diálogo” (DIÁRIO DE NATAL, 04/10/1981).

Em sua fala, o professor José Antenor também considerou a importância da realização da greve, a qual considerou como “válida e vitoriosa”, pois “revelou o poder de mobilização e

conscientização do professorado. Obtivemos o apoio dos alunos, pais e comunidade, apesar de termos incomodado às autoridades educacionais” (DIÁRIO DE NATAL, 04/10/1981).

O professor disse, ainda, que o encerramento da greve foi apenas um “recoo tático” e que esperava o apoio de pais, alunos e da comunidade em geral para as lutas seguintes, concluindo que os professores “precisam exigir das autoridades um projeto educacional, principalmente dos futuros candidatos a Governador” (DIÁRIO DE NATAL, 04/10/1981).

Assim, sem a conquista das reivindicações feitas ao longo dos meses que antecederam a greve e levantadas com mais afinco no decorrer dos quinze dias em que se sucedeu, os professores da rede pública do estadual do Rio Grande do Norte apresentaram outros ganhos que puderam ser expressos na capacidade de mobilização da sua entidade de representação, na articulação, a nível nacional e internacional, com outras entidades docentes e no engajamento da categoria.

6.3 A APLP E SUAS AÇÕES DE GABINETE OU QUANDO O ENFRENTAMENTO NÃO ESTÁ EM QUESTÃO

A Associação dos Professores Licenciados do Estado da Paraíba gozava de um espaço privilegiado no Jornal *A União*, neste momento, um periódico com claras inclinações conservadoras e direitistas, propagandístico do regime militar e de seu partido, o PDS, cujas páginas se dedicaram a uma campanha aberta e contundente pela eleição do candidato Wilson Braga para o governo do estado nas eleições de 1982²¹.

Por ocasião do pleito, inclusive, Braga teria recebido um telegrama do então Presidente da República João Batista Figueiredo, confiante na vitória haveria de se confirmar no dia 15 de novembro daquele ano. Na ocasião, teria dito o general-presidente Figueiredo: “O povo da Paraíba saberá reconhecer sem dúvida sua experiência de homem público suficientemente demonstrado nos significativos trabalhos de execução dos diversos mandatos legislativos ocupados por vossa excelência” (A UNIÃO, 12/11/1982).

A presença relativamente constante da APLP e de seu presidente, cuja atuação em favor dos professores era sempre destacada, nas páginas do Jornal *A União* nos permite inferir sobre o posicionamento político-ideológico do professor e as formas de atuação da referida entidade docente. Poucos meses após a sua fundação, a APLP já dispunha de um sede própria,

²¹ O Jornal *A União* foi fundado no final do século XIX e se tornou o veículo de comunicação oficial do Estado da Paraíba. Por isso mesmo, a linha editorial e política assumida pelo periódico se modificava conforme as forças políticas que estivessem à frente do Governo do Estado em um dado período, seja de viés progressista, seja de viés conservador e autoritário, como o foi no período aqui discutido. Daí, o recurso à expressão “neste momento”.

adquirida, ao que parece, pelo próprio presidente da entidade, situada à Rua Clodoaldo Gouveia, esquina com a Rua Francisca Moura. No anúncio de inauguração foram informados alguns dos serviços que funcionariam no prédio e estariam à disposição dos sócios: “Lá está funcionando a administração da entidade e dentro de poucos dias estará sendo montado um gabinete médico-odontológico, que foi adquirido por Lenildo Correia. Além do mais, haverá áreas de lazer exclusivamente para os filhos dos funcionários da Associação” (A UNIÃO, 10/11/1982, p. 5).

Conforme o noticiado, o presidente estaria cumprindo uma agenda de visitas a todos os colégios de João Pessoa a fim de discutir com a “categoria” – excetuando-se, obviamente, os professores dos demais municípios – o reajuste concedido pelo governador Clóvis Bezerra. Reajuste que, segundo Lenildo Correia, deveria ser considerado uma “vitória importante da categoria e um grande passo dado para valorização do magistério e melhoria da educação” (A UNIÃO, 10/11/1982, p. 5).

De acordo com o presidente da APLP, a Associação dos Professores de Licenciatura de Santa Catarina teriam enviado correspondência solicitando informações sobre suas formas de atuação, afirmando pretender replicá-las em seu estado, o que representaria “o avanço que os professores da Paraíba têm dado em termos salariais”, sem, no entanto, deixar claro quais seriam esses avanços (A UNIÃO, 10/11/1982, p. 5).

Neste mesmo ano, os jornais noticiavam com certa frequência a realização de obras de construção de moradias populares em praticamente todo o estado da Paraíba. Provavelmente, enxergando nisto uma oportunidade, o professor Lenildo Correia negociou junto ao Instituto de Previdência do Estado da Paraíba (IPEP) a construção de 500 casas e apartamentos para professores. Por meio de nota divulgada na imprensa, o presidente da APLP informava sobre o possível convênio.

O conjunto residencial do magistério deverá ficar em local central e de fácil acesso, além de contar com toda infra-estrutura necessária ao seu funcionamento, sem transtornos para os que nele venham residir. O presidente da Associação já manteve contatos com o presidente do IPEP, Fernando Guedes Pereira, com quem estudou a constituição de uma cooperativa ainda este ano, ou início do próximo, dar entrada nos documentos necessários (A UNIÃO, 11/11/1982, p. 6).

Os interessados deveriam se dirigir à sede da entidade para obterem mais informações concernentes ao programa de casa própria pleiteado pelo professor Lenildo, que aproveitara a ocasião para informar sobre a realização de uma festa de confraternização pelo final do ano letivo e festejos de fim de ano oferecida pela APLP aos seus associados. A ideia era reunir os

professores em um churrasco, “em ambiente aprazível, onde todos possam se divertir dentro do espírito de paz e solidariedade ensejado pela época” (A UNIÃO, 12/11/1982, p. 11).

Interessante notar que, desde sua fundação, a Associação dos Professores de Licenciatura da Paraíba adotou uma perspectiva de prestação de serviços e negociações de benesses junto ao governador de então, Clóvis Bezerra. Destoando, inclusive, da atuação da sua entidade congênere no estado e das formas de luta consagradas, pelo menos, desde os anos finais da década de 1970.

Em mais um rico exemplo disso, *A União* dedicou uma página inteira, sob o título “Professores: os direitos adquiridos e a garantia de receber”, escrita pelo senhor Hilton Gouveia, para divulgar e defender a atuação da APLP e de seu presidente no ano que estava em vistas de se encerrar. Neste particular, são emblemáticas as palavras do professor Lenildo Correia:

Queremos dizer aos companheiros que se nossa capacidade de luta conseguiu, através do governador Clóvis Bezerra, a criação de uma lei especial destinada a beneficiar a toda a classe, convém frisar, que ela também será capaz de garantir o respectivo pagamento. Não temos nenhuma razão de duvidar da palavra do governador. Sabemos que ele cumprirá tudo que foi dito e assinado, fielmente (A UNIÃO, 14/11/ 1982, p. 4).

Na ocasião, o presidente da APLP informava da reivindicação encampada pela entidade no concernente à equiparação salarial entre os professores de Licenciatura Plena e os demais servidores públicos estaduais de nível universitário, cuja distorção teria sido provocada ainda na gestão do governador Tarcísio Burity. Discordando dos valores oferecidos pelo Chefe do Executivo aos professores, Lenildo Correia teria liderado um grupo de professores que divulgou o ocorrido na imprensa e convocou os professores de Licenciatura a se reunirem no auditório do Lyceu Paraibano a fim de discutirem a questão. Atendendo à convocatória cerca de 400 professores compareceram ao Lyceu, do que resultou a criação da APLP, administrada por uma diretoria provisória.

Foi esta mesma diretoria fixada em bases provisórias, que no dia 17.06.1982, acompanhada de um grupo de professores entregou pessoalmente, ao governador Clóvis Bezerra, um memorial, do qual vale a pena ressaltar uns tópicos: Pedido de retificação na distorção salarial. Exigia, em termos legais que dali por diante o Estado só contratasse professores devidamente habilitados para o cargo (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

Segundo a publicação, o próprio governador teria recebido e despachado o memorial para a Secretaria de Administração, “solicitando a realização de estudos e nos assegurando, textualmente, que essa injustiça seria corrigida, ainda no seu governo” (A UNIÃO,

14/11/1982, p. 4). De modo que, para que fosse atendida a reivindicação do professorado, fora mantido contato permanente entre a APLP, o governador e seus secretários de Finanças e Planejamento.

Ao que parece, a reivindicação de equiparação salarial dos professores ao conjunto de servidores estaduais de nível superior se deu em forma de gratificação. Segundo o professor Lenildo, a Constituição Federal, de 1967., conforme o artigo 98, parágrafo 1º, e a Constituição Estadual, artigo 63, parágrafo único, proibiam a equiparação salarial de categorias profissionais de grupos distintos do funcionalismo público. “Assim sendo, o grupo magistério não podia, pura e simplesmente, ser equiparado ao grupo A.N.S.” (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

Na mesma linha, também argumentava que não podia ser concedido aumento salarial aos servidores quando constando o período de noventa dias antes e depois das eleições, segundo explicitado na Legislação Federal. Em virtude disto tudo, a alternativa encontrada pelo governador para atender a reivindicação dos professores quanto à equiparação salarial foi a concessão de uma gratificação por nível superior.

A lei assinada pelo governador, e divulgada pela APLP em seu primeiro boletim, explicitava, em seu artigo 2º: “A gratificação ora atribuída, integrará a remuneração dos ocupantes de classe do grupo do magistério, referidos nesta lei, para efeito de futuros reajustamentos dos seus salários e vencimentos” (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

O professor Lenildo Correia se mostrava confiante de que os próximos reajustes seriam calculados em cima do valor total do salário e que distorções como as que vinham denunciando não mais ocorreriam, vangloriando-se da luta levada a cabo pela entidade e seus associados e confiando piamente no compromisso do governador para com a categoria.

Com relação ao fato de ser uma gratificação, queremos esclarecer aos companheiros que, se nossa capacidade de luta foi capaz de conseguir com o governador esta lei, ela também será capaz de garantir o respectivo pagamento, mesmo por que, não temos nenhuma razão de duvidar da palavra do senhor governador. Sabemos que ele cumprirá tudo, ao pé da letra (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

Para o presidente da APLP, a lei que garantia a gratificação dos professores ganhava ares de “uma vitória histórica para todo o magistério paraibano”, apresentando alguns motivos para justificar sua afirmação quase hiperbólica. Primeiramente, dizia serem os professores de Licenciatura da Paraíba os mais bem remunerados dentre aqueles das redes estaduais de ensino do Brasil, dando como exemplos os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará e São Paulo, onde se pagavam, respectivamente, Cr\$ 101 mil, Cr\$ 58 mil, Cr\$ 80 mil e

Cr\$ 104 mil (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4). Porém, não expondo o valor percebido pelos professores paraibanos.

Na sequência, dizia que a lei abria a possibilidade de que os professores, “a médio prazo”, viessem a perceber melhores salários; de que os professores leigos e os que ainda não possuíam a formação em Licenciatura Plena realizassem seus estudos universitários, vislumbrando uma melhor remuneração, concorrendo “para a profissionalização do nosso magistério e, conseqüentemente, a desejada melhoria do respectivo nível educacional”; para o crescimento das faculdades de formação de professores, uma vez que ensejaria uma maior procura para a conclusão dos cursos superiores; não apenas professores, mas outras pessoas “que até então se envergonhavam de se dedicar ao magistério, poderão optar por esta carreira, sem ter vergonha de citar que são professores”, concluindo que:

[...] nossa vitória não foi só sob o ponto de vista salarial, mas tem desdobramentos importantes, por que redundará na melhoria do nível da nossa educação. Faço, portanto, questão de frisar: “Esta é uma vitória histórica (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

A publicação, caso ainda não tenha ficado claro, tem a finalidade de fazer uma espécie de retrospectiva da Associação desde sua recente fundação. De modo que seu presidente também considerava como uma vitória para a categoria a realização do I Seminário Sobre Política de Valorização do Magistério, entre os dias 9 e 13 de julho do ano de 1982, no auditório do Lyceu Paraibano, que contou com a participação, dentre outras figuras, dos deputados Antônio Mariz e Wilson Braga, candidatos ao governo do estado pelo PMDB e PDS, respectivamente.

Na ocasião, foi destacado o espaço dado aos dois políticos de “legendas diferentes”, registrando “a primeira vez que dialogamos, discutimos e ouvimos, planos de governo de futuros governantes, sobre problemas da classe e da educação” (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4). O número de profissionais participantes foi divulgado como estando na casa dos 500, não ficando claro se todos ou a maioria deles foi composta por professores. De acordo com a publicação, deste evento resultaram “conquistas fundamentais e inalienáveis para o professorado”, a saber:

Garantia do pagamento da nossa equiparação salarial.
 melhoria dos salários de todo o Magistério.
 Pagamento de todas as aulas efetivamente dadas.
 Pagamento de gratificação do “pó de giz”, sobre toda a carga horária de cada professor, inclusive durante as férias.
 Representatividade do Magistério através dos seus órgãos de classe, nos Conselhos Estaduais de Educação, de Cultura, nas equipes de elaboração do

Plano Estadual de Educação, e de todos os projetos e programas educacionais.

Reformulação dos estatutos do magistério, para adaptá-los à nossa realidade educacional.

Realização de Concurso Público, com a participação dos nossos representantes, como única forma de reconhecimento das vagas do magistério,

Proibição da contratação de professores leigos.

Restauração da autonomia das congregações dos colégios, para que a escolha dos diretores respectivos seja feita por suas congregações, através de listas tríplices, das quais deverão constar nomes de pessoas devidamente habilitadas para o cargo,

Incentivo e condições aos professores, para que possam se aperfeiçoar e oferecer melhor ensino (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

Aproveitando o ensejo para convocar a todos os “professores de Licenciatura Plena e os mestre-regentes” – aqueles ainda em processo de formação nos cursos de Licenciatura – a se associarem à APLP, entendendo-a como aquela que “realmente é a sua Associação, um órgão que agrega, efetivamente, os verdadeiros profissionais da classe” (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4). Argumentando que, se outros profissionais de nível superior contavam com suas entidades específicas de representação, os professores Licenciados também poderiam possuir a sua associação, reconhecia uma diferença entre o engajamento daqueles que, de fato, se dedicam à docência e daqueles que não o fazem.

Evidentemente, nossos interesses são diferentes daqueles expressados pelo professor que é estudante de engenharia, medicina, etc, que encara o magistério como um “bico”. Estes, sem nenhuma classificação, não sabendo fazer nada, simplesmente arrumaram um emprego de “professor” (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

Convocando os professores para comparecerem à sede da Associação, o professor Lenildo Correia relembra os serviços oferecidos pela entidade, quais sejam, “assistência médico-odontológica e jurídica” para os seus associados. Na ocasião, aproveitou para agradecer publicamente e nominalmente a algumas figuras que teriam prestado apoios diversos à entidade.

[...] fazemos questão de ressaltar nosso agradecimento ao governador Clóvis Bezerra, ao Secretário da Administração, Oswaldo Trigueiro do Valle, aos deputados Wilson Braga e Edme Tavares, ao vereador Francisco Saldanha (autor do projeto de lei que nos reconheceu de utilidade pública), pelo apoio dado à nossa luta (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4).

Note-se que o nome do deputado Antônio Mariz não consta na lista de agradecimentos (e os outros políticos são todos do PDS), cujo maior destaque, sem dúvida, é o candidato ao governo do estado, Wilson Braga, demonstrando claramente o posicionamento político

assumido pela direção da Associação. Não obstante a isso, no mínimo curiosa é a forma como a publicação foi concluída: “Lenildo Correia afirma que a APLP-Pb é o único órgão de classe que efetivamente defende os interesses do Magistério Público” (A UNIÃO, 14/11/1982, p. 4). O que também revela as disputas já travadas com a AMPEP pela representação do professorado público paraibano, exprimindo não apenas uma divergência quanto à organização classista, mas quanto ao próprio projeto de país e de educação.

Enquanto isto, a Secretaria de Educação anunciava a realização de um curso de capacitação para os professores leigos “a nível de 8ª série do 1º Grau, em sua segunda etapa, dentro do Projeto Desenvolvimento de Recursos Humanos - Edu-rural”, visando atingir a professores de mais de sessenta municípios. O que reforça o grave problema existente com relação à formação de professores, principalmente, neste caso, em relação às áreas mais afastadas do centro urbano (A UNIÃO, 20/11/1982, p. 8).

6.3.1 No meio, uma pausa; tem professor querendo “comprar feijão”

Em 1983 um professor da rede estadual da Paraíba escreveu ao jornal *Tribuna da Luta Operária* para denunciar o que denominou de “difícil situação” do professorado no estado, em razão do atraso no salário dos meses de fevereiro e março deste ano, quando já eleito Wilson Braga como governador. A suspeita do denunciante, cuja identificação não foi revelada, era a de que o atraso fora resultado da utilização dos recursos públicos “para fins eleitoreiros do PDS, que se rotula de defensor do povo e no entanto usa o que é do povo contra o próprio povo, roubando e escravizando a liberdade de pensamento através da compra de consciência” (TLO, 18-23/04/1983, p. 6).

Expressando seu sentimento de revolta com a situação, o professor deu a ver os impactos da situação econômica pela qual vinha passando o professorado público paraibano, explicitando os prejuízos acarretados no tocante às suas próprias condições de realizarem seu trabalho, argumentando que eram “obrigados a comparecer às salas de aula sem as mínimas condições físicas e psicológicas”(TLO, 18-23/04/1983, p. 6). Assim, novamente direcionando sua crítica às gestões do PDS à frente do estado da Paraíba, escreveu: “Dessa maneira, retratamos para o público em geral a situação alarmante e desumana com que agem o governador Wilson Braga e seu antecessor, Clóvis Bezerra” (TLO, 18-23/04/1983, p. 6).

Concluindo que a posição de greve seria, então a única maneira de demonstrar a insatisfação da categoria com o que definiu como uma “calamidade pública”, indicando que em alguns municípios, como Cajazeiras e Patos, ambos localizados no Sertão da Paraíba, e

Cabedelo, situado na Região Metropolitana de João Pessoa, estavam havendo movimentações neste sentido (TLO, 18-23/04/1983, p. 6).

6.3.2 Retomando... APLP

A demanda pela construção de moradias para os professores reapareceu na imprensa dois anos depois, 1984, quando já eleito Wilson Braga para o governo do estado. Dentre os projetos encaminhados pelo Instituto de Previdência do Estado da Paraíba, elaborados pelo seu Departamento de Engenharia, ao Banco Nacional de Habitação, constava a construção do “Parque Residencial do Magistério, a ser erigido na avenida Rui Carneiro, anexo à subestação da Saelpa” (A UNIÃO, 15/08/1984, p. 5).

Não mais há informações se o projeto chegou a ser enviado e apreciado. No entanto, a forma de atuação da APLP e suas negociações aparentemente muito próximas ao novo governo se mostrou mais claramente. Entre os dias 22 e 24 de agosto desse mesmo ano a Associação organizou em João Pessoa e Campina Grande encontros com administradores e diretores escolares, visando a elevação de suas gratificação ao status de Direção e Assessoramento Superior (DAS). Conforme o professor Lenildo Correia, as reuniões constituíam “um desdobramento de uma luta começada na audiência que a APLP manteve com o governador Wilson Braga no dia 28 de maio passado, quando, através de um memorial solicitou a transformação das gratificações [...]” (A UNIÃO, 18/08/1984, p. 4).

Como se pode ver, a prática costumeira da APLP para “cobrar” ao governo o atendimento de suas reivindicações é a elaboração e entrega de um tal “memorial”, baseando as negociações em trâmites protocolares que migravam de gabinete para gabinete. No mínimo curioso é perceber como a palavra “luta” é constantemente empregada para dizer respeito a este processo eminentemente burocrático e supostamente pré-acordado. Mais uma vez, como ocorrera com as gratificações dos professores dois anos antes, o assunto das gratificações dos administradores e diretores já estava estabelecido no que o professor Lenildo denominava de “novo Estatuto do Magistério”, mas que “por motivo de ordem jurídica o assunto será tratado em Lei à parte do mesmo” (A UNIÃO, 18/08/1984, p. 4).

A “saída” encontrada pela entidade foi então a elaboração, através de sua Assessoria Jurídica, de um ante-projeto de Lei, visando tornar os cargos de diretores e vice-diretores e administradores escolares em DAS, para ser discutido com os profissionais e entregue ao governador Wilson Braga. Mais uma vez, segundo o noticiado, o presidente da APLP manifestava sua confiança no Chefe do Executivo quanto ao atendimento da reivindicação.

A presidência da entidade classista tem absoluta confiança que o governador Wilson Braga cumprirá a palavra empenhada quando da última audiência com os diretores da APLP de transformar, no mais rápido possível, as gratificações dos administradores em DAS, finalizou o professor Lenildo Correia da Silva (A UNIÃO, 18/08/1984, p. 4).

Concomitantemente a estas negociações, a Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba se preparava para a realização, em outubro desse ano, do III Congresso Estadual dos Professores do Estado da Paraíba.

Dando início aos preparativos para o evento a AMPEP está realizando encontros em todas as regionais do interior do Estado com a finalidade de fazer um levantamento dos problemas existentes em cada área, de donde serão tiradas propostas e reivindicações que o magistério fará no encontro (A UNIÃO, 19/08/1984, p. 5).

O primeiro desses encontros ocorreu na cidade de Cajazeiras e contou com a participação de 125 professores dos municípios pertencentes ao 9º CREC, resolvendo pela elencação de pautas como “carga horária, eleições de diretores de estabelecimentos de ensino, e estatutos do magistério [...], deficiências do corpo docente assim como a avaliação de planejamento” (A UNIÃO, 19/08/1984, p. 5).

A proposta para o III Congresso era de que cada município se fizesse representar “através de delegados eleitos numa proporção de 10 professores para cada representante” (A UNIÃO, 19/08/1984, p. 5). De acordo com o professor Agamenon Vieira, presidente da AMPEP, a expectativa era de que o evento recebesse cerca de dois mil participantes. Nomes como Paulo Freire e Marilena Chauí figuravam dentre os convidados.

Aproveitando o ensejo da divulgação do evento, a direção da AMPEP também falou sobre a demanda de antecipação do reajuste salarial. Pauta encampada juntamente com outras entidades de servidores públicos estaduais. A ideia era se reunir com a Federação das Associações dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba (FASPEP) a fim de que a reivindicação fosse levada ao governador do estado. De acordo com o professor Agamenon, o aumento para os servidores públicos, previsto para ser pago a partir de janeiro, será de 60%, “o que significa que em novembro uma parcela do funcionalismo público estará ganhando abaixo do salário mínimo, considerando que o mesmo será reajustado no mês de novembro” (A UNIÃO, 19/08/1984, p. 5).

Por seu turno, a APLP “cobrou” ao governo a realização de concurso público para o cargo de professor. A preocupação do presidente da entidade, professor Lenildo Correia, era de que “o nosso mercado de trabalho está sendo invadido por ‘leigos’, com a falta do

concurso” (A UNIÃO, 19/08/1984, p. 5). No entendimento do presidente da Associação, a falta de realização de concurso público refletia no desemprego de professores habilitados para exercer a docência, cujo número, apenas levando em consideração o quadro de associados de sua entidade, ultrapassava mais de mil professores. Noutra plano, porém associado ao mesmo problema, denunciava que a tal “invasão de leigos” refletia também na própria qualidade do ensino, entendendo, conforme noticiado, “que a Educação, apesar da crise financeira pela qual passa todo o país, é um dos setores que não pode ficar sem total atenção dispensada pelo Governo” (A UNIÃO, 19/08/1984, p. 5).

Como se pôde verificar, desde sua fundação, a APLP se colocou na tentativa de assumir o papel de entidade representativa do magistério paraibano, conflitando com a AMPEP, entretanto, adotando uma postura nitidamente conservadora, amistosa com os governos locais, distante dos reais interesses da categoria e bastante diferente da sua congênere, cuja atuação combativa fora assumida desde os anos finais de 1970, assim como discutimos em capítulo anterior.

6.4 “COM JOÃO NO GOVERNO NINGUÉM COME FEIJÃO”: A PRIMEIRA GREVE GERAL DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA ESTADUAL EM SERGIPE

As disputas no interior da APMESE repercutiram na deflagração da greve de 1984, primeira greve geral dos professores da rede pública estadual de Sergipe. O movimento se desenrolou ao longo de dois dias, 03 e 04 de maio, através do qual a categoria reivindicava a manutenção da regência de classe.

Nas palavras de uma das lideranças opositoristas da época:

E nós conseguimos, enquanto oposição, fazermos a primeira greve em Sergipe. (...) nós fizemos uma greve de dois dias em 84, que foi quando o governo João Alves retira nossa regência de classe. E aí nós fizemos essa greve, uma greve com muita força, já com cultura; nós tínhamos vários professores que faziam parte de um Grupo de Teatro Popular, que existe até hoje, que é o Imbuça. E aí os principais personagens desse grupo saiam na frente da passeata, com os bonecos, chamando atenção da população e já conquistando a população para nossa causa (ANA LÚCIA VIEIRA. ENTREVISTA, 2019).

No sentido de garantir a paralisação das atividades do magistério público sergipano e explicitar suas razões, no dia 28 de abril a APMESE publica uma Carta Aberta ao Governador João Alves, onde afirma que:

Os professores sergipanos continuam na luta. Entendemos que o tão propalado aumento concedido pelo Governo já foi uma conquista, devido a nossa luta e união, mas não atende as nossas exigências. Isso porque, apesar

desse pequeno acréscimo salarial, nossa equiparação com os demais funcionários públicos estaduais do mesmo nível não foi concedida integral e criteriosamente, além do que o professor perdeu um direito adquirido, que é a regência de classe, justificada pela insalubridade do pó de giz (JORNAL DA CIDADE, 03/05/1984, p. 2).

Na publicação a entidade confrontou o fato de o Governador afirmar não ter recursos para atender a demanda dos professores, na mesma medida em que realizara gastos volumosos para execução do que denominou de “projetos faraônicos”, cujos benefícios para a maioria da população poderiam ser questionados.

Além disso, enfatizava a Carta:

Acrescente-se a isso os gastos do Governo para veicular pelos órgãos de imprensa, através de matérias pagas, que o Magistério sergipano é um dos mais bem remunerados do Nordeste. Senhor Governador, a miséria não se iguala, e todos sabemos das péssimas condições de vida do trabalhador nordestino em geral. De que forma o Senhor Governador entende que se pode EDUCAR, ENSINAR e FORMAR cidadãos, ganhando um salário de fome que nos obriga a assumir compromissos além de nossas forças para podermos sobreviver? Isso sem falar que o principal prejudicado é o nosso aluno, na medida em que não recebe um salário mais condigno (JORNAL DA CIDADE, 03/05/1984, p. 2).

Defendendo a importância da educação para a construção de uma “sociedade humana, mais justa e igualitária”, a Carta encerrava reafirmando a decisão de paralisação das atividades dos professores por dois dias com vistas a “reconquista de nossa regência” e a “equiparação integral” (JORNAL DA CIDADE, 03/05/1984, p. 2).

Nos dias que antecederam ao início do movimento paredista, os principais Jornais da capital destacavam o pioneirismo dos professores grevistas e as razões que os motivaram, dividindo sua cobertura ao movimento entre o reconhecimento da justiça das reivindicações do professorado e da disposição do governo em querer solucionar o problema, mobilizando sempre um tom conciliador.

Pela primeira vez em Sergipe os professores da rede pública estadual desencadeiam um movimento grevista. A categoria, depois de muitos anos submetida a um tratamento injusto que somente começou a ser de certa forma revisto nos últimos oito anos, continua, contudo, enfrentando uma situação de dificuldades, e sobretudo um tratamento flagrantemente desigual (JORNAL DA CIDADE, 01-02/05/1984, p. 4).

Sem esconder a surpresa com a iniciativa dos professores, também destacaram a “passividade” e a “despolitização” históricas do magistério sergipano, apontando suas possíveis causas.

Embora limitada a dois dias, a greve dos professores públicos estaduais que começa nesta quinta-feira, será, sem dúvidas, um teste de capacidade de articulação e mobilização de uma classe que sempre foi considerada das mais passivas e até mesmo despolitizadas. As influências políticas, as ligações de influência que sempre determinam o aproveitamento do professor, a concessão de cargos de confiança, transformam o magistério numa classe extremamente vulnerável. Por tudo isso, não deixou de ser surpreendente a decisão de chegar até a greve (JORNAL DA CIDADE, 01-02/05/1984, p. 5).

Diante de tal acontecimento, a expectativa era

(...) saber se o movimento efetivamente se transformará em algo que demonstre a vontade amplamente majoritária do professorado. O caminho das reivindicações iniciado muito recentemente, terminou segundo os professores, caindo num impasse, e por isso, eles decidiram recorrer à greve justamente para demonstrar a coesão do magistério em torno das petições que foram encaminhadas ao Governador (JORNAL DA CIDADE, 01-02/05/1984, p. 5).

Acionando um tom visivelmente apaziguador, o *Jornal da Cidade*, por exemplo, chamava a atenção para que o governo se mostrasse aberto ao diálogo e sensível à causa dos professores que, apesar de justa, não seria uma exclusividade do estado Sergipe, onde “o professor tem uma situação até menos ruim do que outros Estados, inclusive com bem melhores condições financeiras” (JORNAL DA CIDADE, 01-02/05/1984, p. 4).

Agora, o Governador João Alves se vê diante de um problema que assume características graves, e que sem dúvidas exigirá um adequado tratamento político. É sabido que o Estado não tem condições plenas para atender todas as reivindicações do magistério, particularmente se todas forem colocadas em caráter de execução imediata, mas o importante é que os canais do diálogo sejam mantidos absolutamente desimpedidos, e essa parece ser a tendência revelada pelo Governador (JORNAL DA CIDADE, 01-02/05/1984, p. 5).

Na mesma medida em que uma suposta “tendência ao diálogo” fora atribuída ao Governador, na mesma notícia também era exaltado o fato de os professores se mostrarem dispostos a negociar, não adotando o que o periódico classificou de “posições radicais”.

Por parte dos professores nota-se que eles estão propensos a negociar, que não se fecharam em posições radicais, e esses são fatores que demonstram ser possível uma solução para o problema, com cada parte envolvida cedendo no momento um pouco (...) (JORNAL DA CIDADE, 01-02/05/1984, p. 4).

No entanto, não foi o que se viu, pelo menos por parte do governo. Apesar das tentativas feitas pela APMESE, o Governador João Alves Filho retirou a regência de classe dos professores. A mensagem de aumento salarial para a categoria não foi enviada para a

Assembleia Legislativa, frustrando a expectativa do professorado e até mesmo de alguns Deputados, “que esperavam confiantes o pronunciamento do Chefe do Executivo anunciando o reajuste” (GAZETA DE SERGIPE, 01/05/1984, p. 4).

Assim, conforme decidido em Assembleia Geral do dia 28 de abril, os professores da rede pública estadual de Sergipe iniciaram a greve no dia 3 de maio, quando, logo pela manhã, cerca de 800 professores, realizaram uma passeata pelo calçadão da Rua João Pessoa, com destino à Praça Fausto Cardoso, onde se localizava a Assembleia Legislativa.



A concentração começou às 9h30 e terminou ao meio-dia.

“A concentração começou às 9h30 e terminou ao meio-dia”
(GAZETA DE SERGIPE, 04/05/1984)

Levando faixas e cartazes, bonecos de pano e cantando músicas de protesto durante todo o percurso, entoando por várias vezes o grito de “Com João no governo ninguém come feijão”.

Em seguida, os manifestantes se concentraram em frente à Assembleia Legislativa, onde vários professores utilizaram o sistema de alto-falante, contratado pela APMESE para pequenas colocações explicando aos presentes que a classe passa necessidades por causa dos baixos salários (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 5).

Antes mesmo do início do movimento o Secretário de Educação e Cultura, Martinho de Oliveira Bravo, havia assegurado que o governo não iria punir os professores em virtude da paralisação de suas atividades, bastando apenas a reposição das aulas não dadas, cuja prática era “normal em todas as escolas” (JORNAL DA CIDADE, 01-02/05/1984, p. 5).

No entanto, uma vez iniciada a manifestação dos professores, Martinho Bravo muda o tom de seu discurso e ameaça os docentes, afirmando que “sob pressão, ninguém negocia, pois a negociação só parte quando existe entendimento de ambas as partes, sem pressão” (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2). Segundo o noticiado no *Jornal da Cidade*, as palavras do Secretário refletiam o pensamento do Governador João Alves Filho “tendo em vista que o movimento reivindicatório, se transformou numa investida grevista, que o Governo Estadual não admite” (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2).

Em entrevista concedida ao referido Jornal, o Secretário afirmou que os professores extrapolaram o que houveram dito inicialmente, concernente a paralisação das aulas por dois dias. Diferentemente disto,

(...) o que se viu foi a formação de piquetes nos colégios, onde os professores, em comissão, motivaram os alunos a retirar-se das salas de aulas, mesmo nos estabelecimentos onde havia resistência ao movimento (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p 2).

Neste sentido, não teria restado outra alternativa para o governo que não fosse o acionamento do Departamento Jurídico da Secretaria de Educação, a fim de solicitar um posicionamento do Ministério do Trabalho sobre a legalidade ou ilegalidade da greve, cabendo, em face da segunda opção, a “aplicação da Lei” (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2).

O conteúdo da entrevista do Secretário de Educação repercutiu na imprensa sergipana, inclusive via programas de televisão, de modo que os professores resolveram contrargumentar o dirigente da pasta. Conforme publicação da APMESE, o movimento era legítimo, pois refletia a vontade da maioria da categoria, e legal, conforme previa a Constituição da época no que diz respeito à livre manifestação de pensamento, organização e “manifestação pacífica, com o fim de reivindicar direitos que foram violentados” (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2).

O movimento não é ilegal até porque só quem poderia julgar sua ilegalidade seria o poder judiciário. Além disso, a Lei não pode ser vista no seu texto apenas, mas no seu contexto social. Exemplo disso são os outros movimentos de professores que vem ocorrendo no Sul do País e onde nenhum foi julgado ilegal. Entendemos ainda discutir se o movimento é legal ou ilegal é desconversar, é querer desmobilizar, porque isso é o mesmo que discutir o sexo dos anjos (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2).

Sobre a radicalização do movimento em virtude do uso de piquetes, a resposta foi a de que “não houve piquetes”.

O que houve foi a distribuição de material aos pais de alunos, justificando nossa falta às aulas. Como não pudemos distribuir todos na quarta-feira antes do início da paralisação fomos hoje, pela manhã, em algumas escolas. Nosso movimento foi pacífico e voluntário e, sobretudo, um movimento de peso considerável até em termos históricos. Há muito não se vê pessoas virem, voluntariamente, manifestar-se em praça pública como agora, a não ser quando se coloca ônibus de graça, o que, no nosso caso, não houve (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2).

Com relação à reivindicação da categoria com relação à manutenção da regência de classe, em sua entrevista, o Secretário Martinho Bravo havia dito que a regência não havia sido extinta, mas apenas incorporada ao salário. Com relação a isto, diziam os professores,

(...) se o secretário entende que incorporar a regência ao salário, é fazê-lo mantendo, além disso, os 20 por cento de gratificação, conforme o artigo 145 do Estatuto do Magistério, entendemos que esta é a proposta aprovada na última Assembléia de Professores. Porém, se o Secretário entende que incorporar a regência é eliminá-la, a categoria não aceita e entende que isto não é incorporação e sim extinção (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2).

Por fim, concluindo sua resposta às afirmações do Secretário de Educação e Cultura, a publicação da APMESE fazia menção ao seu comentário de que o governo não estaria disposto a negociar sob pressão. Para o professorado,

O Senhor Governador, quando diz que não negocia sob pressão, está sendo é mal assessorado. Além do mais, negociar ou não negociar é uma questão objetiva que não depende da vontade de Vossa Excelência. Exemplos disso temos visto no Governo Federal, que através de pressões populares, resolveu negociar a anistia e hoje, já começa a negociar as eleições diretas (JORNAL DA CIDADE, 04/05/1984, p. 2).

A despeito das acusações de Martinho Bravo e das ameaças de punição aos grevistas, que instauraram um verdadeiro clima de tensão, a programação do movimento foi mantida. Na sexta-feira, 04 de maio, segundo e último dia de greve, os professores cumpriram o que houvera sido estabelecido para todo o dia. De manhã,

(...) ficaram reunidos no Continguiaba Esporte Clube, onde realizaram uma série de jogos e apresentação de ginástica rítmica, com a colaboração dos professores de Educação Física. Aproveitaram também para traçar os últimos detalhes sobre a Assembléia Geral (JORNAL DA CIDADE, 05/05/1984, p. 3).

A Assembleia Geral, prevista para o turno da tarde, foi realizada no antigo Auditório Lourival Baptista, contando com a presença de mais mil professores que, ao longo de mais ou menos quatro horas de discussões, decidiram, mesmo sem as reivindicações atendidas, retomar as suas atividades normais a partir da segunda-feira próxima.



“O debate de ontem foi acirrado. Houve quem quisesse prolongar a paralisação”
(GAZETA DE SERGIPE, 05/05/1984).

Com o governo se mostrando intransigente em sua decisão, os professores encerraram o movimento prometendo continuar na luta mediante pressão nos Deputados Estaduais.

Agora, os professores manterão sucessivos contatos com os deputados, de quem esperam a não aprovação do artigo 13 do projeto de aumento do Governo do Estado, que tira do estatuto a regência de classe. Além disso, ficou definido que toda a classe deve ficar atenta e mobilizada durante todo o decorrer das negociações (JORNAL DA CIDADE, 05/05/1984, p. 3).

E foi o que se sucedeu. No dia da votação do projeto, as galerias da Assembleia Legislativa do estado foram tomadas por professores que assistiram aos debates entre Deputados do PMDB, partido de oposição, aparentemente mais sensíveis à causa dos docentes, e do PDS, partido do Governador João Alves Filho.



“De mãos dadas, cantando o Hino Nacional”. “Na suspensão, que não chegou a ser consolidada”
(GAZETA DE SERGIPE, 08/05/1984),

Ao som de aplausos e de vaias, os professores se manifestavam na direção, respectivamente, dos Deputados defensores da categoria e dos críticos da greve (GAZETA DE SERGIPE, 08/05/1984, p. 2).

Nas galerias lotadas, até às 21h20 quando terminaram os trabalhos legislativos, os professores e suas lideranças estavam inquietos com o que se passava no Plenário. Em um dos momentos de tensão, os professores entoaram o Hino Nacional, paralisando os trabalhos na Assembléia. Um fato considerado como provocação pelas lideranças do magistério foi criado por um cidadão que se apresentou como funcionário da segurança da Casa, além de ser motorista de um parlamentar, dizendo que uma certa professora estava atirando “bolinhas de papel” no Plenário. Chegou a apontar a professora (GAZETA DE SERGIPE, 08/05/1984, p. 2).

Mesmo presentes na votação do Projeto de Lei do Executivo e das tentativas de pressão exercidas, os professores não conseguiram evitar a sua aprovação. Ainda assim, outras alternativas ainda seriam buscadas pela categoria, como o apoio da OAB/SE para embargar o resultado da votação e a articulação com outras entidades.

Não obstante a isto, não estava descartada a possibilidade de novas paralisações. Assim, conforme um dos membros da Comissão Organizadora da Campanha Salarial, “a Assembléia dos Professores decidiu que se houver punição, para quem quer que seja, o magistério paralisará suas atividades” (GAZETA DE SERGIPE, 08/05/1984, p. 2).

Se a greve de 1984 não resultou em ganhos econômicos para o professorado público sergipano, do ponto de vista organizativo e político a avaliação pode ser diferente. A referida greve marcou não apenas uma ação de enfrentamento ao Governo do Estado, mas o acirramento das tensões existentes dentro do próprio movimento docente, entroncando sobretudo nas disputas pela direção da APMESE.

Analisando o contexto da greve de 1984, percebe-se que houve vários conflitos entre a diretoria da APMESE e o grupo opositor liderado pela professora Ana Lúcia Vieira de Menezes. Primeiro, porque a categoria e o grupo opositor pressionaram a Associação a aderir à greve, isto gerou uma crise de representatividade e legitimidade política. Depois, ao término da greve, pressionada pela conjuntura política do movimento, a diretoria da Associação renunciou ao mandato e isto gerou instabilidade no movimento e desgaste para a APMESE (DANTAS, 2017, p. 94).

Assim, o que se assistiu nos anos seguintes foi a intensificação das disputas entre o grupo dirigente da APMESE e o grupo de professores de oposição, que vão desenvolver estratégias de convencimento, mobilização e articulação do professorado com base noutra perspectiva de luta coletiva e, por isso mesmo, de enfrentamento aos poderes historicamente estabelecidos na entidade e no governo do estado.

6.5 EM ALAGOAS, UM CONGRESSO, MUITOS EMBATES

Em maio de 1984 o governador Divaldo Suruagy havia prometido reajustar o salário da categoria com índices superiores aos registrados no estado do Rio de Janeiro. Em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, o chefe do Executivo estadual anunciava “um reajuste de 66% agora em maio e com o novo reajuste previsto para novembro, passarão a perceber um total de 116%, algumas categorias, até 138 por cento” (JORNAL DE ALAGOAS, 15/05/1984).

Fazendo um comparativo, a publicação expunha que enquanto um professor Nível V passaria a receber Cr\$212 mil em Alagoas, no Rio de Janeiro o vencimento seria da ordem dos Cr\$149 mil. Seguindo o raciocínio, um professor alagoano, no nível 4, classe B, teria seu vencimento aumentado para Cr\$218 mil, superando os Cr\$149 a Cr\$171 mil percebido por um professor carioca. Com relação ao maior salário pago, em Alagoas os valores estariam entre Cr\$266 mil, concedidos já em maio, e Cr\$377 mil a ser implementado em novembro; desta vez, não superando os mesmos Cr\$377 mil oferecidos no Rio. Todavia, enquanto no Rio de Janeiro se registrou o efeito retroativo, em Alagoas o mesmo não ocorreu (JORNAL DE ALAGOAS, 15/05/1984, p. A-3).

Conforme publicação do *Jornal de Alagoas*, uma vez reajustando os salários dos professores com percentuais superiores aos oferecidos pelo governo do Rio de Janeiro, “o governador Divaldo Suruagy faz cumprir mais uma promessa: a de beneficiar ao magistério, concedendo salários condignos para a categoria”. (JORNAL DE ALAGOAS, 15/05/1984, p. A-3). Assim, segundo o noticiado, nenhum professor perceberia menos que Cr\$121.900, estando, também, o governador, preocupado com a diferença salarial entre professores e profissionais das demais categorias, concedendo, além do aumento normal, um percentual de 15%.

Nesta mesma publicação, constava a divulgação da solenidade de posse da professora Marizabel de Vasconcelos como Coordenadora Estadual da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, substituindo Maria José Marinho Casado – que dirigiu o Mobral em Alagoas por 12 anos, tendo com adjunto sua própria sucessora. A solenidade, como de costume, seria presidida pelo Governador Suruagy, e foi realizada no auditório do Tribunal de Contas do Estado, estando também presente o presidente do Mobral, Cláudio Joaquim Moreira (JORNAL DE ALAGOAS, 15/05/1984, p. A-3).

No entanto, ao que parece, os índices dos reajustes, tão complacentemente apresentados, não estavam agradando na mesma medida aos professores. Tanto que, por ocasião do II Congresso Estadual dos Professores, a categoria teria discutido e decidido pela realização de uma caminhada pela questão salarial. O evento voltou a ser realizado após dois anos de pausa, quando de sua primeira edição, datada de 25 a 27 de março de 1981, agora tendo como tema central “Educação e Desenvolvimento”.



“Congresso de professores termina hoje e salário é assunto principal”
(JORNAL DE ALAGOAS, 25/05/1984, p. A-7).

O evento foi realizado entre os dias 22 e 25 mês de maio de 1984, no ginásio de esportes do Centro Educacional Antonio Gomes de Barros, e contou com presença da professora Maria Lúcia Montes, da PUC-SP, que palestrou sobre “a organização do magistério”. Cerca de mil professores teriam assistido à palestra, que versou sobre “as formas de reivindicar melhorias não só para a classe, mas para a educação como um todo”. A “Política sindical” também foi outro tema discutido no evento, desta vez, apresentado pelo professor Silvio Costa (JORNAL DE ALAGOAS, 25/05/1984, p. A-7).

A questão salarial foi pauta no evento. Os professores decidiram por realizar uma caminhada até o Tribunal de Contas, onde estava localizada a sede do Governo do Estado, para reivindicar, dentre outras coisas, a equiparação do professor de nível 5 aos de nível técnico. A participação dos professores no II Congresso teria sido bem avaliada, “principalmente diante das fortes chuvas que caem continuamente nesta capital. As discussões têm sido proveitosas, segundo disse o presidente da Associação dos Professores de Alagoas, Tito Cavalcante” (JORNAL DE ALAGOAS, 25/05/1984, p. A-7). Na sessão de encerramento, estava sendo prevista a elaboração de um documento para ser entregue ao governador Divaldo Suruagy contendo outras reivindicações, além da já referida.

O II Congresso teve como homenageado o ex-senador Teotônio Vilela. Conforme publicado no *Tribuna da Luta Operária*, a particularidade deste evento em relação ao anterior

foi a participação ativa dos professores secundaristas, “empenhados em reconstruir sua entidade”. Na ocasião, o professor Tito Cavalcante, então presidente da APAL, teria lançado como palavra de ordem o lema “Diretas já, de diretor a presidente da República” (TLO, 04-10/06/1984, p. 4).

A referência ao Congresso também expôs a disputa travada no interior da entidade docente alagoana, tendo em vista que uma das figuras com voz destacada foi a professora Alba Correia, àquela altura vice-presidente regional da CPB, que verbalizou sobre o que entendia ser a missão da escola, a saber: “preparar o indivíduo para influir e modificar a realidade que o cerca. No entanto a política oficial prega a passividade dos professores e alunos” (TLO, 04-10/06/1984, p. 4).

As demandas econômicas do professorado também foram contempladas no Congresso, dentre as quais para o momento, se sobressaído, por aclamação, a reivindicação pela equiparação salarial dos professores aos demais servidores com mesmo nível de formação. Sobre isso, a professora Jarede Viana, ex-presidente da APAL e então vereadora pelo PMDB, reforçou “que o governador, ao assumir, prometeu a equiparação até o final de seu governo. Mas o que ocorre é o contrário” (TLO, 04-10/06/1984, p. 4).

A demanda pela equiparação salarial se estendeu ao longo de praticamente todo o ano de 1984, sendo virtualmente conquistada no dia 3 de setembro, quando o governador se comprometeu a enviar o projeto de equiparação para a AL até o mês de outubro próximo, diferentemente da seleridade noticiada pelo *Jornal de Alagoas*. Dando então, o “desfecho de uma luta memorável, que teve o apoio da população. As oito entidades do magistério mantiveram uma firme unidade na mobilização, com assembleias e manifestações durante meses” (TLO, 10-16/09/1984, p. 6).

Das mobilizações pela equiparação salarial, resultou também a indicação, por aclamação em assembleia geral, do nome da professora Alba Correia para encabeçar a chapa da unidade nas eleições da APAL, marcadas para novembro deste mesmo ano. Sobre a conquista da equiparação salarial e adotando um tom de crítica em relação ao posicionamento da Associação, a referida professora falou sobre o que considerou ser uma luta objetivando “corrigir uma injustiça que desde 1978 pesava sobre os professores, vítimas de uma discriminação absurda, das falsas promessas dos governantes, e, por outro lado, ressentidos também pela falta de uma ação mais firme e unificada das entidades” (TLO, 04-10/06/1984, p. 4).

Enquanto isso, e noutra frente, antigas divergências afloraram, servindo para demonstrar as aproximações entre a atual diretoria da entidade e a Secretaria de Educação. O episódio se deu em meio a discordâncias entre Jarede Viana e Tito Cavalcante, presidente da APAL, em relação ao concurso público. Jarede, ex-presidente da APAL e então vereadora pelo PMDB, denunciou “legitimação de fraude” no concurso público a ser realizado para a Secretaria de Educação e Cultura, cujo secretário era Douglas Apratto. Sobre o que, o professor Tito discordou: “Não é verdade. Desconheço do edital qualquer fraude. Houve uma precipitação da vereadora, que ela faça oposição com Justiça e não dizer por dizer”, afirmou” (JORNAL DE ALAGOAS, 05/06/1984, p. A-3).

Tito Cavalcante, demonstrando sua relação amistosa com o secretário, disse:

Sempre que levo os problemas para o secretário de Educação ele mostra-se sensível e nos ajuda. Discordo de algumas coisas do professor Douglas, mas jamais duvidei de sua sinceridade e honestidade nos trabalhos relacionados com a educação em nosso Estado e a sua preocupação com a nossa classe (JORNAL DE ALAGOAS, 05/06/1984, p. A-3).

O concurso destinou 925 vagas para professor, sendo organizado pela Fundação de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas. As vagas contemplaram a Capital e o interior, do pré-escolar ao 1º grau, sendo reservadas algumas delas para o 2º grau (JORNAL DE ALAGOAS, 10/06/1984, p. A-3). A estimativa foi de que o número de inscritos ultrapassou os 5 mil (JORNAL DE ALAGOAS, 29/06/1984, p. A-3). A referência ao concurso pode ser importante por indicar a possibilidade de uma maior estruturação do sistema educacional alagoano e, conseqüentemente, do contingente de professores e professoras. Contingente este, que fora mobilizado pela APAL, através das lideranças oposicionistas em torno do movimento “Nova APAL”, vitoriosas nas eleições para direção da entidade, realizadas em 1984, conforme discutido no quinto capítulo, sendo, portanto, fator importante para uma atuação combativa da entidade.

6.6 NO APAGAR DAS LUZES DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA, UM ALERTA: O RELATÓRIO DOS ÓRGÃOS DE VIGILÂNCIA SOBRE O MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO DOS PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS

No ano de 1984, a Divisão de Segurança e Informações, ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), produziu um relatório sobre as mobilizações dos professores de diversas redes públicas de ensino do país. Tendo como título “Magistério de 1º e 2º Graus – Movimento reivindicatório”, o referido documento deu conta das ações desenvolvidas pela

associações estaduais no período correspondente aos meses de maio a novembro do ano em questão.

Segundo o relatório, a questão salarial deu a tônica principal dos movimentos reivindicatórios, tanto em âmbito estadual quanto municipal. Sua primeira consideração foi a de que as “Associações de Professores têm liderado esses movimentos buscando, principalmente, criar condições para uma mobilização a nível nacional, ainda difícil de ser realizada em razão das peculiaridades regionais” (DSI, 1984, p. 1). Consideração com a qual concordamos em parte. Isto porque, em que pese a pertinência de se atentar para as peculiaridades regionais, pensamos que no período em questão a CPB ainda estava encontrando dificuldades para conseguir articular a identidade dos interesses do professorado em âmbito nacional, partindo das experiências vividas por cada coletivo estadual para alcançar, em termos thompsonianos, um certo patamar de experiências comuns, partilhadas.

De nossa parte, acreditamos que isso se deva muito em razão de alguns fatores estruturais, como a dificuldade de se estabelecer uma pauta única referente ao piso salarial, por exemplo, tendo como base o salário mínimo, uma vez que seus valores ainda não estavam unificados nacionalmente. Mas, também e de outra parte, tenha que ver com o processo, ainda em curso e com embates, de democratização da própria Confederação dos Professores do Brasil, conforme discutimos no capítulo referente à entidade nacional, e seu alcance para além do eixo Sul-Sudeste, sobre o quê abordaremos no capítulo seguinte.

De todo modo, as Associações estaduais conseguiram, cada uma ao seu modo, realizar movimentos importantes ao longo de praticamente todo ano de 1984. O quadro geral esboçado no relatório do DSI deu conta de registrar a ocorrência de greves e outras mobilizações de Norte a Sul do país. No tocante à região Nordeste, além da greve do professorado de Sergipe, já discutida neste capítulo, foram relatadas ações nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Bahia.

Com relação ao estado da Paraíba, o destaque foi dado a reivindicações do professorado integrante de algumas redes municipais, inclusive na cidade de João Pessoa, capital do estado. De acordo com relatório, as reivindicações se concentraram na questão do piso salarial (com valores que variavam conforme a localidade), do 13º salário de outras melhorias salariais. Sobre a AMPEP, o documento classificou sua direção como “moderada”, enfatizando sua “luta por eleições diretas” e a defesa de “uma proposta que leve o movimento sindical a levantar a bandeira da greve geral, como única forma de conquistar os seus objetivos” (DSI, 1984, p. 8).

Em Pernambuco, a demanda relatada foi referente aos professores da rede particular de ensino. No Rio Grande do Norte, os professores da rede oficial de ensino paralisaram suas atividades no dia 30 de novembro, reivindicando melhorias salariais, tendo decidido por “prolongar a paralisação até o final do período letivo” (DSI, 1984, p. 13).

Mais interessantes, no entanto, são as conclusões apresentadas no relatório. De início, tratando as mobilizações realizadas pelo professorado nos estados em termos de uma “campanha salarial”, destacou a “organização”, “maturidade”, “coesão”, “bom grau de mobilização” e, principalmente, “a disposição de ‘luta de classe’” (DSI, 1984, p. 13). Características estas que, nem sempre e num passado não muito distante, seriam praticamente inviáveis de se atribuir ao movimento dos professores.

Nesta linha, o balanço realizado considerou como mais importantes não as conquistas econômicas, em sua maioria, não atendidas satisfatoriamente, mas o significado das lutas do ponto de vista organizativo em âmbito nacional

As greves ocorridas não atingiram plenamente os objetivos colimados, entretanto, vêm criando condições para a unificação das lutas do magistério secundarista, particularmente em relação às reivindicações de 13º salário, reajuste semestral sobre o INPC, piso salarial e eleições diretas para diretores das escolas oficiais, objetivos comuns a toda a classe (DSI, 1984, p. 13).

Na sequência de suas conclusões, o documento da Divisão, afirmou que os movimentos reivindicatórios desenvolvidos nos diversos estados do país, fortaleceram “a consciência de classe do magistério”, revigorando “sua força política” e estabelecido o entendimento de que “benefícios e direitos são conseguidos através de pressões” (DSI, 1984, p. 13). Por fim, enfatizou que os movimentos em questão

abriram espaço para a contestação, fortaleceram as Associações de Professores nos Estados e, conseqüentemente, a entidade máxima do magistério de 1º e 2º graus, a CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB), cuja aspiração é participar do movimento sindical brasileiro (DSI, 1984, p. 13).

Assim, acreditamos que as conclusões elencadas não partiram de uma abstração infundada. Pelo contrário, pensamos, que têm fundamento na observação empírica e, muito provavelmente, quase sempre *in loco* das demandas colocadas pelo professorado organizado em seus respectivos estados, no sentido mesmo de superar as tais “peculiaridades regionais”, sem, no entanto, ignorá-las completamente, e comungar de experiências comuns a todo o

magistério como o único caminho possível de se consolidarem enquanto força política expressiva nacionalmente.

Quanto a este aspecto, o relatório esboça com admirável clareza as condições de emergência significativamente dadas para a viabilização desse projeto. E, quanto a isto, concordamos, acrescentando que as “maturidade” e “organização” constatadas neste ano resultam do acúmulo de experiências e de processos de articulação da identidade dos interesses do professorado que decorrem antes mesmo do período contemplado nesta pesquisa, mas que se condensam de modo sintomaticamente relevante quando do processo de redemocratização, culminando no abrir de portas da Nova República.

6.7 CONCLUSÃO

Mediante o exposto, não foi nosso propósito estabelecer uma linha evolutiva das ações desenvolvidas nos diferentes estados, como que tentando indicar uma progressão linear no nível de organização ou de consciência do professorado. Se, pensando junto com Thompson (2019), a experiência de classe é determinada pelas condições a que homens e mulheres são submetidos contra a sua vontade, no caso aqui, baixos salários, condições precárias de trabalho, perseguição política; o mesmo não se pode dizer sobre a consciência de classe, isto é, a forma como essas experiências são tratadas. Conforme Thompson (2019, p. 10), é possível “ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A Consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma”.

Assim, nosso interesse consistiu mesmo em demonstrar o processo pelo qual o associativismo combativo foi se desenvolvendo e realizando na região Nordeste, nos diferentes contextos analisados, imprimindo um novo modo de organização e atuação das Associações estaduais e inserindo os(as) trabalhadores(as) em educação no conjunto das forças em disputa pelos rumos políticos, econômicos e educacionais do país, tendo como porta de entrada a luta pela conquista de suas demandas específicas.

7 NOVA REPÚBLICA, VELHOS PROBLEMAS: GREVES E OUTRAS MOBILIZAÇÕES DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE

Mesmo concluída uma parte importante do processo de abertura política no Brasil, por ocasião dos arranjos e disputas que garantiram o primeiro presidente civil desde a instauração do regime civil-militar em 1964, não era de se esperar que as questões econômicas, sociais e políticas que afligiam o país fossem resolvidas na forma de um passe de mágica. No caso específico da região Nordeste, a situação talvez fosse ainda mais delicada, em se tratando de uma região com precários índices de desenvolvimento, econômico e humano, ainda relativamente marcada pelo predomínio das oligarquias rurais e políticos alinhados ao conservadorismo de recorte autoritário.

Dados publicados no Anuário Estatístico do Brasil (AEB) revelam a continuidade e o aumento dos problemas concernentes às condições de vida das populações da região Nordeste, repercutindo, sem dúvida, mais fortemente no conjunto da classe trabalhadora e dos diversos segmentos populares. Neste particular, o AEB de 1986 detalhou o aumento do custo de vida em algumas das principais capitais do país, através de tabela sobre os índices de preço dentre os anos 1980-1986, especificando o Índice de Preços ao Consumidor (INPC), restrito e por grupos de produtos. Sobre a região Nordeste, a publicação destacou os casos das Regiões Metropolitanas de Recife e de Salvador, cujos índices podem ser melhor verificados mediante tabelas abaixo.

**Tabela –
Índices de Preços ao Consumidor, restrito, por grupos de produtos, na Região Metropolitana de Recife – 1979-1986.**

Geral		Alimentação	
Jan./1980	Dez./1980	Jan./1980	Dez./1980
0,35%	0,32%	0,34%	0,30%
Jan./1986	Dez./1986	Jan./1986	Dez./1986
87,74%	118,29%	89,87%	113,35%

Fonte: AEB, 1986, p. 388.

**Tabela –
Índices de Preços ao Consumidor, restrito, por grupos de produtos, na Região Metropolitana de Salvador
– 1980-1986.**

Geral		Alimentação	
Jan./1981	Dez./1981	Jan./1981	Dez./1981
0,70%	0,65%	0,64%	0,59%
Jan./1986	Dez./1986	Jan./1986	Dez./1986
87,31%	120,74%	90,75%	119,61%

Fonte: AEB, 1986, p. 389.

Tanto a tabela referente à Região Metropolitana de Recife quanto a referente à Região Metropolitana de Salvador indicam um aumento expressivo no custo de vida da população de duas das mais importantes capitais do Nordeste. Os índices verificados no ano de 1986 superam em muito os números registrados quando do início da década, muito provavelmente, tendo como principal fator o fracasso do Plano Cruzado como tentativa de responder aos problemas econômicos engendrados, em grande monta, pelas medidas executadas durante o regime civil-militar.

Situação que se confirmou e se agravou ainda mais no final da década, quando os índices saltaram para números estratosféricos. O Anuário Estatístico de 1989 deu conta de divulgar o INPC registrado, dentre outras, nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador e Fortaleza, retomando praticamente toda a década de 1980. Em dezembro de 1988, por exemplo, os índices gerais correspondiam aos incríveis números de 6.596,94%, em Recife, 6.230,63%, em Salvador, e 6.102,69%, em Fortaleza (AEB, 1989, p. 468-470). Assim, a Nova República apresentava desde o seu início um cenário não muito promissor para a superação dos velhos problemas que acometiam milhares de brasileiros e brasileiras.

Neste sentido, nos interessa nesse capítulo discutir sobre as experiências e lutas dos professores da educação básica nos estados contemplados nesta pesquisa, evidenciando o processo de amadurecimento da categoria e o nível de organização coletiva conquistado, assentados em experiências com notórias feições classistas, no sentido de reivindicar melhores condições de vida e trabalho e interferir nos rumos da educação e da política regional e nacional. Aspectos que coincidem com o próprio aumento do contingente de professores e demais trabalhadores da educação no decorrer dos anos de 1980, conforme mencionado na introdução desse texto a partir de Miranda (2011).

Devido à denominação “corpo docente”, utilizada no Anuário de 1983, e “pessoal docente”, acionada nos Anuários de 1984 e 1989, torna-se difícil quantificar com maior precisão o total específico de professores, pois os números correspondem também a outros profissionais que exercem atividades consideradas como funções docentes, muito provavelmente como diretores, orientadores e supervisores escolares.

**Tabela -
Corpo/pessoal docente do ensino de 1º Grau por Estado – 1980 - 1988.**

	1980	1981	1982	1983	1986	1987	1988
RN	6.686	6.823	7.028	7.658	19.519	20.395	21.317
PB	5.649	6.152	6.798	7.041	27.687	28.607	29.526
PE	23.740	17.751	17.521	20.184	50.422	51.817	53.210
AL	5.731	3.697	4.171	5.479	17.126	17.867	18.615
SE	3.293	3.821	4.370	4.508	10.647	11.033	11.421

Fonte: AEB, 1983; 1984; 1989.

Entre os anos de 1980 e 1982, no 1º Grau, tanto o número de docentes estaduais quanto municipais ultrapassava muito mais que o dobro de docentes do ensino particular. Em relação ao 2º Grau, a situação se modificava: de um modo geral, o total de docentes dos estabelecimentos particulares se assemelhava e, na maioria dos casos, ultrapassava o número de docentes das redes estaduais e municipais. No ano de 1983, concernente ao 1º Grau, o quantitativo de docentes das redes estaduais e municipais continuou sendo superior aos de docentes das redes particulares. Quanto ao 2º Grau, total de docentes dos estabelecimentos particulares esteve um pouco abaixo que o número de docentes das redes estaduais – praticamente se igualando em alguns casos –, mas sempre superior ao total dos docentes municipais.

**Tabela -
Corpo/pessoal docente do ensino de 2º Grau por Estado – 1980 - 1988.**

	1980	1981	1982	1983	1986	1987	1988
RN	928	1.214	1.397	1.585	3.533	3.721	3.907
PB	1.643	1.417	1.837	1.696	4.365	4.586	4.806
PE	2.736	2.288	3.054	3.738	9.285	9.552	9.866

AL	555	625	535	886	2.828	2.974	3.120
SE	364	576	613	560	1.601	1.674	1.750

Fonte: AEB, 1983; 1984; 1989.

Nesta mesma linha, conforme os dados do Anuário Estatístico de 1989, deram conta de divulgar que, entre os anos de 1986 e 1988, o quantitativo de docentes dos estabelecimentos de ensino de 1º Grau permaneceu sintomaticamente superior ao número de docentes do 2º Grau. No entanto, diferentemente das publicações de anos anteriores, não foi feita uma distinção entre o quantitativo de professores das redes estaduais, municipais e particulares. O que dificulta ainda mais uma análise mais precisa.

No entanto, em que pese a imprecisão dos dados apresentados, é possível constatar que no período compreendido entre os anos de 1980 e 1988 – a despeito da ausência de registros referentes aos anos de 1984 e 1985 – o quantitativo de pessoal docente, nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, assim como ocorrido em âmbito nacional, cresceu exponencialmente, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1980, em ambos os níveis de ensino.

Fato contínuo, o total de docentes do ensino de 1º Grau permaneceu significativamente maior que o número do pessoal do ensino de 2º Grau. Conforme sinalado anteriorme, as denominações “corpo docente” e “pessoal docente” não permitem quantificar o total de professores, mas nos permitem inferir o crescimento também do contingente de professores no período em questão, uma vez entendida a própria dinâmica organizacional e estrutural das unidades escolares, nas quais os professores compunham a maior parte do quadro funcional.

No limite, com base nas questões enunciadas neste preâmbulo, interessa-nos discutir sobre como homens e mulheres continuaram a enfrentar, nos termos de Thompson (2019), a “dureza dos tempos”, aproveitando-se “de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação” (THOMPSON, 2012, p. 140).

7.1 E AGORA CPB? – PARTE II: A AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA CPB PELAS ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS DO NORDESTE

Esta seção foi feita com base no Relatório da Confederação dos Professores do Brasil referente às atividades desenvolvidas pelas entidades filiadas dos diversos estados do país no ano de 1986. A dinâmica de produção desse relatório consistiu no envio, por parte das próprias associações estaduais, de informações concernentes vários aspectos. Destes, um dizia

respeito à avaliação das entidades estaduais sobre a atuação da Confederação. Conforme nosso propósito neste trabalho, abordaremos os pontos e questões levantados pela APENOPE, AMPEP, APAL e APMESE²², destacando seus elogios e suas críticas à CPB.

Sua alocação nesse capítulo se justifica pela questão levantada nessa tese em relação ao papel da CPB no concernente à articulação da identidade dos interesses do professorado da educação básica no Brasil. Desde o final dos anos de 1970, críticas, divergências e disputas puseram em questão a capacidade articulatória da entidade nacional, tal qual discutido em capítulo específico sobre o assunto.

Assim, no transcurso da redemocratização brasileira, a Confederação operou modificações internas em seus mecanismos de participação e espaços de decisão, sinalizando para uma maior presença junto às entidades estaduais. No entanto, no limiar da Nova República o Relatório da própria CPB dar a ver a persistência das questões referentes ao seu alcance, à sua presença e participação nos estados, para além do tradicional eixo Sul/Sudeste. As críticas desferidas pelas Associações nordestinas aqui contempladas dão conta de explicitar que a CPB ainda carecia de uma inserção satisfatória na região, apesar dos avanços obtidos em anos anteriores.

7.1.1 A APMESE sobre a CPB

A Associação dos Professores do Magistério do Estado de Sergipe pontuou cinco questões em sua síntese avaliativa sobre a atuação da CPB. De início, criticou o que julgou como “Pouca combatividade no Movimento Nacional dos Professores”, fechando com a consideração de que a entidade nacional teria demonstrado em algumas situações “insegurança na condução dos trabalhos”, sem, no entanto, apontar nenhum exemplo específico. Porém, o centro de sua crítica esteve no que pode ser entendido como uma espécie de discriminação ou, no mínimo, de diferença no tratamento com algumas regionais e suas entidades. Nesta linha foram explicitados os outros três pontos da síntese, a saber: “2. Discriminação com algumas Entidades no repasse de verbas. 3. Falta de apoio a algumas regionais, tanto financeira como politicamente. 4. O não tratamento igualitário para com todas as afiliadas” (CPB, 1986).

²² Consta no relatório que a APRN não enviou as informações para a CPB.

No espaço destinado às sugestões para o biênio 1987-1988, a APMESE voltou a sinalizar suas críticas em relação ao posicionamento da CPB e à atuação da entidade em âmbito regional, cobrando por:

1. Maior atuação da CPB, principalmente nas regionais.
2. CPB mais combativa.
3. Calendários executáveis com comunicação às entidades antecipadamente.
4. Que a diretoria da CPB seja realmente a nível nacional, com caráter federativo e não apenas político-partidário (CPB, 1986).

Finalizando, pontuando mais duas sugestões no sentido de que o Conselho de Entidades da Confederação voltasse a ter “caráter federativo” e de que a contribuição das entidades fossem igualitárias, “mesmo tendo que aumentar o percentual”, visando a manutenção da atuação da CPB e de suas regionais (CPB, 1986).

7.1.2 A APAL sobre a CPB

Neste período, a professora Maria Alba Correia, além de presidente da APAL, era também vice-presidente na regional Nordeste II da CPB. Apesar disto, ou exatamente por isto mesmo, críticas não deixaram de ser feitas à atuação da entidade nacional. Assim, sobre a CPB, a APAL, embora reconhecesse “o crescimento político da categoria e da sua atuação”, trouxe em sua síntese avaliativa questões referentes ao que considerou ser “problemas organizativos que entravam a sua tarefa”, listando, inicialmente, “1. inadequada política de sustentação material. 2. debilidade na atuação das secretarias, não encaminhando inteiramente as propostas de Política Educacional, e com fraca atuação no movimento sindical” (CPB, 1986).

Em relação à organização e atuação da entidade mais em âmbito regional, as críticas foram no sentido de uma “indefinição no papel das vice-presidências regionais”, concluindo, numa linha parecida com a crítica feita pela APMESE, com queixas referentes ao que a entidade considerou como “distanciamento significativo” das bases estaduais, a despeito de reconhecer um “processo de reversão” neste sentido (CPB, 1986).

A Associação dos Professores de Alagoas, por seu turno, em relação às sugestões para o biênio preferiu focar nas demandas de âmbito nacional referentes à legislação educacional a ser implementada, na esteira do processo de efetivação da redemocratização do país, defendendo a priorização da “luta pelo Ensino Público e Gratuito na Constituinte”, e a um “Plano Nacional de Carreira do Magistério”. Por fim, e agora tratando mais especificamente

da própria Confederação, chamou atenção para “o fortalecimento organizativo da entidade junto às bases da categoria” (CPB, 1986).

7.1.3 A APENOPE sobre a CPB²³

Diferentemente de suas entidades congêneres em Sergipe e Alagoas, a APENOPE adotou um tom mais direto e mais duro. De início, reconheceu que a atuação da CPB “melhorou um pouco em 1986”, identificando este dado com surpresa, como tendo superado mesmo as expectativas da entidade docente pernambucana, em virtude do que julgou como “falta de unidade interna” da diretoria da Confederação, “em função de todo um processo eleitoral equivocado a partir da eleição em Vitória do Espírito Santo” (CPB, 1986).

Para a APENOPE, o único “ponto alto” da CPB neste ano teria sido a realização da greve geral no dia 17 de abril. Apesar disto, elencou como aspectos “totalmente negativos” os seguintes: “o acompanhamento direto e sistemático dos trabalhos das entidades; o apoio as greves estaduais principalmente em Pernambuco; a interferência, a influência junto às entidades nos Estados com mais de uma entidade” (CPB, 1986). Este último ponto expressa claramente as divergências e disputas existentes no interior do movimento docente da educação básica estadual em Pernambuco, em que figuravam APENOPE e CPP.

Também diferentemente da APMESE e, óbvia e mais sintomaticamente, da APAL, a APENOPE teceu fortes críticas em relação à atuação da própria regional Nordeste II, citando nominalmente sua vice-presidente. De acordo com a Associação pernambucana, o trabalho desenvolvido pela regional junto à ela foi “praticamente nulo”. “Só agora, já em (19)87 no dia 7 de janeiro é que contamos c/ a presença da Prof^a Alba Correia apesar das greves, quando a iniciativa deveria partir da própria CPB e um trabalho de avanço organizado e objetivo” (CPB, 1986).

Concluindo sua síntese, a APENOPE contemporizou, sinalizando para o reconhecimento de “um mínimo de avanço no sentido sindical”, que teria sido beneficiado pela própria conjuntura política nacional, caracterizada pelo recente fim do regime civil-militar, e que poderia, “no mínimo, ser aproveitado para uma seqüenciada e mais acelerada melhoria de atuação se efetivada uma necessária unidade de ação para a próxima diretoria que será eleita no XX Congresso” (CPB, 1986).

²³ No Relatório consta que o CPP não respondeu a este item.

Por sua vez, em relação às sugestões para atuação da CPB, a APENOPE voltou a enfatizar o distanciamento da regional Nordeste II, reclamando pela necessidade de realização “de reuniões sistemáticas com as entidades, além dos Conselhos. Encontros regionais. Visitas à Diretoria Executiva das entidades p/conhecer a realidade”, e finalizando o item com uma questão que lhe interessava mais particularmente: de que a CPB desenvolvesse um “trabalho efetivo no sentido de contribuir para a unificação das entidades nos Estados onde haja mais de uma” (CPB, 1986). Sobre este item em específico, o CPP, de forma direta e genérica, sugeriu “mais presenças dos Vice-Regionais aos Estados”.

7.1.4 A AMPEP sobre a CPB

O posicionamento da entidade paraibana foi o de que a CPB apresentou uma melhora na comunicação com as entidades filiadas, expressa na publicação de seu jornal com maior regularidade, uma tentativa de integração das entidades filiadas, e acertou no encaminhamento pelo Dia Nacional de Paralisação pela Constituinte, “algo inédito na Confederação” (CPB, 1986, p. 80). Acrescendo ser

[...] importante salientar que o ponto de culminância da CPB foi justamente ter encaminhado o Dia Nacional de Luta [...] que houvesse unidade dos educadores do 1º e 2º grau em torno de um mesmo objetivo de maneira unificada (CPB, 1986, p. 81).

Concluindo sua avaliação, criticava o que ainda considerava ser uma falta de integração entre as regionais da CPB e suas entidades afiliadas (CPB, 1986, p. 81), sugerindo, por fim, que a Confederação atentasse no biênio de 1987/1988 para as seguintes questões:

1. Maior integração entre as regionais e as entidades afiliadas;
2. Intensificação no Projeto Tereza Noronha, que por sinal foi um ponto positivo da Confederação a realização do seminário acontecido no 1º semestre/86;
3. Encaminhar as discussões acerca da elaboração de um Estatuto do Magistério de forma unificada;
4. Estabelecer com precisão projetos para as inúmeras bandeiras de luta que já foram aprovadas em congressos anteriores, tais como: ensino público e gratuito, eleições diretas p/diretor de escola, unificação de data-base, propostas concretas p/a democratização do ensino, entre outras (CPB, 1986, p. 87).

Assim, verifica-se uma sintonia entre as questões levantadas pela AMPEP com as sinalizadas anteriormente no sub-itens destinados às avaliações das outras entidades. A cobrança por uma ação mais próxima das Associações estaduais se constitui, ao nosso ver,

como ponto principal da avaliação, exatamente por requerer da CPB um desempenho articulatório mais satisfatório diante das questões e demandas do professorado do país.

As críticas em relação à atuação da CPB neste novo horizonte apontado pelo fim do regime civil-militar também foram tecidas por algumas Associações da região Norte e mesmo das regiões Sul e Sudeste, relacionando-se com as divergências e disputas existentes no interior da própria Confederação e revelando a necessidade de a entidade nacional realizar ainda mais esforços no sentido de manter um diálogo mais consistentes com as entidades estaduais – e também de promover o intercâmbio entre essas entidades –, apesar da relativa capilaridade alcançada pela CPB no período.

No caso específico das Associações nordestinas, suas considerações e críticas sobre a atuação da Confederação demonstram, mais uma vez, que não estiveram simplesmente a reboque dos encaminhamentos da entidade nacional ou a mercê de seus silenciamentos. Pelo contrário, estiveram pautando o papel articulatório da CPB, questionando ausências, exigindo e propondo ações, revelando, novamente, o protagonismo das entidades nordestinas no conjunto das lutas do professorado de 1º e 2º Graus do Brasil, nos permitindo contestar fortemente a ideia de um movimento associativista “débil” na região Nordeste, como pressupôs Masson (1988).

7.2 “NOVA REPÚBLICA, VELHAS PRÁTICAS”: A GREVE DOS PROFESSORES NA PARAÍBA

Em maio de 1985, durante a gestão de Wilson Braga (PDS), os professores do ensino oficial do estado da Paraíba deflagraram um movimento grevista, sob a liderança da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba. Na ocasião, a entidade tinha como presidente o professor Agamenon Vieira da Silva, figura de notável trajetória, também, junto à Central Única dos Trabalhadores e à Confederação dos Professores do Brasil.

O referido movimento, foi relatado em páginas de documento elaborado por agência de vigilância. Segundo o texto em questão, o professorado paralisou suas atividades no dia 2 de maio do ano em tela, tendo em vista o não atendimento por parte do governo de suas reivindicações, a saber: “antecipação dos reajustes salariais do mês de JULHO/85 para MAIO/85; concessão de gratificação para os Especialistas em Educação; e a elaboração de um Estatuto para o Magistério Público” (ACE 6831, 1985, p. 1).

Passados mais de dez dias de movimento paredista, o governo estadual solicitou, junto ao Ministério do Trabalho (MT), a decretação da ilegalidade da greve e ameaçou os grevistas

de demissão, caso prosseguissem com a greve. Em contrapartida, de forma rápida, os professores entregaram ao governo um documento contendo uma série de reivindicações, argumentando que somente após o atendimento das quais, retornariam às suas atividades. As exigências da categoria foram:

Regularização da situação dos quase 2.700 professores emergenciais (não dispõem de vínculo empregatício com o Estado) até 30 MAI 85; definição até 15 OUT 85 da data de realização de um concurso público para o magistério; o abono de 20%, já concedido a todos os funcionários, seja transformado em reposição salarial; o reajuste salarial que será concedido em JULHO/85 não seja inferior ao INPC (ACE 6831, 1985, p. 1).

Com a permanência do impasse, no dia 17 de maio foi criado um Comitê de Apoio à Greve dos Professores. De acordo com o relatório do órgão de vigilância, este Comitê foi criado nas dependências da própria AMPEP e contava com a participação “de mais de 20 entidades e partidos políticos” (ACE 6831, 1985, p. 2), dentre os quais: Sindicato dos Jornalistas Profissionais/PB, Sindicato dos Economistas/PB, Sindicato dos Médicos/PB, Associação dos Funcionários da Universidade Federal da Paraíba (ADUFPB), Associação dos Docentes da UFPB, Federação Brasileira dos Professores de Educação Física, CUT, PCdoB, Associação Santo Dias e Associação de Moradores de Mangabeira e Costa e Silva.

Da formação do Comitê, resultou a elaboração de um manifesto com críticas contundentes ao governo estadual, acusado, conforme consta no relatório, de “‘intransigente’ e de ‘cometer ilegalidade’, ao ‘continuar usando práticas da Velha República, arrochando os salários e ameaçando os professores de demissão’” (ACE 6831, 1985, p. 2).

Ao que parece, a pressão exercida pelo Comitê surtiu efeito, pois, neste mesmo dia, o governo divulgou, em Nota Oficial publicada em veículos da imprensa local, a ampliação do prazo de retorno de todos os professores às suas atividades normais para o dia 20 de maio. Em assembleia geral, a categoria decidiu pelo retorno às aulas no prazo estabelecido, em virtude do compromisso assumido pelo governo de atender a totalidade de suas reivindicações.

- a. aumento salarial em JULHO/85, na base de 100% do INPC;
- b. contratar até JUNHO/85, os quase 2.700 professores emergenciais e conveniados;
- c. estender aos supervisores, orientadores, coordenadores e técnicos em educação a gratificação de “PÓ-DE-GIZ” mesmo em caso de licença ou férias;
- d. gratificação de 20% aos professores de alfabetização e educação especial;
- e. realização de concurso público, tão logo se regularize a situação dos professores emergenciais e conveniados;
- f. encaminhar à ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA/PB, até o dia 20 JUN 85, o novo Estatuto do Magistério, antes do recesso legislativo (ACE 6831, 1985, p. 3).

Concluindo, o relatório registrou que, durante a realização do movimento paredista, não houve “nenhum ato de violência” e que nenhum professor grevista fora demitido. No documento em questão não foi feita nenhuma menção à Associação dos Professores Licenciados da Paraíba, o que, pelo que discutimos em outro momento, não nos gera nenhuma surpresa.

No ano seguinte, a AMPEP encaminhou sua avaliação referente à sua atuação neste período para compor o *Relatório de Atividades* da Confederação dos Professores do Brasil. No que diz respeito às conquistas obtidas neste ano, a Associação apontava a aprovação do Estatuto do Magistério com a garantia do piso de seis salários mínimos a ser pago em duas parcelas, sendo a primeira em janeiro e a segunda em março do ano seguinte, seguida da diminuição da carga horária em sala de aula para 25 horas, em vez das 30 horas anteriores e, por fim, da “transformação dos 40% da gratificação pó-de-giz sobre a aula dada em 40% sobre os vencimentos” (CPB, 1986, p. 33).

Em relação às reivindicações ainda não atendidas, a AMPEP indicava também o total de três, a saber: “1. Eleições diretas p/diretor de escola; 2. Efetivação do piso salarial; 3. Realização do concurso público” (CPB, 1986, p. 40).

7.3 IMAGENS DA/DE LUTA EM ALAGOAS: CONGRESSOS, GREVES E OUTRAS MOBILIZAÇÕES

Assim como discutimos em seção integrante do quinto capítulo deste trabalho, o perfil organizativo da Associação dos Professores de Alagoas sofreu um choque significativo quando da vitória da chapa que levou a professora Maria Alba Correia para a presidência da entidade, por ocasião das renhidas eleições de 1984. Daí em diante, a entidade encaminhou importantes ações, com intensa participação da categoria, no sentido de reivindicar direitos, melhorias salariais e discutir sobre temas relevantes para a educação, em franca relação com a entidade nacional, a CPB. Neste sentido, por exemplo, em 18 de setembro de 1985 a APAL realizou o seu III Congresso Estadual.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Ao que tudo indica, o tema central do evento girou em torno da questão da educação na Nova República e os desafios indicados em seu alvorecer.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

O governador Divaldo Suruagy (PDS), agora pela segunda vez à frente da gestão estadual – repetindo o que houvera feito quando do Congresso Nacional da CPB, em 1978, realizado na capital alagoana –, esteve presente no evento. Além dele, Marco Maciel, então Ministro da Educação, e Tomaz Wonghon, Secretário Geral da CPB, também registraram participação.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

No seguimento de suas ações, em 1986, a Associação dos Professores de Alagoas participou de importantes eventos, regionais e nacionais, no cenário de lutas trabalhistas, políticas e sociais do país, como o I Congresso Nacional da Mulher Trabalhadora, o III Congresso da Classe Trabalhadora (CONCLAT), ambos em São Paulo e o XIX Congresso da CPB, em João Pessoa, Paraíba (CPB, 1986, p. 61).

No plano local, destacou-se a paralisação geral das atividades nas escolas das redes estadual e municipal no dia 17 de abril de 1986, conforme apontava o calendário nacional de lutas aprovado na CPB, quando os professores se concentraram em frente ao Palácio do Governo, de onde, posteriormente, saíram em passeata pelas ruas de Maceió. Importante também foi a realização, no mês de maio, do IV Congresso Estadual, que contou com a participação de cerca de três mil professores (CPB, 1986, p. 61).



Professora Alba Correia discursando no IV Congresso da APAL. Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Novamente, registrou-se a presença do Secretário Geral da CPB, Tomaz Wonghon. O evento também foi organizado com o apoio de outras entidades da área educacional do estado de Alagoas e defendeu dentre suas pautas, a implementação do plano de cargos e salários para os professores municipais.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Nos registros do *Relatório de Atividades* da Confederação dos Professores do Brasil, concernentes ao referido ano, a APAL indicou as seguintes conquistas:

1. Participação conjunta com as entidades do magistério do Estado, na indicação democrática da Superintendência da Fundação Educacional de Maceió – Jan/86.
2. Eleição direta para diretores de escola nos municípios de Maceió e São Miguel dos Campos.
3. Conquista do Plano de Carreira para o Magistério municipal de Maceió, vinculando três salários mínimos, como piso, para professor de nível médio e 5 salários mínimos para o professor de nível superior.
4. Pagamento imediato do s.m. aos professores municipais, em mais de 20 municípios, através de lutas sob a coordenação da Entidade.
5. Equiparação dos professores inativos aos da ativa, na rede municipal de ensino da Capital – Maceió.
6. Conquista do Plano de Carreira, para o magistério da rede estadual, com valores equivalentes a três s.m. para o professor de nível médio, e 6,4 s.m. p/ o professor de nível superior – Pgtº em 5 parcelas – em 16 meses.
7. Participação junto à DEMEC/AL na orientação para elaboração dos Estatutos do Magistério Municipal.
8. Democratização da Entidade, com criação de novas sub-sedes regionais.
9. Fortalecimento da Entidade através da elevação do nível de consciência e organização do magistério alagoano.
10. Destaque da Entidade no movimento sindical do Estado.
11. Integração com as entidades populares e estudantis.
12. Crescimento da entidade com o crescimento do quadro social.
13. Compromisso do Governador eleito com: piso salarial da categoria e consulta às entidades educacionais na escolha do Secretário da Educação e na elaboração da Política Educacional do Estado (CPB, 1986, p. 32)

Quanto às reivindicações não atendidas e demandas para o ano seguintes, a APAL destacou:

1. Eleição direta para diretores de escolas da rede estadual e democratização da educação.
2. Piso salarial vinculado ao s.m., para a rede estadual.
3. Aplicação do Plano de Carreira no prazo reivindicado (janeiro/87).
4. Salário mínimo imediato para os professores municipais em todo o Estado (CPB, 1986, p. 30-40).

No mesmo ano de 1986, a APAL realizou o Seminário de Lideranças do Magistério (SINTEAL, 2014), como resultado do Projeto Tereza Noronha, encabeçado pela CPB, e liderou aquela que, ao que parece, foi a primeira greve geral dos professores no estado, em conjunto com as demais categorias do funcionalismo público.

Pela primeira vez na história, já em 86, fizemos movimentação pesada, greve pesada aqui, e conquistamos a chamada equiparação salarial. Foi a primeira grande conquista que se teve. Na época era o governador José Tavares. Foi a primeira grande mobilização (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Imagens da época dão conta de mostrar uma audiência entre os professores e o governador José Tavares nas negociações pelas suas demandas.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

A audiência foi realizada no dia 15 de agosto de 1986 e lotou o gabinete do Governador.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Neste mesmo dia, embora não saiba dizer se antes ou depois do encontro com o governador, os professores realizaram uma Assembleia Unificada, conjuntamente com as demais categorias profissionais da educação no estado.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Apesar da audiência com o governador ter ocorrido no mês de agosto, registros da época também dão conta de identificar o encerramento do movimento grevista somente tendo se dado no mês de outubro daquele ano, mais especificamente no dia 31, com a realização de uma passeata.



Fonte: Arquivo do SINTEAL (Fotógrafo: Nicácio Lima).

Deste modo, as ações empreendidas pela APAL no período em questão foram consideradas como sendo muito positivas no que concerne a três aspectos, quais sejam: reivindicação, organização coletiva e articulação sindical. Com relação ao primeiro, a síntese avaliativa da Associação foi a de que o “trabalho da Entidade este ano, concentrou-se na luta salarial, na rede estadual e municipal, de forma unificada com as demais entidades do magistério em Alagoas” (CPB, 1986, p. 73).

No que diz respeito à organização e mobilização da categoria no estado, a avaliação foi de que

(...) cresceu o nível de organização da categoria que manteve-se mobilizada durante todo o ano, culminando com a primeira greve estadual, o que possibilitou o aceleração do processo de interiorização com a criação de mais algumas sub-sedes regionais e a tirada de representantes por município (CPB, 1986, p. 73).

A APAL também considerou para este ano que sua participação nos movimentos populares e no apoio às suas lutas foi significativa, reconhecendo sua maior contribuição junto ao movimento sindical no seu estado, em especial, configurando-se “numa Entidade vital para as articulações intersindicais, tendo durante o IV Congresso Estadual” se filiado à Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) (CPB, 1986, p. 73).

O ano de 1987, quando Fernando Collor de Melo inicia seu mandato como Governador, inaugura um período de muitos embates entre o professorado e o governo, em conjunto com outras categorias do funcionalismo público alagoano.

(...) o embate foi muito forte, e nesse período a gente tinha um grupo..., a realidade do serviço público não é a de hoje, ou seja, o serviço público era constituído por muitos profissionais, muita gente. Tá esvaziado hoje o serviço público; você vai numa repartição pública, você praticamente não encontra quase servidor público efetivo; é só prestador de serviço aqui e ali, ou seja, a máquina tá muito desmontada do que era naquela época (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Na memória dos militantes da época, iniciava-se, ali, um dos períodos de maior combatividade da APAL, cujo protagonismo no bojo das lutas empreendidas pelo conjunto dos servidores do estado é destacado.

(...) em 87, nós organizamos o conjunto dos servidores públicos aqui em Alagoas. E a APAL naquela época a gente passou a coordenar, juntamente com o sindicato dos médicos, o grupo de servidores públicos. Aí fizemos uma aliança com mais de 40 entidades. Foi quando fizemos uma das maiores greves do estado, com todo servidor público, aqui, em 87, já em 87, foi uma grande mobilização. E aí o movimento sindical tomou corpo no serviço público em Alagoas e nós fomos um dos pioneiros contribuindo nessa organização desse processo, a APAL teve uma grande contribuição nesse processo (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Conforme explicitado, o movimento grevista reuniu as diversas categorias do funcionalismo público estadual em Alagoas, tendo a APAL como uma de suas entidades mais destacadas. Àquela altura, os debates em torno da unificação ganharam corpo, contemplando duas frentes distintas, uma mais geral e outra mais específica.

Não só professores, ou seja, a organização dos trabalhadores... Grande greve em 87. Então, isso foi o primeiro grande passo e a APAL se organizou e começou a fazer uma discussão já de unificação, porque a gente era, apesar de ter essas outras associações, de orientadores, de supervisores, todo mundo era filiado aqui também. E aí, a gente começou a fazer dois caminhos: um de organização do movimento sindical do serviço público, que teve nossa participação nesse processo e coordenava um grupo do serviço público; e outro, um grupo de coordenação das entidades que faziam a composição da educação para começar a fazer a discussão de unificação e acabar essas entidades (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

Neste período, as mobilizações realizadas pelo professorado público alagoano e demais categorias de servidores aglutinavam um contingente bastante expressivo de participantes, chegando, nas palavras de um militante na época, a contar com “15, 20 mil pessoas, 30 mil pessoas na rua” (MILTON CANUTO. ENTREVISTA, 2019).

No dia 5 de maio de 1987, a APAL organizou um debate, no ginásio do Centro Educacional Antonio Gomes de Barros, pela manhã, sobre a educação em Alagoas, “no qual irá propor uma política educacional para o Estado”. Para a parte da tarde, foi decidida pela realização de uma Assembleia Geral “com representantes de todos os municípios do Estado para avaliar a resposta do Governo estadual sobre as reivindicações da categoria” (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1987).

A principal questão reivindicada pelo professorado passava pela defasagem salarial acumulada desde o início do ano em 72,8%, “visto que não foram beneficiados com o disparo do gatilho” (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1987). Assim, a categoria reivindicava a antecipação das parcelas do plano de cargos e salários, aprovado no ano anterior, “além do piso salarial de 5 salários mínimos e a democratização da escola” (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1987).

Segundo o professor Milton Canuto, diretor do Departamento Sindical da APAL, a nível municipal a situação era ainda mais dramática, com professores percebendo menos de um salário mínimo. Assim, para o dia seguinte, organizaram a participação no “dia nacional de cobrança aos governos com o lançamento da campanha dignificação do professor municipal, com a entrega de documentos reivindicatórios aos prefeitos, governo estadual e Ministério da Educação” (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1987).

As movimentações do professorado se deram em meio à organização conjunta dos servidores estaduais, que vinham ameaçando paralisar suas atividades por não terem seus salários reajustados pelo então governador Fernando Collor (JORNAL DE ALAGOAS, 05/05/1987).

Noutra frente, o governo Collor vinha recebendo críticas da oposição em razão de algumas atitudes tomadas. As disputas entre o Governador e a oposição se mostraram fortes até mesmo diante de um caso aparentemente irrelevante: a demissão do diretor da Escola Margarez Lacet, professor Milton Urbano Pinto. Creditou-se a demissão à obra de perseguição política, em virtude de o referido diretor ser irmão do deputado Neno Pinto, do PFL. Deputados do PMDB, PDT e PSB também condenaram a demissão. Houve uma manifestação de estudantes, professores e funcionários da escola em questão, protestando contra a demissão do professor Milton Urbano (JORNAL DE ALAGOAS, 08/05/1987).

O clima entre o Fernando Collor e os professores não estaria dos melhores, pois o governador teria dito que em Alagoas havia 4 mil professores analfabetos. Em relação ao que, o professor Milton Canuto supostamente teria “concordado”, argumentando que a fala do

mandatário dizia respeito aos professores exercendo atividades burocráticas, fora da sala de aula. Segundo o diretor da APAL, a rede oficial de Alagoas era composta por cerca de 17 mil professores, estando aproximadamente a metade destes, atuando em serviços burocráticos ou à disposição em outros órgãos (JORNAL DE ALAGOAS, 08/05/1987).

Enquanto isso, as disputas e divergências existente nos interior da APAL se tornaram públicas. A questão da vez foi a “suspeita” de um possível esquecimento da entidade sobre a realização de seu Congresso Estadual. O assunto ganhou espaço no jornal local, sob o título de *Congresso esquecido pela APAL*:

Observam alguns setores discordantes da atuação da cúpula da APAL que desta maneira a situação no organismo objetiva a desarticulação das forças democráticas existentes no conjunto da classe com vistas a um dos assuntos mais polêmicos e importantes da pauta de debates políticos – as eleições para a definição da futura diretoria da APAL (JORNAL DE ALAGOAS, 12/05/1987).

Muito provavelmente, a nota publicada em jornal refletiu mesmo as disputas existentes no interior da entidade, uma vez que o Congresso poderia estar atrasado em relação aos últimos encontros realizados no mês de maio. Porém, nem sempre foi assim e no caso deste sua realização se deu no mês de agosto.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Tomaz Wonghon, agora enquanto Presidente da Confederação dos Professores do Brasil, esteve mais uma vez prestigiando V Congresso Estadual dos Professores, que defendeu a destinação de verbas públicas apenas para a educação pública, pauta levada nacionalmente pela CPB junto aos trabalhos da Constituinte, como vimos no capítulo referente à entidade nacional.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

A “Valorização da Escola Pública” foi tema central do evento, que também demarcou posições em relação às disputas em torno do texto Constitucional, através do lema “Constituinte: Democrática e Progressista!”.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Enquanto os servidores reivindicavam reajuste, Fernando Collor era criticado pela oposição por fazer repetidas viagens, inclusive para fora do país, em detrimento de buscar alternativas para resolver a questão colocada pelo funcionalismo público (JORNAL DE ALAGOAS, 12/05/1987). Assim, uma vez não atendidas suas reivindicações, os servidores do estado decretaram a greve pelo gatilho salarial, a despeito das ameaças de demissão em caso de deflagração de movimento paredista (JORNAL DE ALAGOAS, 19/05/1987).



“Faixas colocadas pelo centro da cidade anunciam a decretação da greve”.
(JORNAL DE ALAGOAS, 19/05/1987)

O movimento se expandiu para além da Capital, embora com ritmos de adesão diferenciados. Em Porto Calvo, os professores aderiram ao movimento grevista dos funcionários públicos, paralisando as atividades no Colégio Estadual Nossa Senhora da Apresentação e no Grupo Escolar Guedes de Miranda. As reivindicações explicitadas giraram em torno do disparo do gatilho salarial e do piso salarial, esta mais específica da categoria, que teria sido, inclusive, promessa de campanha do governador Fernando Collor. Segundo os professores:

O governador quando subia nos palanques fazendo comícios defendia o pagamento do piso salarial para os professores e os médicos e dentistas do Estado já estão usufruindo esse direito – dizem os professores, alegando que apenas o disparo do gatilho salarial não é suficiente para que a categoria leve uma vida digna diante da elevação do custo de vida (JORNAL DO NORTE, 21/05/1987).

De acordo com os professores de Porto Calvo, só com o piso salarial seria possível recuperar parte das perdas em seu poder aquisitivo. A categoria no município afirmou o desejo de seguir até o final do movimento, não temendo as ameaças de demissões.

Em Penedo a adesão à greve não foi muito significativa, sendo os professores a categoria que registrou maior taxa de paralisação das atividades, algo em torno de 70%, o que também foi considerado baixo diante das expectativas. Neste sentido, o “professor Joaquim Silva que já foi membro do Núcleo da Apal em Penedo e que atualmente é dirigente da Apal

em Maceió, ficou constrangido e sem saber o motivo pelo qual, os grupos escolares não pararam as suas atividades” (JORNAL DO VALE, 21/05/1987). De modo que o referido professor ficou de fazer contatos com diretores e professores a fim de obter explicações sobre a baixa adesão e lembrar da necessidade da luta.

A presidente do Núcleo da APAL em Penedo, professora Enedina Ferreira Lima, também lamentou o funcionamento normal de alguns grupos escolares e afirmou a importância de conscientizar a categoria pela paralisação total das atividades por tempo indeterminado.

Enquanto durar a greve, diz a professora Enedina Ferreira, os servidores públicos estaduais lotados aqui em Penedo, continuarão as suas concentrações e ficarão permanentemente realizando assembléias até segunda ordem dos líderes da capital do Estado, adiantando as negociações com o governador (JORNAL DO VALE, 21/05/1987).

Passados alguns dias desde a deflagração da greve, a adesão do professorado ao movimento registrava crescimento, fazendo da categoria a mais expressiva em participação no município de Penedo. Isto, por obra do Comando de Greve instalado no município, conforme direcionamento da APAL, reunindo professores das escolas estaduais, “alunos fardados de várias escolas, e populares, na concentração realizada no bairro de Santo Antônio, que além dos eloqüentes discursos dos profs. Joaquim Santos, Inaldo e Ivo, apresentou-se a programação de fim e início de semana” (JORNAL DO VALE, 24/05/1987).



“Professores unidos jamais serão vencidos. Com este lema prosseguem as passeatas pelas principais ruas da cidade no aguardo do disparo do gatilho salarial”
(JORNAL DO VALE, 24 DE MAIO DE 1987)

A programação organizada pelo comando se centrou na realização de uma Assembleia Ordinária, que resolveu pela realização de novas mobilizações; concentrações nos bairros; realização de shows para o Fundo de Greve; pedágio ao lado de escolas e Assembleia Geral. Em Arapiraca, também registrou-se a paralisação das atividades de diversas categorias do funcionalismo público, notadamente dos professores, através do Núcleo da APAL no município, que coordenou o Comando de Greve (JORNAL DE ARAPIRACA, 21/05/1987).



Na faixa, a alusão ao custo de vida, o alto preço da carne e a situação difícil do servidor público

“Na faixa, a alusão ao custo de vida, o alto preço da carne e a situação difícil do servidor público” (JORNAL DE ARAPIRACA, ARAPIRACA, QUINTA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 1987 – ANO I, NÚMERO 211)

O Estado anunciou o atraso dos vencimentos de maio, responsabilizando o movimento grevista pelo ocorrido. A explicação foi a de que a Fundação Instituto de Planejamento (Fiplan), responsável pelo fechamento da folha, não estaria funcionando. À esta altura, registrava-se o quantitativo de aproximadamente 72 mil servidores em greve, 90% da categoria segundo o Comando de Greve. Após dias de movimento, haviam recebido a promessa de que a Comissão de Política Salarial do Governo definiria um plano para o reajuste (JORNAL DE ALAGOAS, 26/05/1987). A Comissão do governo apresentou duas propostas, sendo a última delas aceita pelos servidores, apesar de não completamente satisfeitos, que resolveram por suspender o movimento (JORNAL DE ALAGOAS, 30/05/1987).

A segunda proposta da Comissão Salarial do Governo foi de 107% de forma parcelada. Ainda assim, apesar do aceite, a promessa foi de que os servidores permaneceriam mobilizados, mesmo retornando ao trabalho, no sentido de pressionar pelo cumprimento das promessas do governo, principalmente “garantir o pagamento em dia dos salários, o cumprimento da proposta apresentada pelo governo e assegurar os novos disparos dos gatilhos” (JORNAL DE ALAGOAS, 30/05/1987). Além disso, a comissão que organizou a greve também pôs na lista de reivindicações o cumprimento dos planos de cargos e salários aprovados no governo anterior, de José Tavares, como foi o caso dos professores. Após o

governo anunciar o disparo do gatilho, os servidores retornaram ao trabalho (JORNAL DE ALAGOAS, 02/06/1987).

A luta em conjunto com as demais categorias do funcionalismo público estadual também foi realizada no seguinte, quando da greve do mês de agosto.



Ao centro, o professor Milton Canuto discursa aos professores mobilizados em praça pública.
Fonte: Arquivo do SINTEAL.

Ainda em 1988, a APAL organizou seu VI Congresso Estadual, entre os dias 9 e 13 de outubro.



Fonte: Arquivo do SINTEAL.

A temática central girou em torno da Campanha em Defesa da Escola Pública, encabeçada pela CPB, e da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A LDB centralizou as discussões da APAL também em outras ocasiões, expressas, por exemplo, nos lemas “LDB – Perspectivas para a Educação”, em evento conjunto com outras entidades e instituições, como a ADUFAL e o DCE da UFAL, e “LDB – Vamos escrever esta Lei em Defesa da Escola Pública”, conforme revelam alguns registros fotográficos.

7.4 UMA CONQUISTA OCASIONAL?: A LUTA PELA EQUIPARAÇÃO SALARIAL NO RIO GRANDE DO NORTE

Em 1986, foi deflagrado um movimento grevista dos professores do ensino oficial do Rio Grande do Norte em um momento de muita agitação política no estado, em virtude dos preparativos do então Governador José Agripino Maia para concorrer às eleições para o Senado Federal. As agitações do professorado começaram logo nos primeiros meses de um ano letivo marcado por denúncias de descaso para com a educação e descumprimento de um acordo firmado, ainda em 1985, pelo próprio Governador para com a categoria.

As queixas sobre a precariedade das escolas da rede estadual não partiram apenas dos professores, mas, também e sobretudo, de estudantes que recorriam a Jornais locais para expor suas angústias e reivindicar a resolução dos problemas apresentados. Foi o que fizeram as estudantes Margareth Régia de Lima, aluna do terceiro ano do curso de Magistério

presidente do Centro Cívico Luiz Maria Filho, e Márcia Praxedes de Sá, que já havia concluído o curso, mas continuava na direção do Centro (DIÁRIO DE NATAL, 12/03/1986).

Ambas, reclamavam da situação em que se encontrava a Escola Varela Barca, tanto no que concernia à estrutura como ao corpo docente defasado: banheiros sem funcionar, ausência de bebedouros e de lâmpadas, e um déficit de 18 professores. “Há um mês estamos nesta situação e se não temos quem nos ensine, como vamos ensinar nossos alunos? Mesmo com professores, o ensino já é precário, o que dizer sem mestres”, diziam (DIÁRIO DE NATAL, 12/03/1986).

A denúncia era de que aquele não seria um problema específico da Escola Varela Barca, mas de toda a rede estadual de ensino. Todavia, no seu caso em particular, Margareth Régia e Márcia Praxedes enxergavam que a situação era ainda mais delicada: “Todas as escolas estão sem professores, mas na nossa é pior (...) que somos da turma do Magistério” (DIÁRIO DE NATAL, 12/03/1986).

Diante deste cenário, estavam aguardando o cumprimento da promessa feita pela Chefe do 1º Núcleo Regional de Ensino (Nure) de que o problema da falta de professores seria sanado assim que a Secretaria de Educação divulgasse o resultado do concurso público e a lista de aprovados.

Da parte dos professores, as atenções centravam-se no acordo que o Governador havia firmado com os professores em novembro de 1985 comprometendo-se a equiparar os salários dos professores da rede pública estadual aos do Município de Natal, capital do estado. Tanto que no dia 12 de março realizaram uma assembleia geral, no Colégio Estadual Winston Churchill, a fim de discutir a questão (DIÁRIO DE NATAL, 12/03/1986).



“Assembleia decide manter reivindicações de 85”.
(TRIBUNA DO NORTE, 13/03/1986).

Findada a assembleia, conforme o que fora decidido pela categoria, os professores elaboraram um documento contendo suas reivindicações para ser entregue ao Governador José Agripino Maia. Além disso, também elegeram uma comissão de negociação e decidiram por se manter em assembleia geral permanente até conseguirem uma audiência com Agripino (TRIBUNA DO NORTE, 13/03/1986).

Conforme explicação de um membro do Conselho Diretor da APRN, o professor Francisco das Chagas Fernandes, o documento determinava que o professor de nível P-1-E passasse a perceber, já a partir daquele mês de março, um piso salarial de 8,3 salários mínimos, os professores dos níveis P-2-C e P-2-E um piso salarial igual a 7 salários mínimos e os dos níveis P-3-C e P-3-E passariam a ganhar 3,9% sobre o piso por cada hora-aula, o que corresponderia a 5,8 salários mínimos (TRIBUNA DO NORTE, 13/03/1986).

Neste interim também estava em discussão a elaboração do novo Estatuto do Magistério Público de 1º e 2º Graus do estado, cuja comissão também fora responsável pela elaboração da proposta de reposição salarial, sendo “composta por professores e representantes das entidades educacionais e da Secretaria de Educação do Estado” (TRIBUNA DO NORTE, 13/03/1986).

Àquela altura, os vencimentos de um professor da rede municipal de Natal eram de 3,5% do salário mínimo por hora-aula, correspondendo a seis salários mínimos e meio.

Segundo o presidente da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, professor Manuel Júnior Souto, a equiparação com base no teto de seis salários mínimos e meio beneficiaria apenas os professores P-2-E, ou seja, aqueles com curso de licenciatura plena. Por isso, a luta da entidade para que a reposição fosse estendida para toda categoria do magistério (TRIBUNA DO NORTE, 16/03/1986).

Segundo cálculo da APRN, os professores com licenciatura plena tinham, desde 1985, uma defasagem de 154%, tendo conquistado em novembro deste mesmo ano uma reposição de 42%, restando agora o complemento de 81%. Com relação aos professores do curso primário (nível P-6-E), a defasagem, no mesmo período, era de 42%, conquistando, porém, uma reposição de 33,7%, sendo de 20% em novembro e restando, portanto, 13,7% (TRIBUNA DO NORTE, 16/03/1986).

Já no caso dos professores de nível universitário ainda em conclusão (P8C), a defasagem real de seus salários no ano passado era de 62,3 por cento. Nas negociações do ano passado conquistaram reposição de 48,7 por cento, que seria completada até novembro de 1986. Em novembro passado tiveram 20 por cento repostos e restam 29,7 por cento (TRIBUNA DO NORTE, NATAL, DOMINGO, 16/03/1986).

No sentido de que essas distorções fossem corrigidas, no dia 17 de março, a APRN protocolou um documento a ser entregue ao Governador Agripino Maia, expressando “grande expectativa de que Vossa Excelência venha honrar o compromisso assumido perante a opinião pública de todo o Estado” com o magistério público, assegurando a equiparação salarial dos professores e especialistas da educação da rede pública estadual aos da rede municipal (DIÁRIO DE NATAL, 18/03/1986).



“Magistério espera promessa do governador”.
(DIÁRIO DE NATAL, 18 DE MARÇO DE 1986).

Sob liderança do professor Manuel Júnior Souto, presidente da APRN, a comissão que chegou ao Palácio do Potengi oficializou a entrega do documento, através do Protocolo Geral, sob o nº 944. Além da APRN, também assinaram o documento as:

Associações dos Professores de Mossoró, dos Educadores do Magistério Estadual de Caicó, Orientadores Educacionais, Supervisores Educacionais, Confederação dos Professores do Brasil, Associação Nacional de Profissionais de Administração Escolar e Associação Nordestina de Arte-Educadores (DIÁRIO DE NATAL, 18/03/1986).

O desafio que a categoria passou a enfrentar logo de partida foi o de conseguir uma audiência com o Governador para discutir a questão, sobre o que receberam a promessa de que aconteceria na manhã do dia 19 do mesmo mês.

Diante das reivindicações do funcionalismo público estadual, o Governador Agripino Maia argumentara que não poderia conceder os reajustes requeridos, em virtude do Programa de Estabilidade Econômica do Governo Federal²⁴, através do Decreto-Lei 2.284, assinado pelo então Presidente da República José Sarney (TRIBUNA DO NORTE, 18/03/1986).

Entretanto, em reunião de cúpula ficou decidido que o Programa não impediria que prefeitos e governadores reajustassem os salários dos servidores, sendo permitida concessão de 8% de abono e aumento salarial.

²⁴ O programa visava a adesão de estados e municípios a um plano de reorganização de suas finanças e políticas salariais, objetivando zerar a inflação.

A decisão foi firmada ontem, no encontro do Ministro da Administração, Aluizio Alves, com representantes do Ministério do Trabalho e da Consultoria-Geral da República e doze secretários estaduais de Administração. O secretário do Rio Grande do Norte, Efreim Lima, não participou do encontro. Essa autonomia já estava implícita no Decreto 2.284, que estabeleceu a reforma monetária, e permitirá aos Estados e Municípios fixarem os percentuais de abono e aumento salarial aos seus funcionários. (TRIBUNA DO NORTE, 18/03/1986).

No intuito de questionar o argumento do Governador sobre a impossibilidade de conceder aumento aos servidores estaduais e, por conseguinte, aos professores, a APRN usou como exemplo o caso dos professores da rede pública do estado de Goiás.

O governador Agripino Maia já não pode invocar as mudanças decretadas pelo Presidente José Sarney como impedimento de adoção do acordo que garante reposição salarial aos professores da rede estadual de ensino. Foi o que afirmaram ontem diretores da Associação de Professores, informando que o Governo de Goiás concedeu a reposição salarial nos níveis pretendidos pela categoria naquele Estado, sem infringir nenhum dispositivo legal (TRIBUNA DO NORTE, 25/03/1986).

Na ocasião, a APRN também denunciou o Governador por interferir diretamente na indicação de diretores escolares, segundo seus próprios interesses políticos, chegando ao ponto de nomear o Sr. Edilson Bezerra Antunes, que, segundo laudo obtido pela própria entidade, era “aposentado pelo Inamps por ‘invalidez’ (sofre de distúrbios mentais, conforme laudo médico), para dirigir a Escola Estadual Francisco Fausto, em Areia Branca” (TRIBUNA DO NORTE, 25/03/1986).

O nome teria sido sugerido pelo prefeito do município, Expedito Leones, do PDS/PFL. As informações eram de que “Edilson tem comportamento agressivo e só anda armado”, sobre o que o prefeito afirmou nada poder fazer para revogar a nomeação por se tratar de “um problema político-partidário” (TRIBUNA DO NORTE, 25/03/1986).

No dia 2 de abril os professores se dirigiram até a Assembleia Legislativa do Estado para cobrar apoio dos Deputados às reivindicações da categoria, que consistiam em:

- 1- Aumento/reposição salarial de maneira que atenda a toda a categoria, de acordo com o nivelamento prometido pelo Governador José Agripino, no sentido de equiparar seus salários/vencimentos aos professores do Município de Natal;
- 2- 13º salário a partir deste ano para todos os professores do Estado;
- 3- Gratificação por especialização, com valores referentes à regência de classe;
- 4- Flexibilidade da carga horária para os especialistas em educação, de 20-24-32 e 40 horas de atividades semanais;
- 5- Garantia de extra-regência em casos necessários (DIÁRIO DE NATAL, 03/04/86).

Para conceder a equiparação, reivindicação central do professorado, o governo pretendia retirar os 20% da extra-regência e modificar o cálculo com base em cinco semanas, correspondente a 200 horas-aulas (TRIBUNA DO NORTE, 05/04/86). Demonstrando total insatisfação com os direcionamentos apontados pelo governo, os professores reuniram-se, inicialmente, em frente a AL.



Do lado de fora, som, faixas, reivindicações

“Do lado de fora, som, faixas, reivindicações”.
(DIÁRIO DE NATAL, 03/04/86)

O ato contou com o apoio de representantes de partidos políticos de esquerda e entidades sindicais: Clênio de Sá, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que acusou o governo de fazer “gastos absurdos de propaganda de pequenas obras”; o vereador pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), Wober Júnior; e o médico e sindicalista Cipriano Maia, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Discursaram, também, “solidarizando-se com a luta salarial do magistério estadual os representantes da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e da UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas)” (TRIBUNA DO NORTE, 05/04/86).

Após a concentração, os professores entraram no prédio da Assembleia Legislativa para acompanhar a plenária e pressionar os Deputados, configurando o que foi considerado como uma “tarde quente” na Casa Legislativa potiguar. Cerca de duzentos professores da rede pública estadual, da capital e do interior, estiveram presentes nas galerias da AL “portando faixas e exigindo dos parlamentares uma posição a respeito do acordo firmado ano passado,

entre o Governador José Agripino e a APRN, para a reposição salarial da categoria” (DIÁRIO DE NATAL, 03/04/86).



“Professores foram ao plenário pedir melhoria funcional”.
(DIÁRIO DE NATAL, 03/04/86)

O professor Manuel Júnior Souto, entregou aos parlamentares uma cópia das reivindicações da categoria, objetivando conseguir apoio junto ao Governador. Na ocasião, frisou o presidente da APRN que

(...) a unidade do magistério em torno de seus direitos é a única maneira de se conquistar melhorias para a categoria. A adesão dos deputados é importante por que eles têm maior aproximação com o Governador e poderão interceder em nosso benefício (DIÁRIO DE NATAL, 03/04/86).

Nove deputados estiveram presentes na sessão e todos se comprometeram a interceder em prol dos professores junto ao Governador. Além disso, também assumiram o compromisso de convidar para o plenário da Câmara os Secretários da Educação, da Fazenda e do Planejamento a fim de prestarem esclarecimentos sobre a situação financeira do Estado e as condições para atender as reivindicações do professorado.

Destaque foi dado à fala do Deputado Padre João Cortez, que se posicionou em apoio à categoria, exigindo que o Governador Agripino Maia cumprisse o acordo firmado, o qual beneficiaria “20 mil trabalhadores da educação no Estado”, lembrando que “investir na educação não é gastar à toa” (DIÁRIO DE NATAL, 03/04/86).

A expectativa era a de que os professores conseguissem uma reunião com Agripino Maia e seus secretários da Educação e da área econômica para resolver a questão. De acordo com o presidente da APRN, professor Manuel Júnior, a categoria iria aguardar uma resposta do Governador até o dia 10 do mês corrente. Caso contrário, não havendo encontro entre as partes, seria decretada greve em todo o estado (DIÁRIO DE NATAL, 03/04/86).

O grito dos professores encontrava cada vez mais eco quando seus vencimentos eram comparados com o de outras categorias, notadamente de menor status, do funcionalismo público do estado do Rio Grande do Norte. Em tabela divulgada na imprensa é possível se verificar que os ganhos dos professores das categorias I e II, por exemplo, eram o mesmo de um Auxiliar de Serviços Gerais e que os professores das categorias III e IV percebiam salários menores do que quase a totalidade dos Agentes Administrativos.

GRUPO - ATIVIDADES AUXILIARES			
DENOMINAÇÃO DO CARGO/EMPREGO	CLASSE	REFERÊN.	SALÁRIO
AGENTE ADMINISTRATIVO	A	1	965,00
	A	2	1.072,00
	A	3	1.179,00
	A	4	1.340,00
	A	5	1.608,00
	B	1	1.670,00
TELEFONISTA	B	2	1.860,00
			965,00
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			804,00
GRUPO - MÁQUINAS E TRANSPORTES			
DENOMINAÇÃO DO CARGO/EMPREGO	VENCIMENTO/SALÁRIO		
MOTORISTA	938,00		
TRATORISTA I	938,00		
TRATORISTA II	938,00		
GRUPO - MAGISTÉRIO			
CATEGORIA	Fundamento Legal Lei n° 2.056/71. Redação dada pela Lei n° 2.185/73		SALÁRIO
PROFESSOR I	SALÁRIO MÍNIMO		804,00
PROFESSOR II	SALÁRIO MÍNIMO		804,00
PROFESSOR III	130% SALÁRIO MÍNIMO		1.045,20
PROFESSOR IV	140% SALÁRIO MÍNIMO		1.125,60
PROFESSOR V	3,0% SAL.MÍNIMO P/HORA-AULA		24,12 p.h/aula
PROFESSOR VI	3,5% SAL.MÍNIMO P/HORA-AULA		28,14 p.h/aula

(TRIBUNA DO NORTE, 06/04/86).

Somente no dia 09 de abril os professores conseguiram uma reunião com os Secretários de Finanças, Administração e Planejamento, quando foram discutidos o percentual de aumento requerido pela categoria e o acordo firmado entre o governo e a APRN. No entanto, o conteúdo da conversa não agradou à comissão de negociação, que deu prosseguimento a agenda de assembleias gerais a fim de decidir, junto à categoria, a deflagração da greve geral (TRIBUNA DO NORTE, 09/04/86).

Enquanto isso, novas denúncias de descaso do governo para com a educação se tornavam públicas. Desta vez, um grupo de estudantes da Escola Estadual Professora Maria Tetéo, localizada no município de Macau, se reuniu para reclamar que estavam sem aula desde o início do ano letivo, em decorrência da falta de professores.

Líderes do movimento, as estudantes Sandra Maria Dantas e Maria de Fátima Barbosa, relataram que, na última visita feita a Macau, o Governador José Agripino havia prometido que iria determinar que a Secretaria de Educação realizasse a contratação dos professores para normalizar o início das aulas naquela escola. O que não se efetivou na prática (TRIBUNA DO NORTE, 11/04/86).

Inclusive, mesmo quando as aulas estavam acontecendo, a escola, inaugurada com festa pelo Governador, funcionava de forma precária: “O ano passado, tínhamos professores, mas faltaram carteiras. Agora, o quadro se reverte” (TRIBUNA DO NORTE, 11/04/86), relataram as estudantes. No entanto, esta situação não era uma particularidade da Escola Professora Maria Tetéo.

Também em precárias condições funcionam as escolas estaduais José Olavo do Vale e Maria de Lourdes Bezerra, com cerca de dois mil alunos. Como o governador não cumpriu também a promessa de mobilizar a Secretaria de Educação para resolver o quadro caótico desenhado pelo acúmulo de problemas, os estudantes partiram para a denúncia pública da situação que põe em risco a própria conclusão do ano letivo (TRIBUNA DO NORTE, 11/04/86).

Neste cenário de denúncias com relação ao trato do Governador com a educação e diante do insucesso nas tentativas de encontro com José Agripino Maia, os professores do ensino oficial do Rio Grande do Norte deflagaram greve geral no dia 14 de abril.

Nem mesmo quando, no dia seguinte, o governo anunciou o aumento salarial de 35% para todo o funcionalismo público, com vigência a partir de 1º de maio do corrente ano, a categoria voltou atrás de sua decisão. O Governador aproveitou a ocasião para supervalorizar sua iniciativa, muito provavelmente, já pensando em sua campanha para o Senado.

De acordo com os índices determinados pelo “pacote” de medidas econômicas baixado pelo Governo Federal, o aumento deveria ser de 26,73%, mas, segundo Agripino, com muito esforço “estamos concedendo um aumento maior”. Uma outra novidade: enquanto o salário mínimo decretado pelo Presidente José Sarney é de 804 cruzados, o funcionalismo estadual terá mínimo de 877 cruzados e 50 centavos, considerado pelas autoridades como o “maior salário mínimo do País” (DIÁRIO DE NATAL, 16/04/86).

O anúncio de aumento para o funcionalismo público foi um verdadeiro evento. O Governador José Agripino Maia fez questão de destacar que, a despeito de sua candidatura em uma eleição majoritária, não deixou de cumprir seu compromisso com os servidores estaduais. Ao seu lado, além de todo o seu secretariado, estiveram presentes:

“(...) dirigentes de empresas públicas, deputados Getúlio Rego, José Fernandes, Vinaldo Costa, Leonardo Arruda, Manoel do Carmo e Ruy Pereira Júnior, além de quase três dezenas de prefeitos, vereadores e lideranças políticas do PDS e da Frente Liberal” (DIÁRIO DE NATAL, 16/04/86).

Sobre os professores, Agripino Maia afirmou que, além dos 35% de aumento, continuaria cumprindo “fielmente” o acordado com a categoria, ou seja, seguiria com a reposição salarial, cuja retomada se daria a partir de 30 de maio e seria concluída até novembro do corrente ano. Para o Governador, a parte correspondente às autoridades do Executivo estava sendo cumprida, de modo que se estava havendo algum descumprimento do acordo, era da parte das lideranças do movimento grevista, enfatizando que “não me furtarei ao diálogo” (DIÁRIO DE NATAL, 16/04/86).

Entretanto, não era isso que foi visto desde o início das tentativas de encontro realizadas pela comissão de negociação da APRN, antes mesmo da deflagração do movimento paredista. Por mais de uma vez, alegando viagens de última hora, o Governador desmarcou reuniões agendadas com os professores.

No sentido de pressionar o governo, na manhã de 16 de abril, os professores realizaram uma manifestação no Centro Administrativo do Estado, objetivando, também, conseguir apoio ao movimento: “Por mais de quatro horas, os professores fizeram uma concentração na rampa da Secretaria de Educação que foi o palco dos discursos, enquanto um grande número de pessoas ficava atento à manifestação (...)” (TRIBUNA DO NORTE, 17/04/86).

Durante a manifestação os professores gritaram várias palavras de ordem, como “A luta continua. Já, já, a culpa é sua” e “Trabalhador unido jamais será vencido”, cobrando por parte do governo a implementação do Plano de Cargos e Salários reivindicado pela categoria. Neste dia, chamou atenção o fato de

Pela primeira vez, todos os funcionários da Educação deixarem as suas salas para somar esforços na luta pelo cumprimento do acordo do governo do Estado e o atendimento de igualdade de salários para o professor primário. As faixas e cartazes colocavam a insatisfação dos educadores que chegaram a lançar para a secretaria a criação de uma disciplina: “Como sobreviver com salário de fome”, soando como severa crítica à condição de vida do professor (TRIBUNA DO NORTE, 17/04/86).

Após a manifestação, a comissão de negociação foi recebida apenas pelo Secretário de Educação, Hélio Xavier, que ficou de repassar as reivindicações do professorado para os secretários de Administração, Fazenda e Planejamento. Diferentemente do percentual concedido pelo governo, a comissão da APRN expunha índices que visavam equiparar os vencimentos dos professores da rede estadual aos do município e nivelar os salários de suas vinte e sete categorias (TRIBUNA DO NORTE, 17/04/86).

A assessoria da Associação dos Professores elaborou índices por grupos de especialização: para os professores com licenciatura plena, a reposição pedida é de 106,7 por cento, em duas vezes, maio e novembro; os professores de nível universitário ainda sem conclusão do curso, os de licenciatura curta e de nível superior inespecífico, a reposição solicitada é de 96,18 por cento; professores de nível de 2º grau específico e inespecífico, 59,51 por cento e as demais categorias 38,21 por cento (TRIBUNA DO NORTE, 17/04/86).

Para o dia seguinte a categoria já tinha organizado uma assembleia geral, às 15h, no Colégio Estadual Winston Churchill, quando esperavam discutir sobre alguma resposta do governo, e também uma manifestação em conjunto com outros profissionais do funcionalismo público em frente ao Palácio do Potengi.

Em virtude da mobilização que já vinha sendo feita, desde os primeiros dias do movimento paredista, segundo a própria APRN, havia escolas fechadas em mais de 60 municípios, na capital e no interior (TRIBUNA DO NORTE, 17/04/86). Segundo a Associação de Professores de Mossoró (APM), a adesão dos professores da região ao movimento era bastante significativa.

(...) contando ainda com o apoio dos educadores das cidades de Caraúbas, Grossos e Upanema que já aderiram ao movimento grevista, enquanto que os demais municípios que compõem a jurisdição da APM, como Areia Branca, Baraúna e Gov. Dixsept Rosado têm encontro previsto para hoje, acreditando que também deverão decretar greve pelo não cumprimento do acordo, pois nesta primeira rodada de negociação com os secretários da área econômica do Governo nada foi definido (DIÁRIO DE NATAL, 16/04/86).

Na ocasião, as lideranças do movimento na região intensificaram as ações para conseguir ampla adesão dos professores e apoio de alunos e pais de alunos. Neste sentido, foi de muita importância a oficialização do apoio do Centro Estudantil Mossoroense, entidade de representação dos estudantes secundaristas (DIÁRIO DE NATAL, 16/04/86).

Para o dia 17 a Associação de Professores de Mossoró também havia planejado um ato público na Praça Vigário Antônio Joaquim, às 16h, reunindo sindicatos e associações de trabalhadores, representantes de partidos políticos, grêmios e centros cívicos. Segundo o

presidente da APM, professor Luiz Carlos Martins, “dos vários bairros da cidade, sairá uma caminhada para o local da grande concentração, partindo das diversas paróquias” (DIÁRIO DE NATAL, 16/04/86).

Insatisfeitos com o aumento concedido pelo Governador, o qual consideravam não condicente com demandas apresentadas pela categoria, os professores da rede pública estadual de ensino permaneceram em greve, aguardando novo encontro com a equipe do governo. O que voltou a acontecer no dia 22 de abril, quando a comissão de negociação se reuniu com o Secretário de Educação, Hélio Vasconcelos, em seu gabinete, onde também estive o Secretário da Fazenda, Haroldo Bezerra (TRIBUNA DO NORTE, 23/04/86).

A reunião, iniciada por volta das 16 horas, durou cerca de três horas, só se encerrando quando era quase 19 horas. Os dois secretários estaduais encerraram a reunião prometendo levar o assunto mais uma vez ao governador Agripino Maia, para dar a palavra final sobre a equiparação com os professores da capital, reivindicada pelo magistério estadual (TRIBUNA DO NORTE, 23/04/86).

No entanto, as propostas apresentadas pelos secretários não agradaram aos professores, que “deixaram a Secretaria de Educação e Cultura visivelmente frustrados” (TRIBUNA DO NORTE, 23/04/86). A condição apresentada pelo governo para conceder salário de Cz\$2.01 para o professor primário – valor que não se equiparava ao do município – foi reduzir a proposta feita anteriormente para os professores com licenciatura plena (P2E). Estes que, por sua vez, passaria a receber Cz\$ 3.970, em vez dos Cz\$ 4.438 oferecidos em proposta anterior. Em nenhum dos dois casos, a equiparação seria alcançada (TRIBUNA DO NORTE, 23/04/86).

Deste modo, a APRN convocou os professores para uma assembleia geral no dia seguinte, à tarde, novamente no Colégio Winston Churchill. Antes, porém, ainda pela manhã, a comissão de negociação voltaria a fazer contato com o governo para atualizar as informações a serem repassadas para a categoria, quanto a uma mudança ou não na proposta a eles apresentada.

Será feita uma avaliação do quadro e os professores decidirão se continuarão em greve, o que deverá acontecer caso não haja um entendimento entre o que propõe o governo e o que reivindica o magistério estadual (TRIBUNA DO NORTE, 23/04/86).

Do contato feito pela comissão de negociação com a equipe do governo veio uma notícia que agradou aos professores: no dia 23 de abril, após dez dias de greve, a categoria conseguiu que o Governador Agripino Maia atendesse às suas reivindicações (TRIBUNA DO

NORTE, 24/04/86). Fator decisivo para isto, muito provavelmente, também foi o aumento salarial de mais de 130% concedido, no dia anterior, pelo Prefeito de Natal, Garibaldi Filho, aos professores da rede municipal de ensino, cuja negociação também estava sendo encabeçada pela APRN (TRIBUNA DO NORTE, 23/04/86).

O governo ofereceu os mesmos três salários mínimos que a Prefeitura de Natal concedeu ao professor primário (P6E), e aos professores P6C (contratado) e P2E (estatutário) com licenciatura plena, garantiu um teto de 6,3 salários mínimos a ser completado até março do próximo ano. As outras categorias também foram beneficiadas com uma reposição salarial por escalonamento de acordo com o grau de formação (TRIBUNA DO NORTE, 24/04/86).

A proposta do governo foi levada pela comissão de negociação para a categoria reunida em assembleia geral. Na ocasião, os integrantes da comissão expuseram que o governo acabou cedendo para que a categoria lograsse êxito em suas reivindicações, baseadas no acordo firmado no ano anterior. “Mas disseram também que isto só foi possível pela força do movimento da classe” (TRIBUNA DO NORTE, 24/04/86).

Um dos membros da comissão de negociação, o professor Rogério Gurgel, ainda destacou que o Governador Agripino Maia havia se comprometido em transformar a proposta em Lei e encaminhá-la para a Assembleia Legislativa. Assim, a categoria resolveu por acatar a proposta do governo e decidir pelo encerramento da greve. “O Hino Nacional foi entoado pelos participantes da assembleia, encerrando o encontro” (TRIBUNA DO NORTE, 24/04/86).

Deste modo, chegava ao fim uma greve que paralisou “escolas em 78 municípios, dos 154 do Estado” (TRIBUNA DO NORTE, 24/04/1986). do Rio Grande do Norte, tendo os professores da rede pública estadual retornados às suas atividades já no dia seguinte.

7.5 MUDARAM OS GOVERNOS, MAS A LUTA CONTINUOU: GREVES DA EDUCAÇÃO EM PERNAMBUCO – ESPECIFICIDADES E SIGNIFICADOS

Nesta seção, nos interessa discutir sobre as greves deflagradas pelos professores do ensino oficial de Pernambuco, no período compreendido entre os anos de 1986 e 1988, no qual se sucederam, por razões distintas, três nomes à frente do Governo do Estado, demarcando a retomada das lutas da categoria, a partir de sua entidade mais atuante, a APENOPE.

7.5.1 Professora, sim; “professorinha”, não. A questão do piso salarial do magistério do ensino primário em Pernambuco

Conforme discutido anteriormente, em seu XIX Congresso Nacional, realizado na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, a Confederação dos Professores do Brasil, elaborou o Plano de Lutas para os professores das redes públicas de ensino, em seus respectivos estados, no decorrer do ano de 1986. Constava no referido Plano, a realização, no dia 17 de abril, de uma Greve Nacional (APENOPE, 17/04/1986).

Seguindo o estabelecido no Congresso em questão, os professores do ensino oficial de Pernambuco cumpriram uma programação elaborada para o decorrer de todo o dia. Pela manhã, se reuniram para debates, no Centro Social da Soledade, acerca das temáticas “A Constituinte e a Constituição que queremos” e “Democratização da Escola”. À tarde, realizaram uma passeata, partindo da Pracinha do Diário, em direção ao Palácio do Campo das Princesas, onde desejavam entregar ao Governador do Estado, Roberto Magalhães, um documento com suas reivindicações (APENOPE, 17/04/1986).

A Nível Nacional

Piso salarial de 3 salários mínimos;
Eleição Direta para Diretor e Vice-Diretor das escolas públicas e Delegados de Ensino;
Direito à sindicalização para funcionários públicos;
Regulamentação da profissão de Professor.

A Nível Estadual

Piso salarial de 3 salários mínimos com diferença de 15% entre as faixas a partir da FS-1;
Aumento do número de aulas brancas para 40% da carga horária do Professor;
Cumprimento do Artigo 39 da Lei 5.692/71, que dá o direito ao Professor perceber pela habilitação independente do grau que leciona;
Reformulação do Estatuto do Magistério Estadual com ampla participação do professorado, através do seu órgão de classe (APENOPE, 17/04/1986).

Notadamente, as respostas a estas reivindicações, principalmente no que dizia respeito aos interesses específicos do professorado público pernambucano, não vieram a contento. Deste modo, a APENOPE passou a mobilizar a categoria no sentido da deflagração de uma greve geral. Primeiro, em conjunto com outras categorias profissionais do funcionalismo público, através de uma Comissão Intersindical, que se desenrolou ao longo de treze dias. Depois, como movimento específico da categoria docente.

A greve foi deflagrada no início do mês de agosto de 1986, quando o Governo do Estado estava já sob a chefia de Gustavo Krause, o qual fora Vice de Roberto Magalhães, que

havia se afastado do cargo de Governador para disputar as eleições daquele ano para o Senado Federal.

Porém, antes de se afastar do cargo, Roberto Magalhães, como uma de suas últimas medidas, concedeu um aumento salarial aos servidores do estado, dentre os quais os professores. Para estes, em particular, a proposta não foi vista como positiva, pois o piso de seis salários mínimos concedido pelo então Governador contemplava apenas aos professores com formação universitária.

Assim, as professoras do ensino primário, com formação majoritária em Magistério, questionavam: “Por que os professores de nível universitário podem ter um piso de 6 salários mínimos e nós professoras polivalentes não podemos ter nem a metade?” (APENOPE, OUTUBRO/1986). Entretanto, um dos desafios encontrados para o fortalecimento e continuidade do movimento foi a adesão das próprias professoras primárias. Assim, alertava a APENOPE, “um segmento da categoria que conta com cerca de 12.000 profissionais, há a necessidade de ampliação da mobilização da professora primária” (APENOPE, OUTUBRO/1986).

E foi uma greve importantíssima para conscientização e fortalecimento da unidade dos trabalhadores da educação, porque ela se desenvolveu por mais de trinta dias e, em determinado momento... como a adesão a greve era sempre do pessoal do Ensino Fundamental e do Ensino Médio... o pessoal do primário tinha uma dificuldade, tanto no ponto de vista afetivo, da professora primária, de não querer prejudicar a criança, aquele sentimento, como também do ponto do machismo, os maridos em casa, tinham muito mais essa repressão em cima da professora primária, muitas vezes ia ser professora para não ir para o comércio, não ser assediada, então o machismo pesa também nessa questão da professora, da mulher professora, pesa muito. Principalmente daquela que não tinha curso universitário, que não chegou a essa libertação ainda a nível intelectual; então a professora primária era muito reprimida na própria casa, pelo próprio marido, além do sentimento de mãe, aquele negócio de criancinha e tal, então não tinha muito aquele negócio de profissionalismo, de lutar pela valorização da sua profissão, isso era secundário, no caso (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

De um modo mais geral, as lideranças do movimento consideravam-no como uma oportunidade de “tomada de consciência” por parte da categoria, afirmando a importância de seu papel como “agentes sociais de mudanças educacionais, culturais e políticas” (APENOPE, OUTUBRO/1986). Assim, concluíam que a greve se inscrevia “num contexto mais amplo, que se caracteriza por um despertar da consciência dos professores de todo país, no sentido de resgatar a dignidade profissional do magistério público” (APENOPE, OUTUBRO/1986).

Desde o primeiro dia, de acordo com o Comando de Greve, o movimento já contava com cerca de 90% das escolas da capital e área metropolitana inteiramente sem aulas. No

interior do estado, a adesão também crescia, “tendo havido concentração em Limoeiro, Ribeirão, Palmares, Paudalho, Caruaru e Bom Jardim. Em Garanhuns 5 escolas estão paradas, com perspectiva de ampliação” (APENOPE, OUTUBRO/1986).

No intuito de conseguir uma maior participação das professoras primárias, as lideranças do movimento destacaram ocorrido no estado do Rio Grande do Norte, onde “houve uma grande reação das professoras de 1ª a 4ª séries que, partindo para a luta, conquistaram o piso de 3 salários mínimos” (APENOPE, OUTUBRO/1986), concluindo que

A experiência de outros estados vem nos mostrar que não temos outro caminho senão partirmos juntos com a nossa força e união a fim de fazermos valer os nossos direitos ao trabalho digno e salários justos. A educação tem o seu suporte no ensino fundamental. Não se pode pensar em mudar a educação sem priorizar a professora de 1ª a 4ª séries (APENOPE, OUTUBRO/1986).

Assim, o Comando de Greve intensificou suas ações de mobilização, realizando ainda mais visitas às escolas, assembleias, debates, concentrações e passeatas.



Uma das maiores passeatas já realizadas pelos professores da rede oficial do Estado aconteceu em setembro de 86.

“Uma das maiores passeatas já realizadas pelos professores da rede oficial do Estado aconteceu em setembro de 1986”
(PROGRAMA DA CHAPA “A LUTA CONTINUA”, 1987).

As passeatas se constituíram como significativas oportunidades de expressão pública do sentimento presente no professorado público pernambucano, em virtude das experiências vividas pela categoria. Nelas,

(...) milhares de professores ocuparam as ruas do Recife e do interior, numa demonstração firme de exercício livre de nossa cidadania, expressando um descontentamento coletivo há vários anos reprimido com as precárias condições de trabalho nas nossas escolas (APENOPE, OUTUBRO/1986).

Em suas manifestações públicas, professoras e professores também cantarolavam paródias de músicas conhecidas pela população local. Uma das paródias foi feita a partir da música “Aos pés da Santa Cruz”, que dizia:

Os seis salários mínimos
Roberto prometeu
Mas quando chegou maio
Dia 1º ele não deu

Jurou mas não cumpriu
Fingiu nos enganou
Prá nos ele mentiu
Prá Deus ele pecou

A mensagem tem razões
Que a própria razão
Desconhece
Tem gente que diz e promete
E depois esquece
(APENOPE, OUTUBRO/1986, p. 7)

A maioria das canções eram em ritmo de Forró, de Frevo ou de marchinhas de Carnaval, dentre outras coisas, criticando o governo e denunciando o descaso para com a sua situação. Em conformidade com o pensamento de Thompson (2019; 2022), as paródias feitas e cantaroladas em público não constituem um evento irrelevante; pelo contrário, dizem respeito à própria dimensão cultural da classe trabalhadora, com seus modos e repertórios de representação de ideias, valores e sentimentos.

No decorrer dos dias de greve, foi se verificando uma crescente adesão das professoras primárias ao movimento. Porém, na mesma medida, se identificou o recrudescimento da participação dos professores secundaristas.

Só que começou o contrário, começou a furar o pessoal que já tinha sido atendido, aí começou a furar e a gente “não, só vai ter qualquer decisão depois da assembleia final, senão a gente não fecha o acordo”. E as professoras primárias começaram a se revoltar e começaram a entrar no movimento, começaram a fazer greve, as outras estavam furando e elas o contrário, tudo querendo entrar, porque não tinham sido atendidas, então ficou um conflito nas escolas, principalmente as escolas que tinham... as escolas que eram só primário, essas foram tranquilas, mas tinha escola que tinha primário, mas tinha fundamental e médio... nessa era confusão, um querendo voltar e outro querendo começar para continuar. E foi muito interessante, porque numa assembleia lá, bastante... Ivete, que até hoje faz

parte do sindicato ainda, Florentina Cabral, que a gente chama ela de Morena, outras companheiras lá, foram para cima, fizeram as intervenções e a gente aprovou a continuidade da greve, mesmo sabendo da dificuldade... Mas aí essa greve cresceu, cresceu a tal ponto que foram as professoras primárias que fecharam mesmo... e aí, meu irmão, o interessante foi o final da greve, porque o governo não aceitava de jeito nenhum, não tinha acordo (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Por sua vez, o governo ameaçou cortar o ponto e suspender os contracheques dos grevistas, e até mesmo fazer uso da repressão policial, caso não encerrassem as mobilizações e retornassem às suas atividades nas escolas. Todavia, disseram os professores, de nada adiantaram “estas iniciativas anti-democráticas, pois o movimento tem se mantido coeso” (APENOPE, OUTUBRO/1986).

Decorridas mais de duas semanas de greve, o Governador ainda não havia se reunido com os professores para discutir sobre suas reivindicações, o que foi caracterizada como uma tentativa de enfraquecer e desarticular o movimento. Neste sentido, as lideranças grevistas afirmaram que “a insensibilidade e a intransigência do governo, que continua irreduzível na sua posição de dialogar conosco, tem motivado uma disposição ainda maior de continuarmos unidos” (APENOPE, OUTUBRO/1986).

Somente no dia 3 de setembro de 1986, quando já se contavam mais de vinte dias desde o início do movimento grevista, os professores conseguiram que o Governador Gustavo Krause, conforme publicação do Diário Oficial de Pernambuco, determinasse que sua assessoria jurídica elaborasse um aditivo ao documento enviado por Roberto Magalhães à Assembleia Legislativa, concedendo, agora, o piso de três salários mínimos para as professoras de 1ª a 4ª séries da rede estadual de ensino, a ser implementado a partir de outubro daquele ano.

No mínimo curiosa foi a justificativa apresentada pelo Governador para ter concedido o reivindicado pela categoria. Os professores estranharam o fato de Krause afirmar que sua decisão teria se dado “em função de sua ‘sensibilidade’ com um pequeno grupo de professores ‘fura-greve’”, que haviam ido ao seu encontro, negando-se a “reconhecer o óbvio e subestimando a compreensão e a inteligência dos professores e da opinião pública” (APENOPE, OUTUBRO/1986).

Três professorinhas, três professoras, Gustavo Krause chamou de “professorinhas”, foram por fora do movimento e pediram uma audiência com Gustavo Krause, foram ao Palácio e a saída de Gustavo Krause foi dizer que estava atendendo aquelas três professorinhas e concedeu o que a gente estava pedindo, o reajuste mesmo que a gente estava pedindo e nós não recebemos nenhuma notícia oficial, isso quando estávamos em assembleia,

no Centro Social da Soledade. No meio da assembleia, chegou a Rede Globo e a repórter, ela ainda está atuando, chegou e mostrou para gente um telegrama de Gustavo Krause, dizendo que tinha concedido o aumento para as professoras. Aí eu li e nós encerramos a greve, nesse momento saímos em passeata, me lembro que passamos pela Rua do Hospício, Pe. Reginaldo Veloso estava na ACO, Associação Católica Operária, hoje é MTC, saiu, entrou na passeata com a gente também... foi uma festa geral. Então a greve terminou desse jeito e com Gustavo Krause dizendo que não estava atendendo ao pessoal do sindicato, não estava atendendo a APNOPE, mas estava atendendo a essas três professorinhas que tinham procurado ele lá no Palácio. Para não dar o braço a torcer (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Com o piso salarial conquistado, a greve foi encerrada. Ainda assim, o Comando de Greve permaneceu alerta no sentido de evitar punições, como exonerações, cortes de ponto, reposições de aulas aos sábados e durante o período de férias. Neste sentido, os professores afirmaram que as ameaças do Governador não encontrariam respaldo legal, posto que o mesmo teria sido informado da deflagração do movimento grevista, através de ofício a ele enviado no dia 8 de agosto.

Sobre a ameaça de exonerações, as lideranças do movimento disseram que “nunca se teve notícia na história, de um Governador que demitisse, de uma só vez, há 3 meses da eleição, mais de 12 mil funcionários grevistas” (APENOPE, OUTUBRO/1986). Com relação à reposição das aulas, os professores mantiveram a posição de que não as aceitariam como uma espécie de “castigo aos professores”, tampouco de “sacrifício para os alunos”, alertando à categoria quanto a “boatos de má fé” e defendendo o gozo das férias como um “direito universal dos trabalhadores” (APENOPE, OUTUBRO/1986).

No entanto, mais tarde, o que parecia uma demanda superada naquele momento, voltou a assombrar os professores da rede pública estadual de Pernambuco. O piso salarial, recém conquistado, vigorou apenas de outubro a dezembro. O governador Gustavo Krause aproveitou o final de seu mandato para retroceder em sua decisão e não conceder o piso para os professores, pegando a categoria de surpresa e deixando a questão para seu sucessor, Miguel Arraes de Alencar (APENOPE, FEV./1988).

Ainda assim, o significado da luta empreendida ao longo do movimento paredista ultrapassou as questões salariais que o motivaram, sendo, portanto, uma importante oportunidade para mobilizar ainda mais um segmento da categoria, as professoras do ensino primário, desde muito, afetado por aquilo que Paulo Freire (2015) denominou de a “a ideologia da tia”, no sentido de romper com as amarras que objetivavam impedir-lhes de lutar por seus direitos.

7.5.2 Greves no governo de Miguel Arraes: rebatimentos internos e aproveitamentos externos por ocasião do enfrentamento a um governo popular

Após a vitória nas eleições de 1986, superando o candidato da situação, José Múcio Monteiro (PFL), Miguel Arraes de Alencar (PMDB) tomou posse como Governador do Estado de Pernambuco pela segunda vez, sendo a primeira após a redemocratização do país.

Desde o início de 1987 as movimentações dos servidores públicos estaduais, de modo geral, e dos professores, em particular, no sentido de reivindicarem reposições e reajustes salariais, se apresentaram como desafios de grande monta para a nova gestão. Já nos meses de fevereiro e março, professores, profissionais da Saúde, do DETRAN, da CPRH, FUSAM e do IPSEP se mobilizaram, através da Comissão Intersindical, para a deflagração de uma greve conjunta, o que não chegou a se concretizar de fato, em virtude de discordâncias internas quanto ao caráter e extensão do movimento – havia um debate intenso sobre a realização de uma greve por tempo indeterminado ou apenas de alguns dias (APENOPE, JULHO/AGOSTO/1987).

Em uma reunião com o Governador, os representantes da Intersindical apresentaram suas reivindicações e ouviram do mandatário que o Estado não teria condições de atendê-las naquele momento, sendo necessário aguardar, pelo menos, o prazo de quarenta e cinco dias para que o governo realizasse o recadastramento dos servidores e apresentasse uma posição oficial quanto às exigências feitas (APENOPE, JULHO/AGOSTO/1987).

Enquanto que o conjunto dos servidores decidiu por acatar a proposta do governo e esperar os quarenta e cinco dias, os professores, conforme deliberado em assembleia, optaram pela deflagração da greve por tempo indeterminado. A CUT tentou intermediar o diálogo entre a APENOPE e a Comissão Intersindical, porém, ambas permaneceram firmes em suas decisões (APENOPE, JULHO/AGOSTO/1987).

Daí em diante, os professores do ensino oficial de Pernambuco passaram a desenvolver suas próprias manifestações no sentido de pôr à frente suas reivindicações, como “passeatas, atos públicos, paralisação em dezenas de cidades do interior, na capital e área metropolitana; debates em dezenas de comunidades organizadas e uma boa utilização dos meios de comunicação” (APENOPE, JULHO/AGOSTO/1987). Tudo isso, contando com um Comando Geral de Greve composto por cerca de cinquenta integrantes.

Após mais de quarenta dias de greve, as reivindicações dos professores não foram plenamente atendidas: o piso salarial, demanda central do movimento, não fora conquistado.

No entanto, a categoria aceitou do governo a proposta de 30% de abono salarial, exigindo seu compromisso quanto ao estabelecimento de uma política salarial para o magistério e à indenização do professor e ex-presidente da APENOE, Paulo Rubem Santiago, exonerado em 1980, pondo fim ao movimento paredista (APENOPE, JULHO/AGOSTO/1987).

Todavia, o término da greve trouxe consigo outras preocupações para a APENOPE, que estava necessitando agora de recursos financeiros para arcar com os compromissos assumidos durante a realização do movimento. Em comunicado enviado aos professores, dizia a entidade:

Em virtude da necessidade de mantermos a categoria o mais informada possível durante a nossa greve, tivemos que priorizar e investir muito, principalmente quanto à divulgação e à informação. Confecção de milhares de panfletos e boletins, notas pagas nos jornais dos domingos, alugueis de carros de som, entre outros, garantiram durante todo o nosso movimento, um bom nível de informações para a categoria e para a sociedade em geral (APENOPE, 20/05/1987).

A Associação informava, também, que sua arrecadação era suficiente apenas para cobrir seus custos regulares mensais, como pagamento de funcionários e aluguel, por exemplo, e que as dívidas assumidas por ocasião da greve ultrapassavam o montante de “Cz\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzados)” (APENOPE, 20/05/1987).

Por isto, apelava a “todos os professores para que contribuam com um valor mínimo de Cz\$ 20,00 (vinte cruzados) para que possamos saldar este débito o mais rapidamente possível” (APENOPE, 20/05/1987). Concluindo, enfatizaram que o valor da mensalidade seria, em relação a outras entidades congêneres, um dos mais baixos do país e que “para mantermos a tradição de luta da APENOPE é preciso que a categoria aprove o mais rapidamente possível um aumento da mesma” (APENOPE, 20/05/1987).

Como ocorrera no ano anterior, em 1988 as agitações dos professores da rede estadual de ensino se iniciaram desde cedo. Tanto que, já em 29 de fevereiro, foi deflagrada uma greve que viria a ser a mais longa realizada pela categoria até então.

Desde os primeiros dias, o Comando Geral de Greve – composto por integrantes da APENOPE, da Associação dos Orientadores Educacionais de Pernambuco (AOEPE), da Associação dos Supervisores Educacionais de Pernambuco (ASSUEPE) e do CPP –, agiu no sentido mobilizar a categoria, inclusive através de piquetes em frente às escolas, para aderir ao movimento. Dentre suas principais reivindicações, estavam “a implantação do Plano de Cargos e Salários e a reposição imediata da defasagem salarial verificada entre outubro de 1986 e fevereiro último” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/03/1988).

Segundo o Comando de Greve, o movimento já contava com uma participação expressiva do professorado, tanto em Recife e Região Metropolitana, cuja estimativa foi de 95% de adesão, como no interior do estado, onde a adesão havia sido total nas cidades de Serra Talhada, Arcoverde, Sertânia, Cabrobó, Betânia, Salgueiro, Pesqueira, Belém de São Francisco e Floresta, e parcial em Petrolina, Garanhuns, Caruaru, Limoeiro e Palmares (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/03/1988).

Através dos piquetes, as lideranças do movimento tentavam fazer com as aulas fossem paralisadas em todas as escolas, sobretudo naquelas em que se encontrava uma maior resistência. Segundo o professor Horácio Reis, presidente da APENOPE, “algumas escolas, como a Roberto da Silveira e Amor Divino, no Jordão, e Nalda Spinelli, em Boa Viagem, ainda funcionam, mesmo que precariamente” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/03/1988).



“Os grevistas foram aos colégios explicar as razões do movimento”
(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/03/1988).

Em alguns casos, os piquetes não surtiram o efeito desejado. Sobre o que o presidente de Associação afirmou que “nos maiores colégios da rede do Estado, a adesão foi total e espontânea” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/03/1988). Numa de suas primeiras ações, os professores realizaram uma passeata pelas ruas do Recife, em direção ao Palácio do Campo das Princesas, a fim de entregarem ao Governador Miguel Arraes um documento contendo todas as suas reivindicações.



“Antes da concentração diante do palácio, a passeata pelas principais ruas”
(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 01/03/1988).

Ao chegarem na sede do Executivo estadual, uma comissão de negociação, formada por dois representantes da APENOPE, AOEPE, ASSUEPE e do CPP, foi recebida pelo Secretário da Casa Civil, Marcos Cunha, que se comprometeu a entregar aos secretários das pastas da Educação e do Trabalho e ao Governador o documento com as reivindicações da categoria, a fim de que fosse elaborada uma resposta.

A resposta veio e não agradou aos grevistas. Ao invés de uma contraproposta oficial, o documento enviado pelo governo à APENOPE,

(...) subscrito pelos secretários Silke Weber, da Educação, e Romeu da Fonte, do Trabalho e Ação Social, faz uma série de exposições relativas à política salarial e administrativa do Governo, em particular da Secretaria de Educação, e conclui convidando os mestres a discutir suas reivindicações (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/03/1988).

Reunida em assembleia, a categoria decidiu pela continuidade de greve, considerando que a resposta do governo “nada apresentou de concreto” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 03/03/1988). Assim, com os passar dos dias, diante do não atendimento de suas reivindicações, os professores foram intensificando ainda mais suas ações. Mais passeatas, algumas das quais, seguidas de vigílias, foram realizadas.

Em uma destas passeatas, estavam presentes não apenas os professores da capital e área metropolitana, mas, também,

(...) representantes dos municípios de Goiana, Pesqueira, Arcoverde, Limoeiro e Garanhuns, entre outros. Munidos de faixas e cartazes, a categoria fez o percurso gritando palavras de ordem, cantando e “chorando” a morte do deputado Marcos Cunha, considerado pelos mestres como repressor da greve, e dos diretores biônicos, para eles, os traidores da categoria (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1988).

Nesta mobilização, os professores, aparentemente de forma não planejada, se encontraram, com outras categorias. Primeiro com os estudantes da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), “protestando o aumento das mensalidades, (...) e o outro foi com os trabalhadores da Construção Civil, que estavam concentrados em frente à Delegacia Regional do Trabalho” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 06/04/1988).

Quando passados mais de quarenta dias, desde a deflagração do movimento, lideranças grevistas denunciaram o Governo do Estado, quanto ao que consideraram, uma tentativa de “**HUMILHAR e DESMORALIZAR** o movimento dos trabalhadores da Educação, através de ostensiva **REPRESSÃO POLICIAL** e da prática do **terrorismo psicológico**, para forçar a volta dos Grevistas ao trabalho”²⁵ (APENOPE, 16/04/1988).

Os professores se referiam a uma mobilização, que consistia em acamparem em frente ao Palácio do Campo das Princesas, que fora reprimida numa ação que contou com cerca de trezentos policiais, que, segundo relatado, estariam

(...) armados de **CASSETETES GIGANTES**, ESCUDOS, BOMBAS DE GÁS LACRIMOGÊNICO, fecharam todas as vias de acesso ao Palácio do Governo com ordem dada pelo governador Miguel Arraes, de **REPRIMIR** os professores que tentassem usar do seu Direito Constitucional de **IR e VIR**²⁶ (APENOPE, 16/04/1988).

Além da repressão policial, também foram apresentadas queixas contra a Secretária de Educação, Silke Weber, que estaria pressionando “fortemente os professores grevistas a assinarem o ponto” e exigindo “dos seus diretores de escola que anotem os nomes dos que resistem, apesar das ameaças” (APENOPE, 16/04/1988). Sobre as denúncias de repressão e coação aos professores, bem como sobre a classificação de Arraes como um ditador, um dos dirigentes da APENOPE à época relatou:

E tem uma história do “Arraes, Pinochet de Pernambuco”. Meu irmão, ali foi pau, porque ali foi uma coisa que aconteceu dos anarquistas, que tinha de todo tipo, então essa turma criou esse negócio de “Arraes, Pinochet de Pernambuco”, que não foi uma coisa aprovada pelo conjunto, essa palavra de ordem não foi aprovada pelo conjunto, eles colocaram lá no meio, pegou para base e para combater isso não foi brincadeira... Até hoje eu e Horácio

²⁵ Todas as expressões em negrito e/ou caixa alta foram extraídas, *ipsis litteris*, da referida fonte.

²⁶ Todas as expressões em negrito e/ou caixa alta foram extraídas, *ipsis litteris*, da referida fonte.

somos tidos como responsáveis por essa palavra de ordem... outro dia Evaldo, Evaldo que era da CEP, ele colocou que os responsáveis por isso era eu e Horácio que chamavam Arraes e que Arraes não admitia isso... E isso, inclusive, fez a gente se aproximar mais do PC do B, como o PC do B tinha uma aproximação do Arraes, eu digo: “olha, a gente tem que combater isso”. E na época o presidente da CUT era Adilson Peixoto, nós fizemos várias reuniões na CUT para organizar uma situação contrária a essa coisa que estavam fazendo com Arraes, chamar Arraes de Pinochet era uma coisa absurda. Então tem essas coisinhas que aconteciam... (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Foi neste clima de denúncias e tensões exacerbadas que os professores conseguiram, enfim, uma reunião com o Governador Miguel Arraes para debaterem sobre suas questões, com ênfase na reposição salarial de 102%.



“Durante 40 minutos, o Governador e os grevistas trocaram argumentos”
(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/04/1988, A-5).

Tudo isto, sob os olhares atentos e entusiasmados da Imprensa local, que destacou:

De um lado, o discurso enfático, mas repetitivo como um bate-estacas, dos militantes da CUT e da Convergência Socialista. Do outro, a sutil dialética pessedista do governador Miguel Arraes. O debate de 40 minutos entre as duas escolas, no Salão das Bandeiras do Palácio do Campo das Princesas, sob o testemunho da Imprensa, foi até agora o momento político mais importante da greve dos professores da rede pública estadual (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/04/1988).

Na ocasião, a comissão de negociação, composta por treze integrantes, ouviu do Governador que o Estado não dispunha das condições financeiras necessárias para atender as reivindicações colocadas pela categoria. “Não está em discussão a justiça do pleito, mas a

impossibilidade material do Estado em atendê-lo. Se houvesse condições não estaríamos discutindo. Mas não há” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/04/1988, p. A-5).

Após uma série de argumentos de ambas as partes, o professor Paulo Valença colocou como proposta final a reposição salarial de 102%, agora de forma escalonada, a partir do mês de abril, em parcelas a serem negociadas entre a APENOPE e os secretários do governo. Sobre isto, Miguel Arraes, reafirmando a mesma posição explicitada no início do encontro, foi categórico: “É impraticável. Avanços deste tipo estão limitados às condições concretas. Não há recursos suficientes para nada além do que uma reposição simbólica” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/04/1988, p. A-5).

Com isto, o Governador retirou-se da sala, antes, determinando que o Secretário Romeu da Fonte, da pasta do Trabalho e Ação Social, e as Secretárias Tânia Bacelar, da Fazenda, e Silke Weber, da Educação, permanecessem reunidos com a comissão, a fim de chegarem a uma solução. A reunião se estendeu até à meia-noite, sem que as partes firmassem nenhum acordo (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 17/04/1988, p. A-5).

Desde o dia seguinte à reunião, o Comando de Greve ainda tentou resistir pela continuidade da greve, mas, deparando-se com uma categoria em franco retorno aos seus postos de trabalho, pôs fim ao movimento logo após mais alguns dias. Apesar de não terem conquistado a reposição salarial reivindicada, os professores consideraram o movimento vitorioso, tendo por base

(...) a admissão do companheiro Paulo Rubem Santiago; o fato de que arrancamos a máscara do governo, que se diz popular; conquistamos mais tempo para a conclusão dos trabalhos do Estatuto do Magistério e para o trabalho sindical; conseguimos paralisar mais de 100 municípios no interior do Estado e organizar vários núcleos (APENOPE, AGOSTO/1988).

Nitidamente, as lideranças do professorado buscavam valorizar todo o trabalho de mobilização que foi realizado ao longo dos mais de cinquenta dias de greve – a mais longa realizada no estado até então – e o significativo engajamento da categoria, tanto na capital e área metropolitana como no interior. Assim, os professores consideravam que haviam perdido apenas “em um item da luta, não a luta toda” (APENOPE, AGOSTO/1988).

No entanto, para além dos dias de greve e as reivindicações explicitadas nos dois primeiros anos do novo mandato de Miguel Arraes como Governador de Pernambuco, os embates políticos não se deram apenas entre a APENOPE e o governo. No interior da própria Associação e do segmento progressista do estado, houveram divergências sobre a deflagração da greve e seus impactos para a imagem do governo estadual, de perfil reconhecidamente

popular. Sobre os episódios envolvendo a greve, o professor Paulo Valença recordou de ter sofrido algumas ameaças:

Olhe, eu tive um encontro uma vez no Palácio com o Governador Arraes e eu disse para ele: “Dr. Arraes, está acontecendo isso... inclusive a gente está sendo ameaçado e tal”. E a gente criou um grupo de professores que ficavam me acompanhando, segurança e tal... Eu acho que era gente... eu não tenho certeza, mas tinha um pessoal do MR-8, que era um pessoal muito envolvido, tinha muito essa prática de fazer esse tipo de coisa, colocava como esquerda e tal, mas a prática... Então teve umas que a gente estava defronte ao Palácio e tinha um companheiro que era ligado ao PCdoB, ligando do orelhão para dentro do Palácio, dizendo tudo que estava acontecendo em baixo, da movimentação (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Nesta mesma linha das divergências quanto ao movimento grevista, um relatório feito por agência de vigilância explicitou uma reunião do Partido Comunista Brasileiro, quando ainda se desenrolando a greve, no dia 16 de abril, manifestando sua solidariedade aos professores e, ao mesmo tempo, demonstrando preocupação quanto aos rumos do movimento, seus usos e impactos políticos.

Preliminarmente, o Comitê Estadual do PCB deliberou manifestar solidariedade à greve, naquilo que fosse justo e aplicável à realidade financeira do Governo. O PCB achou que “o digno e honrado corpo de professores estaduais fosse levado, sem querer, a contribuir para a desestabilização do governo democrático e popular de MIGUEL ARRAES, alvo de ira e das maquinações dos latifundiários e certos grupos de empresários. Quer-se repetir, sem muita imaginação, o mesmo quadro de 1964, quando ARRAES foi deposto pelos golpistas” (ACE 8153, 1988, p. 2).

Em sua entrevista, o professor Paulo Valença demonstrou ter conhecimento destas questões. Primeiro, quando falou sobre a questão de Arraes como ditador, comentada anteriormente, e, agora, a partir do seguinte relato:

Porque tinha esse problema também de vazamento de informações e a relação política... Arraes era de esquerda, um cara progressista e foi muito bom o governo Arraes para a gente, não do ponto de vista salarial, de vista de valorização da categoria, mas do ponto de vista do debate político. A secretária Silke Weber é uma figura espetacular... então a gente debatia muito política. Então radicalizavam, mas debatiam, não era aquele radicalismo... a gente debatia, ia para fórum, eles convidavam a gente para os fóruns, eles iam para os da gente também, entendeu? E a questão da interiorização ficou muito importante, porque prefeitos de direita nos ajudaram muito... como a gente não fazia uma política partidária, era sindical... Ora o PT chegava e enchia o ônibus e mandava para as assembleias... daqui a pouco vinha ônibus até de Petrolina, dos Coelhos, trazendo professores para as passeatas aqui, porque eles colocavam a questão política e ajudavam a gente a se organizar. Uma vez, no governo Arraes, teve uma greve que ficou 60 dias. Meu irmão, a gente saiu com 1%, porque a gente com 0 não saía não, deu 1% para a gente terminar uma greve... mas avançou muito, acho que o governo Arraes... Agora, a direita se aproveitava

muito também e a gente também se aproveitava, porque o que a gente criou, muita gente da direita começou a se conscientizar da luta política, da luta sindical, a participar, a partir da motivação deles contra Arraes e a gente se aproveitava disso (PAULO VALENÇA. ENTREVISTA, 2020).

Voltando ao relatório da agência, a consideração conclusiva recaiu sobre o governo Arraes. O destaque se deu no sentido de reconhecer a eficácia das medidas tomadas para o encerramento da greve, como a ameaça de demissões e contratação de professores para ocupar o lugar dos grevistas, enfatizando, todavia, o desgaste de sua imagem e a possível perda de dividendos políticos pelo governo, em virtude do contingente de professores e das demais categorias profissionais do funcionalismo público.

O emprego da força policial, interditando o acesso dos mestres ao Palácio do Governo, repercutiu negativamente nos diversos setores sociais, sendo amplamente explorado por políticos de oposição, de organizações de esquerda e por lideranças classistas (ACE 8153, 1988, p. 3).

A situação em Pernambuco era diferente da de outros estados que não contavam com governos de viés progressista, vencedores nas primeiras eleições diretas da Nova República, em 1986. Diferentemente do que vinha ocorrendo, pelo menos desde o golpe civil-militar de 1964, os estados do Nordeste, em sua quase totalidade, passaram a ser governados por políticos de trajetória oposicionista, praticamente todos do PMDB. A exceção foi Sergipe, que, como sabemos, elegeu João Alves para um novo mandato.

Assim, o desafio posto neste momento para a Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco era conciliar a sua agenda de lutas, nessa altura, muito mais organizada e estruturada em termos classistas, com seus compromissos democráticos, tendo que lidar com os embates e as discordâncias existentes no interior do próprio segmento político em que estava inscrita. Notadamente, em virtude mesmo de sua filiação sindical e da identificação partidária de sua diretoria, a APENOPE não estava, ao nosso ver, em contradição alguma em razão das lutas travadas durante a gestão de Miguel Arraes.

7.6 EM SERGIPE, PROFESSORES EM LUTO... EM LUTA

Em setembro de 1988 o Governo do Estado de Sergipe publicou a convocação de sessenta e três professores, exigindo apresentação imediata à Secretaria de Estado da Educação (SEED), a fim de regularizarem sua situação e assumirem seus postos de trabalho, distribuídos nos municípios de Aracaju, Lagarto, Japarutuba e Propriá (JORNAL DA CIDADE, 03/09/1988, p. 7).

Provavelmente, os convocados foram tomados por alguma alegria ao verem seus nomes publicados em um dos principais Jornais do estado indicando o chamado para assumirem um cargo público. No entanto, não nos é possível dizer ao certo o quanto que este sentimento perdurou, pois, no dia seguinte, a Associação Profissional do Magistério do Estado de Sergipe (APMESE) publicou os resultados de um estudo que fizera, afirmando que os professores do ensino oficial sergipano sofriam com perdas salariais que atingiam a casa dos 262% (JORNAL DA CIDADE, 04-05/09/1988, p. 7).

Segundo o presidente da APMESE na ocasião, o professor Hamilton Santana, podiam ser “sentidas na pele” as “dificuldades que estamos enfrentando a nível financeiro” (JORNAL DA CIDADE, 04-05/09/1988, p. 7). O percentual divulgado pela entidade dizia respeito apenas ao governo de Antônio Carlos Valadares (PFL), em cuja gestão os professores vinham experimentando uma significativa redução em sua remuneração. Valadares, inclusive, quando das eleições gerais de 1986, fora o único candidato do Brasil não pertencente aos quadros do PMDB a ser eleito governador, indicando algo importante sobre o perfil conservador do estado de Sergipe.

Assim, apontava o estudo da APMESE:

(...) em novembro de 1986, quando o Sr. Valadares foi eleito, um professor de classe V (com nível superior) recebia o equivalente a 6 salários mínimos da época - o salário mínimo era de Cz\$ 804, o que dava como vencimentos Cz\$ 4.824,00. Hoje o salário mínimo é de Cz\$ 18.960,00 e os vencimentos do professor nível V são de Cz\$ 32.423,61, o que equivale a 1,66 do salário mínimo, portanto para retornar ao patamar de 6 salários mínimos os professores necessitam de um reajuste de 262 por cento a títulos de recuperação das perdas e depois desse percentual sim, ser aumento salarial (JORNAL DA CIDADE, 04-05/09/1988, p. 7).

A fim de esclarecer ao professorado quanto a seriedade da situação, a APMESE promoveu reuniões em sessenta e oito cidades do estado, apresentando seus cálculos e ouvindo as queixas da categoria. Segundo o presidente Hamilton Santana,

(...) o sentimento da categoria é de luta para recuperar essas perdas, e nós iremos dirigir essa luta pois temos compromisso com a categoria e não aceitamos esse descaso, de um governo que prometeu em praças públicas ter a educação como prioridade (JORNAL DA CIDADE, 04-05/09/1988, p. 7).

Para o dirigente da entidade, apenas com a valorização do magistério é que seria possível se alcançar uma escola pública, gratuita e de qualidade, o que estava se tornando inviável na gestão de Antônio Valadares, governante alinhado ao Governo Federal e suas diretrizes políticas. Desta feita, concluía Hamilton Santana:

O governo Sarney se ocupa de retirar da sociedade suas condições de vida, e os governos estaduais, como Valadares, aplaudem o Sr. Sarney e todo o seu programa de fome, miséria e entreguismo, não iremos nos calar diante de tanto desrespeito (JORNAL DA CIDADE, 04-05/09/1988, p. 7).

Enquanto isso, o governo, através da Secretaria de Educação, convocava mais professores: 77, sendo 11 num primeiro chamado (JORNAL DA CIDADE, 09/09/1988, p. 14), mais 10 num segundo (JORNAL DA CIDADE, 11-12/09/1988, p. 6). A previsão, inclusive, era a de que todos os aprovados no concurso nº 01/87 fossem chamados até o final do ano de 1988, corroborando a promessa de Valadares de tratar a educação como uma das “principais metas de seu governo” (JORNAL DA CIDADE, 09/09/1988, p. 14).

Neste interim, o Secretário de Educação, Antônio Fontes Freitas, viajou à Natal, capital do Rio Grande do Norte, para participar do Encontro de Secretários do Nordeste, a fim de agilizar recursos junto ao Ministério da Educação. Segundo o Secretário, era o Governador Valadares quem estava arcando com todos os custos em educação, através de recursos extraídos dos cofres do estado, num cenário em que faltava verba até para a merenda escolar (JORNAL DA CIDADE, 11-12/09/1988, p. 6).

Em Aracaju, o Secretário de Trabalho, Francisco Pinto Façanha, afirmou que os Planos de Cargos e Salários dos servidores estavam em fase final de preparação e que o governo estava buscando formas de corrigir as perdas e defasagem salarial dos funcionários (JORNAL DA CIDADE, 11-12/09/1988, p. 6).

Na mesma linha de propagandas de suas benesses, o governo já anunciava a prioridade da educação no orçamento do ano seguinte, 1989, mesmo sua própria projeção de arrecadação indicando “crescimento zero”, sem deixar claro o quanto de verba seria destinada, como e para que seriam aplicadas (JORNAL DA CIDADE, 13/09/1988, p. 2).

Passados alguns dias das primeiras convocações, o governo anuncia o chamado de mais 56 professores para atuarem na capital e no interior, totalizando 140 convocações (JORNAL DA CIDADE, 18-19/09/1988, p. 3). Todavia, a despeito das propagandas do Governo do Estado, a situação dos professores não sofreu nenhuma mudança positiva. Tanto que, no dia 22/09, uma quinta-feira, a categoria realizou uma greve de advertência para protestar contra o descaso do Governador.

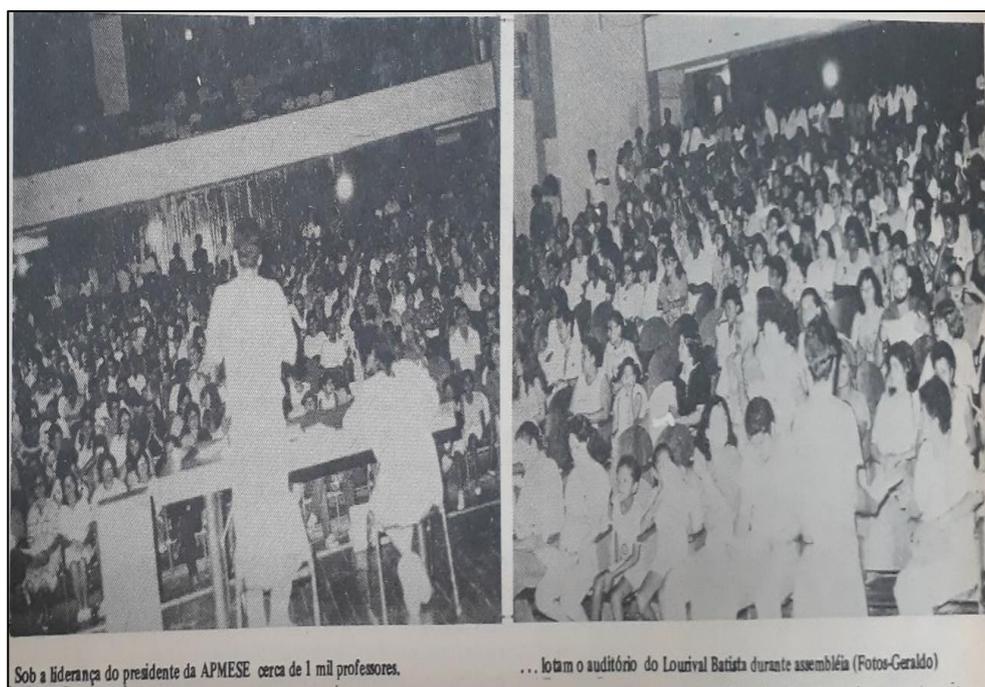
A decisão pela greve de 24 horas foi tomada pela categoria durante a realização do II Congresso Estadual de Professores que ocorreu, entre os dias 14 e 17/09, na Escola Técnica Federal de Sergipe. Eram esperados para o movimento mais de mil professores para o cumprimento de uma programação repleta de atividades para o decorrer do dia, iniciando com

uma reunião, às 9 horas da manhã, no Instituto Lourival Baptista, quando poderia ser decidida até mesmo uma paralisação mais prolongada (JORNAL DA CIDADE, 22/09/1988, p. 3).

Nas palavras do presidente da APMESE, a manifestação era importante não apenas para pressionar o governo, mas para esclarecer a população quanto as razões que levaram a categoria a tanto.

Precisamos conscientizar os pais e alunos sobre a importância de melhorarmos a qualidade da educação neste país. Isso, porque, é inviável que um educador realize um bom trabalho sem que receba salário suficiente para suprir as necessidades básicas (JORNAL DA CIDADE, 22/09/1988, p. 3).

Conforme decisão tomada na assembleia realizada no Lourival Baptista, os professores decidiram pela continuidade da greve até a segunda-feira próxima. Contando com o amplo apoio dos mais de mil professores presentes na assembleia, a mobilização foi levada adiante na tentativa de se conseguir abrir um canal de negociação com o governo.



“Sob a liderança do presidente da APMESE, cerca de 1 mil professores lotam o auditório do Lourival Batista durante assembleia”

(JORNAL DA CIDADE, 23/09/1988, p. 3).

Na ocasião, o professor Hamilton Santana enfatizou que a reivindicação dos professores era justa, pois com os salários que recebiam, além de passarem dificuldades financeiras para garantirem sua própria sobrevivência, não conseguiriam desempenhar um bom trabalho por não poderem, por exemplo, comprar livros para se aperfeiçoarem.

É enganoso pensar que as condições salariais estão desvinculadas das condições de trabalho. Isto influencia demais no processo de desenvolvimento das atividades do professor, já que ele exerce uma função que sabe ter extrema importância na formação da sociedade, mas que não é valorizada (JORNAL DA CIDADE, 23/09/1988, p. 3).

Diante da pressão exercida pela categoria, o Secretário da Administração, Norman Oliveira, prometeu levar as reivindicações dos professores ao Governador Antônio Valadares. Conforme deixaram claro desde o início do movimento, os professores estavam dispostos a negociar, mas, desde que, a proposta do governo não fosse aquém daquilo que esperavam receber. “Estamos dispostos a negociar desde que nos sejam oferecidas condições mais dignas de trabalho porque não é admissível que um professor receba menos que um salário mínimo” (JORNAL DA CIDADE, 23/09/1988, p. 3).

Na segunda-feira, 26/09, conforme promessa do Secretário da Administração, os professores esperavam ser recebidos pelo Governador e, por isso, se reuniram na frente do prédio da Secretaria para aguardar a reunião com o chefe do executivo.



Na Secretaria da Administração os professores aguardavam uma resposta sobre o encontro solicitado com Valadares

“Na Secretaria da Administração os professores aguardavam uma resposta sobre o encontro solicitado com Valadares”

(JORNAL DA CIDADE, 27/09/1988, p. 3).

Entretanto, para o desgosto da categoria, a reunião não aconteceu. Segundo Norman Oliveira, o Governador disse que apenas receberia os professores quando eles retornassem às salas de aula, encerrando o movimento. Insatisfeitos com a resposta, os professores

resolveram permanecer em greve, programando uma série de atividades já para o dia seguinte, quando realizaram uma assembleia pela manhã e uma passeata, na parte da tarde, juntamente com os professores da rede municipal de Aracaju, que também estavam em greve (JORNAL DA CIDADE, 27/09/1988, p. 3).

Assim, cerca de três mil professores, das redes estadual e municipal de ensino reuniram-se para manifestarem-se em frente ao prédio da Assembleia Legislativa, a fim de conseguirem o apoio de Deputados junto ao Governador, saindo, posteriormente em passeata pelas ruas do centro de Aracaju.



“Os professores realizaram manifestação ontem em frente à Assembleia, onde foram pedir a intermediação dos deputados”

(JORNAL DA CIDADE, ARACAJU, 28/09/1988, p. 1).

Ainda na AL, a professora Ana Lúcia Vieira de Meneses, do CEPES, e o professor Hamilton Santana, da APMESE, juntamente com outros integrantes do comando de greve, foram recebidos por um grupo de parlamentares: “(...) estiveram reunidos com o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Guido Azevedo e outras lideranças políticas, a quem pediram para que intermediassem as negociações junto ao governador” (JORNAL DA CIDADE, ARACAJU, 28/09/1988, p. 1).

Dentre os presentes no gabinete do Deputado Guido Azevedo estava também o líder do governo, Deputado Nicodemos Falcão, encarregado de intermediar a negociação. Aos

parlamentares, a professora Ana Lúcia comunicou que os professores estavam abertos à negociação, bastando apenas que Antônio Valadares os recebesse.

Na ocasião, dois membros da comissão expuseram aos parlamentares os números que expressavam as agruras por que passava o professorado público sergipano.

Uma professora, com 15 anos de pleno exercício, e 200 horas mensais, curso superior, nível VI, apresentou seu contra-cheque de setembro com um salário de 61 mil e 147 cruzados. Outro professor, também com 200 horas, universitário, nível 5, mostrou contra-cheque de setembro, onde o salário é 47 mil e 570 cruzados. Isso, com todas as vantagens a que têm direito, porque seus salários bases, respectivamente, atingem 37 mil e 879 cruzados; 33 mil e 865 cruzados (JORNAL DA CIDADE, 28/09/1988, p. 2).

A comissão de professores deixou clara ainda a negativa de pôr fim ao movimento grevista, considerando apenas a possibilidade de suspendê-lo, caso o governador marcasse uma reunião para atendê-los. Disse a professora Ana Lúcia Vieira de Meneses: “Basta o governador marcar o dia e a hora para receber o comando de greve e suspenderemos a paralisação” (JORNAL DA CIDADE, 28/09/1988, p. 2). Diante desta afirmação, o líder do governo recuou, alegando não haver condições de intermediar a questão com o professorado em greve.

Como alternativa para superar o impasse, um dos parlamentares sugeriu uma reunião entre os professores e Antônio Freitas, Secretário de Educação. Em relação a isto, a comissão informou já ter tentado um encontro com o chefe da pasta, sem obterem sucesso. A relação entre os professores e o Secretário estava se tornando cada vez mais tensa, sobretudo após a publicação de uma nota oficial emitida por ele, na qual condenava o movimento dos professores.

Para Antônio Freitas, com a realização de mais uma passeata, os professores haviam paralisado a educação no estado, atingindo “mais de oito mil educadores em todo o Estado. Em Aracaju e Lagarto, a paralisação foi total” (JORNAL DA CIDADE, 28/09/1988, p. 2). Mesmo assim, o comando de greve foi recebido pelo Secretário, de quem ouviram, novamente, que o governo somente negociaria com o término da greve.

No dia seguinte a mais uma negativa, a categoria se reuniu em Assembleia Geral no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe para analisar a proposta do governo: 105% de reajuste e a abertura da negociação com a volta às atividades nas escolas. Na ocasião, os professores decidiram por rejeitar a proposta e seguir com o movimento paredista, esperando que o governo declinasse de sua decisão e resolvesse receber a categoria (JORNAL DA CIDADE, 28/09/1988, p. 3).

Em paralelo à greve, foram realizadas as eleições para a direção da APMESE, sendo disputadas por três chapas: Chapa 1, "A Luta Continua", encabeçada por Hamilton Santana, que tentava a reeleição; Chapa 2, "Unificação", liderada por Jorge Carvalho; Chapa 3, "Moralização do Magistério", presidida por João Tavares (JORNAL DA CIDADE, 30/09/1988, p. 1-3).

Passados mais de dez dias de greve, com cerca de 150 escolas fechadas, tanto na capital como no interior do estado, e sem nenhuma movimentação diferente por parte do governo, a categoria se reuniu novamente no IHGS.



Mostrando união, os professores, por unanimidade, na assembleia de ontem do Instituto Histórico e Geográfico resolveram levar à frente a greve da categoria e convocar uma paralisação geral. (Foto-Luiz Carlos)

“Mostrando união, os professores, por unanimidade, na assembleia de ontem do Instituto Histórico e Geográfico, resolveram levar à frente a greve da categoria e convocar uma paralisação geral”
(JORNAL DA CIDADE, 04/10/1988, p. 1).

Estima-se que cerca de dois mil professores estiveram presentes nas dependências do Instituto, seja no auditório, nas escadarias, ou mesmo na porta de entrada, onde decidiram pela greve por tempo indeterminado, convocando, inclusive, no intuito de fortalecer ainda mais o movimento, outras categorias profissionais do funcionalismo público do estado para uma greve geral.

A decisão dos professores foi tomada na presença ainda de representantes das outras categorias que estão de braços cruzados, como as dos previdenciários, funcionários do Hospital Governador João Alves Filho e agora também dos demais servidores da área de saúde do Estado que ontem também paralisaram suas atividades (...) (JORNAL DA CIDADE, 04/10/1988, p. 1).

Ao tomar conhecimento da decisão dos professores, de continuar a paralisação e convocar uma greve geral, o Governador Antônio Valadares enrijeceu ainda mais sua posição e determinou que o Secretário de Educação suspendesse o pagamento dos professores, salvo o daqueles que estivessem trabalhando normalmente, fechando de vez as possibilidades de acordo com a categoria (JORNAL DA CIDADE, 04/10/1988, p. 1).

No entanto, apesar da decisão do Governador, o professorado permaneceu em greve, justificando a legitimidade de seu pleito a partir de dois elementos novos, quais sejam: 1) invocando o direito de greve, tal qual garantido na Constituição Federal em vias de ser promulgada (JORNAL DA CIDADE, 05/10/1988, p. 1); 2) a implementação do piso salarial para o magistério, conforme também estabeleceria a nova Carta Magna, em relação ao qual a proposta do governo não estaria de acordo (JORNAL DA CIDADE, 05/10/1988, p. 3).

Enquanto se acirravam os embates entre os professores e o governo, um acontecimento chamou a atenção: a morte de uma professora, Marize Messias, de 44 anos, que estava internada após sofrer um Acidente Vascular Cerebral enquanto participava de um evento organizado pela categoria. Provavelmente, em razão do contexto de luta do professorado da rede oficial de ensino de Sergipe, até mesmo o salário recebido pela professora foi divulgado na imprensa:

Marize, que era casada e deixou cinco filhos, trabalhava na rede estadual de ensino e ganhava cerca de Cz\$ 27.000,00 por mês. Ela morreu depois que começou a se sentir mal na tarde de quarta-feira, quando participava de uma passeata promovida pelos professores no Conjunto Bugio, para denunciar a situação em que se encontram e que levou a categoria a entrar em greve no dia 22 (JORNAL DA CIDADE, 07/10/1988, p. 1).

O ocorrido sensibilizou bastante a categoria, àquela altura certamente bastante desgastada pelos dias em greve e as muitas atividades realizadas. Ainda assim, estima-se que aproximadamente três mil professores, em companhia também de muitos estudantes, compareceram ao enterro da colega para render-lhe homenagens (JORNAL DA CIDADE, 07/10/1988, p. 3).



“Milhares de pessoas, em sua maioria professores, acompanharam ontem à tarde o sepultamento de Marize Messias, cujo féretro saiu do conjunto Orlando Dantas, onde a educadora residia”
(JORNAL DA CIDADE, 07/10/1988, p. 3).

Em virtude da repercussão da morte da professora Marize, decorridos dezesseis dias desde a deflagração do movimento paredista, mais precisamente no dia 07 de outubro, o Governador Antônio Carlos Valadares recebeu os professores para negociarem um acordo e pôr fim ao impasse. Primeiramente, reuniu-se com cerca de trezentos professores para explicar-lhes suas propostas de valorização do magistério, e, em seguida, a portas fechadas, conversou com o comando de greve.



“O governador recebeu cerca de 300 professores para negociar com a categoria... em seguida Valadares e Antônio Freitas se reuniram com o comando de greve.”
(JORNAL DA CIDADE, 08/10/1988, p. 3)

O encontro aconteceu no Palácio de Veraneio, então residência oficial do Governador, e contou também com a presença do Secretário de Educação, Antônio Freitas. Na ocasião, o governo assumiu o compromisso de aumentar a regência de classe, de atender os professores que haviam requerido a promoção de nível e definir um piso salarial.

Pela proposta do governador, a regência de classe passa dos atuais 30 por cento para 40 por cento em outubro, de 40 por cento para 45 por cento em novembro e de 45 por cento para 50 por cento em dezembro. Quanto ao acesso de nível, a medida beneficiará 1.300 professores que o requereram desde 1985 mas até hoje não receberam a promoção por falta de vagas. Valadares propôs ainda aos professores o pagamento integral dos salários de outubro, abonando assim todas as faltas durante o período de greve. Além disso, comprometeu-se a se reunir novamente com os representantes da categoria em fevereiro do ano que vem para, já com uma previsão dos recursos que o Estado terá provenientes da reforma tributária, definir o piso salarial dos professores (JORNAL DA CIDADE, 08/10/1988, p. 3).

Assim, Valadares externou aos professores o desejo de estender esses e mais outros benefícios para a categoria até o final de seu governo. “Mas o número e o grau e o grau de benefícios, como alertou, vão depender exatamente da evolução da receita do Estado nos próximos anos” (JORNAL DA CIDADE, 08/10/1988, p. 3), que, segundo o chefe do Executivo, estava se sustentando a base de empréstimos.

Após a conversa com as centenas de professores presentes, foi a vez de o Governador se reunir apenas com o comando de greve para ratificar os compromissos assumidos e tratar de sua viabilização. Dentre os presentes na comissão, estavam o presidente da APMESE, Hamilton Santana, e a presidente do CEPES, Ana Lúcia Vieira Meneses. Além destes, destacou-se também a presença do vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), Agamenon Vieira, que se mostrou satisfeito com o resultado da conversa e com a postura do Governador Valares, por ele classificada de “cordial e democrática” (JORNAL DA CIDADE, 08/10/1988, p. 3).

Assim, encerrava-se uma das greves mais significativas da história dos professores da rede pública estadual de Sergipe, tanto no que diz respeito à duração do movimento - algo ainda não ocorrido no referido estado - quanto no que concerne às conquistas logradas pela categoria no sentido de sua valorização profissional.

7.7 CONCLUSÃO

De um modo geral, as experiências e lutas discutidas ao longo dos dois últimos capítulos desta tese nem sempre se constituíram em grandes vitórias e conquistas. Todavia, devem ser apreendidas para além das questões imediatamente postas e valorizadas em seus sentidos e significados diversos. Pois, conforme muito bem nos ensinou E. P. Thompson (2012, p. 172),

qualquer visão mais madura da história (...) precisa, de alguma forma, combinar avaliações de ambos os tipos: dos homens como consumidores de sua própria existência mortal e como produtores de futuro, dos homens como indivíduos e agentes históricos, de homens sendo e tornando-se.

Assim, finalizando, novamente pensando junto com Thompson (2012) – quando se contrapôs a uma perspectiva que se pretendia revolucionária e avessa a vitórias obtidas ao modo de reformas sociais –, somos instados a valorizar até mesmo as, aparentemente, pequenas conquistas do professorado de 1º e 2º Graus da região Nordeste, reconhecendo como importantes até mesmo “aquelas inflexões mais sutis na qualidade de vida” (THOMPSON, 2012, p. 172).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso trilhado até aqui, tentamos abarcar, muito embora reconhecendo os riscos, o lastro de uma década consagrada como “perdida”, em virtude mesmo dos ínfimos resultados de crescimento econômico do país. Esperando, contribuir, de antemão, para uma outra interpretação no sentido de seu entendimento enquanto a “década dos vencidos”. Não no intuito de negar a realidade da concentração de renda, do crescimento regional desigual, do arrocho salarial e dos altos índices inflacionários, e seus efeitos nefastos para a vida das populações, das estratégias para condução, pelo alto, do processo de abertura política do país. Mas de afirmar a ação da classe trabalhadora e das massas populares, de pôr em relevo as lutas dos de baixo, da gente comum, dos anônimos na História, não apesar das contingências do seu tempo histórico, mas exatamente por causa delas e contra elas. Foi o que tentamos demonstrar de uma modo mais geral desde o primeiro capítulo deste trabalho.

Nesta linha, o esforço de contextualização de algumas das particularidades da região Nordeste permitiu identificar problemas de diversas ordens, políticos, econômicos, sociais, enfim, educacionais. Os ventos da redemocratização encontraram estruturas de poder mais consolidadas que obstaculizaram seu ritmo de passagem na região. A discussão sobre o processo, relativamente lento, de expansão do pluripartidarismo no Nordeste foi importante nesse sentido, combinando a força política e econômica das velhas oligarquias tradicionalmente dominantes às regras eleitorais estabelecidas pelo próprio regime civil-militar no sentido de conter o avanço da oposição.

Combinação que obteve sucesso por bastante tempo no que concerne ao controle, coação e repressão aos trabalhadores, mesmo diante das condições de miséria, saneamento, moradia, dos baixos salários, das condições precárias de trabalho, da instabilidade no emprego, enfim, do problema social do Nordeste, ocasionado pelo próprio modelo econômico do país, marcado pelos altos índices inflacionários e pelo arrocho salarial, e galvanizado pela própria fragilidade regional. Circunscrevendo neste bojo, a situação mesma de (des)organização da classe trabalhadora na região e suas condições efetivas de se voltar contra essa estrutura, tensionando com ela pela resolução dos problemas que punham em risco as condições materiais de existência das populações pobres e vulneráveis majoritárias no Nordeste de então. Situação que começou a sofrer modificações com o processo de (re)organização da classe trabalhadora na região, quando da retomada das lutas trabalhistas e sociais ensejadas pela redemocratização do país e pelos abalos provocados pelas greves do ABC paulista.

Dessa massa de trabalhadores faziam parte as professoras e professores da educação básica dos diversos estados nordestinos. Todos, contando com Associações de representação da categoria, mais ou menos alinhadas à Confederação dos Professores do Brasil. Assim, o terceiro capítulo partiu do entendimento de que a relação com a CPB desempenhou papel decisivo para o fortalecimento e consolidação do professorado da educação básica em âmbito nacional, tendo o desafio de superar as demandas e questões colocadas predominantemente situadas no âmbito estadual e, quando muito, regional. Todavia, conforme demonstrado, a importância assumida pela Confederação se deu somente após divergências e disputas internas pela mudança de seu perfil e de sua concepção enquanto entidade de classe, das quais também participaram representantes do Nordeste.

Disputas que se deram logo no início da década e resultaram na tentativa de criação da UNATE, se intensificaram quando da rápida extinção dessa entidade, repercutiram na reformulação estatutária da CPB – que democratizou sua estrutura e seu funcionamento ao possibilitar a participação das bases nos espaços de decisão da entidade – e se prolongaram através das polêmicas em torno da proposta de filiação à Central Única dos Trabalhadores.

Justamente por isso tudo, a Confederação, ao longo da década de 1980, aumentou significativamente seu raio de atuação, crescendo em números de entidades filiadas e associados, expandindo suas relações com outras entidades representativas da classe trabalhadora e atuando com notório destaque em questões importantes para a vida nacional – como os trabalhos da Constituinte – e para a educação e a escola pública – exemplo das Campanhas em Defesa da Educação Pública. Apontando o lugar das reivindicações das entidades de representação nordestinas enquanto fator de maior mobilização e articulação da CPB para além do eixo Sul/Sudeste, possibilitando assim que se constituísse enquanto uma entidade verdadeiramente nacional.

Na sequência, o esforço se deu, então, no intuito de contemplar a criação das Associações de professores nos estados aqui investigados, destacando seus perfis e enfatizando as disputas travadas no interior das entidades. De um modo geral, todas as entidades, desde seu surgimento, apresentaram um perfil mais conservador, com praticamente nenhuma democratização de seus espaços de decisão, e a manutenção de relações amistosas com os governos locais, todos Interventores da ditadura civil-militar. Postura que entrou em choque quando da formação de grupos de oposição visando a tomada das entidades das mãos dos tradicionais grupos dirigentes, constituindo as disputas entre o “velho” e o “novo” associativismo.

Isto, para representar a própria ideia constitutiva daqueles embates, qual seja: a superação da velha concepção de organização das Associações, das velhas formas de condução dos problemas da categoria e das, também velhas, diretorias que davam, literalmente, vida a tudo isso. Não querendo dizer com isso que essas disputas representavam uma expressão própria do novo sindicalismo, mas de entendê-lo como um referencial para o que se vislumbrava para uma entidade representativa dos professores, frente às vicissitudes pelas quais passava a categoria. Concluindo o quarto capítulo, demos destaque à criação dos sindicatos dos trabalhadores em educação, entendendo-os como resultando mesmo desse processo de disputas, do redirecionamento do perfil das entidades, e de sua concepção de luta – aqui denominada de “associativismo combativo” –, e consolidação de uma identificação forjada ao longo de praticamente toda a década de 1980, a saber: o professor enquanto um trabalhador.

Na esteira desses processos de disputas e reformulação das Associações de professores nos estados nordestinos aqui contemplados, o sexto capítulo desta tese deu conta de analisar mobilizações diversas e movimentos grevistas do professorado no transcurso do processo de redemocratização do Brasil. Assim, discutimos sobre os movimentos grevistas e campanhas salariais, realizadas nos estados de Pernambuco (1979), a partir da APENOPE, do Rio Grande do Norte (1981), a partir da APRN, de Sergipe e Alagoas (1984), a partir da APMESE e da APAL, respectivamente. Nesta linha, à exceção da APMESE, em virtude da disponibilidade de fontes para tanto, também enfatizamos outras mobilizações realizadas e eventos organizados pelas referidas associações, ou em que registraram participação, como no caso de campanhas nacionais, dias de luta e paralisação, Congressos de Professores, encontros da classe trabalhadora, dentro outros.

Em relação à Paraíba, não consideramos a ação da APLP, entidade criada por um grupo dissidente da AMPEP, como sendo uma mobilização propriamente dita, tendo em vista o comportamento da entidade no tocante à reivindicação salarial em questão, transformada em assunto de gabinete. No entanto, sua abordagem se deu no sentido mesmo de analisar a atuação da entidade, inscrevendo-a no quadro mais amplo das próprias disputas existentes pela representação do professorado do ensino oficial paraibano. Concluindo o capítulo, analisamos um relatório produzido pela Divisão de Segurança e Informação sobre os movimentos reivindicatórios dos professores no ano de 1984, destacando suas conclusões, no mínimo interessantes, quanto à mudança no patamar organizativo do professorado de 1º e de 2º grau brasileiro às portas da Nova República. A surpresa, para nós, não foram propriamente

as conclusões do referido documento, mas a perspicácia nele apresentada no concernente à captação, no calor dos acontecimentos, do nível de organização alcançado pelo professorado, até não muito tempo emergente, e da força política dele resultante e em expansão.

Por fim, no último capítulo discutimos sobre as experiências e lutas dos professores nordestinos empreendidas no limar da Nova República, enfatizando, novamente, manifestações grevistas, encontros e congressos, participação em greves gerais, dentre outras mobilizações. Antes, porém, analisamos o item referente à avaliação da CPB pelas entidades estaduais, presente no relatório da própria Confederação, concernente às atividades realizadas no ano de 1986. Isto, no sentido de enfatizar as questões ainda persistentes em relação ao papel articulatório da entidade nacional, frente às pautas e demandas do professorado da educação básica do país. Feito isto, discutimos sobre a greve deflagrada pelos professores de 1º 2º graus da Paraíba, no ano de 1985, durante a gestão de Wilson Braga (PDS) a partir de sua entidade mais atuante, a AMPEP. Como a discussão se baseou em um relatório produzido por um órgão de vigilância, diversos outros detalhes, inevitavelmente, não foram contemplados. Todavia, foi possível verificar, por exemplo, uma atuação mais combativa por parte da referida Associação em relação com sua congênere no estado, a APLP.

As reivindicações do professorado não foram encaminhadas na forma de memoriais, como o fez a Associação dos Professores Licenciados, mas com a paralisação das atividades dos professores nas escolas e a formação de um amplo Comitê de Apoio à Greve, reunindo diversas entidades, sindicatos, federações, associações de moradores, central sindical, associações de estudantes e professores universitários. Ao que tudo indica, as pressões deram certo, pois o governo se comprometeu a atender a totalidade das reivindicações do professorado. No entanto, em virtude de não dispormos de mais fontes, não conseguimos saber se realmente foram atendidas posteriormente ou não. Concluindo esta seção, destacamos a indicação de algumas conquistas obtidas pela entidade, no ano seguinte, 1986, segundo seu próprio relatório enviado para a CPB. Interessante quanto ao referido relatório, foi a sinalização de algumas pautas já estabelecidas em âmbito nacional, como piso salarial e eleições diretas para diretor e vice-diretor escolar.

No seguimento, discutimos sobre as greves realizadas pelo professorado alagoano nos anos de 1986 e 1987, abordando a atuação da APAL no enfrentamento a dois governos distintos, José Tavares (PDS) e Fernando Collor (PMDB), visando o atendimento das reivindicações da categoria, consolidando um perfil organizativo mais combativo, iniciado poucos anos antes, em 1984, quando da vitória das “novas” lideranças oposicionistas nas

eleições para diretoria da entidade. Também destacamos os Congressos de Professores realizados pela Associação, explicitando os temas e questões trabalhadas e registrando a participação de figuras diversas, como representantes de governo, quando não os próprios governadores, Ministros e, principalmente, de representantes da CPB. As fotografias obtidas junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas foram um verdadeiro presente nesse quesito.

Na sequência do capítulo, discutimos sobre a greve dos professores da rede pública estadual do Rio Grande do Norte, em 1986, durante a gestão de Agripino Maia (PDS). Na ocasião, a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte tinha à sua frente as “novas” lideranças oposicionistas, vencedoras no pleito eleitoral do ano anterior para a diretoria da entidade. O movimento paredista se estendeu por tempo considerável de dias e, do mesmo modo que o ocorrido em Pernambuco, se viu inserido no seio de uma disputa política entre as forças alinhadas com a ditadura, representadas pelo governador, seu partido e seus aliados, e as forças oposicionistas, principalmente representadas pelo PMDB, na figura do Prefeito de Natal, Garibaldi Filho.

Isto porque os professores da rede municipal de ensino de Natal também estavam em greve, cuja representação também estava a cargo da APRN. Assim, a reivindicação de ambas as categorias acabou por se transformar numa disputa entre as duas instâncias governamentais. O que não significa dizer que não houve luta. Pelo contrário. Somente muito tempo depois de deflagrados os movimentos foi que os professores tiveram sua reivindicação salarial atendida. Primeiro, o professorado municipal; em seguida, os professores da rede estadual. O que fez com que a própria imprensa local especulasse que o governador Agripino Maia, que estava inclusive se preparando para concorrer ao Senado Federal, somente concedeu o aumento salarial aos professores após ter se sentido pressionado pela atitude tomada pelo prefeito Garibaldi Filho.

Em Pernambuco, também discutimos sobre movimentos reivindicatórios dos professores do ensino oficial que se realizaram em períodos com governos distintos. Assim foram as greves deflagradas entre os anos de 1986 e 1988, quando estiveram à frente do Governo do Estado, nessa ordem, Roberto Magalhães (PDS), Gustavo Krause (PDS) e Miguel Arraes de Alencar (PSB), políticos com trajetórias e concepções sintomaticamente distintas. Notadamente, os referidos movimentos paredistas tinham como pauta principal a questão salarial.

Todavia, ao nosso ver, seus significados ganharam outras dimensões, para além das reivindicações encaminhadas pelo professorado pernambucano a partir de sua mais atuante entidade de representação, a APENOPE. No caso da greve 1986, exatamente por não terem sido contempladas no aumento salarial anunciado pelo governo, as professoras primárias foram mobilizadas para aderirem ao movimento. Isso merece o devido destaque, pois, ao que parece, as mobilizações contavam com maior participação dos professores secundaristas. E, uma vez mobilizadas, as professoras primárias não estavam pondo em questão apenas seu direito a um salário digno, mas, a própria “ideologia da tia” e sua representação enquanto aquela que se acomoda, que não reivindica, que não faz greve, enfim, que não luta.

Por seu turno, as greves subsequentes, colocaram o professorado frente a frente com um governo popular de Miguel Arraes, que se mostrou, através de sua Secretaria de Educação, mais aberto às questões referentes à valorização dos professores do ensino oficial de Pernambuco, não tanto do ponto de vista das reivindicações, mas principalmente no âmbito das discussões pela reformulação do Estatuto do Magistério, outra bandeira de luta encampada pela APENOPE.

Todavia, num cenário de forte acirramento político, inclusive dentre os segmentos e entidades progressistas do estado, as greves dos professores respingaram para outras direções. Exemplo disto foi o relatório da DSI sobre a greve de 1988, expondo que o movimento paredista dos professores e as ações do governo estavam sendo atentamente acompanhadas, tanto por setores da esquerda quanto da direita, que, se aproveitando do episódio em que Arraes se utilizou da força policial para barrar a entrada dos professores no Palácio do Campo das Princesas, sede do Governo do Estado, para tecerem duras críticas ao governador e sua conduta.

Por fim, concluindo o capítulo, nos debruçamos sobre a greve realizada em Sergipe no ano de 1988, durante a gestão de Antônio Carlos Valadares (PFL), reiterando, único candidato a governador não pertencente ao PMDB eleito no Brasil nas eleições de 1986. Para além da questão salarial, nossa discussão tentou evidenciar o crescimento das “novas” lideranças de oposição, em torno do CEPES, que vinham lutando pela direção da APMESE praticamente desde o início da década, como vozes expressivas no movimento dos professores sergipanos, obtendo significativa participação nos espaços de decisão sobre os interesses da categoria, bem como sobre assuntos relacionados ao próprio sistema educacional estadual.

Assim posto, retomando a ideia contida na epígrafe que abre esta tese, uma vez que sua função não se constitui como meramente figurativa, reiteramos nossa tentativa de dar

conta uma temporalidade em que as experiências vividas por homens e mulheres resultaram em ações no sentido da contestação e, quando possível, superação das contingências que os afligiam. Não enquanto indivíduos amontoados, mas enquanto classe trabalhadora, sem a pretensão, todavia, de apreendê-la em uma espécie de marcha evolutiva e gloriosa.

De modo que, ao objetivarmos compreender as experiências dos professores da rede pública estadual dos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte no transcurso da redemocratização e primeiros anos da Nova República, nos esforçamos para não incorrer no equívoco de uma narrativa totalizante, buscando confrontar a ideia de uma transição, quase que automática e generalizada, de uma perspectiva meramente associativista para uma postura propriamente sindical, combativa. Daí, a proposição no formato de temas correlatos, que permitiram relacionar experiências, sofrimentos, frustrações, satisfações, interesses e necessidades desses homens e dessas mulheres em contextos espaço-temporais distintos.

Em se tratando do Nordeste, conforme vimos, estamos falando de uma região em que as questões sociais, econômicas e políticas verificadas, pelo menos, no recorte temporal aqui contemplado, aparentemente, serviriam como mote fundamental para a eclosão de movimentos reivindicatórios e contestatórios de toda ordem. Todavia, esperamos ter deixado claro, como resultante dessas mesmas questões, aliadas à uma relativa inexperiência organizativa de caráter classista, durante muito tempo, o que se viu foi exatamente o contrário. De um modo geral, as experiências mais significativas que tinham sido verificadas na região foram protagonizadas por movimentos sociais do campo e trabalhadores rurais que, mesmo com seus poucos recursos, se voltaram contra as poderosas oligarquias para conseguirem algum tipo de melhoria em suas condições de vida.

Com o golpe militar que instituiu a ditadura brasileira em 1964, as condições de organização e mobilização da classe trabalhadora se tornaram muito restritas. Na região Nordeste, historicamente afetada por um crescimento nacional desordenado, concentrado, sobremaneira no eixo Sul-Sudeste, a própria industrialização ainda muito incipiente, em relação àquelas áreas do país, inviabilizou a formação de uma massa trabalhadora operária expressiva, tanto do ponto de vista de contingente como de organização. Assim, durante o processo de redemocratização do país, principalmente com a retomada das lutas da classe trabalhadora sinalizada pelas greves do ABC paulista, os movimentos reivindicatórios mais significativos na região, em sua maioria, foram protagonizados por trabalhadores urbanos do

setor de serviços e por categorias profissionais do funcionalismo público, dentre os quais estavam os professores.

Dentre os anos de 1979 e 1984, os professores de 1º e 2º Graus dos estados nordestinos realizaram diversas mobilizações e greves, como já demonstramos. De um modo geral, as reivindicações giravam em torno da questão salarial como alternativa direta e mais rápida para a obtenção de melhorias em suas condições de vida. Isto, como efeito dos problemas econômicos pelos quais atravessava o país, atingindo não apenas as camadas populares, mas também as camadas médias da sociedade.

Não por acaso, em mais de uma ocasião, em tempos e estados distintos, o termo “feijão” foi acionado para dizer das difíceis condições de vida enfrentadas pelo professorado, expressando os efeitos danosos do arrocho salarial e da carestia dos alimentos para a classe trabalhadora. Foi que verificamos, por exemplo, nos movimentos grevistas do Rio Grande do Norte, em 1981, e de Sergipe, em 1984. E mesmo nas mobilizações lideradas pelas outras entidades estaduais, muito embora o termo abstraído (feijão) não tenha sido acionado, o conteúdo da denúncia e da reivindicação esteve, do mesmo modo, presente.

Assim, chegamos a uma primeira consideração, qual seja: Em se tratando de uma região marcada por problemas sociais diversos e historicamente dominada por oligarquias rurais e conservadoras as lutas dos professores da rede pública estadual, embora com maior ou menor expressão ou grau de influência, contribuíram para expor para o conjunto da sociedade as mazelas econômicas e políticas provocadas pelo regime civil-militar instituído pelo golpe de 1964, desgastando a imagem dos governantes e demais políticos coadunados com tal regime. Não apenas nos centros urbanos, mas também em cidades do interior e áreas rurais, na medida mesma em que as Associações conseguiram realizar o projeto de interiorização. E apenas entre os setores médios da sociedade, mas também entre as camadas populares, através da relação direta com alunos, familiares de alunos e as comunidades ao em torno das escolas.

No plano mais específico de sua organização coletiva, o perfil assumido pelas Associações nordestinas neste período as colocou em condições de interferir diretamente nos modos de atuação da entidade nacional dos professores, a CPB. Sim, a Confederação tinha inserção na região desde muito. Basta lembrar, por exemplo, do seu II Congresso, realizado em Maceió, em 1979. Indo mais longe no tempo, tem-se criação da Confederação dos Professores Primários do Brasil, entidade da qual resultou a CPB, na cidade de Recife, ainda na década de 1960.

No entanto, conforme discutimos aqui, o período compreendido entre os anos de 1979 e 1984 foi crucial para a reformulação da entidade nacional do professorado da educação básica e sua efetivação no sentido de articular a identidade dos interesses da categoria. Neste interim, verificamos uma significativa participação de entidades estaduais do Nordeste no conjunto de forças que pressionavam por mudanças no perfil assumido pela CPB. Quanto a isto, basta lembrar dos esforços para a criação da UNATE e do envolvimento, dentre outras, da APENOPE, da AMPEP e da APRN. Sabemos que a experiência não vingou, mas provocou fortes abalos nas, até então, rígidas estruturas da Confederação, culminando com sua renovação estatutária.

De fato, nos anos finais da década de 1970 e início dos anos de 1980, a CPB conseguiu um relativo êxito na indicação de uma pauta nacional, no caso da aposentadoria especial aos vinte e cinco anos de serviço, e esteve presente em alguns eventos e mobilizações lideradas por Associações nordestinas, porém de modo pontual. Todavia, a virada de chave se deu entre o apagar das luzes da ditadura e o acender das luzes da Nova República, contando com a contribuição direta e efetiva de lideranças combativas dos estados nordestinos, que cobravam da entidade uma maior atenção às suas entidades e uma atuação da Confederação assente com os problemas enfrentados pela categoria. A partir do que, chegamos a uma outra consideração: A CPB não veio para o Nordeste, o professorado nordestino, a partir de suas entidades mais atuantes e lideranças mais combativas, é que foi buscá-la.

O que não significou, porém, o encerramento das divergências e exigências no sentido de uma aproximação mais efetiva da CPB às entidades estaduais da região. Exemplo disto foram as cobranças apresentadas no item sobre a avaliação da Confederação pelas Associações docentes estaduais, que consta no próprio relatório da referida entidade nacional sobre o balanço das atividades do ano de 1986, detalhado neste trabalho. Todavia, significou a capacidade da Confederação em articular a identidade dos interesses do professorado de 1º e 2º graus do país em torno de pautas unificadas, ampliando o alcance e a potência de suas mobilizações e reivindicações. Foi assim quando do estabelecimento de Dias Nacionais de Greve e outras paralisações, quando das campanhas em defesa da escola e da educação pública, da reivindicação por eleições diretas para diretor e vice-diretor escolar e pela efetivação do piso salarial.

Todas essas pautas e reivindicações estiveram, de algum modo, presentes na grande maioria das mobilizações, movimentos grevistas, encontros e congressos realizados pelas Associações de professores nos estados nordestinos aqui contemplados desde os primeiros

anos da Nova República. Somando-se a estas, as pressões exercidas pelo professorado brasileiro por ocasião dos trabalhos da Assembleia Constituinte são, em nosso entendimento, a experiência mais expressiva da articulação da identidade dos interesses do professorado em âmbito nacional. Sem nenhum receio de afirmar, os embates levados a cabo pelos professores da educação básica do Brasil, organizados em torno de suas Associações estaduais e representados pela CPB, junto aos trabalhos da Constituinte foram decisivos para o destino da educação pública brasileira.

A Constituição Federal de 1988 consagrou o direito à sindicalização dos servidores públicos. Em nosso entendimento, àquela altura – quando, para muitos, o processo de redemocratização do país estava efetivamente concluído – os professores da educação básica já eram uma força estabelecida. E assim chegamos a nossa terceira e última consideração: O que só foi possível graças ao nível de organização alcançado pelas categorias em seus respectivos estados, conforme os próprios ritmos de desenvolvimento de suas experiências de feição classista, como resultado de um longo e árduo processo de amadurecimento, que repercutiu em sua entidade nacional de representação, possibilitando a superação das experiências vividas em âmbito estritamente local e o acionamento de experiências comuns a todo o professorado.

Mediante o exposto, no limite, esta é uma tese sobre quando os trabalhadores da educação no Brasil, representados pelas categorias organizadas nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte transformaram o espaço público, também, em seu lugar de atuação, ocupando praças, ruas, avenidas e calçadas, expondo suas necessidades e aflições, suas expectativas e seus interesses. No transcurso da década de 1980, ao ocuparem o espaço público, entendido como o palco mesmo das disputas políticas, os trabalhadores da educação se mostraram também para o público de um modo distinto, para outros homens e outras mulheres que passaram a enxergá-los de um modo “novo” até então.

Talvez, uma pesquisa sobre a organização dos professores do ensino oficial dos estados nordestinos não contemplados neste trabalho permita chegar a resultados distintos, principalmente naqueles em que o modelo sindical de base cutista não contou com inserção tão expressiva, como aparentemente foram os casos da Bahia, do Ceará e do Maranhão. De um modo geral, praticamente todas as entidades docentes que investigamos se alinharam à perspectiva à concepção de luta sindical anunciada pelo movimento do novo sindicalismo e difundida pela CUT. Com algumas ressalvas, um pouco menos a APAL. E com a exceção da

APMESE, que ao longo do período analisado permaneceu com uma direção conservadora, porém pressionada por lideranças de oposição ligadas ao PT e à CUT.

Noutra frente, seria interessante a realização de um trabalho desta envergadura contemplando os anos de 1990, quando, para alguns especialistas, o novo sindicalismo começa apresentar sinais de desgaste e, principalmente, quando ocorre com mais intensidade a municipalização do ensino, iniciada ainda na década de 1980 – inclusive, contra a qual a CPB se posicionou contra em algumas situações –, no sentido de verificar o potencial de mobilização da, agora, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, tendo em vista a pulverização dos quadros de magistério e o consequente surgimento de inúmeros sindicatos liderados por grupos de perspectivas distintas.

Sem dúvida, muitos outros aspectos não foram contemplados nesta pesquisa. Em um trabalho com tamanha pretensão os esquecimentos e silenciamentos, as lacunas, incompletudes e até mesmo incongruências, são inevitáveis. Risco de toda costura, alguns fios podem ter ficados um pouco soltos e algumas pontas não muito bem acabadas. No entanto, tentamos fazer o melhor arremate possível no sentido de garantir uma boa qualidade para a peça. Assim, esperamos ter contribuído, de alguma forma, com a produção de conhecimento no campo da História da Educação, de um modo mais geral, especificando a temática concernente à História do Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação, possibilitando reflexões, debates, questionamentos e divergências.

REFERÊNCIAS

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro. Trabalhadores rurais diante da violência. In: BERNADON, T. (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste**: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba. Campina Grande, EDUEPB, 2015. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333.pdf> (Acesso em 10/05/2023).
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA, Gelsom Rozentino. Organização, desafios e lutas dos trabalhadores. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- ALMEIDA, Danusa Mendes. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962–1992)**: A APEOC/SINDICATO e o SINDIUTE. UFSCAR, 2015. (Tese).
- ANDRADE, Manoel Correia de. **O Nordeste e a Nova República**. Editora ASA Pernambuco, 1987.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. – 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1983**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1984**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL – 1986**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1989.
- ARAÚJO, Romildo de Castro. **A constituição do corpo docente do ensino secundário no Piauí (1942-1982)**. UFPI, 2012. (Dissertação)
- ASSIS, Charleston José de Souza. Fiscais do Sarney? Algumas considerações sobre a participação popular no Plano Cruzado. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.
- ASSIS, Valdegil Daniel de. **Valorização docente no município de João Pessoa**: o papel do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (2007-2017). UFPB, 2019. (Dissertação)
- BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

BEZERRA, Marcela Heráclio. “Com muita vara é que se levanta uma casa e com muita lenha é que se levanta o fogo”: greves e conquistas trabalhistas da classe canavieira em Pernambuco durante os anos 1980. In: BERNADON, T. (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande, EDUEPB, 2015. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333.pdf> (Acesso em 10/05/2023).

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2. ed. ampl. – São Paulo: Editora Unesp, 2012.

BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Movimento de docentes da educação básica estadual pública piauiense: heterogeneidade e diferenças**. PUC-SP, 2000. (Dissertação).

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. A política no Nordeste: oligarquia, partidos e movimentos sociais. In: NASCIMENTO, Angela; LIMA, Marcos Costa. **O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão** – Vol. 2. Recife: Ed. SUDENE, 2016.

BRUSSIO, José dos Santos. **A memória e a identidade do sindicato de trabalhadores em educação das redes pública estadual e municipais do Maranhão – SINPROESEMA, São Luís, Maranhão, Brasil**. Universidade Fernando Pessoa – Portugal, 2015. (Tese)

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DANTAS, Adenilde de Souza. **Lentes de gênero sobre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE)**. UFS, 2017. (Dissertação)

FERREIRA, Jorge. O presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (O Brasil Republicano; 5).

FERREIRA JR., Amarílio. Movimento sindical de professores no Brasil e na Grã-Bretanha (Inglaterra e Gales): primeiras aproximações de um estudo comparado. In: BAUER, Carlos [et al.]. **Sindicalismo e associativismo dos trabalhadores em Educação no Brasil: com escritos sobre a Argentina, Inglaterra, País de Gales e Portugal**. Jundiaí/SP: Paco Editorial, 2019.

FERREIRA FILHO, J.M.M. A indústria dos corpos exauridos na *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil. In: BERNADON, T. (org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande, EDUEPB, 2015. Disponível em <https://static.scielo.org/scielobooks/xvx85/pdf/oliveira-9788578793333.pdf> (Acesso em 10/05/2023).

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo: Cortez, 2013.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREIRE, Américo. A via partidária na transição política brasileira. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

FREIRE, Paulo. **Professora, sim; tia, não: cartas a quem ousa ensinar.** 25. ed. rev. e atualizada – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GALLETI, Luiz Carlos. Gênese e evolução das organizações dos trabalhadores da educação básica em Sergipe. In: DAL ROSSO, Sadi; FERREIRA, Márcia Ondina Vieira (orgs.). **Sindicalismo em educação e relações de trabalho: uma visão internacional.** Brasília: Paralelo 15, 2015.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48, p. 111-129, abr./jun., 2013.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Lei nº 2.656/1988. Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Educação. Aracaju, Sergipe, 08 de janeiro de 1988.

LEAL, Murilo. **A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964).** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LEMOS, Renato L. do C. N. e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979).** Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LINHARES, Maria da Conceição. **A comunicação sindical: as redes digitais como espaço para a formação política dos professores em Sergipe.** UFS, 2019. (Dissertação)

LIRA, Jailton de Souza. **A trajetória sindical dos trabalhadores da educação em Alagoas (1985-2010).** UFAL, 2012. (Dissertação)

LOPES, Eliane M. S. T.; GALVÃO, Ana M^a de O. **Território plural: a pesquisa em história da educação.** São Paulo: Ática, 2010.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas.** 3 ed., 6^a reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2021.

MADEIRA, Maria Tereza de Carvalho. **O novo sindicalismo e o movimento de professores de 1º e 2º graus da Paraíba.** UFPB, 1986. (Dissertação)

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **A classe trabalhadora: de Marx ao nosso tempo.** São Paulo: Boitempo, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2019.

- MELO NETO, João Cabral de. **A escola das facas e Auto do frade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.
- MIRANDA, Kênia Aparecida. **As lutas dos trabalhadores da educação: do novo sindicalismo à ruptura com a CUT**. UFF, 2011. (Tese de Doutorado)
- MONTENEGRO, Antonio Torres. **História e memória: combates pela história**. História Oral, v. 10, n. 1, p. 27-42, jan.-jun., 2007.
- MOREIRA, Maria Laura. **História da luta sindical do magistério cearense (1942-1985)**. UFC, 1990. (Dissertação).
- NASCIMENTO, Luciano Cavalcanti do. **Sindicalismo e Educação: um estudo do debate educacional no Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (1990-1994)**. UFPE, 1996. (Dissertação)
- NUNES, Paulo Giovani Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. **Saeculum**, Jan./Dez./1998/1999.
- OLIVEIRA, Catarina Nascimento. **Sindicalismo na educação: consensos e conflitos na disputa pela hegemonia e direção do SINTESE em Sergipe (1992-1996)**. UFPE, 2002. (Dissertação)
- OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de. Desenvolvimento e trabalho no Nordeste: Velha Nova problemática. In: NASCIMENTO, Angela; LIMA, Marcos Costa. **O Nordeste brasileiro em questão: uma agenda para reflexão**. Recife: Editora UFPE, 2014.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade de. Los sindicatos de educación frente a los desafíos de la nueva gestión pública. **Polifonías Revista de Educación – Ano VI – Nº 11 – 2017 – p. 33-60**.
- PAULA, Ricardo Pires de. **Uma história da APEOESP (1945-1989): entre o sacerdócio e a contestação**. Jundiá: Paco Editorial, 2011.
- PEREIRA, Célia M^a da C. **O Planejamento Educacional Participativo e o Movimento Docente**. Recife: Centro de Educação/Universidade Federal de Pernambuco, 1991. (Dissertação)
- PEREIRA FILHO, Sebastião Carlos. **Da Confederação de Professores do Brasil (CPB) à Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE): história da organização político-sindical dos trabalhadores em educação brasileiros (1983 a 1991)**. São Paulo: Universidade Nove de Julho, 2019. (Dissertação).
- PICCOLO, Monica. O dragão não era de papel: os desajustes da Política Econômica brasileira nos anos 1980. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

REIS, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação; 5)

RÊSES, Erlando da Silva. **De vocação para profissão: organização sindical docente e identidade social do professor.** UnB, Brasília, 2008. (Tese de Doutorado)

REVISTA NOVA ESCOLA. Abril, 1987.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973).** 40. ed. – Petrópolis, 2014.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores, sindicatos e política no Brasil: do golpe à redemocratização (1964-1985). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985).** 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. (O Brasil Republicano; 4).

SANTOS, José Maximiano dos. **A transformação da Associação dos Professores do Rio Grande do Norte (APRN) em Sindicato dos Trabalhadores em Educação (1986-1990).** UFRN, 2008. (Dissertação)

SANTOS, N. M. **Movimento dos professores da rede pública na Bahia (1962-1989).** UFBA, 1993. (Dissertação).

SAVIANI, Dermeval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil.** – 5.ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2019. – (Coleção memória da educação)

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985).** 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. (O Brasil Republicano; 4).

SILVA, Robson Santos Câmara. **O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão.** UnB, 2013. (Tese).

SILVA, Max R. R. da. **As lutas dos professores da rede pública estadual em Pernambuco: o novo sindicalismo e a formação do SINTEPE.** UFPE, 2014. (Dissertação).

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas.** 7ª reimpressão. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

SKIDMORE, Thomas E. A lenta via brasileira para a democratização: 1974 - 1985. In: **Democratizando o Brasil.** Alfred Stepan (Org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 27-81.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Uma política de desenvolvimento para o Nordeste. Recife – Outubro: SUDENE, 1985.

THOMPSON, Edward P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa.** Vol. 1: A árvore da liberdade. 10 ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2019.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria e outros ensaios.** Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2021.

VERSIANI, Maria Helena. Constituinte de 1987/1988: a sociedade brasileira vive a democracia. In: QUADRAT, Samantha Viz (org.). **Não foi tempo perdido:** os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

VIANNA, Cláudia. **A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero.** Educação e Sociedade, ano XXII, nº 77, dezembro/2001.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira; v. 4)

VIEIRA, J. D. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **DICIONÁRIO:** trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2020/08/100-1.pdf> (Acesso em 11/05/2023).

VIEIRA, Josenilton N. **O sindicato como espaço de construção da profissão docente.** UFRN, 2009. (Tese)

Jornais

Alagoas

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, sábado, 5 de maio de 1984, geral, A-3.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 5 de maio de 1987 – Geral.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, sexta-feira, 8 de maio de 1987.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 12 de maio de 1987.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 15 de maio de 1984.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 15 de maio de 1984, Geral, A-3.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 19 de maio de 1987.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, sexta-feira, 25 de maio de 1984 – Geral, A-7.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 26 de maio de 1987.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, sábado, 30 de maio de 1987.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 2 de junho de 1987.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, terça-feira, 5 de junho de 1984 – Geral, A-3.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, domingo, 10 de junho de 1984 – Geral, A-3.

JORNAL DE ALAGOAS. Maceió, sexta-feira, 29 de junho de 1984 – Geral, A-3.

JORNAL DE ARAPIRACA. Arapiraca, quinta-feira, 21 de maio de 1987 – Ano I, Número 211.

JORNAL DO NORTE. Porto Calvo, quinta-feira, 21 de maio de 1987 – Ano 01, Número 10.

JORNAL DO VALE. Penedo, quinta-feira, 21 de maio de 1987 – Ano I, Número 18.

JORNAL DO VALE. Penedo, domingo, 24 de maio de 1987 – Ano I, Número 21.

Paraíba

A UNIÃO. João Pessoa, sexta-feira 12 de novembro de 1982 – Capa.

A UNIÃO. João Pessoa, quarta-feira 10 de novembro de 1982 – Cidade.

A UNIÃO. João Pessoa, quinta-feira, 11 de novembro de 1982 – Geral.

A UNIÃO. João Pessoa, sexta-feira, 12 de novembro de 1982 – Sociais.

A UNIÃO. João Pessoa, domingo 14 de novembro de 1982– Jornal de Domingo.

A UNIÃO. João Pessoa, domingo 14 de novembro DE 1982– Jornal de Domingo.

A UNIÃO. João Pessoa, sábado, 20 de novembro de 1982 – Geral.

A UNIÃO. João Pessoa, sábado, 18 de agosto de 1984 – Geral.

A UNIÃO. João Pessoa, quarta-feira, 15 de agosto de 1984 – Geral.

A UNIÃO. João Pessoa, 19 de agosto de 1984 – Geral.

Pernambuco

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, A-7, 09/05/1979.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 01/06/1979.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 02/06/1979.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 01/03/1988.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 03/03/1988.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 06/04/1988.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, domingo, 17/04/1988 – Política, A-5.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, domingo, 17/04/1988.

Sergipe

GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, 01 de maio de 1984, p. 04.

GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, sexta-feira, 04 de maio de 1984.

GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, Sábado, 05 de maio de 1984.

GAZETA DE SERGIPE. Aracaju, terça-feira, 08 de maio de 1984.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 01 e 02 de maio de 1984 – Política.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 01 e 02 de maio de 1984 – Análise Política.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 03/05/1984 – Política.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 04/05/1984 – Política.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 05/05/1984 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 03 de setembro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 04 e 05 de setembro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 09 de setembro de 1988 – Variedade.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 11 e 12/09/1988 – Local, p. 6.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 13 de setembro de 1988 – Política.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 18 e 19 de setembro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 22 de setembro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 23 de setembro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 27 de setembro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 28 de setembro de 1988.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 28 de setembro de 1988 – Política.

JORNAL DA CIDADE. 30 de setembro de 1988.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 04 de outubro de 1988.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 05 de outubro de 1988.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 05 de outubro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 07 de outubro de 1988.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 07 de outubro de 1988 – Local.

JORNAL DA CIDADE. Aracaju, 08 de outubro de 1988 – Local.

Rio Grande do Norte

DIÁRIO DE NATAL. Natal, domingo, 04 de outubro de 1981.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, quarta-feira, 14 de outubro de 1981.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, quinta-feira, 15 de outubro de 1981 – Cidade.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, sábado, 17 de outubro de 1981 – Cidade.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, terça-feira, 20 de outubro de 1981 – Cidade.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, quarta-feira, 21 de outubro de 1981.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, quinta-feira, 29 de outubro de 1981 – Local.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, sábado, 31 de outubro de 1981 – Local.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, quarta-feira, 12 de março de 1986.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, terça-feira, 18 de março de 1986.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, quinta-feira, 03 de abril de 1986.

DIÁRIO DE NATAL. Natal, quarta-feira, 16 de abril de 1986.

O POTI. Natal, 18 de outubro de 1981.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, quarta-feira, 14 de outubro de 1981.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, domingo, 18 de outubro de 1981.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, terça-feira, 20 de outubro de 1981.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, quarta-feira, 13 de março de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, domingo, 16 de março de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, terça-feira, 18 de março de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, terça-feira, 25 de março de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, 05 de abril de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, domingo, 06 de abril de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, quarta-feira, 09 de abril de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, sexta-feira, 11 de abril de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, quinta-feira, 17 de abril de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, quarta-feira, 23 de abril de 1986.

TRIBUNA DO NORTE. Natal, quinta-feira, 24 de abril de 1986.

Tribuna da Luta Operária

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Nº 10, Ano 1, de 22 de março a 4 de abril de 1980.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Nº 10, Ano 1, de 22 de março a 4 de abril de 1980.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Nº 11, Ano 1, de 5 a 19 de abril de 1980.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Nº 30, Ano ii, de 3 a 17 de janeiro de 1981.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Nº 31, ANO II, de 17 a 30 de janeiro de 1981.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Ano III – Nº 65 – 19 a 25 de abril de 1982.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Ano IV – Nº 115 – de 18 a 23 de abril de 1983.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Ano V – nº 153 – de 30 de janeiro a 5 de fevereiro de 1984 – Nacional.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Ano V – Nº 154 – de 6 a 12 de fevereiro de 1984.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Ano V – Nº 170 – de 4 a 10 de junho de 1984 – Movimento Operário e Popular.

TRIBUNA DA LUTA OPERÁRIA. Ano V – Nº 184 – de 10 a 16 de setembro de 1984 – Movimento Operário e Popular.

Publicações das associações e sindicatos estaduais, CPB e CUT

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Boletim Informativo**. 1974.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Boletim Informativo**. Janeiro/Fevereiro/Março de 1986 – ANO VII.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Programação do Dia Nacional de Greve dos Professores** – 17 de abril de 1986.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Boletim Informativo**. Edição Especial – Outubro de 1986 – Ano VII.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Boletim Informativo**. Julho/Agosto de 1987 – Ano VIII.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Comunicado**. 20 de maio de 1987.

APENOPE. **Boletim Informativo**. Julho/Agosto/1987 – Ano VIII

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Boletim Informativo**. Recife, A. 2, Nº 5, fevereiro de 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **A greve continua na educação**. Panfleto de 16 de abril de 1988. (Em conjunto com AOEPE, ASSUEPE e CPP).

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Jornal da APENOPE**. Ano IX – Nº 1. Agosto/1988.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALAGOAS. **Histórico**. S/N.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DE ALAGOAS. **Estatuto**. 1969-1972.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALAGOAS. **Estatuto**. 1976.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALAGOAS. **Registro de Pessoas Jurídicas**. CERTIDÃO de 16 de dezembro de 1976 – Cartório Heitor Martins.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ALAGOAS. **Relatório manuscrito sobre as atividades da APAL.** 1977.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DE ALAGOAS. **Estatuto.** 1986.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Cópia do pronunciamento do Deputado João Faustino.** 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE.. **Atestado.** 18 de agosto de 1980.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Relatório.** 31 de janeiro de 1981.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Boletim Informativo.** 1981.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Valorização – Boletim da APRN.** Ano II, nº II. 1981.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comunicação nº 6.** 20/04/1981.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comunicação nº 9.** 18/05/1981.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comunicação nº 10.** 04/06/1981.

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO RIO GRANDE DO NORTE. **Comunicação nº 15.** 1981.

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DO ESTADO DE SERGIPE. **Estatuto.** 1977.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Convocatória contra o plano cruzado II.** 1986.

CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL. **Convocatória contra o plano cruzado II.** 1986.

CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL. **Relatório de Atividades.** 1986.

CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL. **CPB Notícias.** Maio de 1987.

CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL. **CPB Notícias.** Julho de 1988.

CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL. **CPB Notícias.** Setembro/Outubro de 1988.

CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL. **CPB Notícias**. Dezembro de 1988.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Revista Educar**. Para desvendar sua época. Edição especial, nº 1, abril, 2010.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Revista 25 anos de luta e história**. Maceió, janeiro/2014.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. **Resgate histórico dos 30 anos de luta**. Aracaju, 2009. <https://www.sintese.org.br/2009/04/01/resgate-historico-dos-40-anos-de-luta-do-sintese> (Acesso em 13/05/2021).

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA. Estatuto. 2016. Disponível em: <http://sinteppb.com.br/arquivos/estatuto-sintep-2016.pdf> (Acesso em 20/04/2023)

Entrevistas

ALEXANDRE BANDEIRA. Entrevista concedida para a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Pernambuco, 2014. Disponível em https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/0/e/3/0e3090183a6522fb1bfa428a60ef5e0406b597ed0e1c265a0ec5d099218375a7/e145a06d-df11-4351-a929-9c92fe8b6832-57_23.07.2014_P_-_Movimento_Sindical.pdf

ANA LÚCIA VIEIRA. Entrevista concedida ao autor. Aracaju, 7 de maio de 2019.

ANTÔNIO ARRUDA. Entrevista concedida ao autor. Via *Google Meet*. 17 de agosto de 2020.

FRANCISCO DAS CHAGAS. Entrevista concedida ao autor. Natal, 20 de março de 2019.

MILTON CANUTO. Entrevista concedida ao autor. Maceió, 28 de novembro de 2019.

PAULO VALENÇA. Entrevista concedida ao autor. Via *Google Meet*. 25 de agosto de 2020.

JOSÉ SEMENTE. Entrevista concedida para a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Pernambuco, 2014. Disponível em https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/0/e/3/0e3090183a6522fb1bfa428a60ef5e0406b597ed0e1c265a0ec5d099218375a7/e145a06d-df11-4351-a929-9c92fe8b6832-57_23.07.2014_P_-_Movimento_Sindical.pdf

VÂNIA ALBUQUERQUE. Entrevista concedida para a Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Helder Câmara. Pernambuco, 2014. Disponível em https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/0/e/3/0e3090183a6522fb1bfa428a60ef5e0406b597ed0e1c265a0ec5d099218375a7/e145a06d-df11-4351-a929-9c92fe8b6832-57_23.07.2014_P_-_Movimento_Sindical.pdf

Relatórios dos órgãos de vigilância

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO (APENOPE)**. 28 de agosto de 1979. Disponível em

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/80000767/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000767_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **PROGRAMA DA CHAPA CONSTRUÇÃO**. Anexado em: ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DE PERNAMBUCO (APENOPE). 28 de agosto de 1979. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/80000767/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_80000767_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. **ASSOCIAÇÕES DE PROFESSORES DE 1º E 2º GRAUS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**. 25 de novembro de 1980.

Disponível em

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/81012852/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_81012852_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **ENCONTRO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM OPOSIÇÃO À ESTRUTURA SINDICAL (ENTOES)**. 1980.

Disponível em:

https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/c/e/0/ce0643581957fa81ece0c95f77e2e9168b898e5b09905974632d2a0f073d61e4/eca5ab20-bc0e-4edc-adf2-943caa684641-ARE_ACE_1296_80.pdf (Acesso em 20/01/2023).

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **FUNDAÇÃO DA UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (UNATE)**. 13 de fevereiro de 1981.

Disponível em

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/81014101/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_81014101_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **XVI CONGRESSO NACIONAL DE PROFESSORES – NATAL/RN**. 27 de janeiro de 1983. Disponível em

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/83004109/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_83004109_d0001de0003.pdf (Acesso em 16/04/2023).

ACE 6831/85. **MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES DA REDE OFICIAL DA PARAÍBA**. 24 de maio de 1985. Disponível em

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/85006831/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_85006831_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).

ACE 7161/86. **XIX CONGRESSO NACIONAL DOS PROFESSORES – JOÃO PESSOA/PB**. 11 de fevereiro de 1986. Disponível em

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/86007161/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_86007161_d0001de0002.pdf (Acesso em 16/04/2023).

ACE 014377/87. **XX CONGRESSO NACIONAL DA CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB)**. 11 de fevereiro de 1987. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/ggg/87014377/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_87014377_d0001de0005.pdf (Acesso em 16/04/2023).

ACE 064238/87. **PRESSÃO DE SINDICALISTAS JUNTO À CONSTITUINTE**. 18 de novembro de 1987. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/87064238/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_87064238_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).

ACE 066208/88. **XXI CONGRESSO NACIONAL DA CONFEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO BRASIL (CPB)**. 4 de fevereiro de 1988. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/aaa/88066208/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_88066208_d0001de0005.pdf (Acesso em 16/04/2023).

ACE 8153/88. **MOVIMENTO GREVISTA DOS PROFESSORES DA REDE OFICIAL DE ENSINO DE PERNAMBUCO**. 28 de abril de 1988. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/iii/88008153/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_iii_88008153_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES. Magistério de 1º e 2º Graus – Movimento Reivindicatório – (Março a Novembro de 1984). 10 de dezembro de 1984. Disponível em http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/AAA/85047139/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_85047139_d0001de0001.pdf (Acesso em 16/04/2023).